



RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE TERESINA (2015-2025)



Relatório de Monitoramento e Avaliação do Plano Municipal de Educação de Teresina



Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

R382 Relatório de Avaliação do Plano Municipal de Educação de Teresina (2015-2025) / Francisco das Chagas Alves Rodrigues, Hostiza Machado Vieira Neves, Ilhiane Rossy de Aquino Carvalho (orgs.). – Teresina: SEMEC, 2025. 365 p.: il. color.

ISBN 978-65-84033-00-9

1. Educação – Teresina 2. Políticas Educacionais 3. Planos Decenais de Educação 4. Plano Municipal de Educação de Teresina I. SEMEC II. Prefeitura de Teresina III. Fórum Municipal de Educação de Teresina IV. Título

CDD – 370

Ficha Catalográfica: Bibliotecária Larissa Andrade CRB – 3/1179

Todos os direitos reservados. De acordo com a Lei nº. 9.610, de 19/02/1998, nenhuma parte deste livro pode ser fotocopiada, gravada, reproduzida ou armazenada num sistema de recuperação de informação ou transmitida sob qualquer forma, por meio eletrônico ou mecânico, sem prévio consentimento do autor.



Equipe Técnica de Monitoramento do Plano Municipal de Educação de Teresina: Portaria nº 278/2025/GAB/SEMEC

Hostiza Machado Vieira Neves - Presidente

Francisco das Chagas Alves Rodrigues

Antônia Melo de Sousa

Carlos Augusto Ferreira de Sousa

Geane Alves

Sammya Daiane Luz Ribeiro

Ilhiane Rossy de Aquino Carvalho

Dinair Sebastiana Veloso da Silva

Comissão Especial de Elaboração do Relatório de Monitoramento e avaliação do Plano Municipal de Educação de Teresina (Portaria N° 281/2025/GAB/SEMEC)

Francisco das Chagas Alves Rodrigues (FME/SEMEC) - Presidente

Amanda Kárdia Alves de Oliveira (SEMEC)

Antônia Melo de Sousa (SEMEC)

Arlene Silva de Oliveira (SEMEC)

Antônia Célia Alves de Sousa (SEMEC)

Aurismar Ferreira de Sousa (SEMEC)

Carla Valéria Lopes de Mesquita (SENAC)

Carlos Alberto Ferreira Rodrigues (CONSELHO TUTELAR)

Cássia Maria Lopes Dias Medeiros (CMAM/SEMEC)

Cerise Amorim Martins (SEDUC)

Cleide Ferreira Leão (NUPPEG)

Cleuma Magalhães e Sousa (SEMEC/GEI/NUPPEGGE)

Dayane Martinelle da Silva Santos (SEMEC/FEE)

Djanira do Espírito Santo Lopes Cunha (FORUM/EJA-PI)

Edilson Pereira do Nascimento (SEMECFME)

Eline Carla M. Brito Galvão de Sousa (SEMEC-FME)



Eusilene da Rocha Ferreira (SEMEC/FEE)
Eusimar Vieira da Silva (SEDUC)
Francisca Thamilla Lima dos Reis (FME/THE)
Flávio André Pereira Moura (NUPPEGE)
Francilina de Paula Quirino de Araújo (CMDCAT)
Geane Alves (SEMEC)
Geysa Dielle Rodrigues Vieira (SEMEC)
Gilsania Dias Nolêto da Silva (SEMEC)
Hostiza Machado Vieira Neves (SEMEC/CME)
Ilhiane Rossy de Aquino Carvalho (ASSESSORIA TÉCNICA/SEMEC)
Janaína Carla B. de C. Damasceno (APAE)
Joanice Francisca Pereira Santos (FME/THE)
Jersonias Marinho de Araújo (SEMEC)
Júlia Maria Leal Veras (SEMEC)
Kleber Ibiapina Gomes (SINPRO-PI)
Leia Soares da Silva (IFPI)
Lucineide Maria dos Santos Soares (CAMP. NAC. EDUCAÇÃO)
Marcia Rejane Araújo Damasceno (SEDUC)
Maria da Conceição Mendes Pacifico (SEDUC)
Marlene Santana do Nascimento (SEMEC/GAE/DAE)
Naira Maria Rodrigues Araújo (SEMEC)
Pedrina Daiane Tomaz Andrade (SEMEC)
Pedro Lucas Leal de Sousa (IFPI/UBES)
Ramon Davys Angel Soares Barbosa Vieira (SEDUC)
Regina Soares de Amorim (SEMEC)
Sammya Daiane Ribeiro Veras (SEMEC/GEI)
Stênio Rodrigues Lima (SEMEC)
Suely Coelho Pereira (SEMEC)
Thaís Maria de A. Pessoa (UESPI/CCM)
Thayane Nascimento Freitas (SEMEC-DEI)
Valéria Madeira Martins Ribeiro (UESPI/MIEIB-PI)



Vanda Maria de Carvalho Lima (SINDSERME)

Waldirene Alves Lopes da Silva (FOPEC)

Zélia Maria Carvalho e Silva (UFPI/MIEIB-PI)

Equipe de apoio do FME/THE

Joanice Francisca Pereira Santos

Francisca Thamilla Lima dos Reis

Maria Socorro Nogueira Marreiros Nunes

Equipe de apoio do CME/THE

Rita de Cássia Sousa Vasconcelos

Mônica Maria de Carvalho Marques

Regina Célia Machado Araújo Lira

Rita de Cássia Moura Correia

Francismeire Mendes de Almeida

Wnágylla Jéssica da Silva Pinheiro

Membros do Fórum Municipal de Educação de Teresina - FME/ THE

Francisco das Chagas Alves Rodrigues (Secretaria Municipal de Educação de Teresina - SEMEC) - Titular (Coordenador)

Joanice Francisca Pereira Santos (Secretaria Municipal de Educação de Teresina - SEMEC) - Suplente (Coordenadora adjunta)

Osmar Jhonatan da Silva Santos (União Brasileira dos Estudantes Secundaristas - UBES/PI) - Titular

Ana Beatriz de Abreu Ramos (União Brasileira dos Estudantes Secundaristas – UBES/PI) - Suplente

Lucineide Maria dos Santos Soares (Campanha Nacional pelo Direito à Educação/UFPI) - Titular

Ana Célia de Sousa Santos (Campanha Nacional pelo Direito à Educação/UFPI) - Suplente



Ana Célia Vieira dos Santos (Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Teresina - CMDCAT) - Titular

Larissa Kelly Santiago da Costa (Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Teresina - CMDCAT) - Suplente

Francisco Williams de Assis Soares Gonçalves (Universidade Federal do Piauí - UFPI) - Titular

Carmen Lúcia de Sousa Lima (Universidade Federal do Piauí - UFPI) - Suplente

Carlos Alberto Ferreira Rodrigues (Conselho Tutelar de Teresina) - Titular

Tatiane da Silva Meireles (Conselho Tutelar de Teresina) - Suplente

Cerise Amorim Martins (Secretaria Estadual da Educação - SEDUC) - Titular

Karla Celene de Sousa Ramos (Secretaria Estadual da Educação - SEDUC) - Suplente

Flávio André Pereira Moura (Núcleo de Estudos e Políticas da Educação - NUPPEGE/UFPI) - Titular

Cleide Ferreira Leão (Núcleo de Estudos e Políticas da Educação - NUPPEGE/UFPI) - Suplente

Danielle Pereira de Oliveira (Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial - SENAC/PI) - Titular

Cleonice do Nascimento Silva (Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial - SENAC/PI) - Suplente

Eliane Rodrigues de Moraes (Conselho Estadual de Educação do Piauí - CEE/PI) - Titular

Conceição de Maria da Silva Bugija Brito (Conselho Estadual de Educação do Piauí - CEE/PI) - Suplente

Cleuma Magalhães e Sousa (Secretaria Municipal de Educação de Teresina - SEMEC) - Titular

Nailde Ferraz de Castro Resende Carvalho (Secretaria Municipal de Educação de Teresina - SEMEC) - Suplente

Adilson de Aipim (Fórum de Educação do Campo - FOPEC) - Titular

Waldirene Alves Lopes da Silva (Fórum de Educação do Campo - FOPEC) - Suplente

Dinair Sebastiana Veloso da Silva (Secretaria Municipal de Educação de Teresina - SEMEC) - Titular



Marlene Santana do Nascimento (Secretaria Municipal de Educação de Teresina - SEMEC) - Suplente

Dalva Stella Ferreira Dantas (Universidade Estadual do Piauí - UESPI) - Titular

Edileusa Maria Lucena Sampaio (Universidade Estadual do Piauí - UESPI) - Suplente

Djanira do Espírito Santo Lopes Cunha (Fórum Estadual de Educação de Jovens e Adultos - FOPEJA) - Titular

Nina Rosa de Oliveira Rego (Fórum Estadual de Educação de Jovens e Adultos - FOPEJA) - Suplente

Edilane dos Santos Silva (Representante de Pais - CAC/SEMEC) - Titular

Maria de Jesus Araújo Silveira (Representante de Pais - CAC/SEMEC) - Suplente

Teresinha de Sousa Medeiros Santos (Câmara de Vereadores de Teresina) - Titular

Edilberto Borges de Oliveira (Câmara de Vereadores de Teresina) - Suplente

Glaucimar Carolina Sales Pereira dos Santos (Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Teresina - APAE/Teresina) - Titular

Eva de Melo Bonfim (Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Teresina - APAE/Teresina) - Suplente

Leia Soares da Silva (Instituto Federal do Piauí - IFPI/PI) - Titular

Fabiana Araújo Sousa (Instituto Federal do Piauí - IFPI/PI) - Suplente

Thaís Maria de Araújo Pessoa (Rede Café com Paulo Freire) - Titular

Felipe Paz Sousa (Rede Café com Paulo Freire) - Suplente

Virgínia Emannuella Moura Lopes (Secretaria Municipal de Planejamento - SEMPLAN) - Titular

Karina Kedna Portela Soares Rocha (Secretaria Municipal de Planejamento - SEMPLAN) - Suplente

Maria Aparecida Cardoso Silva (Conselho Municipal de Educação de Teresina - CME/THE) - Titular

José de Jesus Redusino (Conselho Municipal de Educação de Teresina - CME/THE) - Suplente

Kleber Ibiapina Gomes (Sindicato dos Professores e Auxiliares da Administração Escolar do Estado do Piauí - SINPRO/PI) - Titular

Ricardo Guimarães Rodrigues (Sindicato dos Professores e Auxiliares da



Administração Escolar do Estado do Piauí - SINPRO/PI) - Suplente

Lucine Rodrigues Vasconcelos Borges de Almeida (Sindicato dos Trabalhadores em Educação do Estado do Piauí - SINTE/PI) - Titular

Maria da Conceição de Resende Castro (Sindicato dos Trabalhadores em Educação do Estado do Piauí - SINTE/PI) - Suplente

Vanda Maria de Carvalho Lima (Sindicato dos Servidores do Municipal de Teresina - SINDSERM) - Titular

Manuela Fernanda Borges dos Santos (Sindicato dos Servidores do Município de Teresina - SINDSERM) - Suplente

Pedro Victor da Silva (União Nacional dos Estudantes do Piauí – UNE/PI) - Titular

Rafael Christian Vilela Rodrigues (União Nacional dos Estudantes do Piauí – UNE/PI) - Suplente

Valéria Madeira Martins Ribeiro (Movimento Interfórum de Educação Infantil do Brasil – MIEIB/PI) - Titular

Zélia Maria Carvalho e Silva (Movimento Interfórum de Educação Infantil do Brasil – MIEIB/PI) - Suplente



Sumário

APRESENTAÇÃO	13
1 INTRODUÇÃO	16
1.1 ORGANIZAÇÃO E METODOLOGIA DO MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE TERESINA – PME/THE	17
METAS DO PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO OBSERVADAS NO PERÍODO DE 2019 A 2021	20
1 EDUCAÇÃO INFANTIL	21
2 ENSINO FUNDAMENTAL	44
3 ENSINO MÉDIO	66
4 EDUCAÇÃO INCLUSIVA	80
5 ALFABETIZAÇÃO	109
6 EDUCAÇÃO INTEGRAL	119
7 QUALIDADE NA EDUCAÇÃO BÁSICA	131
8 ESCOLARIDADE MÉDIA DA POPULAÇÃO	165
9 ALFABETIZAÇÃO E ALFABETISMO FUNCIONAL DE JOVENS E ADULTOS	169
10 EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS INTEGRADA À EDUCAÇÃO PROFISSIONAL	189
11 EDUCAÇÃO PROFISSIONAL	205
12 ENSINO SUPERIOR	223
13 TITULAÇÃO DE PROFESSORES DO ENSINO SUPERIOR	260
14 PÓS-GRADUAÇÃO STRICTO SENSU	266
15 FORMAÇÃO E VALORIZAÇÃO DE PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA	272
16 FORMAÇÃO CONTINUADA E PÓS-GRADUAÇÃO DE PROFESSORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA	283
17 VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA	289
18 VALORIZAÇÃO DO PROFESSOR	294
19 GESTÃO DEMOCRÁTICA	303
20 FINANCIAMENTO DA EDUCAÇÃO	319
21 CONSIDERAÇÕES FINAIS E RECOMENDAÇÕES	348
ANEXOS	349



LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Distribuição da quantidade de crianças atendidas na educação infantil nas escolas municipais de Teresina-PI, de 2022 a 2024 (p. 35).

Tabela 2 - Quantidade de renovação de matrículas dos alunos da rede municipal, com saída da educação infantil e entrada no ensino fundamental (p. 38).

Tabela 3 - Distribuição dos dados de matrículas em Tempo Integral na Educação Infantil, com série histórica referente aos anos de 2022 a 2024 (p. 39).

Tabela 4 - Distribuição da quantidade de pessoas de 16 anos com pelo menos o Ensino Fundamental concluído, e da população de 16 anos no município de Teresina-PI (p. 45).

Tabela 5 - Leitura da Avaliação Nacional de Alfabetização (ANA) (p. 108).

Tabela 6 - Escrita da Avaliação Nacional de Alfabetização (ANA) (p. 109).

Tabela 7 - Indicador de Matemática da Avaliação Nacional de Alfabetização (ANA) (p. 109).

Tabela 8 - Resultado do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica em Língua Portuguesa (SAEB) (p. 155).

Tabela 9 - Resultado do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica em Matemática (SAEB) (p. 110).

Tabela 10 - Resultado do Sistema de Avaliação do Piauí em Língua Portuguesa (SAEPI) (p. 111).

Tabela 11 - Média municipal do Ideb nos anos iniciais do ensino fundamental (p.130).

Tabela 12 - Média municipal do Ideb nos anos finais do ensino fundamental (p. 131).

Tabela 13 - Média municipal do Ideb no Ensino Médio (p.132).

Tabela 14 - Taxa de alfabetização da população de 15 anos ou mais de idade (p. 168).

Tabela 15 - Oferta da modalidade educação de jovens e adultos (EJA) realizada pela Secretaria Municipal de Educação de Teresina- SEMEC (p. 169).

Tabela 16 - Taxa de analfabetismo funcional de pessoas de 15 anos ou mais de idade (p. 171).

Tabela 17 - Matrículas da Educação Profissional integrada à Educação de Jovens e Adultos (Teresina) (p. 189).

Tabela 18 - Quantitativo de matrículas PROEJA/IFPI (p. 190).

Tabela 19 - - Participação do segmento Público na Expansão da EPT de nível médio (p.206).

Tabela 20 - Quantidade de alunos matriculados (ingressantes) no ensino médio integrado, por Campus (p.206).

Tabela 21 - Quantidade de alunos matriculados (ingressantes) nos cursos técnicos profissionalizantes do SENAC (p. 207).



Tabela 22 - Participação do Segmento Público na Expansão de Matrículas de Graduação (p. 223).

Tabela 23 - Quantitativo de alunos do Ensino Superior do IFPI (p. 225).

Tabela 24 - Número de Mestres e de Doutores titulados (p. 265).

Tabela 25 - Categorias de adequação da formação dos docentes em relação à disciplina que lecionam: Número de docentes da Educação Básica por formação acadêmica 2014 a 2021- Teresina (p. 276).

Tabela 26 - Razão entre a remuneração média dos profissionais do magistério de 40 horas, das redes públicas de Educação Básica, e a dos demais profissionais com escolaridade equivalente (p. 288).

Tabela 27 - Percentual de reajuste do Piso Salarial Profissional Nacional (PSPN) 2014 - 2024 (p. 296).

Tabela 28 - Percentual de escolas públicas que selecionam diretores por meio de processo seletivo qualificado e eleição com participação da comunidade escolar (p.302).

Tabela 29 - Percentual de unidades de ensino públicas com conselhos escolares instituídos (p.302).

Tabela 30 - Aplicação de recursos em Manutenção e Desenvolvimento de Ensino (MDE) – em valores nominais e percentuais, de 2014 a 2024 - TERESINA/PI (p. 323).

Tabela 31 - Receitas do FUNDEB – Destinado, recebido (redistribuição e complementação) e aplicação financeira, de 2014 a 2024, em valores nominais -TERESINA/PI (p. 323).

Tabela 32 - Valores do FUNDEB aplicados na valorização do magistério – em valores nominais e percentuais, de 2014 a 2023 - TERESINA/PI (p. 325).

Tabela 33 - Receitas de transferências do FNDE e do Salário Educação para a Secretaria Municipal de Educação de Teresina, de 2014 a 2021 -TERESINA/PI.

Tabela 34 - Composição da receita da educação municipal, de 2014 a 2023 – em valores nominais - TERESINA/PI (p. 326).

LISTA DE QUADROS

Quadro 01 - Centros Municipais de Educação Infantil em construção/reforma e ampliação - triênio 2022-2024 (p. 22).

Quadro 02 – Formação continuada de professores da Educação Infantil (2023-2024). (p. 32).

Quadro 03 - Estrutura do cálculo de investimentos públicos em educação – Brasil -Descrição Investimento público total -Fonte: Inep/Deed, 2014b (p. 318).



Quadro 04 - Relato das Prestações de Contas da Educação/ FUNDEB TERESINA (2014-2019/TCE/PI) (p. 320).

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 01 - Série histórica do percentual de crianças de 4 e 5 anos matriculadas na pré-escola ou nas escolas do município de Teresina-PI (p. 20).

Gráfico 02 - Série histórica do percentual de crianças de 0 a 3 anos matriculadas na creche ou nas escolas do município de Teresina-PI (p. 43).

Gráfico 03 - Série histórica do percentual da população de 6 a 14 anos matriculadas na pré-escola ou nas escolas municipais de Teresina-PI (p. 46).

Gráfico 04 - Série histórica do percentual da população de 16 anos com pelo menos o ensino fundamental concluído no município de Teresina-PI (p. 44).

Gráfico 05 - Percentual da população de 15 a 17 anos que frequenta a escola de Educação Básica no município de Teresina- PI (p. 65).

Gráfico 06 - Percentual da população de 15 a 17 anos que frequentam o ensino médio no município de Teresina- PI (p. 66).

Gráfico 07 - Série histórica do Percentual de matrículas em classes comuns do Ensino Regular e/ou EJA da Educação Básica, de alunos de 4 a 17 anos de idade com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação (p. 80).

Gráfico 08 - Série histórica do Percentual de alunos da educação básica pública que pertencem ao público-alvo da ETI e que estão em jornada de tempo integral (p.118).

Gráfico 09 - Série histórica do Percentual de **escolas** públicas da educação básica que possuem, pelo menos, 25% dos alunos do público-alvo da ETI em jornada de tempo integral (p.119).

Gráfico 10 - Série histórica do percentual de matrículas da Educação de Jovens e Adultos, nos Ensinos Fundamental e Médio, na forma integrada à Educação Profissional das unidades de ensino no município de Teresina-PI (p. 188).

Gráfico 11 - Série histórica do número absoluto de matrículas em Educação Profissional Técnica (EPT) de nível médio no município de Teresina-PI (p. 204).

Gráfico 12 - Série histórica da expansão acumulada no segmento público na oferta de matrículas em EPT de nível médio em relação a 2014, em Teresina – PI. 2014-2024 (p. 207).

Gráfico 13 - Série histórica da taxa bruta de matrículas na graduação das universidades/Faculdades públicas e privadas do município de Teresina-PI (p. 222).

Gráfico 14 - Série histórica da taxa líquida de escolarização na educação superior das



universidades/Faculdades públicas e privadas do município de Teresina-PI (p. 223).

Gráfico 15 - Série histórica do percentual de docentes da educação superior com mestrado ou doutorado no município de Teresina-PI (p. 259).

Gráfico 16 - Série histórica do percentual de docentes da educação superior com doutorado no município de Teresina-PI (p. 260).

Gráfico 17 - Série histórica da proporção de docentes da Educação Infantil com professores cuja formação superior está adequada à área de conhecimento que lecionam na escola do município de Teresina-PI (p. 271).

Gráfico 18 - Série histórica da proporção de docentes dos anos iniciais do ensino fundamental com professores cuja formação superior está adequada à área de conhecimento que lecionam na escola do município de Teresina-PI (p. 272).

Gráfico 19 - Série histórica da proporção de docentes dos anos finais do ensino fundamental com professores cuja formação superior está adequada à área de conhecimento que lecionam na escola do município de Teresina-PI (p. 273).

Gráfico 20 - Série histórica da proporção de docentes do Ensino Médio com professores cuja formação superior está adequada à área de conhecimento que lecionam na escola do município de Teresina-PI (p. 274).

Gráfico 21 - Série histórica do percentual de Professores da Educação Básica com Pós-Graduação Lato Sensu ou Stricto Sensu do município de Teresina-PI (p. 282).

Gráfico 22 – Percentual de docentes da Educação Básica com pós-graduação lato sensu e stricto sensu 2014 a 2024 (p. 283).

Gráfico 23 – Série histórica do percentual de professores da Educação Básica que realizaram cursos de Formação Continuada do município de Teresina-PI (p. 284).

Gráfico 24 – Vencimento Base Inicial do Magistério Público da Educação Básica e Piso Salarial Profissional Nacional - 2014 – 2023 (TERESINA/PI) (p. 297).



APRESENTAÇÃO

O Plano Municipal de Educação de Teresina – PME/THE/2015 a 2025 é o principal instrumento norteador das políticas educacionais do Município e é resultado do mais amplo debate com a sociedade civil, cujo processo foi capaz de mobilizar incontáveis colaborações, de revelar conflitos e tensões em divergentes opiniões, convergindo para as ideias e compromissos que culminaram em um documento de alta qualidade.

O PME foi elaborado de forma democrática, aberta e participativa. Sucederam-se conferências livres, temáticas e a final, tendo como base para todas as análises e discussões, criterioso documento proposto pelo Fórum, Conselho e Conferência Municipal de Teresina. Ao fim, apresentado e discutido, foi votado e aprovado pela Câmara Municipal de Teresina, transformando-se na lei 4.739 de 26 de junho de 2015.

Uma premissa indispensável é o fato de que o PME deve ter legitimidade para ter sucesso. Planos construídos em gabinetes ou por consultores alheios à realidade municipal tendem ao fracasso, mas um PME submetido ao amplo debate incorpora a riqueza das diferentes visões e vivências que a sociedade tem sobre a realidade que deseja alterar. Somente um Plano Municipal de Educação legítimo pode contar com o apoio de todos para monitorar seus resultados e impulsionar a sua concretização, através da mobilização da sociedade ao longo dos seus dez anos de vigência.

Qual o papel do Fórum Municipal de Educação de Teresina (FME/THE) nesse contexto? Desde o início, o FME/THE teve o papel preponderante na condução do processo de monitoramento e avaliação do PME/THE de Teresina. Os fóruns municipais de educação têm o importante papel de monitorar continuamente as ações dos Planos municipais e, periodicamente, parar para fazer uma avaliação mais detalhada desse processo. Aqui estamos falando das Conferências de Educação.

O processo de construção do presente Relatório de Monitoramento e Avaliação, realizado pela Equipe Técnica de Monitoramento do PME e pela Comissão Especial de Sistematização do Relatório de Monitoramento e Avaliação do Plano Municipal de Educação de Teresina seguiu passos determinados e consensuados no Fórum Municipal de Educação de Teresina, sendo eles:

- **Passo 01** - Definição do modelo de relatório, ocorrida nas reuniões da Equipe Técnica de monitoramento do PME com a coordenação do FME;



- **Passo 02** - Apresentação do Plano Municipal de Educação de Teresina para os gestores da Secretaria Municipal de Educação de Teresina - SEMEC;
- **Passo 03** - Avaliação das metas (e estratégias) do PME pelos técnicos responsáveis por cada setor da SEMEC. O resultado desse trabalho foi apresentado para todos os gestores da Secretaria, no evento denominado “Discutindo o Plano Municipal de Educação de Teresina”;
- **Passo 04** - Organização de Grupos de Trabalho (GT) no FME para avaliação de metas executadas pela SEDUC, IFPI, UFPI, UESPI, etc;
- **Passo 05** - Levantamento de dados estatísticos e elaboração dos indicadores educacionais de cada meta e estratégias, com ajuda de gestores da SEMEC, IFPI, SEDUC E NUPPEGE;
- **Passo 06** - Divulgação do Plano Municipal de Educação de Teresina, realizada nos grupos de formação continuada de professores e gestores das escolas municipais;
- **Passo 07** - Reavaliação das metas (e estratégias) do PME pelos Técnicos responsáveis por cada setor da SEMEC;
- **Passo 08** - Consolidação dos resultados dos estudos e análises do alcance das metas e estratégias do PME, no Relatório de monitoramento e avaliação do PME (período 2019-2021);
- **Passo 09** - Apresentação da Consolidação dos resultados dos estudos e análises do alcance das metas e estratégias do PME, no Relatório de monitoramento e avaliação do PME (período 2019-2021) para o Secretário Municipal de Educação;
- **Passo 10** - Divulgação do Relatório de monitoramento e avaliação do PME (período 2019-2021) na V Conferência Municipal de Educação de Teresina (Documento-base)
- **Passo 11** – Ampliação das informações do Relatório, com dados do período pós-conferência de 2023, gerando uma nova versão do Documento, no final de 2024.
- **Passo 12** - Realização de novo processo de Reavaliação das metas (e estratégias) do PME pelos Técnicos responsáveis por cada setor da SEMEC (2015 a 2024);
- **Passo 13** – Consolidação dos resultados dos estudos e análises do alcance das metas e estratégias do PME, no Relatório de monitoramento e avaliação do PME (período 2015-2024);
- **Passo 14** - Divulgação do Relatório de monitoramento e avaliação do PME (período 2015-2024) na VI Conferência Municipal de Educação de Teresina (Documento-base)
- **Passo 15** - Consolidação das informações resultantes das discussões realizadas no contexto da **VI Conferência Municipal de Educação de Teresina** no Relatório de Monitoramento e Avaliação do Plano Municipal de Educação de Teresina (2015-2024)

Francisco das Chagas Alves Rodrigues

Coordenador do Fórum Municipal de Educação de Teresina.



PREFÁCIO

Este documento é fruto do trabalho colaborativo, coordenado pelo Fórum Municipal de Educação de Teresina (FME/THE), em parceria com o Conselho Municipal de Educação de Teresina (CME/THE), Equipe Técnica de Monitoramento do Plano Municipal de Educação de Teresina (PME), nomeada por meio da Portaria nº 278/2025/GAB/SEMEC, e Comissão Especial de Elaboração do Relatório de Monitoramento e avaliação do PME, instituída pela Portaria Nº 281/2025/GAB/SEMEC).

A motivação para a produção deste relatório emergiu da necessidade de fornecer subsídios para o diagnóstico, o monitoramento, a avaliação e o planejamento das políticas públicas educacionais do município de Teresina, visando a melhoria da qualidade da educação.

O documento apresenta o estudo das 20 metas, dos 50 indicadores e das 283 estratégias, destacando a análise dos avanços e recuos da educação municipal, na perspectiva de subsidiar a elaboração de políticas públicas que promovam uma educação de qualidade com justiça social.

A materialização deste documento deu-se também por meio da colaboração da SEMEC, da SEDUC, do IFPI, da UESPI, da UFPI, do NUPEGE, da Campanha Nacional pelo Direito à Educação e do coordenador do Fórum Municipal de Educação, Francisco Alves Rodrigues, que mobilizou esforços e energia para a produção do referido relatório.

Este relatório constitui-se em instrumento de garantia efetiva de direitos, fomentando o debate, fortalecendo a interlocução e possibilitando o renovo — o tecer coletivo de um amanhã mais inclusivo, mais justo e equânime.

Hostiza Machado Vieira Neves
Coordenadora da Equipe Técnica de Monitoramento do PME/THE
Presidente do Conselho Municipal de Educação/THE



1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

1.1 Organização e metodologia do monitoramento e avaliação do Plano Municipal de Educação de Teresina – PME/THE

Em consonância com o Plano Nacional de Educação (PNE), instituído pela Lei Federal nº 13.005/2014, com o Plano Estadual de Educação (PEE), Lei Estadual nº 6.733/2015, de 17 de dezembro de 2015, e com o Plano Municipal de Educação de Teresina (PME-THE), Lei Municipal nº 4.739, de 26 de junho de 2015, ressaltamos a necessidade de monitoramento contínuo e avaliações periódicas, com o envolvimento de todas as instâncias responsáveis e a devida mobilização social para acompanhar, sistematicamente, a implementação das metas e estratégias do plano.

Este Relatório contempla o período de janeiro de 2015 a dezembro de 2024 e, do ponto de vista metodológico, fundamenta-se nos procedimentos descritos no Caderno de Orientações para Monitoramento e Avaliação dos Planos Municipais de Educação¹.

O relatório compreende os estudos realizados em torno de **10 eixos, 20 metas** e suas respectivas **223 estratégias**, oferecendo suporte às reflexões necessárias, pautadas nos **Quadros de Indicadores**, nos **dados estatísticos** levantados e nas **análises específicas de cada meta**, com vistas à avaliação da execução e da eficácia das estratégias propostas. Busca-se, assim, instrumentalizar os posicionamentos da Secretaria Municipal de Educação – SEMEC, diante desse planejamento estratégico decenal estabelecido por lei, em articulação com as demais estruturas educacionais, administrativas e de gestão democrática do município de Teresina.

O objetivo principal foi levantar os dados relativos às **20 metas estabelecidas no PME de Teresina**, de modo a traçar um **panorama equacional** com base nos resultados obtidos, expressos em percentuais e/ou valores absolutos, considerando a abrangência das estratégias previstas para cada meta.

Este relatório anual busca não apenas quantificar e avaliar metas e estratégias conforme metodologia definida, mas também **diagnosticar deficiências** e indicar **possíveis melhorias**

¹ Disponível em http://pne.mec.gov.br/images/pdf/publicacoes/pne_pme_caderno_de_orientacoes_final.PDF).



para a plena implementação do PME.

Objetivou-se levantar os dados já alcançados com relação às vinte (20) metas constantes e detalhados no PME Teresina – PI, a fim de traçar um panorama equacional no que tange aos resultados, expressos em percentuais e/ou valores absolutos, levando em conta a dimensionalidade das estratégias previstas para cada uma das metas. O Relatório Anual enseja, além de mensurar sob a forma metodológica, as metas e estratégias do PME, permitindo-nos quantificá-las e traçar um diagnóstico temporal (anual), sobre o PME, também identificar as possíveis deficiências, ou seja, os resultados não alcançados, e melhoramentos a serem efetivados.

De acordo com o Art. 4º da Lei nº 4.739/2015, as metas previstas no anexo da referida lei devem tomar como referência a **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD)**, o **Censo Demográfico**, os **censos nacionais da educação básica e superior** atualizados, disponíveis à época da publicação da Lei, além de dados oficiais da Secretaria Municipal de Educação de Teresina.

Coube à Equipe Técnica de Monitoramento do Fórum Municipal de Educação e, posteriormente, com o apoio da Comissão Especial de Sistematização do Relatório de Monitoramento e Avaliação do Plano Municipal de Educação de Teresina, criada em 2023, por ocasião da construção da primeira versão desse Relatório, a responsabilidade de verificar a operacionalização e o alcance das metas e estratégias. Grupos de Trabalho (GTs) também contribuíram significativamente para a construção do relatório, reunindo-se em datas previamente estabelecidas durante os encontros do Fórum Municipal de Educação de Teresina.

Quanto às estratégias, estas serão apresentadas logo após cada meta, organizadas em ordem cronológica, respeitando o prazo de realização. As deliberações e observações sobre o cumprimento de cada estratégia serão detalhadas por meio de levantamento realizado junto às instâncias responsáveis: os sistemas municipal e estadual de educação, representantes das Instituições de Ensino Superior - Universidade Federal do Piauí (UFPI), Universidade Estadual do Piauí (UESPI) e Instituto Federal de Educação do Piauí (IFPI), o Sistema “S” e a Secretaria de Estado da Educação do Piauí (SEDUC).

No que diz respeito à estrutura do documento, após o quadro de indicadores de cada meta, apresenta-se o “comentário da meta”, com notas explicativas sobre os avanços ou desafios enfrentados no período analisado. Esta seção foi ampliada na versão atual do relatório.

Destacamos que, para alguns indicadores, as informações encaminhadas foram insuficientes para gerar e aferir resultados de suas metas. Assim, enquanto não houver dados



oficiais disponibilizados, tais indicadores permanecerão sem possibilidade de medição.

Para a avaliação das estratégias, convencionou-se que, na coluna “observações/execução das estratégias”, seriam incluídas informações sobre as ações desenvolvidas no período, além de proposições para alcançar a finalidade da estratégia. Já na coluna “Estratégia realizada / Não iniciada / Em andamento / Parcialmente realizada”, foram adotadas as seguintes definições: “concluída”, se as ações/políticas previstas tiverem sido efetivadas no período estabelecido; “em andamento”, para as ações/políticas que não atendessem às estratégias em alguma de suas demandas; “não iniciada”, para as estratégias que não tivessem, no período, nenhuma ação/política que as atendessem.

Na versão 2024 do relatório, foi adicionada a coluna “Previsões orçamentárias”, destinada a indicar a fonte dos recursos utilizados na ação descrita.

A seguir, serão apresentados o monitoramento e a avaliação das metas do PME de Teresina, referentes aos anos de 2015 a 2024.



METAS DO PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO OBSERVADAS NO PERÍODO DE 2015 A 2024

1 EDUCAÇÃO INFANTIL



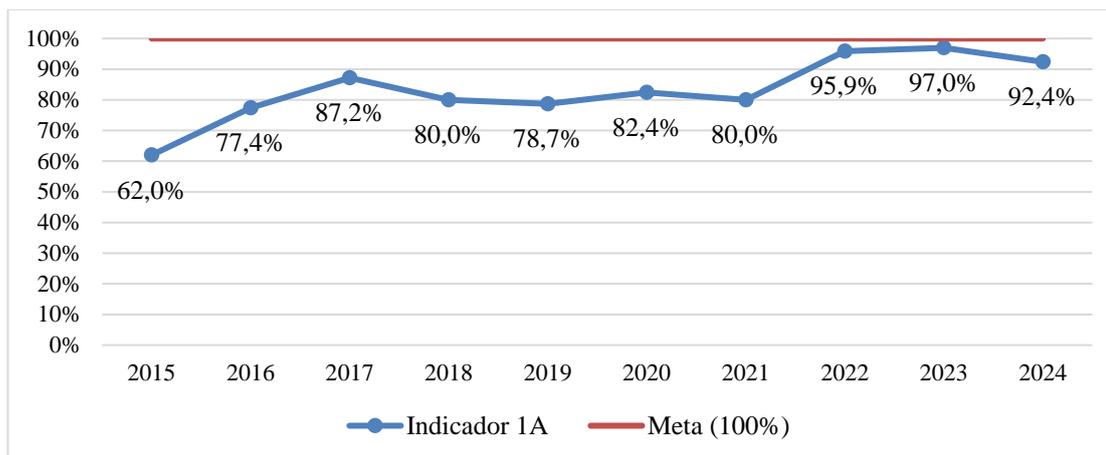
META 1

Universalizar, até 2016, a Educação Infantil na pré-escola para as crianças de 4 (quatro) a 5 (cinco) anos de idade e ampliar a oferta de Educação Infantil em creches, de forma a atender, no mínimo, 35% (trinta e cinco por cento) das crianças de 0 (zero) a 3 (três) anos até o quinto ano de vigência do PME e garantir o mínimo de 80% (oitenta por cento) até o final do decênio.

Nesta seção, são apresentados os indicadores da rede municipal de educação de Teresina da meta 1 e das estratégias 1.1 a 1.21. O monitoramento do atendimento à população de 0 a 5 anos é fundamental para a definição das políticas educacionais voltadas para o direcionamento ao acesso, à qualidade e à equidade na educação infantil. O acompanhamento do alcance da meta 1 é realizado por meio da taxa de atendimento escolar, aplicada aos dois grupos etários, considerando os indicadores 1A e 1B, apresentados a seguir:

Indicador 1A: Proporção de pessoas de 4 a 5 anos matriculadas na escola ou na pré-escola.

Gráfico 1: Série histórica do percentual de crianças de 4 e 5 anos matriculadas na pré-escola ou nas escolas do município de Teresina-PI, no período de 2015 a 2024.



Fonte: DATASUS (2022); IBGE, SIDRA, 2024. INEP, Censo Escolar (2015-2024).

O Indicador 1A (Gráfico 1) refere-se ao percentual da população de 4 e 5 anos de idade matriculada na pré-escola. Ao analisar a série histórica, de 2015 a 2024, percebe-se uma tendência de crescimento até 2017, seguida de variações nos anos subsequentes.

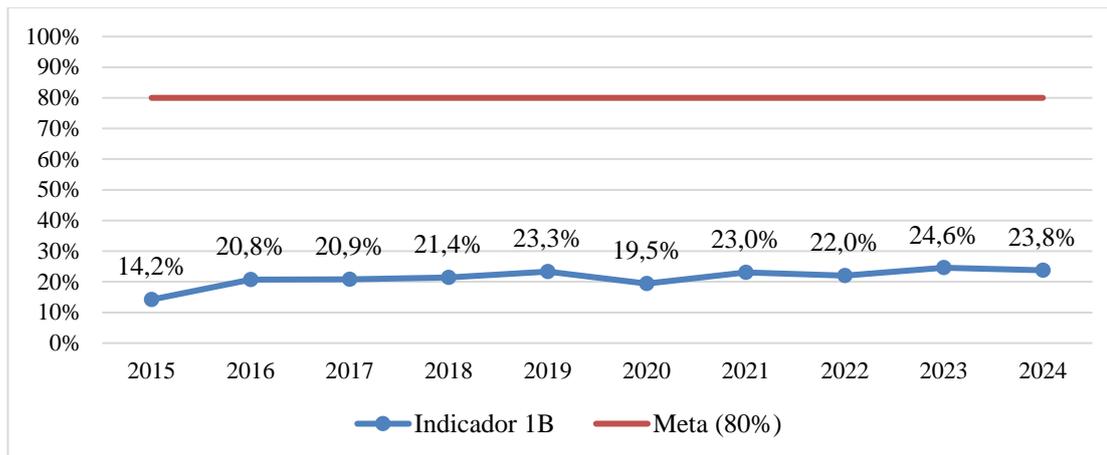
No período de 2018 a 2021, observam-se oscilações nas taxas de matrícula. Ressalta-se que o decréscimo registrado em 2021 nos índices de acesso e permanência de crianças no sistema educacional do município de Teresina, pode estar relacionado aos impactos negativos da pandemia de Covid-19.

Em 2022, houve um crescimento significativo no percentual de matrículas, que alcançou 95,9%, representando um acréscimo de 15,9 pontos percentuais em relação ao ano anterior. Em 2023, o índice atingiu 97%. No entanto, em **2024**, observou-se uma **queda para 92,4%**.

Destaca-se que, embora a taxa da população em idade escolar obrigatória de 4 e 5 anos tenha evoluído significativamente no período de 2014 a 2024, apresentando um crescimento de 30,4%, o indicador referente à universalização do atendimento ainda não foi alcançado. Nesse contexto, um dos desafios consiste na realização de um microcenso educacional, que poderá contribuir substancialmente para localizar as crianças de 4 e 5 anos que ainda não estão sendo atendidas pela Rede Municipal de Ensino.

Indicador 1B: Proporção de pessoas de 0 a 3 anos matriculadas na creche ou na escola.

Gráfico 2: Série histórica do percentual de crianças de 0 a 3 anos matriculadas na creche ou nas escolas do município de Teresina-PI.



Fonte: DATASUS (2022); IBGE, SIDRA, 2024. INEP, Censo Escolar (2015-2024).

O Gráfico 2 apresenta o resultado do indicador 1B para o município de Teresina, com informações sobre os percentuais de atendimento de crianças de 0 a 3 anos em creches e escolas, no período de 2015 a 2024.

A série histórica apresenta crescimento no intervalo de 2015 a 2019, seguido de um recuo em 2020 e uma retomada de crescimento em 2021. Observa-se que, em 2020, o percentual de matrículas foi de 19,5%. Esse dado revela que, no quinto ano de vigência do PME — ano previsto para o alcance da meta intermediária de 35% de cobertura escolar da população de 0 a 3 anos em creche — o objetivo não foi alcançado, apresentando um distanciamento de 15,5 pontos percentuais em relação à meta estabelecida.

No que tange ao alcance da meta de 80% de atendimento das crianças de 0 (zero) a 3 (três) anos até 2025, ano final de vigência do Plano Municipal de Educação de Teresina (PME/THE), observa-se por meio do indicador 1B, que o município ainda se encontra **consideravelmente distante do patamar estabelecido**.

Em 2024, a população de crianças nessa faixa etária corresponde a 45.845, das quais apenas **10.902 estão matriculadas** em creches ou instituições equivalentes, o que representa um atendimento de aproximadamente **23,78%**. Isso indica um **distanciamento de 56,22 pontos percentuais** em relação à meta de 80%, evidenciando um cenário **desafiador para a universalização do atendimento na educação infantil**.

Em face do cenário apresentado, fica evidente que o município de Teresina tem registrado avanços na cobertura da Educação Infantil, tanto para crianças de 0 a 3 anos quanto de 4 a 5 anos, ainda que não tenha atingido integralmente a meta estabelecida. Nesse contexto, o município vem empreendendo esforços para ampliar o atendimento e alcançar os percentuais previstos no PME, especialmente para a faixa etária de 0 a 5 anos. Para isso, tem buscado



recursos com o objetivo de priorizar ações de construção, reforma e ampliação de unidades de ensino, conforme apresenta a tabela 01:

Quadro 01 - Centros Municipais de Educação Infantil em construção/reforma e ampliação - triênio 2022-2024.

CENTROS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO INFANTIL	SITUAÇÃO	PARCIAL INTEGRAL	Nº DE SALAS CONSTRUÍDAS	CAPACIDADE DE ATENDIMENTO
CMEI Professora Vera Lúcia Rocha de Oliveira	Em construção	Integral	8	150
CMEI Phillipp Guerra	Concluída	Integral	10	200
CMEI Residencial Dilma Rousseff	Em construção	Integral	10	200
CMEI Árvores Verdes	Reforma e ampliação	Parcial	03	115
Total	-	-	33	665

Fonte: Gerência de Educação Infantil (GEI)/ Gerência de Manutenção e Conservação (GMC)

A Prefeitura Municipal de Teresina, em parceria com o Governo Federal, por meio do Programa Nacional de Reestruturação e Aquisição de Equipamentos para a Rede Escolar Pública de Educação Infantil (Proinfância), instituído pela Resolução nº 6, de 24 de abril de 2007, tem realizado investimentos na construção de 03 (três) Centros Municipais de Educação Infantil (CMEI's), com inauguração prevista para 2025, a saber, os CMEI'S Professora Vera Lúcia Rocha de Oliveira Santos e Phillipp Guerra, bem como a ampliação do CMEI Árvores Verdes. Em específico, o CMEI localizado no Residencial Dilma Rousseff tem previsão de inauguração para 2026. Dessa forma, o município viabiliza, de forma gradativa, a ampliação do atendimento em creche e pré-escola.

Além de investimentos na infraestrutura, a PMT desenvolve ações referentes à contratação de profissionais da educação, tais como: Processo Seletivo Simplificado de professor substituto - Edital nº 04/2022; Concurso público para Auxiliar Educacional - Edital nº 01/2024; Concurso público para professores efetivos do Primeiro Ciclo (Educação Infantil e Anos Iniciais) e Atendimento Educacional Especializado (AEE) - Edital nº 02/2024; Concurso público para Pedagogo e Psicopedagogo - Edital 004/2024.



1.1 Estratégias

Estratégias	Prazo	Observações/ execução da estratégia	Previsões Orçamentarias	Estratégia realizada/ Não iniciada /Em andamento e Parcialmente realizada
1.1) Realizar diagnóstico da rede pública de educação infantil com vistas a identificar as demandas prioritárias, em termos de condições infra estruturais e de recursos humanos.	2025	<p>Diagnóstico realizado em 100% dos Centros Municipais de Educação Infantil (CMEI) com vistas a identificar as condições de infraestrutura, sendo: 26 centros Municipais de Educação Infantil – TIPO PROINFÂNCIA 1, 2 e B, representando 15% de unidades com condições de acessibilidade;</p> <p>Com base no diagnóstico, a Gerência de Manutenção e Conservação (GMC) prioriza os reparos e reformas na infraestrutura dos CMEI'S.</p> <p>No que tange aos Recursos humanos:</p> <p>Ano de 2024: 90 Pedagogos; 1088 Professores efetivos; 679 Substitutos; 519 Estagiários.</p> <p>Ano 2024: Concurso Edital n° 002/24: Professores efetivos do primeiro ciclo educação infantil e anos iniciais: 202 vagas. Atendimento Educacional Especializado (AEE): 60 vagas. Concurso Edital n° 004/24: Disponibilizou 80 vagas para pedagogos e 25 para psicopedagogos.</p>	LOA/LDO/PPA SIMEC/PAR PNAE SEMEC PAR PDDE PNAT	Parcialmente



Estratégias	Prazo	Observações/ execução da estratégia	Previsões Orçamentarias	Estratégia realizada/ Não iniciada /Em andamento e Parcialmente realizada
		<p style="text-align: center;">Proposições da VI Conferência Municipal de Educação:</p> <p>Mapear a quantidade de professores por formação, Lato sensu e Stricto sensu; Dados atualizados – Educação Infantil 6 Pedagogos; 83 professores para atuarem na Educação Infantil(EI)- Edital nº 002/24 e 004/2024; 1.2 Realizar microcenso populacional, até 2016, para identificar: o quantitativo da população de 0(zero) a 5(cinco) anos, local onde habita, condições de moradia, condições de saúde e outros, uma vez que o município ainda não realiza microcenso educacional, os dados para cálculo dos indicadores 1A e 1B foram coletados nos <i>sites</i> oficiais do Governo Federal e de domínio público: DATASUS (Tabnet) para dados da população 2015 a 2021. Com relação aos dados da população 2022 a 2024 foram utilizadas as informações do IBGE (SIDRA), e o Portal do INEP (Censo Escolar) para os dados de matrículas 2015 a 2024.</p>		
1.2) Realizar microcenso populacional, até 2016, para identificar: o quantitativo da população de 0(zero) a 5(cinco) anos, local onde habita, condições de	2025	<p style="text-align: center;">Proposições da VI Conferência Municipal de Educação:</p> <p>Realizar articulação intersetorial (educação, saúde, assistência social, planejamento habitacional).</p>		Parcialmente



Estratégias	Prazo	Observações/ execução da estratégia	Previsões Orçamentarias	Estratégia realizada/ Não iniciada /Em andamento e Parcialmente realizada
moradia, condições de saúde e outros indicadores socioeconômicos.				
1.3) Definir/ adequar padrões iniciais de qualidade do funcionamento das escolas da rede pública de acordo com o custo aluno-qualidade inicial - CAQi, e posteriormente o custo aluno-qualidade - CAQ, para atender a demanda de educação infantil de acordo com as especificidades das escolas do campo e da cidade.	2025	As construções e intervenções na rede física seguem os “Padrões Mínimos de Qualidade da Rede Pública Municipal de Ensino de Teresina” estabelecidos pela SEMEC (2012), em conformidade com os Parâmetros Nacionais de Qualidade para a Educação Infantil – MEC (2018), apresentando estrutura física, mobiliários e equipamentos necessários para atender, com qualidade, crianças de 0(zero) a 5(cinco) anos.		Parcialmente



Estratégias	Prazo	Observações/ execução da estratégia	Previsões Orçamentarias	Estratégia realizada/ Não iniciada /Em andamento e Parcialmente realizada
1.4) Estabelecer, em parceria com órgãos de assistência social, saúde, proteção à infância existentes no Município, no primeiro ano de vigência do PME, normas, procedimentos e prazos para definição de mecanismos de consulta pública da demanda das famílias por creches.	2025	<p>A SEMEC, por meio da Gerência de Assistência ao Educando (GAE), da Divisão de Assistência ao Educando (DAE) e dos Núcleos de Assistência ao Educando (NAES) registra as demandas a partir da manifestação espontânea das famílias, das unidades de ensino, a partir da lista de crianças excedentes, conforme orientam os editais anuais de matrícula.</p> <p>Nos anos de 2022 e 2023 os registros da demanda manifesta foram realizados, também, por meio da Plataforma SIGMA, sendo que, em 2024, o campo destinado para esse registro na Plataforma foi retirado.</p> <p>A Secretaria Municipal de Educação firma parceria com órgãos de assistência social, saúde e proteção à infância, como: Associações Comunitárias, Conselho Tutelar, Delegacia de Proteção à Criança e ao Adolescente (DPCA), Defensoria Pública, Ministério Público e Ouvidoria.</p> <p>O Plano Municipal pela Primeira Infância – (PMPI/2022), que sintetiza as diretrizes, metas e ações voltadas para crianças de 0 a 6 anos, tem como objetivo integrar os diferentes órgãos de proteção à infância, dentre eles, a SEMEC, que participou da elaboração do documento e das ações de monitoramento, a saber: Cirandas formativas e Comitê técnico.</p> <p style="text-align: center;">Proposições da VI Conferência Municipal de Educação:</p> <p>Criar normatização específica para consulta pública da demanda das famílias por creches (0 a 3 anos).</p>		Parcialmente
1.5) Manter e ampliar, em regime	2025	Para garantir o acesso, a permanência e a aprendizagem da população de 0(zero) a 5(cinco) anos, a Rede Municipal de Teresina conta com 195 unidades de ensino		Parcialmente



Estratégias	Prazo	Observações/ execução da estratégia	Previsões Orçamentarias	Estratégia realizada/ Não iniciada /Em andamento e Parcialmente realizada
de colaboração e respeitadas as normas de acessibilidade e as diretrizes do programa nacional, programa municipal de construção e reestruturação de escolas do campo e da cidade, bem como de aquisição de equipamentos, visando à expansão e à melhoria da rede física de escolas públicas e privadas de educação infantil, observando os padrões iniciais de qualidade da funcionalidade das escolas das redes pública e privada, de		<p>que atendem educação infantil, sendo na Rede Pública 172 Centros Municipais de Educação Infantil – (CMEIs) e 23 escolas municipais de ensino fundamental com turmas de educação infantil.</p> <p>No que se refere à Rede Pública Municipal de Ensino têm-se:</p> <p>Construção e reestruturação de unidades de ensino nas zonas urbanas e rurais:</p> <p>Reforma e ampliação</p> <ul style="list-style-type: none">- CMEI Árvores Verdes (zona rural)- CMEI Louvor e Vida (zona urbana)- CMEI Theresa Christina (zona urbana) <p>Construção:</p> <ul style="list-style-type: none">- CMEI Vera Lúcia Santos - Primavera Leste (FNDE/PMT)- CMEI Phillipp Guerra – Eduardo Costa (FNDE/PMT) (concluído)- CMEI Residencial Dilma Rousseff (PMT)- 09 CMEIs - aguardando aprovação do FNDE – NOVO PAC (2025). <p>Garantia do Transporte escolar, conforme Portaria 517/2024 Art.8º;</p> <p>Equipagem das unidades de ensino de acordo com a necessidade e disponibilidade (Aquisição de equipamentos e mobiliários):</p> <p>- 2022: 160 2023:167 2024: 171</p> <p>Adequação dos espaços físicos para acessibilidade, conforme “Padrões mínimos de qualidade” estabelecidos pela SEMEC/2012);</p>		



Estratégias	Prazo	Observações/ execução da estratégia	Previsões Orçamentarias	Estratégia realizada/ Não iniciada /Em andamento e Parcialmente realizada
acordo com o CAQi e, posteriormente, o CAQ.		<p>Repasse financeiro (Fundo Rotativo): - Manutenção, conservação e aquisição de material;</p> <p>Recursos Federais (Programa Dinheiro Direto na Escola): - PDDE água - PDDE campo - Sala de recursos multifuncionais – AEE</p> <div style="display: flex; justify-content: space-around; border: 1px solid black; padding: 5px;"> 2024 - 10 salas 2025 – 15 salas + 04 (previsão) </div> <p>Educação Conectada – 171 CMEI's PDDE Básico – 171 CMEI's</p>		
1.6) Implantar, até o segundo ano de vigência deste PME, avaliação da Educação Infantil, a ser realizada a cada 2(dois) anos, com base em parâmetros nacionais de qualidade, a fim de aferir a	2025	<p>Em nível nacional, a avaliação institucional da Educação Infantil é realizada pelo Saeb, cujo processo consiste na aplicação de questionários aos professores e diretores de uma amostra de creches e pré-escolas públicas ou conveniadas com o setor público, localizadas em zonas urbanas e rurais. Os secretários municipais também respondem ao questionário. Na esfera pública municipal, é realizada por meio de:</p> <p>Acompanhamento e monitoramento do Plano Estratégico/PES e do Plano de Ações Articuladas /PAR; Relatório de Gestão (2024);</p> <p>Avaliação da gestão escolar, por meio do Contrato de Gestão, assinado pelos diretores escolares.</p> <p>Necessidade de intersetorialidade para realização do microcenso populacional.</p>		Em andamento



Estratégias	Prazo	Observações/ execução da estratégia	Previsões Orçamentarias	Estratégia realizada/ Não iniciada /Em andamento e Parcialmente realizada
infraestrutura física, o quadro de pessoal, as condições de gestão, os recursos pedagógicos e a situação de acessibilidade.				
1.7) Articular a oferta de matrículas gratuitas em creches certificadas como entidades beneficentes de assistência social na área de educação com a expansão da oferta na rede escolar pública, garantindo os padrões iniciais de qualidade.	2025	<p>Em 2021 deixaram de existir os convênios, todavia, em 2025, estabeleceu-se uma parceria com a Sociedade Espírita João Nunes Maia, que atende 250 (duzentas e cinquenta) crianças de 02 a 05 anos em jornada de tempo integral.</p> <p style="text-align: center;">Proposições da VI Conferência Municipal de Educação:</p> <p>- Colocar as observações referentes à não existência da oferta de matrículas em escolas conveniadas, de forma a entender que se deu por conta da municipalização dessas instituições de ensino.</p>		Sim
1.8) Colaborar com programa de		Após a municipalização das instituições que tinham convênio com a prefeitura, essas parcerias deixaram de existir. As parcerias, atualmente, ocorrem com		Sim



Estratégias	Prazo	Observações/ execução da estratégia	Previsões Orçamentarias	Estratégia realizada/ Não iniciada /Em andamento e Parcialmente realizada
formação inicial dos profissionais da educação em nível nacional e estadual, garantindo progressivamente o atendimento por profissionais com formação superior.	2025	instituições de Ensino Superior, públicas e privadas, para estágios supervisionados, pesquisas de campo e desenvolvimento de projetos, conforme solicitação de pedido via Sistema Eletrônico de Informação/SEI		
1.9) Implantar programa de formação continuada dos profissionais da Educação infantil, com foco nos direitos da criança, no enfrentamento da violência contra as crianças, nas questões étnico-raciais e geracionais e nas demais demandas da	2025	Na esfera municipal, a formação continuada de professores da Educação Infantil é ofertada no Centro de Formação de Professores Prof. Odilon Nunes, contemplando percursos formativos realizados presencialmente, com periodicidade mensal e bimestral, a fim de assegurar processos permanentes de formação docente, possibilitando o aperfeiçoamento da prática pedagógica, sendo estas alinhadas ao que propõe a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) para Educação Infantil e de acordo com as especificidades educacionais das Unidades de Ensino. No ano de 2022 foram realizadas formações contemplando 498 professores da Educação Infantil que atuam nas turmas de 1º e 2º períodos (4 e 5 anos). Já nos anos de 2023 e 2024 houve ampliação de oferta de formação continuada, conforme explicitado no Quadro a seguir:		Parcialmente



Estratégias	Prazo	Observações/ execução da estratégia	Previsões Orçamentarias	Estratégia realizada/ Não iniciada /Em andamento e Parcialmente realizada																									
realidade escolar.		<p>Quadro 2 - Formação continuada de professores da Educação Infantil (2023-2024)</p> <table border="1" data-bbox="651 564 1444 799"> <thead> <tr> <th colspan="2" data-bbox="651 564 1171 603">OFERTA</th> <th colspan="2" data-bbox="1171 564 1444 603">ANO CIVIL</th> </tr> <tr> <th colspan="2" data-bbox="651 603 1171 641"></th> <th data-bbox="1171 603 1292 641">2023</th> <th data-bbox="1292 603 1444 641">2024</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td data-bbox="651 641 734 767" rowspan="4">Educação Infantil</td> <td data-bbox="734 641 1171 671">Berçário</td> <td data-bbox="1171 641 1292 671">14</td> <td data-bbox="1292 641 1444 671">15</td> </tr> <tr> <td data-bbox="734 671 1171 702">Maternal I</td> <td data-bbox="1171 671 1292 702">57</td> <td data-bbox="1292 671 1444 702">61</td> </tr> <tr> <td data-bbox="734 702 1171 732">Maternal II</td> <td data-bbox="1171 702 1292 732">242</td> <td data-bbox="1292 702 1444 732">222</td> </tr> <tr> <td data-bbox="734 732 1171 767">1º e 2º Periodos</td> <td data-bbox="1171 732 1292 767">429</td> <td data-bbox="1292 732 1444 767">563</td> </tr> <tr> <td colspan="2" data-bbox="651 767 1171 799">TOTAL</td> <td data-bbox="1171 767 1292 799">742</td> <td data-bbox="1292 767 1444 799">861</td> </tr> </tbody> </table> <p>Além da formação continuada ofertada pela Secretaria Municipal de Educação, há parceria através de adesões aos Programas de Formação Continuada do Programa Piauiense de Alfabetização na Idade Certa (Estadual) e Leitura e Escrita na Educação Infantil - LEEI (Federal), parceria com a UFPI/UFPE/MEC.</p> <p>Oferta de 180 vagas para o curso, gratuito, de Especialização em Docência na Educação Infantil, realizado em parceria com a Secretaria de Educação Básica (SEB), do Ministério da Educação (MEC), por meio da rede de formação de professores da Educação Infantil (REFEI), constituídas pelas universidades nas diversas regiões do país.</p> <p>Proposições da VI Conferência Municipal de Educação:</p> <p>Analisar a estratégia no que tange à formação continuada para saber quais os dados, em números, de professores sem formação superior e demais formações (graduação e pós).</p>	OFERTA		ANO CIVIL				2023	2024	Educação Infantil	Berçário	14	15	Maternal I	57	61	Maternal II	242	222	1º e 2º Periodos	429	563	TOTAL		742	861		
OFERTA		ANO CIVIL																											
		2023	2024																										
Educação Infantil	Berçário	14	15																										
	Maternal I	57	61																										
	Maternal II	242	222																										
	1º e 2º Periodos	429	563																										
TOTAL		742	861																										



Estratégias	Prazo	Observações/ execução da estratégia	Previsões Orçamentarias	Estratégia realizada/ Não iniciada /Em andamento e Parcialmente realizada
1.10) Assegurar o atendimento das populações do campo e da cidade na Educação Infantil, por meio do redimensionamento da distribuição territorial da oferta, limitando a nucleação de escolas e o deslocamento de crianças, de forma a atender às especificidades dessas comunidades, garantido consulta prévia e informada.	2025	Não houve nucleação de CMEIs no período de vigência do PME. Atualmente, realiza atendimento em Unidades de Ensino, sendo 154 na zona urbana e 17 CMEIs na zona rural, assegurando transporte escolar para o deslocamento de crianças, conforme Portaria de matrículas nº 517 /2024/GAB/SEMEC, Art.7º, que trata da regulamentação referente à quilometragem para condição de transporte e, ainda, do Edital nº013/2024. Quantidades de Cmeis com transportes: 20 Quantidade de crianças transportadas: 1.470 Quantidade de escolas nucleadas: Não há Lei Estadual que regulamenta o transporte: Decreto Estadual 06 de outubro de 2017 nº 189.		Parcialmente
1.11) Priorizar o acesso à Educação Infantil e garantir a oferta do Atendimento Educacional		Educação Especial /2023 Matrículas de pessoas com deficiência na educação infantil: 1077; Alunos com Atendimento educacional especializado na educação infantil (AEE) na Rede Pública Municipal de Ensino: 369; Percentual de alunos da Rede Pública Municipal com atendimento educacional		Parcialmente



Estratégias	Prazo	Observações/ execução da estratégia	Previsões Orçamentarias	Estratégia realizada/ Não iniciada /Em andamento e Parcialmente realizada
Especializado (AEE); complementar e suplementar aos alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, assegurando a educação bilíngue para crianças surdas e a transversalidade da educação especial nessa etapa da educação básica, garantido consulta prévia e informada.		<p>especializado: 34,3%;</p> <p>Número de sala de Atendimento Educacional Especializado nos CMEI's : 08;</p> <p>Número de Profissionais da Educação Especial Professores do AEE: 08;</p> <p>Auxiliares de apoio: 607;</p> <p>Educação Especial /2024;</p> <p>Matrículas de pessoas com deficiência na educação infantil: 1290;</p> <p>Alunos com Atendimento educacional especializado na educação infantil (AEE) na Rede Pública Municipal de Ensino: 520;</p> <p>Percentual de alunos da Rede Pública Municipal com atendimento educacional especializado: 40,31%;</p> <p>Número de sala de Atendimento Educacional Especializado nos CMEI's: 10;</p> <p>Número de Profissionais da Educação Especial Professores do AEE: 10;</p> <p>Auxiliares de apoio: 2100;</p> <p>Educação Especial /2025;</p> <ul style="list-style-type: none"> ● Matrículas de pessoas com deficiência na educação infantil: 1802 (Até 19/05); ● Alunos com Atendimento educacional especializado na educação infantil (AEE) na Rede Pública Municipal de Ensino: 700; <p>Percentual de alunos da Rede Pública Municipal com atendimento educacional especializado: 38,84%;</p> <p>Número de sala de Atendimento Educacional Especializado nos CMEI's: 15;</p> <p>Número de Profissionais da Educação Especial Professores do AEE: 15;</p> <p>Auxiliares de apoio: 1680 (Até 19/05).</p>		



Estratégias	Prazo	Observações/ execução da estratégia	Previsões Orçamentarias	Estratégia realizada/ Não iniciada /Em andamento e Parcialmente realizada												
		<p align="center">Proposições da VI Conferência Municipal de Educação:</p> <p>Promover intersetorialidade entre os setores da educação e da saúde, a fim de agilizar o diagnóstico, por meio de comprovação de laudo, no que tange à rede de atendimento às crianças com deficiências, a saber: terapia, fonologia, neurologia, etc.</p>														
<p>1.12) Articular a implementação de programas de orientação e apoio às famílias, entre as áreas de educação, saúde e assistência social, com foco no desenvolvimento integral das crianças de 0(zero) a 5(cinco) anos de idade.</p>	<p align="center">2025</p>	<p>A SEMEC /GAE desenvolve parcerias com:</p> <ul style="list-style-type: none"> ● Fundação Municipal de Saúde: Saúde da Família e Centro Municipal de Atendimento Multidisciplinar (CMAM); <p>Tabela 1: Distribuição da quantidade de crianças atendidas na educação infantil nas escolas municipais de Teresina-PI, em 2022 a 2024.</p> <table border="1" data-bbox="692 1013 1386 1129"> <thead> <tr> <th colspan="4">EDUCAÇÃO INFANTIL</th> </tr> <tr> <th>ZONA</th> <th>2022</th> <th>2023</th> <th>2024</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>TOTAL</td> <td align="center">82</td> <td align="center">115</td> <td align="center">86</td> </tr> </tbody> </table> <ul style="list-style-type: none"> ● Secretaria Municipal de Cidadania, Assistência Social e Políticas integradas/ SEMCASPI; ● Programa de alimentação/nutrição escolar (MEC/PMT); ● Conselho Tutelar; ● Ministério Público; ● Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Teresina 	EDUCAÇÃO INFANTIL				ZONA	2022	2023	2024	TOTAL	82	115	86		<p align="center">Parcialmente</p>
EDUCAÇÃO INFANTIL																
ZONA	2022	2023	2024													
TOTAL	82	115	86													



Estratégias	Prazo	Observações/ execução da estratégia	Previsões Orçamentarias	Estratégia realizada/ Não iniciada /Em andamento e Parcialmente realizada																
		(CMDCAT); <ul style="list-style-type: none"> ● Secretaria Estadual da Assistência Social (SASC); ● Plan Internacional – Projeto Cambalhotas; ● PSE/GAE – Programa Saúde na Escola; ● Secretaria de Políticas Públicas para Mulheres - Florescer; ● Urban95 – Programa Pé de Infância. 																		
1.13) Preservar as especificidades da Educação Infantil, garantindo o atendimento da criança de 0(zero) a 5(cinco) anos em estabelecimentos que atendam a parâmetros nacionais de qualidade, e a articulação com a etapa escolar seguinte, visando o ingresso do aluno de 6(seis) anos de idade ao Ensino	2025	<p>Há garantia de renovação de matrículas dos alunos da Rede Municipal, oriundos do 2º Período, no 1º ano do Ensino Fundamental, regulamentada em Portarias e Editais de matrículas, bem como no novo currículo da Educação Infantil, que traz orientações importantes a respeito do processo de transição da Educação Infantil para o Ensino Fundamental.</p> <p>Tabela 2: Quantidade de renovação de matrículas dos alunos da rede municipal, com saída do ensino infantil e entrada no ensino fundamental.</p> <table border="1" data-bbox="591 1031 1464 1238"> <thead> <tr> <th>ANO</th> <th>SAÍDA 2º PERÍODO - EI</th> <th>ANO</th> <th>ENTRADA 1º ANO - EF</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>2022</td> <td>8.640</td> <td>2023</td> <td>7.519</td> </tr> <tr> <td>2023</td> <td>8.732</td> <td>2024</td> <td>7.506</td> </tr> <tr> <td>2024</td> <td>8.770</td> <td>2025</td> <td>7.871</td> </tr> </tbody> </table> <p>Fonte: Gerência de Informática - GI</p>	ANO	SAÍDA 2º PERÍODO - EI	ANO	ENTRADA 1º ANO - EF	2022	8.640	2023	7.519	2023	8.732	2024	7.506	2024	8.770	2025	7.871		Parcialmente
ANO	SAÍDA 2º PERÍODO - EI	ANO	ENTRADA 1º ANO - EF																	
2022	8.640	2023	7.519																	
2023	8.732	2024	7.506																	
2024	8.770	2025	7.871																	



Estratégias	Prazo	Observações/ execução da estratégia	Previsões Orçamentarias	Estratégia realizada/ Não iniciada /Em andamento e Parcialmente realizada
fundamental.				
1.14) Realizar o acompanhamento e o monitoramento do acesso e da permanência das crianças na Educação Infantil, em especial dos beneficiários de programas de transferência de renda, em colaboração com as famílias, por meio da articulação das áreas de educação, assistência social, saúde e proteção à infância.	2025	<p>Na SEMEC, o monitoramento é realizado através da Coordenação do Programa Bolsa Família da Gerência de Assistência ao Educando (GAE).</p> <ul style="list-style-type: none">- Em 2020 e 2021: não houve monitoramento devido à Pandemia Covid 19;- Em 2022: houve acompanhamentos conforme relatório da Condicionalidade, a partir do 3ª trimestre;- Em 2023: houve acompanhamentos, conforme relatório da Condicionalidade (Junho a Novembro);- Em 2024: houve acompanhamentos, conforme relatório da Condicionalidade (Fevereiro a Novembro); <p>Cumprimento das condicionalidades: em todos os anos de monitoramento, a frequência esteve acima de 90%, ou seja, acima da média exigida, que é 60%.</p> <p>Proposições da VI Conferência Municipal de Educação:</p> <p>Mobilizar os responsáveis pelos dados de crianças atendidas pelo Programa Bolsa Família.</p>		Parcialmente
1.15) Promover a busca ativa de crianças em idade		A SEMEC, por meio da Gerência de Assistência ao Educando (GAE), da Divisão de Assistência ao Educando (DAE), e dos Núcleos de Assistência ao Educando (NAES), registra as demandas a partir da manifestação espontânea das famílias,		Sim



Estratégias	Prazo	Observações/ execução da estratégia	Previsões Orçamentarias	Estratégia realizada/ Não iniciada /Em andamento e Parcialmente realizada
<p>correspondente à Educação Infantil, em parceria com os órgãos públicos de assistência social, de saúde e de proteção à infância, preservando o direito de opção da família em relação às crianças de até 3(três) anos.</p> <p>O Município realizará, publicará e divulgará a cada ano, levantamento da demanda manifesta por Educação Infantil em creches e pré-escolas, como forma de planejar e verificar o atendimento.</p>	2025	das unidades de ensino, a partir da lista de crianças excedentes, conforme orientam os editais anuais de matrícula.		



Estratégias	Prazo	Observações/ execução da estratégia	Previsões Orçamentarias	Estratégia realizada/ Não iniciada /Em andamento e Parcialmente realizada																				
1.16) Ampliar o acesso à Educação Infantil em tempo integral para crianças de 0(zero) a 5(cinco) anos, conforme estabelecido nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil, atendendo, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) da demanda manifesta até o final da vigência deste PME.	2025	<p>Matrículas Educação Infantil em Tempo Integral no período de 2022 a 2024</p> <p>Tabela 3: Distribuição dos dados de matrículas em Tempo Integral na Educação Infantil com série histórica referente aos anos de 2022 a 2024.</p> <table border="1" data-bbox="524 722 1547 1059"> <thead> <tr> <th>Etapa</th> <th>2022</th> <th>2023</th> <th>2024</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>CRECHE</td> <td>1.112</td> <td>1.028</td> <td>1144</td> </tr> <tr> <td>PRÉ-ESCOLA</td> <td>1.415</td> <td>1.954</td> <td>2103</td> </tr> <tr> <td>TOTAL</td> <td>2.527 (18 CMEIs) 10,5%</td> <td>2.982 (21 CMEIs) 11,4%</td> <td>3247(21 CMEIs) 12,7%</td> </tr> <tr> <td>EDUCAÇÃO INFANTIL TOTAL GERAL</td> <td>23.885</td> <td>25.969</td> <td>25.424</td> </tr> </tbody> </table> <p>Fonte: Censo escolar/ GEI/SEMEC (2023). Obs: CMEIs com funcionamento em tempo integral 2024: 21(02, somente Berçário).</p>	Etapa	2022	2023	2024	CRECHE	1.112	1.028	1144	PRÉ-ESCOLA	1.415	1.954	2103	TOTAL	2.527 (18 CMEIs) 10,5%	2.982 (21 CMEIs) 11,4%	3247(21 CMEIs) 12,7%	EDUCAÇÃO INFANTIL TOTAL GERAL	23.885	25.969	25.424		Parcialmente
Etapa	2022	2023	2024																					
CRECHE	1.112	1.028	1144																					
PRÉ-ESCOLA	1.415	1.954	2103																					
TOTAL	2.527 (18 CMEIs) 10,5%	2.982 (21 CMEIs) 11,4%	3247(21 CMEIs) 12,7%																					
EDUCAÇÃO INFANTIL TOTAL GERAL	23.885	25.969	25.424																					
1.17) Fomentar a participação da família na gestão democrática da escola, bem como no	2025	A participação da família ocorre por meio de: Eleição de diretores (quantidade de diretores eleitos); Elaboração/reelaboração do Projeto Político Pedagógico; Representação no Conselho escolar; Plantões escolares;		Sim																				



Estratégias	Prazo	Observações/ execução da estratégia	Previsões Orçamentarias	Estratégia realizada/ Não iniciada /Em andamento e Parcialmente realizada
acompanhamento do processo de ensino aprendizagem de seus filhos.		Reuniões para acompanhamento do desempenho das crianças; Realização dos Projetos: - É tempo de acolher; Escola de Pais, Pé de Infância e Cambalhotas.		
1.18) Adequar os prédios de Educação Infantil existentes na cidade e no campo de modo que, em 5(cinco) anos, todos estejam conforme os padrões de infraestrutura estabelecidos.	2025	Dos 172 CMEIs, 27 seguem o padrão Proinfância.		Parcialmente
1.19) Assegurar o atendimento das populações do campo na Educação Infantil nas respectivas comunidades, evitando processo de nucleação de	2025	Há garantia de matrículas dos alunos da Rede municipal, em Unidades de Ensino mais próximas de sua residência, conforme regulamenta Portarias e Editais de matrículas. Proposições da VI Conferência Municipal de Educação: Disponibilizar hiperlink dos documentos oficiais que aparecem no campo das estratégias/observações/Resolução em todo o relatório de avaliação - Não houve nucleação das escolas de campo no período em análise.		Sim



Estratégias	Prazo	Observações/ execução da estratégia	Previsões Orçamentarias	Estratégia realizada/ Não iniciada /Em andamento e Parcialmente realizada
escolas, conforme estabelecido na Resolução CNE/CEB nº 2, de 28 de abril de 2008 (Conselho Nacional de Educação/Câmara de Educação Básica).				
1.20) Garantir alimentação escolar adequada para as crianças da Educação Infantil da cidade e do campo, baseada em cardápio que respeite a cultura e produção local, conforme previsto na Lei Federal nº 11.947, de 16 de junho de 2009 e Resolução	2025	O município financia acima de 80% da alimentação escolar oferecida nas escolas públicas municipais, garantindo aquisição de 30% dos itens provenientes da agricultura familiar; A Divisão de Nutrição/GAE é responsável pela elaboração do cardápio e pelo acompanhamento da alimentação escolar nas Unidades de Ensino, respeitando as necessidades e restrições alimentares.		Parcialmente



Estratégias	Prazo	Observações/ execução da estratégia	Previsões Orçamentarias	Estratégia realizada/ Não iniciada /Em andamento e Parcialmente realizada
CD/FNDE n° 26, de 17 de junho de 2013, que dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar.				
1.21) Reelaborar e implantar, no prazo de três anos de vigência deste PME, as Diretrizes Curriculares e Propostas Pedagógicas/ Curriculares da Secretaria Municipal de Educação e das Escolas de Educação Infantil do Município de Teresina.	2025	<p>O Currículo da Educação Infantil foi elaborado no período de 2019 -2022, lançado em 2023 e disponibilizado, nos formatos digital e impresso, para as Unidades de Ensino da Rede Pública Municipal de Ensino.</p> <p>No âmbito estadual foi realizada a elaboração do Currículo do Piauí à luz da Base Nacional Comum Curricular, com os direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento para as etapas de Educação Infantil e Ensino Fundamental em regime de colaboração com as redes municipais no ano de 2018, com consulta pública, que contou com mais de 22.000 contribuições na plataforma do Currículo e mais de 5.000 contribuições via e-mail, sendo consolidado e homologado em 2019.</p> <p>Observações extras: Regulamentar a redução de alunos por turma de educação infantil Maternal I – 10 Maternal II – 15 1º e 2º período – 20 Assegurar o professor auxiliar quando exceder a quantidade estabelecida nas normativas.</p>		Parcialmente



2 ENSINO FUNDAMENTAL



META 2

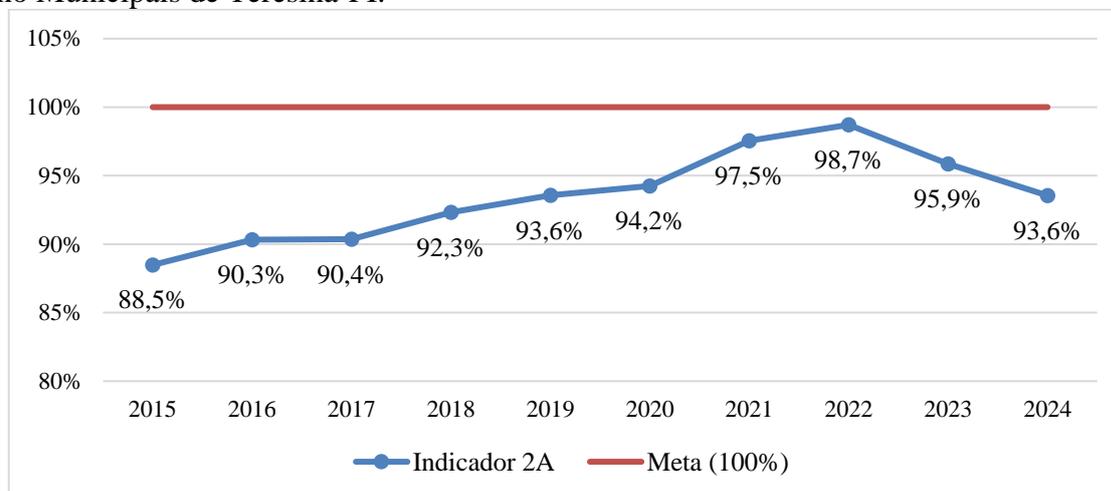
Universalizar o Ensino Fundamental de 9 (nove) anos para toda a população de 6 (seis) a 14 (quatorze) anos e garantir que, em cinco anos, pelo menos 50% (cinquenta por cento) dos alunos concluem essa etapa, na idade recomendada, e que, até o último ano de vigência deste PME, esse percentual atinja 95%.

Nesta seção, são apresentados os indicadores da rede municipal de educação de Teresina relativos à meta 2 e às estratégias 2.1 a 2.14.

Nesta seção, são apresentados os indicadores da rede municipal de educação de Teresina relativos à meta 2 e às estratégias 2.1 a 2.14. Para o cálculo dos indicadores, foram utilizados os dados do Censo Demográfico 2022 – IBGE, bem como a estimativa da população, por faixa de idade, do Censo Escolar (Sinopse Estatística da Educação Básica 2015 a 2024), disponível no site do INEP. O acompanhamento do alcance da meta 2 é realizado considerando os indicadores 2A e 2B, a seguir.

Indicador 2A: Percentual da população de 6 a 14 anos que frequenta ou já concluiu o ensino fundamental.

Gráfico 3: Série histórica do percentual da população de 6 a 14 anos matriculada nas Unidades de Ensino Municipais de Teresina-PI.



Fonte: DATASUS, Tabnet, 2022. IBGE, SIDRA, 2024. INEP, Censo Escolar, 2015-2024.



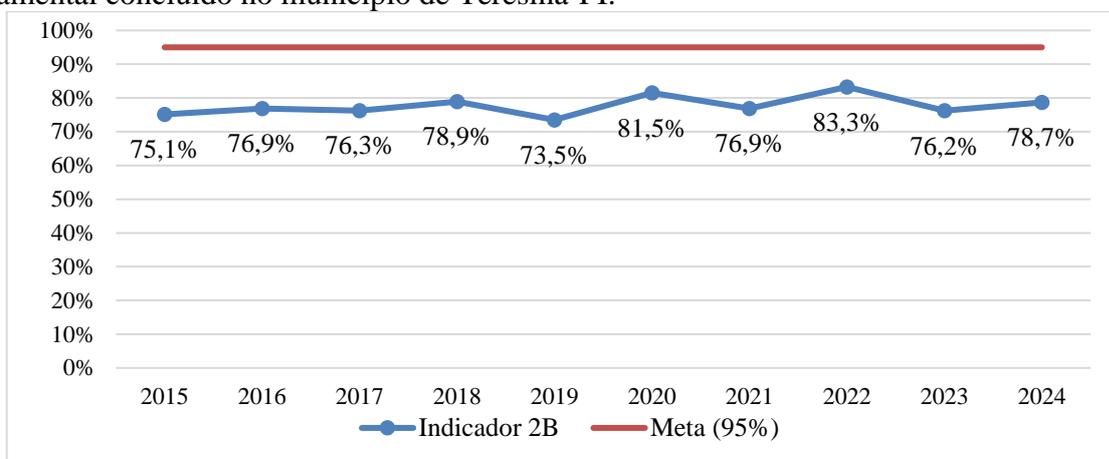
O município de Teresina apresentou crescimento progressivo no percentual da população de 6 a 14 anos que frequenta a escola, conforme dados do Indicador 2A (Gráfico 3), e alcançou seu melhor resultado em 2022, com 98,7%. A partir de 2023, verificou-se uma leve queda, chegando a 93,55% em 2024. Mesmo com esse recuo, o dado representa um crescimento de 5,07 pontos percentuais em relação a 2015.

Para alcançar esse resultado, a Rede Pública Municipal tem desenvolvido ações articuladas de busca ativa, em parceria com órgãos das áreas de assistência social, saúde e proteção à infância, promovendo acompanhamento direto às famílias, inclusive por meio de visitas domiciliares.

Apesar dos avanços demonstrados no indicador 2A, os dados apontam a necessidade de intensificar e diversificar estratégias para garantir a matrícula da população de 6 a 14 anos na idade certa.

Indicador 2B: Percentual da população de 16 anos com pelo menos o ensino fundamental concluído.

Gráfico 4: Série histórica do percentual da população de 16 anos com pelo menos o ensino fundamental concluído no município de Teresina-PI.



Fonte: DATASUS, Tabnet, 2022. IBGE, SIDRA, 2024. INEP, Censo Escolar, 2015-2024.

O Indicador 2B (Gráfico 4) reflete sobre o percentual de jovens de 16 anos com pelo menos o Ensino Fundamental concluído. Ao longo da série histórica, os dados apresentaram crescimento moderado entre 2015 e 2018, passando de 75,1% para 78,9%. Em 2020 e 2022, o indicador atingiu seus melhores desempenhos, com 81,5% e 83,3%, respectivamente. Esses avanços podem estar relacionados ao aumento das matrículas na rede pública durante o período pandêmico, à flexibilização de metodologias de ensino e avaliação, e à ampliação do acompanhamento das trajetórias escolares.

Esse resultado, no entanto, não se manteve estável nos anos subsequentes, encerrando o decênio com 78,7% em 2024 — um valor superior ao de 2015, mas ainda abaixo da meta



estabelecida de 95% para o final do ciclo do Plano. A seguir, a Tabela 04 apresenta os dados detalhados que fundamentaram o cálculo desse indicador:

Tabela 04: Distribuição da quantidade de pessoas de 16 anos com pelo menos o Ensino Fundamental concluído e da população de 16 anos no município de Teresina-PI.

Ano base	Total de concluintes	População residente
2015	11.754	15.646
2016	11.632	15.135
2017	10.992	14.412
2018	11.298	14.320
2019	10.864	14.780
2020	12.018	14.744
2021	10.921	14.210
2022	10.379	12397
2023	9.719	12756
2024	10.171	12917

Fonte: INEP, Censo Escolar 2015 - 2024/ DATASUS- Tabnet, 2021/ SIDRA-IBGE, 2024.

Na tabela 04, destacamos a série histórica do total de estudantes concluintes e a população residente, referente ao intervalo de 2015 a 2024. Para a construção desses dados, tomou-se como base o quantitativo de matrículas e dos nascidos vivos, considerando a faixa etária de 6 a 14 anos, idade recomendada para conclusão do Ensino Fundamental. Ressalta-se que, para o ano de 2022, utilizou-se os dados do Censo IBGE, e para o período de 2023 e 2024, realizou-se estimativa da população de 6 a 14 anos divulgada pelo IBGE, considerando a idade recomendada.

A meta 2 apresenta alcance parcial. O município registrou avanços na ampliação da frequência escolar da população de 6 a 14 anos e adotou estratégias para garantir o acesso e a permanência dos estudantes. No entanto, a universalização ainda não foi atingida.

Quanto à conclusão do Ensino Fundamental na idade adequada, os dados indicam oscilações ao longo do período, com avanços pontuais, mas sem manutenção consistente dos resultados. Assim, o município alcançou, em 2024, um índice de 78,7% de pessoas de 16 anos com o ensino fundamental concluído, enquanto a meta estabelecida para 2024 é de 95%. Não obstante, houve uma tímida evolução no período compreendido entre 2015-2024, crescendo 3,6 pontos percentuais.



Dessa forma, o cumprimento integral da meta ainda requer o fortalecimento das ações existentes e a implementação de medidas mais efetivas para assegurar a matrícula, a permanência e a conclusão do Ensino Fundamental na idade recomendada.

Ao longo do decênio, diversas estratégias foram implementadas para assegurar o direito à aprendizagem e à conclusão da etapa obrigatória do Ensino Fundamental, destacando-se:

- Uso da Plataforma Mobieduca.Me, ambiente web para monitoramento e acompanhamento das atividades remotas;
- Uso da Plataforma A Escola em Minha Casa, canal de comunicação oficial da Secretaria Municipal de Educação de Teresina, disponibilizando ao corpo técnico-docente informações e conteúdos didático-pedagógicos durante as aulas não presenciais;
- Veiculação das Aulas na TV, com o objetivo de fortalecer o trabalho desenvolvido pelos professores no ensino híbrido;
- Uso de ferramentas como aplicativos de mensagens, redes sociais, Google Suíte, material impresso, videoconferências e outros, conforme as suas especificidades;
- Implantação do Diário de Classe online para registro de frequência dos alunos e conteúdo das aulas ministradas;
- Entregas de atividades impressas com agendamento de horários individuais;
- Visitas às famílias para conversas sobre a importância da participação dos alunos nas Aulas *online*;
- Entrega de kits de merenda escolar, disponibilizados pela SEMEC na escola, oportunizando o diálogo com as famílias;
- Convocação e processos seletivos de profissionais da educação (professores efetivos e substitutos) Edital 004/2019; (professor substituto 2º ciclo): 86 convocações; Edital 007/2019 (professor efetivo 2º ciclo): 44 convocações;
- Realização de concurso para provimento de vagas para professores efetivos e Assistentes Educacionais, em 2024.

2.1 Estratégias



Estratégias	Prazo	Observações/ execução da estratégia	Previsões Orçamentarias	Estratégia realizada/ Não iniciada /Em andamento e Parcialmente realizada
<p>2.1) Colaborar na elaboração, divulgar e implantar a proposta em consonância com o Ministério da Educação, em relação aos direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento dos alunos de Ensino Fundamental, a serem atingidos nos tempos e etapas de organização deste nível de ensino, que configuram a Base Nacional Comum Curricular.</p>	<p>2025</p>	<p>Ações SEMEC</p> <ul style="list-style-type: none"> Em 2018, foi realizada a reformulação do Currículo do Ensino Fundamental de Teresina na perspectiva da Base Nacional Comum Curricular (BNCC): organização de Grupos de estudos e de Trabalho; realização de consulta pública, por meio de questionário, envolvendo 10.171 estudantes e 921 professores e pedagogos de 154 Unidades de Ensino (10 de Educação Infantil e 144 de Ensino Fundamental). Implantação da Proposta Curricular da Modalidade da Educação de Jovens e Adultos – EJA. <p>Ações SEDUC</p> <ul style="list-style-type: none"> Foi realizada a elaboração do Currículo do Piauí à luz da Base Nacional Comum Curricular, com os direitos e objetivos de aprendizagem para as etapas de Educação Infantil e Ensino Fundamental, em regime de colaboração com as redes municipais no ano de 2018, com consulta pública, que contou com mais de 22.000 contribuições na plataforma do Currículo e mais de 5.000 		<p>Concluída</p> <p>Realizada</p>



Estratégias	Prazo	Observações/ execução da estratégia	Previsões Orçamentarias	Estratégia realizada/ Não iniciada /Em andamento e Parcialmente realizada
		<ul style="list-style-type: none">• A partir da homologação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC/2017), o Estado do Piauí, seguindo as diretrizes do Guia de Implementação da BNCC, constituiu Comissões de Governança e Execução, responsáveis pela discussão, construção e implantação do novo currículo para a Educação Básica, particularmente, a• Educação Infantil e o Ensino Fundamental.• O trabalho tem sido realizado em regime de colaboração com as redes municipal, estadual e privada, as quais têm contribuído com o processo de discussão das novas bases educacionais propostas pela BNCC.		
2.3) Adotar mecanismos para o acompanhamento individualizado dos alunos do Ensino Fundamental.	2025	Ações SEMEC O acompanhamento dos estudantes é realizado por meio de: <ul style="list-style-type: none">• Controle de frequência diária do aluno, via plataforma Mobieduca.Me;• Avaliação interna e externa;• Implementação do Programa Fórmula da Vitória em 61 Escolas;• Projeto Reforço Unificado;• Programa Cidade Olímpica Educacional;• Projeto Pré-IFPI beneficiando alunos do		Realizada



Estratégias	Prazo	Observações/ execução da estratégia	Previsões Orçamentarias	Estratégia realizada/ Não iniciada /Em andamento e Parcialmente realizada
		<p>9º ano (2018: 310 alunos, 2022:125 alunos , e 2023 450 alunos);</p> <ul style="list-style-type: none">● Realização do Projeto de intervenção pedagógica para os alunos do 3º ano não alfabetizados;● Implementação do Programa Tempo de Aprender no 1º e 2º ano do Ensino Fundamental;● Desenvolvimento do Projeto Alfabetiza Teresina;● Implementação do Programa Piauiense de Alfabetização na Idade Certa para atendimento aos alunos da Educação Infantil (1º e 2º período) e do Ensino Fundamental (1º e 2º ano).● Implementação do Projeto de Recomposição das Aprendizagens em 63 (sessenta e três) Unidades de Ensino, atendendo 1.771 estudantes que não leem;● Desenvolvimento do Projeto Educação Empreendedora, em parceria com SEBRAE-PI, em 05 (cinco) escolas municipais;● Desenvolvimento do Projeto Educação Financeira, em 31 (trinta e uma) escolas municipais de Tempo Integral;● Em 2024, implantação da Orientação Profissional, Empregabilidade e Empreendedorismo (OPEE), através da		Realizada



Estratégias	Prazo	Observações/ execução da estratégia	Previsões Orçamentarias	Estratégia realizada/ Não iniciada /Em andamento e Parcialmente realizada
		<p>Metodologia OPEE</p> <p>Proposições da VI Conferência Municipal de Educação:</p> <p>Manter de forma permanente o reforço para os alunos com o padrão de desempenho abaixo do básico e básico.</p> <p>Ações SEDUC</p> <ul style="list-style-type: none">• A Secretaria de Estado da Educação Elaborou este documento que envolve ações para toda a rede, alinhadas com estratégias específicas a serem desenvolvidas pela SEDUC/SEDE, Gerências Regionais e Unidades Escolares. O Plano tem o objetivo de auxiliar na identificação, no registro e acompanhamento dos estudantes que se encontram fora da escola e fornecer à rede subsídios para planejar e executar ações que promovam o engajamento dos alunos nas atividades pedagógicas.		Em desenvolvimento
2.4) Fortalecer o acompanhamento e monitoramento do acesso, da permanência e do aproveitamento escolar dos beneficiários de programas de transferência de renda, bem como das situações de discriminação, preconceitos e violências na escola, visando o	2025	<p>Ações SEMEC</p> <p>O acompanhamento e o monitoramento é feito através de:</p> <ul style="list-style-type: none">• Acompanhamento junto às Unidades de Ensino realizado pela equipe de Superintendentes Escolares;• Encaminhamento, aos órgãos		Realizada



Estratégias	Prazo	Observações/ execução da estratégia	Previsões Orçamentarias	Estratégia realizada/ Não iniciada /Em andamento e Parcialmente realizada
estabelecimento de condições adequadas para o sucesso escolar dos alunos, em colaboração com as famílias e com órgãos públicos de assistência social, saúde e proteção à infância, adolescência e juventude.		<p>competentes, das situações de riscos e vulnerabilidade;</p> <ul style="list-style-type: none">• Elaboração do Protocolo de Atendimento e Prevenção às crianças e adolescentes em situações de risco e vulnerabilidade social;• Projeto Escola e Família, que visa fortalecer a relação Escola-Família e articular com as Redes de Proteção.• Implementação, em 2023, do Protocolo QUEM AMA CUIDA: Protocolo de Prevenção e atendimento às crianças e aos adolescentes em situações de risco e vulnerabilidade social.• Constituição do Comitê Interinstitucional, nomeado por meio dos Decretos Nº 22.930 de 19 de setembro de 2022 e Nº 23.036 de 13 de outubro de 2022;• Desenvolvimento do Programa Pobreza Menstrual;• Programa Busca Ativa Escolar Nacional (UNICEF);• Programa Busca Ativa Escolar Municipal;• Projeto Escola de Pais. <p>Ações SEDUC</p> <p>O acompanhamento e o monitoramento é feito através de:</p>		Realizada



Estratégias	Prazo	Observações/ execução da estratégia	Previsões Orçamentarias	Estratégia realizada/ Não iniciada /Em andamento e Parcialmente realizada
		<ul style="list-style-type: none">• Acompanhamento junto às Unidades de Ensino realizado pela equipe Técnica de Ensino das Gerências Regionais de Educação e SEDUC;• Encaminhamento, aos órgãos competentes, das situações de riscos e vulnerabilidade;• Projeto Família Presente, que visa fortalecer a relação Escola-Família e articular com as Redes de Proteção.		Parcialmente/Em desenvolvimento
2.5) Adotar medidas que promovam a busca ativa de crianças e adolescentes fora da escola, em parceria com órgãos públicos de assistência social, saúde e proteção à infância, adolescência e juventude, tais como a criação de um núcleo multidisciplinar com assistente social, pedagogo e psicólogo.	2025	Ações SEMEC <ul style="list-style-type: none">• Desenvolvimento do Programa Busca Ativa Escolar:• Mobilizar os diferentes níveis de governo e a sociedade para garantir o acesso, a permanência, a aprendizagem e a conclusão da educação básica na idade certa às crianças e adolescentes brasileiros;• Programa Educação e Família:• Fomentar e qualificar a participação da família na vida escolar do estudante e na construção do seu projeto de vida.• Mobilização.• Em 2023, criação dos Núcleos de Assistência ao Educando (NAES) formado por equipes multiprofissionais (Psicólogas e Assistentes Sociais) lotados nas Unidades de Ensino com atendimento às demandas das respectivas Unidades e às demais do entorno.• Implementação, em 2023, do Protocolo		Realizada



Estratégias	Prazo	Observações/ execução da estratégia	Previsões Orçamentarias	Estratégia realizada/ Não iniciada /Em andamento e Parcialmente realizada
		<p>QUEM AMA CUIDA: Protocolo de Prevenção e Atendimento às Crianças e aos Adolescentes em situações de risco e de vulnerabilidade social.</p> <ul style="list-style-type: none"> ● Constituição do Comitê Interinstitucional, nomeado por meio dos Decretos N° 22.930, de 19 de setembro de 2022, e N° 23.036, de 13 de outubro de 2022; ● Desenvolvimento do Programa Pobreza Menstrual; ● Programa Busca Ativa Escolar Nacional (UNICEF); ● Programa Busca Ativa Escolar Municipal; ● Projeto Escola de Pais. <p>Ações SEDUC</p> <ul style="list-style-type: none"> ● Além da realização que já acontece de parcerias entre os diversos órgãos públicos que se relacionam com o tema em maior e menor grau, como os de educação, assistência social, saúde e proteção à infância já existentes, o Governo Estadual fez a readesão da estratégia Busca Ativa do Fundo das Nações Unidas para a Infância UNICEF, assinando o Termo em outubro de 2021; ● A SEDUC realizou evento de mobilização de Busca Ativa-Intersetorial (UNDIME, UNICEF, INSTITUTO UNIBANCO) e disponibilizou o Plano de 		<p>Realizada</p> <p>Em desenvolvimento</p>



Estratégias	Prazo	Observações/ execução da estratégia	Previsões Orçamentarias	Estratégia realizada/ Não iniciada /Em andamento e Parcialmente realizada
		Ação da Seduc 2022/23 e o Documento Orientador do DIA “D” para as escolas da Rede Estadual e Municipal.		
2.6) Desenvolver tecnologias pedagógicas que combinem, de maneira articulada, a organização do tempo e das atividades didáticas entre a escola e o ambiente comunitário, considerando as especificidades da educação especial, da educação de jovens e adultos, das escolas do campo e das comunidades indígenas e quilombolas.	2025	<p>A Secretaria Municipal, visando garantir o atendimento aos alunos, a organização do tempo e das atividades pedagógicas, disponibiliza às Unidades de Ensino:</p> <ul style="list-style-type: none"> ● Plataforma Mobieduca.Me: ferramenta pedagógica que possibilita o acompanhamento do desempenho individual do aluno, controle da frequência e registro de aulas; ● Uso do Diário <i>Online</i>; ● Calendário <i>Online</i>; ● Vinculação de aulas na TV, em 2021, objetivando fortalecer o trabalho desenvolvido pelos docentes no ensino híbrido; ● Plataforma <i>A Escola em Minha Casa</i>, atendendo 100% dos estudantes do 1º ao 9º ano do Ensino Fundamental; ● Aquisição e instalação de 10(dez) Bibliotecas Móveis - Projeto GIROTECA nas escolas de Ensino Fundamental; ● Execução do Projeto EduBot em 02 escolas da Rede Municipal, beneficiando 280 estudantes; ● Implantação de salas virtuais em 12 escolas; ● Desenvolvimento do Programa 		Realizada



Estratégias	Prazo	Observações/ execução da estratégia	Previsões Orçamentarias	Estratégia realizada/ Não iniciada /Em andamento e Parcialmente realizada
		<p>Letramento em Programação, em 09 turmas do 6º ano, de 9(nove) escolas da Rede Municipal, e em 02 turmas do Programa Cidade Olímpica Educacional;</p> <ul style="list-style-type: none">● Distribuição de 920 tablets em 46 Unidades de Ensino, com vistas a despertar o interesse pelo aprendizado e subsidiar o trabalho pedagógico.● Sistema de Matrículas Novas Online em 155 Unidades de Ensino;● Implantação da Plataforma de Acompanhamento dos Estudantes Público Alvo da Educação Inclusiva;● Implantação do Sistema de Prestação de Contas das Unidades de Ensino;● Em 2023, a Secretaria adquiriu e instalou 10 (dez) Bibliotecas Móveis - Projeto GIROTECA - nas escolas de Ensino Fundamental. <p>Ações da SEDUC</p> <p>Além de formações via Canal Educação voltadas para a utilização de novas tecnologias, a SEDUC viabilizou a aquisição de 16.630 Chromebook e um investimento de R\$ 29.067.400,00 (vinte e nove milhões, sessenta e sete mil e quatrocentos reais) para a distribuição dos equipamentos para todos os professores em efetivo exercício de sala de aula das 648 escolas da Rede Estadual de Ensino, com o objetivo de possibilitar mais</p>		Realizada



Estratégias	Prazo	Observações/ execução da estratégia	Previsões Orçamentarias	Estratégia realizada/ Não iniciada /Em andamento e Parcialmente realizada
		acessibilidade e flexibilidade na produção de conteúdo e no planejamento, para fazer a gestão de sala de aula, lançando mão de diversos modelos pedagógicos que possibilitem a democratização do ensino e a implementação do modelo de ensino híbrido. Os aparelhos eletrônicos estão configurados com um sistema de acesso único a cada professor, através do seu e-mail corporativo, que são contas personalizadas em que cada professor terá o seu próprio ambiente no equipamento, inclusive com capacidade de acesso e utilização das plataformas.		Realizada
2.7) Disciplinar, no âmbito dos sistemas de ensino, a organização flexível do trabalho pedagógico, incluindo adequação do calendário escolar de acordo com a realidade local, a identidade cultural e as condições climáticas da região.	2025	Ações SEMEC <ul style="list-style-type: none">● Flexibilização Curricular: Reorganização dos Planos Referenciais, Programas de Ensino, Matrizes Curriculares e Orientações Didáticas, com vistas à flexibilização curricular prevista para calendário 2020-2022;● Construção coletiva das Diretrizes Educacionais, documento norteador que visa subsidiar as Unidades de Ensino no seu planejamento pedagógico anual;● Constituição de comissões para elaboração das normativas: Editais e Portarias de Matrículas e Calendário Escolar.		Realizada



Estratégias	Prazo	Observações/ execução da estratégia	Previsões Orçamentarias	Estratégia realizada/ Não iniciada /Em andamento e Parcialmente realizada
		<p>Ações SEDUC</p> <ul style="list-style-type: none">• O trabalho pedagógico é orientado por meio de instruções normativas, notas técnicas, portarias e realização de oficinas de acordo com a frente de trabalho, acompanhado e monitorado pela equipe das gerências de Ensino Fundamental, Ensino Médio e coordenação do tempo integral da Unidade de Ensino e Aprendizagem. <p>No edital de matrícula de cada ano letivo é publicado o calendário letivo e, na sequência, no início do ano letivo, é publicado o calendário pedagógico, cuja adaptação é feita pelas escolas, de acordo com as especificidades, após diretriz e portaria do calendário. O documento é postado em plataforma específica da rede, analisado, validado e acompanhado pela equipe da unidade de gestão e inspeção escolar.</p>		
2.8) Promover a relação das escolas com instituições e movimentos culturais, a fim de garantir a oferta regular de atividades culturais para a livre fruição dos alunos dentro e fora dos espaços escolares, assegurando, ainda, que as escolas tornem-se polos de criação e	2025	<p>Ações SEMEC</p> <p>Estabelecimento de parcerias com o objetivo de realizar atividades pedagógicas e culturais com os estudantes da Rede Municipal de Ensino:</p> <ul style="list-style-type: none">• Fundação Quixote: Salão do Livro do Piauí - SALIPI;		Realizada



Estratégias	Prazo	Observações/ execução da estratégia	Previsões Orçamentarias	Estratégia realizada/ Não iniciada /Em andamento e Parcialmente realizada
difusão cultural.		<ul style="list-style-type: none">• Ultragaz Cultural: Carreta Cinema;• Implantar o Projeto Caminho das Águas e Artes nos muros, em parceria com a AEGEA de saneamento, atendendo aos alunos do 6º ao 9º ano e EJA.• Participação no Projeto “A incrível máquina dos livros”;• Bibliosesc: Biblioteca Ambulante;• Instituto Federal do Piauí - IFPI;• SEBRAE: Educação Empreendedora.• Academia Teresinense de Letras - Feira de Livro do Piauí (FELIPI);• MAC Dia Feliz;• Campanha Papai Noel dos Correios - Incentivar a escrita e desenvolver habilidades cognitivas e emocionais;• Em 2024- McDia feliz- (Aquisição de 400 tickets de sanduíches) - Campanha de arrecadação em prol das crianças e adolescentes com câncer no Brasil;• Projeto Entrelaça: laços para proteger, educar e transformar, em parceria com a União Marista do Brasil. Promover a qualificação do desempenho escolar dos alunos, bem como diminuir as ocorrências de violência no ambiente escolar;• Projeto Um Por Todos e Todos Por Um - UPT, em parceria com a Corregedoria Geral da União (CGU). Despertar nos estudantes o senso de cidadania, de ética, de participação e de responsabilidade, tendo a escola como núcleo		Realizada



Estratégias	Prazo	Observações/ execução da estratégia	Previsões Orçamentarias	Estratégia realizada/ Não iniciada /Em andamento e Parcialmente realizada
		<p>principal de desenvolvimento das ações;</p> <ul style="list-style-type: none"> Programa Conexão DNIT, em parceria com o Departamento Nacional de Infraestrutura e Transportes (DNIT), que visa a formação de uma rede de educação para o trânsito, alimentada pelo compartilhamento de conhecimentos e por estímulos pedagógicos contínuos com o objetivo de salvar vidas. <p>Ações SEDUC</p> <p>Estabelecimento de parcerias, visando à realização de atividades pedagógicas e culturais com os estudantes da Rede Estadual de Ensino:</p> <ul style="list-style-type: none"> Fundação Quixote: Salão do Livro do Piauí - SALIPI; SEBRAE: Educação Empreendedora; MPT: Programa Resgate a Infância; Tesouro Nacional: Letramento Financeiro; Equatorial Energia: Uso correto e economia de energia; Instituto Reúna: Avançar Matemática. 		Parcialmente
2.9) Incentivar a participação dos pais ou responsáveis no acompanhamento das atividades escolares dos filhos, por meio do estreitamento das relações entre as escolas e as famílias.	2025	<p>Ações SEMEC</p> <ul style="list-style-type: none"> Projeto Escola x Família: Fortalecer a relação escola, família, comunidade, e trabalhar a efetividade das políticas públicas para garantia do direito à Educação; Projeto Piloto “Fortalecendo Laços”: Trabalhar a convivência e o fortalecimento 		



Estratégias	Prazo	Observações/ execução da estratégia	Previsões Orçamentarias	Estratégia realizada/ Não iniciada /Em andamento e Parcialmente realizada
		<p>de vínculos de forma lúdica, estimulando a autonomia, a criatividade, a confiança e o desenvolvimento de habilidades;</p> <ul style="list-style-type: none">● Projeto Piloto "Escola de Pais" em 05(cinco) escolas da Rede, no ano de 2022;● Projeto Entrelaça - União Marista do Brasil: Fortalecer as relações entre os sujeitos sociais inseridos na comunidade educativa;● Implantação da Metodologia OPEE – Projeto de Vida e Atitude Empreendedora - em 183 Unidades de Ensino da Rede;● Ampliação do Projeto “Escola de Pais” em 86 Unidades de Ensino (2022 – 2024). <p>Ações SEDUC</p> <p>Ações de orientação, apoio e incentivo durante o período letivo para que as escolas possam incluir as famílias/responsáveis pelos estudantes do Ensino Fundamental.</p>		<p>Realizada</p> <p>Parcialmente</p>
2.10) Realizar microcenso populacional para identificar o quantitativo da população de 6 a 14 anos, da educação do campo, indígena, cigana e quilombola, de modo a garantir a oferta do Ensino Fundamental, em especial dos anos iniciais, nas próprias comunidades.	2025	<p>Proposições da VI Conferência Municipal de Educação:</p> <ul style="list-style-type: none">· Instituir comissão para analisar e definir estratégias para a realização do microcenso.· Buscar parcerias para realização do microcenso.		<p>Parcialmente</p> <p>Parcialmente</p>
2.11) Desenvolver formas	2025			<p>Parcialmente</p>



Estratégias	Prazo	Observações/ execução da estratégia	Previsões Orçamentarias	Estratégia realizada/ Não iniciada /Em andamento e Parcialmente realizada
		É realizado o projeto Jogos das Escolas Públicas Estaduais Piauienses - JEPEP'S. Os Jogos envolvem a Categoria Infantil e Infante, no gênero masculino e feminino, nas Modalidades Coletivas: Basquetebol, Futsal, Handebol e Voleibol, Modalidades Individuais: Atletismo, Badminton, Ciclismo, Ginástica Rítmica, Judô, Natação, Tênis de Mesa, Xadrez e Voleibol de Praia.		
2.14) Garantir o respeito aos limites do número de alunos por série/turma, estabelecidos nas normas vigentes.	2025	Ações SEMEC <ul style="list-style-type: none">• Elaboração das Normativas da Secretaria: Editais e Portarias de Matrículas e Calendário Escolar da Rede Municipal;• Atualização da Resolução CME/THE nº 01 /2005, de 17 de março de 2005, que regulamenta o processo de Classificação e Reclassificação nas escolas públicas de Ensino Fundamental e suas modalidades;• Atualização da Resolução CME/THE nº 07, de 15 de abril de 2010, que fixa normas para credenciamento e autorização de funcionamento das Instituições de Ensino Fundamental Regular de 09 (nove) anos;• Realização do Concurso Público da Prefeitura Municipal de Teresina – Administrativo: 30 vagas para psicólogos e 32 vagas para Assistente Social. Proposições da VI Conferência Municipal		Realizada



Estratégias	Prazo	Observações/ execução da estratégia	Previsões Orçamentarias	Estratégia realizada/ Não iniciada /Em andamento e Parcialmente realizada
		<p>de Educação:</p> <ul style="list-style-type: none">· Elaborar resolução que estabeleça diretrizes, em conformidade com a legislação nacional, que normatizam o calendário escolar, considerando as especificidades da educação no campo. <p>Ações SEDUC</p> <p>Elaboração das Normativas da Secretaria: Editais e Portarias de Matrículas e Calendário Escolar da Rede Municipal.</p>		Parcialmente

3 ENSINO MÉDIO



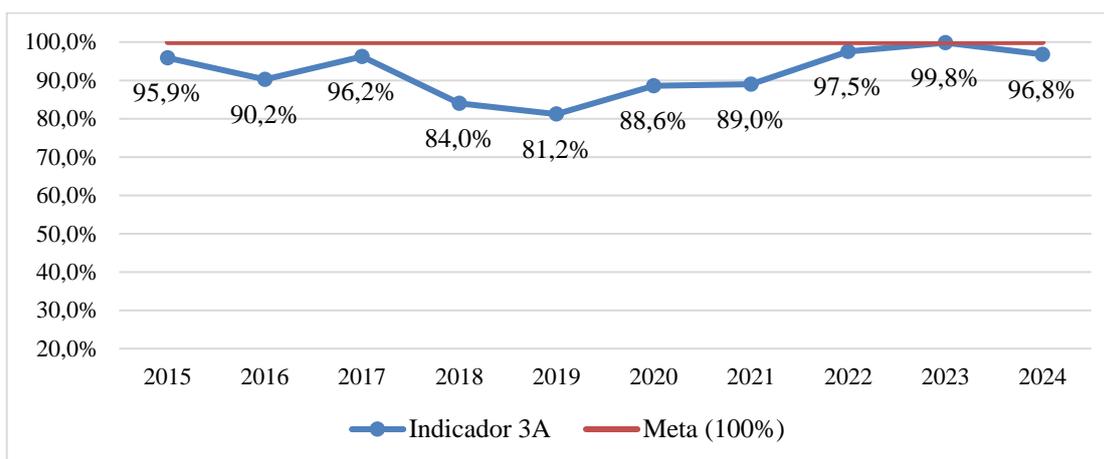
META 3

Universalizar, até 2018, o atendimento escolar para toda a população de 15(quinze) a 17(dezessete) anos, garantindo que, em cinco anos, a taxa líquida de matrículas, no Ensino Médio, atinja 50% (cinquenta por cento) e, até o final da vigência deste Plano, atinja 85%.

A universalização do acesso ao ensino médio e a conclusão dessa etapa na idade recomendada são objetivos da Meta 3. Nesta seção, são apresentados os indicadores 3A e 3B, cujos dados foram utilizados a partir do Censo Demográfico 2022 – IBGE para estimativas da população residente, e do Censo Escolar – Sinopse Estatística da Educação Básica 2015 a 2024 – INEP.

Indicador 3A: Percentual da população de 15 a 17 anos que frequenta a escola ou já concluiu a educação básica.

Gráfico 5: Percentual da população de 15 a 17 anos que frequenta a escola de Educação Básica no município de Teresina- PI.



Fonte: INEP, Censo Escolar, 2015-2024. PNAD-c, SIDRA, IBGE, 2024.

O Indicador 3A (Gráfico 5), que corresponde à Taxa de Escolarização Bruta da população de 15 a 17 anos, é calculado pela razão entre o número total de matrículas na Educação Básica (independentemente da idade) e a população residente nessa faixa etária. A série histórica desse



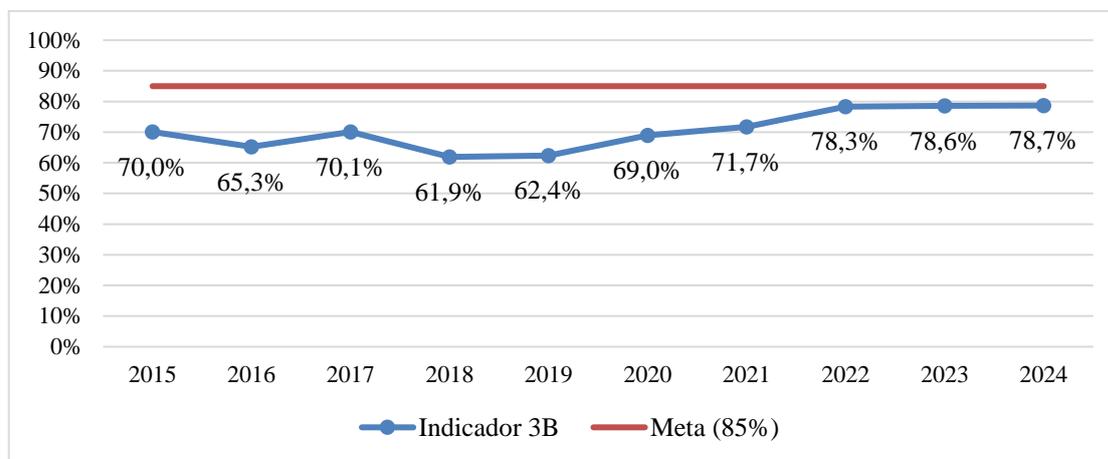
indicador evidencia um comportamento de oscilação no período analisado (2015-2024).

Entre 2015 e 2017 observa-se uma leve instabilidade nos percentuais, seguida de declínio até 2019, quando o indicador atingiu o menor resultado do período (81,2%). A partir desse ponto, registra-se uma tendência de crescimento contínuo até 2023, ano em que foi alcançado o melhor desempenho da série (99,8%), ficando a apenas 0,2 p.p. da meta de universalização (100%).

Já em 2024, observa-se uma discreta redução para 96,8%, ainda assim mantendo-se acima de 95,9%, o que representa um avanço em relação ao início da série histórica, revelando um cenário de progressiva ampliação da escolarização bruta para jovens de 15 a 17 anos em Teresina, com resultados bastante próximos da meta estabelecida.

Indicador 3B: Percentual da população de 15 a 17 anos que frequenta o ensino médio ou possui educação básica completa.

Gráfico 6: Percentual da população de 15 a 17 anos que frequenta o ensino médio no município de Teresina- PI.



Fonte: INEP, Censo Escolar, 2015-2024. PNAD-c, SIDRA, IBGE, 2024.

O Indicador 3B (Gráfico 6) refere-se ao percentual da população de 15 a 17 anos que frequenta o Ensino Médio ou já concluiu a Educação Básica. O cálculo é realizado a partir da razão entre o número de matrículas de estudantes nessa faixa etária, considerados em idade adequada para o Ensino Médio, e a população total correspondente.

A série histórica mostra que, entre 2015 (70%) e 2018 (61,9%), o indicador sofreu oscilações, atingindo, nesse último ano, o menor valor do período. Entretanto, a partir de 2018, verifica-se uma tendência de crescimento contínuo, que culminou em 2024 com o melhor resultado da série (78,7%).



Esse desempenho evidencia que o município de Teresina obteve evolução ao longo do decênio de vigência do Plano, ainda que não tenha alcançado integralmente a meta de 85%. O avanço registrado, porém, sinaliza melhoria progressiva no acesso ao Ensino Médio, indicando que políticas de ampliação da matrícula e da permanência vêm surtindo efeito, embora ainda haja necessidade de esforços adicionais para universalizar a etapa na faixa etária adequada.



3.1 Estratégias Ensino Médio

Estratégias	Prazo	Observações/ execução da estratégia	Previsões Orçamentarias	Estratégia realizada/ Não iniciada /Em andamento e Parcialmente realizada
3.1) Apoiar ações desenvolvidas no contexto da adesão ao programa nacional de renovação do Ensino Médio ou na adoção de medidas de fortalecimento onde tais políticas já foram implantadas.	2025	AÇÕES SEDUC Adesão da SEDUC em Programas de fortalecimento para Construção e implementação do Currículo do Ensino Médio; Participação das equipes técnicas da SEDUC nas formações desenvolvidas por colaboradores e parceiros tais como: MEC, Instituto Unibanco, Instituto Sonho Grande, Cenpre e Natura, com pautas formativas no sentido de apoiar a construção e implementação do novo Currículo do Ensino Médio à luz da Base Nacional Comum Curricular; Disponibilização de aporte financeiro por parte do MEC para que escolas adeptas ao programa Novo Ensino Médio realizem formação continuada alinhada à BNCC, como para planejar e executar ações com foco na construção e implementação do Novo Currículo. Elaboração do Plano de Implementação do Novo Currículo do Ensino Médio, validado pelo MEC; Produção do novo currículo do Ensino Médio; Homologação do currículo do novo Ensino Médio pelo Conselho Estadual de Educação;		Em andamento



Estratégias	Prazo	Observações/ execução da estratégia	Previsões Orçamentarias	Estratégia realizada/ Não iniciada /Em andamento e Parcialmente realizada
		Elaboração da nova matriz para a implementação do novo currículo, cumprindo as normativas do Ministério da Educação; Consulta pública do novo currículo através da plataforma do Currículo e via e-mail, com previsão de implantação em 2022, de forma gradativa, e conclusão para 2024; Realização do processo de implementação do Novo Currículo do Ensino Médio (início em 2022, desenvolvimento em 2023); Adesão e execução de um plano de ação para implementação dos Itinerários Formativos; Reestruturação do currículo em 2024, com organização de um novo arranjo curricular, com adequação de carga horária, de acordo com o que estabelece a nova Lei de reestruturação do Currículo de 2024.		
3.2) Colaborar com a rede pública de ensino na adoção de medidas para implantação da proposta definida pelo Ministério da Educação, em relação aos direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento dos alunos de Ensino Médio, a serem atingidos nos tempos e etapas de organização deste nível de ensino, com vistas a garantir formação básica	2025	AÇÕES SEDUC Informações repassadas pela SEDUC após a realização da V Conferência, portanto não avaliadas pelos Eixos de discussão. Criação do “Pacto Pela Aprendizagem ² ”, em 2017, com a expectativa de aprimorar a qualidade do ensino e aprendizagem das		Em andamento

² Pautado nos sete em 7(sete) pilares estratégicos: Currículo, Formação, Avaliação, Acesso e Fluxo, Infraestrutura, Tecnologia e Gestão Democrática, organizados a partir de uma visão sistêmica havendo uma forte inter-relação entre cada área temática.



Estratégias	Prazo	Observações/ execução da estratégia	Previsões Orçamentarias	Estratégia realizada/ Não iniciada /Em andamento e Parcialmente realizada
comum, assegurando a articulação curricular entre os diferentes níveis (infantil, fundamental e médio), observando as demandas geradas na rede pública.		escolas públicas da rede estadual e elevar o grau de proficiência dos alunos, priorizando o ensino médio, tendo como prioridade o fluxo educacional e garantir educação na idade certa, reduzir os índices de distorção idade/série, índices de evasão e de abandono em todos os níveis educacionais, com metas específicas para cada etapa de ensino; Formação cidadã, professores de excelência, gestores reconhecidos como líderes, tendo uma escola acolhedora e inclusiva; Para garantir a efetivação da ação, foi construída uma base específica de sustentação, que consiste em planejamento (metas e ações), circuito de gestão, acompanhamento pedagógico e de gestão, que é o suporte para o fortalecimento e consolidação das ações dos pilares, fundamentado em estudos e análises realizados pela SEDUC/PI, em parceria com CONSED, Instituto REUNA e, para a implementação, Instituto UNIBANDO, que definiram os indicadores, metas e valores para a correção do IDEB, até 2023.		
3.3) colaborar com a rede pública de ensino na adoção de medidas que garantam a fruição de bens e espaços culturais, de forma regular, bem como a ampliação da prática desportiva,	2025	AÇÕES SEDUC Informações repassadas pela SEDUC após a realização da V Conferência, portanto, não		Em andamento



Estratégias	Prazo	Observações/ execução da estratégia	Previsões Orçamentarias	Estratégia realizada/ Não iniciada /Em andamento e Parcialmente realizada
integrada ao currículo escolar;		<p>avaliadas pelos Eixos de discussão.</p> <p>A Rede Pública Estadual tem desenvolvido ações voltadas para a fruição de bens e espaços culturais com a construção de quadras cobertas, ação que se ampliou com as ações do Pro-Piauí, com a reforma das escolas.</p> <p>Para garantir a efetivação dessa ação, a Rede pública de ensino instituiu, por meio de portaria, e vem sendo implantado o Esporte Educacional integrado ao Currículo, conforme o Plano Estadual de Educação-PEE, apoio para realização anual, dos Jogos Escolares, Circuito de Ciências e Festival de Artes envolvendo todas as escolas e todos os estudantes da Rede.</p> <p>Os Jogos das Escolas Públicas Estaduais Piauienses - JEPEP'S;</p> <p>Os Jogos Escolares têm por objetivo valorizar o ensino de Educação Física e a prática do Esporte Educacional como instrumento benéfico à formação da personalidade e à socialização do estudante, haja vista que cultiva princípios básicos da disciplina: lealdade, amizade e honestidade; Promover o intercâmbio socioeducativo e esportivo entre estudantes e professores;</p> <p>Identificar os talentos desportivos nas diversas</p>		



Estratégias	Prazo	Observações/ execução da estratégia	Previsões Orçamentarias	Estratégia realizada/ Não iniciada /Em andamento e Parcialmente realizada
		<p>modalidades: Garantir o conhecimento do esporte de forma sistematizada, e classificar os representantes da Rede Estadual para a seletiva dos Jogos Estaduais Piauienses /JEP'S/FUNDESPI.</p> <p>Os Jogos envolvem a Categoria Infantil e Infante, no Gênero Masculino e Feminino, nas Modalidades Coletivas: Basquetebol, Futsal, Handebol e Voleibol, Modalidades Individuais: Atletismo, Badminton, Ciclismo, Ginástica Rítmica, Judô, Natação, Tênis de Mesa, Xadrez</p>		
3.4) Manter e ampliar, em regime de colaboração, programas e ações de correção de fluxo do ensino fundamental, por meio do acompanhamento individualizado do aluno com rendimento escolar defasado e pela adoção de práticas como aulas de reforço no turno complementar, estudos de recuperação e progressão parcial, de forma a reposicioná-lo no ciclo escolar, de maneira compatível com a idade.	2025	<p>AÇÕES SEDUC</p> <p>Informações repassadas pela SEDUC após a realização da V Conferência, portanto, não foram avaliadas pelos Eixos de discussão.</p> <p>A SEDUC realizou o Programa Mais Aprendizagem, abrangendo todas as Gerências e Regionais e respectivas escolas, com o objetivo de apoiar a ação pedagógica nas escolas. A equipe pedagógica do Ensino Médio e Fundamental percorreu todo o Estado, levando formação in loco e, semanalmente, pelo Canal Educação. Além disso, a SEDUC realizou ao longo dos últimos anos,</p>		

Estratégias	Prazo	Observações/ execução da estratégia	Previsões Orçamentarias	Estratégia realizada/ Não iniciada /Em andamento e Parcialmente realizada
		<p>atendimento especializado, visando à mitigação do abandono e da reprovação; fez a distribuição de material didático impresso e de equipamentos eletrônicos (tablete/celular), para garantir aos estudantes acesso rápido a conteúdos que são postados pelos professores por meio do Canal Educação.</p> <p>A Secretaria executiva apoia projetos especiais e mobiliza as escolas para a participação nas Olimpíadas de Língua Portuguesa, Matemática, História, Olimpíada de Astronomia e Astronáutica - "Jornada de Foguete" em nível de escola, regional de educação, estado e nacional. Para além, realiza, em dimensão de rede, o Circuito de Ciências, que é um evento que socializa as vivências interdisciplinares e/ou inovadoras realizadas por estudantes, abrangendo todas as unidades escolares e todas as modalidades, valorizando o trabalho pedagógico e fortalecendo o processo de ensino aprendizagem.</p>		
3.5) Colaborar com os processos de avaliação, fundamentados em matriz de referência do conteúdo curricular do Ensino Médio e em técnicas estatísticas e psicométricas que permitam comparabilidade de resultados, articulando-os com o Sistema Nacional de	2025	<p>Ações da SEDUC</p> <p>Informações repassadas pela SEDUC após a realização da V Conferência, portanto, não foram avaliadas pelos Eixos de discussão.</p>		Em andamento



Estratégias	Prazo	Observações/ execução da estratégia	Previsões Orçamentarias	Estratégia realizada/ Não iniciada /Em andamento e Parcialmente realizada
<p>Avaliação da Educação Básica - SAEB, e promover sua utilização como instrumento de avaliação sistêmica, para subsidiar políticas públicas para a educação básica, de avaliação certificadora, possibilitando aferição de conhecimentos e habilidades adquiridos dentro e fora da escola, e de avaliação classificatória, como critério de acesso à Educação Superior.</p>		<p>A Secretaria participa do processo de avaliação do SAEB mobilizando e incentivando as escolas a participarem das avaliações, realiza caravana pedagógica, a fim de refletir com a comunidade escolar sobre a importância das avaliações de larga escala, escolas de atenção da Rede Estadual e dialogar com os estudantes sobre a importância do SAEB e dos dados obtidos a partir dele, para as políticas públicas da Rede. À luz desses resultados, a Secretaria realiza, nos anos pares, sua avaliação de Rede anos pares SAEPI, que serve de base para o planejamento anual; desenvolve avaliações diagnósticas durante todo o ano, dando devolutivas dos indicadores para a Rede, como também propondo intervenções.</p> <p>A SEDUC desenvolve ações estratégicas através de caravanas, o “Pré SAEB” na estrada, com “aulões” focados na Matriz do SAEB para os estudantes do 9º ano do Ensino Fundamental e da 3ª série do Ensino Médio da Rede.</p> <p>Realização do "Dia E", com o desenvolvimento de um conjunto de ações para acolher e motivar os estudantes público-alvo das provas do ENEM, ações de mobilização dos estudantes que farão o Enem 2024, por meio do Pré-Enem Seduc + Pré-Saeb 2024;</p>		



Estratégias	Prazo	Observações/ execução da estratégia	Previsões Orçamentarias	Estratégia realizada/ Não iniciada /Em andamento e Parcialmente realizada
		Realizações de ações de engajamento dos estudantes da 3ª série do Ensino Médio para efetivarem as inscrições e participarem das aulas preparatórias para o ENEM.		
3.6) Identificar demandas que possibilitem fomentar a expansão das matrículas gratuitas de Ensino Médio integrado à Educação Profissional, observando-se as peculiaridades das populações do campo, das comunidades indígenas e quilombolas e das pessoas com deficiência.	2025	AÇÕES SEDUC Informações repassadas pela SEDUC após a realização da V Conferência, portanto, não foram avaliadas pelos Eixos de discussão. ...[Estratégia cumprida pela Unidade de Educação Profissional -UTEP e Gerência de Educação Inclusiva e Diversidade - GID] Implantação do Programa Oportunidade Jovem, com bolsas remuneradas de monitoria estudantil, estágio curricular e extracurricular em Instituições Públicas ou Privadas, até o primeiro emprego e trabalho.		Em andamento
3.7) Colaborar com o fortalecimento do acompanhamento e do monitoramento do acesso e da permanência dos jovens beneficiários de programas de transferência de renda, no Ensino Médio, quanto à frequência, ao aproveitamento escolar e à interação com o coletivo, bem como das situações de discriminação, preconceitos e violências, práticas irregulares de exploração do trabalho,	2025	AÇÕES SEDUC Informações repassadas pela SEDUC após a realização da V Conferência, portanto, não avaliadas pelos Eixos de discussão. A secretaria manteve, em parceria com o Banco do Brasil, um programa de transferência de renda "Poupança Jovem" implantado nos		Em andamento



Estratégias	Prazo	Observações/ execução da estratégia	Previsões Orçamentarias	Estratégia realizada/ Não iniciada /Em andamento e Parcialmente realizada
consumo de drogas, gravidez precoce, em colaboração com as famílias e com órgãos públicos de assistência social, saúde e proteção à adolescência e à juventude.		municípios que, à época, apresentavam baixo IDH. O Programa Poupança Jovem Piauí - PJPI teve como meta prioritária a redução das taxas de abandono nas escolas do Ensino Médio, no período de 2015 a 2020. Nesse sentido, o presente relatório tem como objetivo demonstrar a evolução desses indicadores nas 99 escolas beneficiadas pelo Programa. Esta ação trouxe resultados significativos, que podem ser avaliados no relatório a seguir: apresentaremos os principais indicadores educacionais atualizados, com destaque para os resultados de matrícula, aprovação, reprovação e abandono das escolas beneficiadas pelo Poupança Jovem Piauí-PI.		
3.8) Promover a busca ativa da população de 15(quinze) a 17(dezessete) anos fora da escola, em articulação com os serviços de assistência social, saúde e proteção à adolescência e à juventude.	2025	AÇÕES SEDUC Informações repassadas pela SEDUC após a realização da V Conferência, portanto não avaliadas pelos Eixos de discussão. Pactuação e assinatura do termo de compromisso entre o Governo do Estado e o UNICEF para a busca ativa de adolescentes fora da escola; Adesão do Piauí à plataforma de busca ativa de		Em andamento



Estratégias	Prazo	Observações/ execução da estratégia	Previsões Orçamentarias	Estratégia realizada/ Não iniciada /Em andamento e Parcialmente realizada
		alunos para a escola, identificando e trazendo os estudantes que chegaram à idade e ainda não estão matriculados. A busca Ativa é uma ação permanente na qual a Secretaria de Educação realiza Caravanas Pedagógicas orientando sobre a importância da busca ativa, dá suporte financeiro por meio de PACTUE e, para sua efetivação, as escolas precisam apresentar um projeto de execução, relatório de ações e prestação de contas dos itens adquiridos para tal fim. A SEDUC-PI construiu um Plano de Busca Ativa com um cardápio de ações, no qual as escolas da Rede fazem adaptações conforme suas necessidades, e o executam em parceria com a SEDE.		
3.9) Estabelecer parceria para o desenvolvimento de programas de educação e de cultura para a população urbana e do campo, de jovens na faixa etária de 15(quinze) a 17(dezessete) anos e de adultos, com qualificação social e profissional para aqueles que estejam fora da escola e com defasagem no fluxo escolar.	2025	Desenvolvimento de pactos de Cooperação entre a Secretaria de Estado da Educação (Seduc), o Instituto Federal do Piauí (IFPI) e a Meta, empresa de tecnologia brasileira com operação no Brasil e no exterior; Capacitação de jovens em Cursos de Educação Técnica, Profissional e Tecnológica em áreas como Marketing Digital, Computação em Nuvem, Metaverso e Programação.		
3.10) Colaborar com o redimensionamento da oferta de Ensino Médio nos turnos diurno e noturno, bem como a distribuição territorial	2025	AÇÕES SEDUC Informações repassadas pela SEDUC após a		Em andamento



Estratégias	Prazo	Observações/ execução da estratégia	Previsões Orçamentarias	Estratégia realizada/ Não iniciada /Em andamento e Parcialmente realizada
das escolas de Ensino Médio, de forma a atender a toda a demanda, de acordo com as necessidades específicas dos alunos.		realização da V Conferência, portanto, não avaliadas pelos Eixos de discussão. O trabalho articulado entre as três instâncias SEDE/GREs e Escolas, vem realizando alinhamentos para que todos os estudantes sejam atendidos conforme suas necessidades. A expansão das escolas de Tempo Integral, a implantação do programa Alfabetização na Idade Certa e o atendimento da implementação da nova Matriz do Ensino Médio, vem fazendo com que a matrícula de ensino médio regular noturno seja atendida pela Educação de Jovens e Adultos.		
3.11) Colaborar com o desenvolvimento de formas alternativas de oferta do Ensino Médio, garantida a qualidade, para atender aos filhos de profissionais que se dedicam a atividades de caráter itinerante.	2025	AÇÕES SEDUC Informações repassadas pela SEDUC após a realização da V Conferência, portanto, não avaliadas pelos Eixos de discussão. Para essas questões, a Secretaria realiza uma análise do histórico escolar apresentado pelo solicitante a fim de verificar o nível de cumprimento da carga horária e de conteúdos referentes à série/etapa do Ensino Médio.		
3.12) Colaborar com a implementação de políticas de prevenção à evasão motivada por	2025	AÇÕES SEDUC		



Estratégias	Prazo	Observações/ execução da estratégia	Previsões Orçamentarias	Estratégia realizada/ Não iniciada /Em andamento e Parcialmente realizada
preconceito ou quaisquer formas de discriminação, criando rede de proteção contra formas associadas de exclusão.		<p>Informações repassadas pela SEDUC após a realização da V Conferência, portanto, não avaliadas pelos Eixos de discussão.</p> <p>Esta é uma articulação de Rede, que realiza reorganização do Calendário Escolar, e com apoio de equipes multidisciplinares e a realização de busca ativa e de acolhimento dos estudantes, com intuito de apresentar a escola como espaço de diversas aprendizagens. A SEDUC possui uma gerência de Inclusão e Diversidades com foco específico nessas questões e pautas formativas durante todo o ano letivo.</p>		
3.13) Estabelecer parcerias para assegurar a participação dos adolescentes nos cursos das áreas tecnológicas e científicas.	2025	<p>Utilização da plataforma do Canal Educação como uma estratégia metodológica de recurso diversificado, que oferece videoaulas, simulados, planos de estudos personalizados, trilhas de aprendizagem, recursos de inteligência artificial, mentoria, gamificação e até experiências em metaverso.</p> <p>Ofertas das unidades curriculares parte flexível do currículo por meio de parceiros e de plataformas tecnológicas.</p>		Em andamento



4 EDUCAÇÃO INCLUSIVA



META 4

Universalizar o acesso à Educação Básica em sistemas educacionais inclusivos para a população de 4(quatro) a 17(dezessete) anos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, e a oferta do Atendimento Educacional Especializado(AEE), na rede regular de ensino, em salas de recursos multifuncionais, classes, escolas ou serviços especializados, públicos ou conveniados, garantindo na Educação de Jovens e Adultos(EJA) a elevação dos índices de matrícula para a população público alvo da Educação Especial.

Nesta seção, são apresentados os indicadores da rede municipal de educação de Teresina referentes à META 4 e suas respectivas estratégias. O monitoramento da oferta educacional para a população de 4 a 17 anos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento (TGD) e altas habilidades ou superdotação é essencial para o planejamento e avaliação das políticas públicas voltadas à promoção da equidade e da inclusão na educação básica.

Acompanhando as diretrizes estabelecidas no Plano Municipal de Educação, a meta 4 busca garantir a universalização do acesso à educação básica e ao Atendimento Educacional Especializado (AEE) a esse público-alvo. A prioridade é assegurar que o atendimento educacional ocorra preferencialmente no contexto da educação inclusiva, ou seja, na rede regular de ensino, com a devida oferta de apoio especializado, como salas de recursos multifuncionais, classes e serviços específicos, sejam eles públicos ou conveniados.

Indicador 4A: Percentual da população de 4 a 17 anos com deficiência que frequenta a escola.

O indicador 4A representa a proporção de indivíduos de 4 a 17 anos de idade com deficiência que frequentam a escola em relação à população total com deficiência nessa faixa etária. Para efeito de cálculo deste indicador, são considerados os dados da população de 4 a 17 anos que não consegue ou tem grande dificuldade em pelo menos um dos seguintes aspectos: enxergar, ouvir, caminhar, subir degraus, e/ou possui alguma deficiência mental/intelectual permanente que limite as suas atividades habituais, tomando-se como referência os dados do Censo

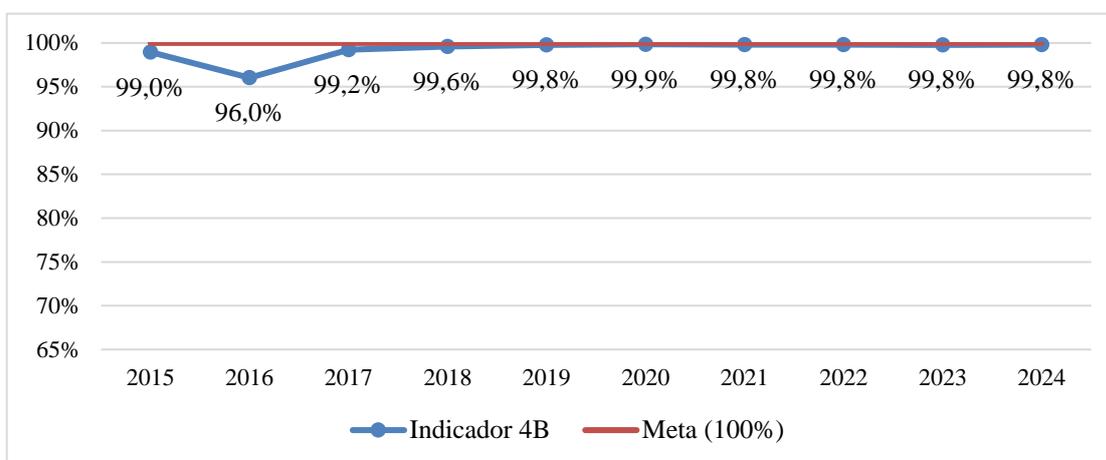


Demográfico e Censo da Educação Básica.

No caso do indicador 4A, não há dados disponíveis sobre a população de 4 a 17 anos com deficiência, implicando na inviabilidade do cálculo. Somado a essa dificuldade de viabilizar o cálculo deste indicador, enfrenta-se o desafio da ausência de conceituação/definição, porque as fontes de dados sugeridas (censo demográfico e escolar) têm concepções distintas sobre a Educação Especial, conseqüentemente, sobre o público-alvo dessa modalidade, que não se restringe apenas aos alunos com deficiência, englobando também aqueles com Transtorno do Espectro Autista – TEA e com altas habilidades ou superdotação.

Indicador 4B: Percentual de matrículas em classes comuns da educação básica de alunos de 4 a 17 anos de idade com deficiência, TGD e altas habilidades ou superdotação.

Gráfico 7: Série histórica do Percentual de matrículas em classes comuns do Ensino Regular e/ou EJA da Educação Básica de alunos de 4 a 17 anos de idade com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação.



Fonte: Censo Escolar 2015 - 2024 – INEP

Para efeito de cálculo do indicador 4B (Gráfico 7), tomou-se como referência o total de matrículas na Educação Especial, em classes comuns do Ensino Regular e da Educação de Jovens e Adultos, em relação ao total de matrículas selecionadas nas classes comuns e classes exclusivas, seja de escolas exclusivamente especializadas e/ou de classes especiais do ensino regular ou da Educação de Jovens e Adultos.

Este indicador, de acordo com a série histórica, apresenta uma discreta variação no percentual de matrículas em classes comuns do ensino regular da Educação Básica de alunos de 4 a 17 anos de idade, público-alvo da Educação Especial do município. Observa-se que, no biênio 2015-2016, o indicador apresentou os menores percentuais, oscilando entre 98,96% e 96,03%,



respectivamente. No intervalo entre 2017 e 2024, o percentual de matrículas em classes comuns do ensino regular e/ou EJA da Educação Básica de estudantes de 4 a 17 anos de idade, público-alvo da Educação Especial, manteve-se na casa dos 99%, sinalizando o alcance da meta.

Apesar dos avanços nas políticas de inclusão, a educação especial enfrenta desafios significativos para alcançar a totalidade do indicador 4B, que visa aumentar o percentual de matrículas de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, de 4 a 17 anos, em classes comuns do ensino regular e/ou EJA no município de Teresina.

Embora mais de 99% desses estudantes estejam matriculados em classes comuns, muitos não têm acesso ao Atendimento Educacional Especializado (AEE), essencial para garantir uma educação de qualidade e adaptada às suas necessidades. Além disso, a ausência de formação inclusiva para os professores, a falta de infraestrutura acessível e a escassez de recursos pedagógicos específicos comprometem a efetividade da inclusão.

A ausência de profissionais especializados e as barreiras ainda presentes nas escolas, que são de cunho atitudinal, pedagógico e de outros tipos, também dificultam a plena participação desses alunos no ambiente escolar. Para superar esses desafios, é fundamental investir na formação continuada dos professores, na melhoria da infraestrutura escolar e na promoção de uma cultura de respeito à diversidade, garantindo que todos os estudantes tenham as mesmas oportunidades de aprendizagem e desenvolvimento.



4.1Estratégias

Estratégias	Prazo	Observações/ execução da estratégia	Previsões Orçamentarias	Estratégia realizada/ Não iniciada /Em andamento e Parcialmente realizada
4.1) Contribuir para fins do repasse do fundo de manutenção e desenvolvimento da Educação Básica e de valorização dos profissionais da educação – Fundeb, na contabilização das matrículas dos estudantes da Educação Regular da Rede Pública que recebam Atendimento Educacional Especializado complementar e suplementar, sem prejuízo do cômputo dessas matrículas na Educação Especial oferecida em instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos, conveniadas com o poder público e com atuação exclusiva na modalidade, nos termos da lei federal nº 11.494, de 20 de junho de 2007.	2025	Ações SEMEC A Divisão de Educação Inclusiva - DEI/SEMEC, vem realizando monitoramento e orientações junto aos gestores das Unidades de Ensino acerca da inserção correta dos dados no Censo Escolar relativos ao aluno com deficiência, para assegurar a matrícula e o devido registro na Escola Comum e no AEE. Essa estratégia é desenvolvida em colaboração com a Gerência de Informática. O acompanhamento é ancorado em dados de instrumentais próprios que as escolas encaminham à DEI ao finalizar as matrículas (Ficha 1 e ficha 2). PROPÕE-SE: Informatização do setor através do acesso às informações e relatórios necessários para o monitoramento e acompanhamento dos dados informados pelas Unidades de Ensino; Aproximação do setor com a Gerência de Gestão para alinhamento com os gestores das unidades sobre a importância do		Parcialmente



Estratégias	Prazo	Observações/ execução da estratégia	Previsões Orçamentarias	Estratégia realizada/ Não iniciada /Em andamento e Parcialmente realizada
		<p>registro e da “alimentação” correta dos dados no GED e no CENSO.</p> <p>Ações SEDUC</p> <p>A Secretaria Estadual de Educação do Piauí implementou um sistema de gestão, iSeduc, em que uma das finalidades é o cadastro e matrículas de estudantes, dentre estes, o público-alvo da Educação Especial. Os dados informados pela escola no iSeduc migram para o Educacenso, mantendo o sistema atualizado com dados de estudantes matriculados tanto no Ensino Regular quanto no Atendimento Educacional Especializado – AEE, nas Unidades Escolares e nos Centros de Atendimento Educacional Especializado.</p>		
<p>4.2) Realizar levantamento para identificação das crianças de 0(zero) a 03(três) anos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, com vistas à universalização do atendimento escolar da demanda manifesta pelas famílias dessas crianças.</p>	<p>2025</p>	<p>Ações SEMEC</p> <p>O levantamento é realizado junto aos CMEIS e registrado no CENSO pelos gestores das unidades, em parceria com os professores do AEE e a equipe técnica da DEI. Esse monitoramento é importante para que se possa abrir turmas de AEE nas escolas – núcleo.</p>		<p>Parcialmente</p>



Estratégias	Prazo	Observações/ execução da estratégia	Previsões Orçamentarias	Estratégia realizada/ Não iniciada /Em andamento e Parcialmente realizada
		<p>PROPÕE-SE: Atualmente, o município possui 95 Salas de Recursos Multifuncionais (SRM), sendo que apenas 13 estão localizadas em CMEIS. Ampliação das SRM's nos CMEIS mediante a disponibilização dos recursos para o funcionamento do AEE.</p> <p>Ações SEDUC</p> <p>A Secretaria Estadual de Educação do Piauí implantou e mantém o Centro de Estimulação Sensorial para Crianças com Deficiência Sensorial, o qual realiza atendimento às crianças de 0 a 7 anos, com estimulação precoce e Atendimento Educacional Especializado para as que se encontram em idade escolar.</p>		
4.3) Realizar parcerias para construir e implementar, ao longo deste PME, salas de recursos multifuncionais e fomentar a formação continuada de professores para o Atendimento Educacional Especializado nas escolas urbanas, do campo, indígenas e de		<p>Ações SEMEC</p> <p>A Secretaria Municipal da Educação - SEMEC fez adesão ao Programa Sala de Recursos Multifuncionais do Ministério da Educação – MEC, para as Unidades de</p>		Parcialmente



Estratégias	Prazo	Observações/ execução da estratégia	Previsões Orçamentarias	Estratégia realizada/ Não iniciada /Em andamento e Parcialmente realizada
comunidades quilombolas.		<p>Ensino. Com a adesão, as escolas passaram a receber materiais pedagógicos e equipamentos adaptados para facilitar a aprendizagem e a inclusão dos alunos. No ano de 2010 a Rede contava com 10 SRM. Atualmente, são 95 salas. A Secretaria conta, atualmente, com o projeto de Formação Continuada numa perspectiva inclusiva ofertada, mensalmente, aos professores de AEE e que vem sendo ampliada com cursos livres na área da Educação Especial Inclusiva para professores da sala de aula comum e demais profissionais da educação.</p> <p>PROPÕE-SE: Que a ampliação continue acontecendo, baseada na disponibilização de recursos.</p> <p>Ações SEDUC</p> <p>A Secretaria Estadual de Educação do Piauí, por meio do plano de ações, garantiu as ações de aquisição para implementação e implantação de salas de recursos multifuncionais, tais como:</p> <ul style="list-style-type: none">- Aquisição de equipamentos para as salas		



Estratégias	Prazo	Observações/ execução da estratégia	Previsões Orçamentarias	Estratégia realizada/ Não iniciada /Em andamento e Parcialmente realizada
		<p>de recursos multifuncionais das escolas e centros de AEE;</p> <ul style="list-style-type: none">- Aquisição de mobiliários para as salas de recursos multifuncionais das escolas e centros de AEE;- Aquisição de materiais didático-pedagógicos para as salas de recursos multifuncionais das escolas e centros de AEE. <p>Além de fazer o acompanhamento e assessoramento às escolas para o preenchimento correto do Plano de Atendimento para o recebimento de recursos, por meio do PDDE Sala de Recursos Multifuncionais.</p> <p>No quesito formação continuada, entendida como parte do desenvolvimento profissional que acontece ao longo da atuação docente, a Gerência de Educação Especial - GEE da SEDUC e Centros Especializados promovem formações com os mais diversos temas.</p>		
4.4) Garantir Atendimento Educacional Especializado em salas de recursos multifuncionais, classes escolas ou serviços especializados públicos e privados, nas		<p>Ações SEMEC</p> <p>As SRM são organizadas por núcleo de atendimento, em que uma Unidade de</p>		Parcialmente



Estratégias	Prazo	Observações/ execução da estratégia	Previsões Orçamentarias	Estratégia realizada/ Não iniciada /Em andamento e Parcialmente realizada
formas complementar e suplementar, a todos os alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, matriculados na Educação Básica, conforme necessidade identificada por meio de avaliação, ouvidos a família e o aluno.		<p>Ensino agrega outras unidades adjacentes para o recebimento dos alunos do AEE, no contraturno das aulas de ensino comum. Nesse formato, são 95 escolas núcleos e 251 adjacentes, perfazendo um total de 323 escolas atendidas com o serviço.</p> <p>O Atendimento Educacional Especializado AEE – é realizado também nos centros especializados, como NAAHS, APAE, CIES, PESTALOZZI, CES, CAP, AMA, CIES, ACEP, por meio de parceria de recursos e também por cessão de funcionários do quadro da SEMEC para atendimento dos alunos de AEE.</p> <p>Por meio do Programa Escola Acessível – FNDE/MEC, as Unidades de Ensino recebem verbas direcionadas à manutenção nos aspectos físico e pedagógico, devendo sua utilização promover adequações físicas como rampas, piso tátil, alargamento de portas, adaptação nos banheiros, além da aquisição de jogos e equipamentos de tecnologia para promoção da inclusão.</p> <p>PROPÕE-SE:</p>		



Estratégias	Prazo	Observações/ execução da estratégia	Previsões Orçamentarias	Estratégia realizada/ Não iniciada /Em andamento e Parcialmente realizada
		<p>Realizar o monitoramento das crianças atendidas pelos centros especializados, a fim de garantir o registro fidedigno dos dados quantitativos de todos os alunos.</p> <p>Ações SEDUC</p> <p>O Programa Estadual de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, que foi lançado em 2023 pela SEDUC – PI, tem como objetivo garantir o acesso e permanência com aprendizado dos estudantes com deficiência, transtorno do espectro autista e altas habilidades/superdotação, tendo como ações:</p> <ul style="list-style-type: none">- Lotação de professores de AEE em todas as escolas com matrículas de estudantes com Deficiência, Transtorno do Espectro Autista e Altas Habilidades/Superdotação.- Universalização de Salas de Recursos Multifuncionais. A meta do Programa é obter, em todos os 224 municípios do Estado, uma escola da rede pública estadual com sala de recursos multifuncionais ofertando o atendimento educacional especializado. <p>Para garantir uma correta identificação e</p>		



Estratégias	Prazo	Observações/ execução da estratégia	Previsões Orçamentarias	Estratégia realizada/ Não iniciada /Em andamento e Parcialmente realizada
		<p>avaliação funcional dos estudantes na sala de recursos multifuncionais, a equipe da GEE/UNEA/SEDUC elaborou as Diretrizes Operacionais para Sala de Recursos Multifuncionais e o Protocolo de Observação e Avaliação Funcional do Estudante na Sala de Recursos Multifuncionais.</p> <p>Em 2018, foi realizado o lançamento e a distribuição do Livro Diretrizes Operacionais para Sala de Recursos Multifuncionais, o qual apresenta ao público duzentas e duas páginas de um riquíssimo trabalho preparado por meio de estudos e pesquisas iniciados em 2015, pela equipe de coordenação de educação inclusiva - GEE/UNEA/SEDUC. É um guia para o trabalho dos professores, contendo subsídios teóricos para execução das atividades de complementação ou suplementação curricular, próprias do AEE em Salas de Recursos Multifuncionais, facilitando a identificação correta do público-alvo e apresentando proposta de trabalho para cada área específica das deficiências, preservando sua característica educacional que deverá ser</p>		



Estratégias	Prazo	Observações/ execução da estratégia	Previsões Orçamentarias	Estratégia realizada/ Não iniciada /Em andamento e Parcialmente realizada
		institucionalizada no âmbito do Projeto Político Pedagógico de todas as escolas da Rede Estadual do Piauí. Em 2021, apresentou-se o Protocolo de Observação e Avaliação Funcional do Estudante na Sala de Recursos Multifuncionais – POAF , elaborado pela professora Maria das Dores Pereira de Sousa . Esse material apresenta orientações, com abordagem pedagógica, para o processo de observação e avaliação funcional do(a) estudante encaminhado(a) ao Atendimento Educacional Especializado - AEE.		
4.5) Estabelecer e formalizar parcerias com os serviços das áreas da saúde e assistência social visando a criação de centros multidisciplinares de apoio, pesquisa e assessoria, articulados com instituições acadêmicas e integrados por profissionais destas áreas, com o objetivo de apoiar o trabalho dos professores da Educação Básica com os alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação.		Ações SEMEC Parceria com o Centro de Apoio às Pessoas com Deficiência Visual – CAP, disponibilização de profissionais para realizar transcrições em braile de livros didáticos e outros materiais para alunos que possuem essas necessidades - ACEP, AMA, CIES. PROPÕE-SE:		Parcialmente



Estratégias	Prazo	Observações/ execução da estratégia	Previsões Orçamentarias	Estratégia realizada/ Não iniciada /Em andamento e Parcialmente realizada
		<p>Mobilização para a articulação com projetos de instituições acadêmicas para o apoio aos professores da Educação Básica.</p> <p>Ações SEDUC</p> <p>O Programa de Implantação de Centros de Formação e Recursos é uma iniciativa para a introdução das políticas e ações públicas na área de educação com as Secretarias Estaduais de Educação de todo o País. No Piauí, fomentando a inclusão no Estado e aderindo à política pública de implantação de Centros de Formação e Recursos, estruturou e mantém seis Centros de Atendimento Educacional Especializado.</p> <p>a) CAP - Centro de Apoio para Atendimento às Pessoas com Deficiência Visual: tem como objetivo apoiar a formação continuada de professores para o Atendimento Educacional Especializado e a produção de material didático acessível aos estudantes com deficiência visual.</p> <p>b) CAS - Centro de Capacitação de Profissionais da Educação e de</p>		



Estratégias	Prazo	Observações/ execução da estratégia	Previsões Orçamentarias	Estratégia realizada/ Não iniciada /Em andamento e Parcialmente realizada
		<p>Atendimento às Pessoas com Surdez: objetiva promover a educação bilíngue, por meio da formação continuada de profissionais para a oferta do AEE a estudantes surdos e com deficiência auditiva e da produção de materiais didáticos acessíveis.</p> <p>c) NAAH/S - Núcleos de Atividades de Altas Habilidades/ Superdotação: objetiva apoiar a formação continuada de professores para atuar no Atendimento Educacional Especializado a estudantes com altas habilidades/superdotação.</p> <p>d) CES - Centro de Estimulação para Crianças com Deficiência Sensorial - Auditiva e Visual: atende crianças cegas, surdas e surdocegas, com ou sem outras deficiências associadas, por meio do AEE expresso, com estimulação precoce, para crianças do nascimento aos três anos de idade, e o AEE para crianças de quatro aos sete anos de idade.</p> <p>e) CIES - Centro Integrado de Educação Especial: atende estudantes com deficiência intelectual e/ou transtornos, matriculados na escola regular, com faixa</p>		



Estratégias	Prazo	Observações/ execução da estratégia	Previsões Orçamentarias	Estratégia realizada/ Não iniciada /Em andamento e Parcialmente realizada
		<p>etária de quatro a quatorze anos de idade. f) CHAC - Centro de Habilitação Ana Cordeiro: atende estudantes com deficiência intelectual e/ou transtornos, matriculados na escola regular, acima de quatorze anos de idade.</p>		
<p>4.6) Implementar e acompanhar, em regime de colaboração, programas complementares e suplementares que promovam a acessibilidade nas instituições públicas, para garantir o acesso e a permanência dos alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento, por meio da adequação arquitetônica, da oferta de transporte acessível e da disponibilização de material didático próprio e de recursos de tecnologia assistiva, assegurando, ainda, no contexto escolar, em todas as etapas, níveis e modalidades de ensino, a identificação dos alunos com altas habilidades ou superdotação.</p>		<p>Ações SEMEC</p> <p>Adequação Arquitetônica; Carteiras Adaptadas; Transporte Acessível; Disponibilização de Material didático próprio e Recursos de tecnologia assistiva. Para garantir a melhor inclusão dos alunos com deficiência, a Secretaria Municipal de Educação - SEMEC disponibiliza, desde 2011, às Unidades de Ensino, carteiras e mesas escolares adaptadas, construídas sob medida para atender especificamente às necessidades de cada criança.</p> <p>PROPÕE-SE: Estruturar fisicamente as unidades escolares que ainda não possuem acessibilidade.</p>		<p>Parcialmente</p>



Estratégias	Prazo	Observações/ execução da estratégia	Previsões Orçamentarias	Estratégia realizada/ Não iniciada /Em andamento e Parcialmente realizada
		<p>Ações da SEDUC:</p> <p>Pelo Plano Nacional Viver Sem Limite, será encaminhado transporte acessível para os municípios do Piauí.</p> <p>Atualmente as escolas públicas estaduais estão sendo reformadas e já contam na infraestrutura com a acessibilidade arquitetônica.</p>		
4.7) Identificar a demanda manifesta e garantir a oferta da educação bilíngue em Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS), como primeira língua, aos alunos surdos e com deficiência auditiva, de 0(zero) a 17(dezessete) anos, em escolas e classes bilíngues e em escolas inclusivas, nos termos do art. 22, do Decreto Federal nº 5. 626, de 22 de dezembro de 2005, e dos art. 24 e 30, da convenção sobre os direitos das pessoas com deficiência, bem como a adoção do sistema de braile da leitura para os cegos e surdos-cegos.		<p>Ações SEMEC</p> <p>Foi realizado o levantamento da demanda de alunos surdos e intérpretes de LIBRAS no município. Realizou-se, em 2021, um projeto piloto de forma remota, com um grupo de alunos, o qual foi bem avaliado pelas famílias.</p> <p>Capacitação de professores e educadores em Libras.</p> <p>PROPÕE-SE:</p> <p>O projeto segue em reestruturação para ser implementado em modelo presencial.</p>		Parcialmente



Estratégias	Prazo	Observações/ execução da estratégia	Previsões Orçamentarias	Estratégia realizada/ Não iniciada /Em andamento e Parcialmente realizada
		<p>Ações SEDUC</p> <p>A Secretaria Estadual de Educação do Piauí realiza Processo Seletivo para contratação de Instrutores e Intérpretes de Libras. O CAP produz material pedagógico em diversos formatos acessíveis e promove formação continuada na área de deficiência visual.</p>		
<p>4.8) Regularizar as profissões de profissionais de apoio ou auxiliares, tradutores e intérpretes de Libras, guias-intérpretes, nos sistemas de ensino público, privado ou conveniado, visando um melhor acompanhamento dos alunos com deficiência ou transtorno global do desenvolvimento, garantindo a inclusão desses profissionais nos planos de carreira e em concurso público, no caso das redes públicas.</p>		<p>Ações SEMEC</p> <p>Contratação de Auxiliares de Apoio à Inclusão (estagiário em técnico de enfermagem ou psicologia; tradutor-intérprete de Libras, por meio de inscrição, com mais de 1.600 vagas; Formação continuada para os intérpretes de Libras).</p> <p>PROPÔE-SE:5</p> <p>Criação da comissão permanente de estágio para análise do perfil profissional dos auxiliares e banco de dados para posterior encaminhamento às unidades de ensino.</p>		<p>Parcialmente</p>



Estratégias	Prazo	Observações/ execução da estratégia	Previsões Orçamentarias	Estratégia realizada/ Não iniciada /Em andamento e Parcialmente realizada
4.9) Identificar a demanda manifesta e garantir a oferta de Educação Inclusiva, vedada a exclusão do Ensino Regular sob alegação de deficiência, e promovida a articulação pedagógica entre o Ensino Regular e o Atendimento Educacional Especializado.		<p>Ações SEMEC</p> <p>A oferta de Ensino Regular a todos os alunos é garantida desde a Constituição Federal de 1988, no art. 205, e Municipal pela lei 4.789/2015, e a Secretaria Municipal de Teresina tem seguido as legislações supracitadas, garantindo matrícula e acesso aos alunos público-alvo da Educação Especial. Os gestores participam de formações sobre a Educação Especial na perspectiva inclusiva, bimestralmente.</p> <p>PROPÕE-SE:</p> <p>Conscientizar e intensificar as gestões escolares sobre a garantia de matrícula dos alunos público-alvo da Educação Especial e a oferta do AEE tanto em escolas núcleo, que possuem a sala de recursos para tal atendimento, como nas escolas adjacentes, que devem ser atendidas nas escolas núcleo.</p> <p>Ações SEDUC</p> <p>O Protocolo de Observação e Avaliação</p>		Parcialmente



Estratégias	Prazo	Observações/ execução da estratégia	Previsões Orçamentarias	Estratégia realizada/ Não iniciada /Em andamento e Parcialmente realizada
		<p>Funcional do Estudante na Sala de Recursos Multifuncionais – POAF orienta, com abordagem pedagógica, o processo de observação e avaliação funcional do(a) estudante encaminhado(a) ao Atendimento Educacional Especializado – AEE e permite registros qualitativos de desempenhos individuais nos aspectos relativos à motricidade, à percepção, à linguagem, ao raciocínio lógico, às aprendizagens acadêmicas, às habilidades adaptativas ou de autonomia nos aspectos sociais relativos à interação com o outro, tolerância na realização de atividades e alteração de conduta devido a fatores emocionais. Além disso, constam sugestões de estratégias e recursos para garantir uma correta aplicação no primeiro momento da avaliação, com o objetivo de conhecer o perfil cognitivo do(a) estudante, identificando suas habilidades, dificuldades e necessidades educacionais especiais. Fortalecimento da interface entre o professor da sala comum e da sala de recursos multifuncionais.</p>		
4.10) Fortalecer o acompanhamento e o		Ações SEMEC		



Estratégias	Prazo	Observações/ execução da estratégia	Previsões Orçamentarias	Estratégia realizada/ Não iniciada /Em andamento e Parcialmente realizada
<p>monitoramento do acesso à escola e ao Atendimento Educacional Especializado, bem como da permanência e do desenvolvimento escolar dos alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação beneficiários de programa de transferência de renda, juntamente com o combate às situações de discriminação, preconceito e violência, com vistas ao estabelecimento de condições adequadas para o sucesso educacional, em colaboração com as famílias e com os órgãos públicos de assistência social, saúde e proteção à infância, à adolescência e à juventude.</p>		<p>Realizado pela equipe técnica da DEI, que realiza o acompanhamento e monitoramento por meio de visitas técnicas <i>in loco</i>, atendimento às famílias e aos professores do AEE. Realiza os devidos encaminhamentos à rede socioassistencial e de saúde, quando necessário, por meio de orientações.</p> <p>PROPÕE-SE: Ampliar o monitoramento das ações por meio de visitas semanais.</p> <p>Ações SEDUC</p> <p>A Secretaria Estadual de Educação do Piauí realiza seminário sobre o BPC na escola envolvendo gestores públicos estaduais e municipais, envolvidos no acompanhamento e monitoramento do acesso à escola dos beneficiários do BPC, de 0 a 18 anos, com deficiência, da educação, saúde, assistência social e direitos humanos. Em 2022, realizou-se o III Seminário abordando os seguintes temas:</p> <ul style="list-style-type: none">• Políticas Públicas de Garantia dos		Parcialmente



Estratégias	Prazo	Observações/ execução da estratégia	Previsões Orçamentarias	Estratégia realizada/ Não iniciada /Em andamento e Parcialmente realizada
		<p>Direitos das Pessoas com Deficiência, Acessibilidade e Inclusão Educacional;</p> <ul style="list-style-type: none"> • Políticas Públicas – Programas e Ações de apoio à Educação Especial e ao BPC na Escola; • A integração entre o Programa BPC na Escola e o Cadastro Único para Programas Sociais: perspectivas e potencialidades; • BPC na Escola: Avanços e Desafios atuais de implementação Intersetorial do Programa; • Operacionalização das principais funcionalidades do Sistema BPC na Escola; • Usabilidade do Sistema BPC na Escola – Acompanhamento de Beneficiários e Acompanhamento das Ações Intersetoriais; • Painel Estadual do Programa BPC na Escola (Assistência Social, Educação, Saúde e Direitos Humanos). 		
4.11) Colaborar com o fomento de pesquisas voltadas para o desenvolvimento de metodologias, materiais didáticos, equipamentos e recursos de tecnologia		<p>Ações SEMEC</p> <p>Foram realizadas oficinas para construção de material pedagógico adaptado, cursos</p>		Parcialmente



Estratégias	Prazo	Observações/ execução da estratégia	Previsões Orçamentarias	Estratégia realizada/ Não iniciada /Em andamento e Parcialmente realizada
assistiva, com vistas à promoção do ensino e da aprendizagem, bem como das condições de acessibilidade dos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação.		como o <i>boardmaker</i> , pranchas de comunicação alternativa, parceria com universidades e clínicas para apoiarem as formações; Licitação em andamento para aquisição de equipamentos e recursos de tecnologia assistiva. PROPÕE-SE: Parcerias com os centros especializados.		
4.12) Colaborar com o desenvolvimento de pesquisas interdisciplinares para subsidiar a formulação de políticas públicas intersetoriais que atendam às especificidades educacionais de estudantes com deficiência, com transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, que requeiram medidas de atendimento especializado.		Ações SEMEC As pesquisas interdisciplinares estão propostas no projeto de “Formação Inclusiva” em que os professores formadores fazem formação para trabalhar em todos os níveis de ensino e disciplinas, a fim de promover a inclusão dos alunos público-alvo da Educação Especial em trabalho colaborativo. PROPÕE-SE: Ampliar as formações na perspectiva inclusiva; a criação do cargo de tradutor-intérprete de Libras na esfera municipal para contratação de profissionais mais		Parcialmente



Estratégias	Prazo	Observações/ execução da estratégia	Previsões Orçamentarias	Estratégia realizada/ Não iniciada /Em andamento e Parcialmente realizada
		qualificados; criação do cargo de professor de Atendimento Educacional Especializado, que tenha a formação básica para investidura no cargo.		
4.13) Promover a articulação intersetorial entre órgãos e políticas públicas de saúde, assistência social e direitos humanos, em parceria com as famílias, com o fim de desenvolver modelos de atendimento voltados à continuidade do atendimento escolar, na Educação de Jovens e Adultos, das pessoas com deficiência e transtornos globais do desenvolvimento, com idade superior à faixa etária de escolarização obrigatória, de forma a assegurar a atenção integral ao longo da vida.		<p>Ações SEMEC</p> <p>A articulação intersetorial existe por meio de parcerias com diversas secretarias e os conselhos de direito.</p> <p>O diálogo com a EJA está no vislumbre do projeto de inclusão, cujas discussões foram iniciadas, mas ainda de forma tímida.</p> <p>PROPÕE-SE:</p> <p>Facilitar a implementação de propostas que viabilizem o acesso e a permanência de jovens e adultos com deficiência na escola.</p>		Parcialmente
4.14) Fazer levantamento anual da necessidade de professores do Atendimento Educacional Especializado e profissionais de apoio ou auxiliares, tradutores e intérpretes de Libras, guia-intérpretes para surdos-cegos, professores de Libras, prioritariamente		<p>Ações SEMEC</p> <p>Os gestores enviam a necessidade de profissionais de AAI, de acordo com a demanda de alunos público-alvo da Educação Especial, inclusive, inclusão</p>		Parcialmente



Estratégias	Prazo	Observações/ execução da estratégia	Previsões Orçamentarias	Estratégia realizada/ Não iniciada /Em andamento e Parcialmente realizada
<p>surdos, e professores bilíngues, para atender à demanda do processo de escolarização dos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, nas escolas urbanas e do campo.</p>		<p>linguística através do tradutor-intérprete de Libras e professores capacitados para o atendimento no AEE dos alunos surdos. As técnicas da Divisão de Educação Inclusiva acompanham as demandas das escolas para envio dos profissionais.</p> <p>PROPÕE-SE: Acompanhamento com um sistema <i>online</i> para que os dados se mantenham atualizados, com um trabalho colaborativo entre a DEI, gestão escolar, professores da sala regular e professores de AEE.</p> <p>Ações SEDUC</p> <p>A Secretaria Estadual de Educação do Piauí realiza monitoramento com o objetivo de identificar os indicadores e obstáculos à acessibilidade do estudante ao processo de ensino e aprendizagem. O monitoramento contempla os seguintes indicadores:</p> <ul style="list-style-type: none">• Identificar matrícula de estudantes público-alvo da Educação Especial;• Verificar condições de acessibilidade arquitetônicas e pedagógicas;		



Estratégias	Prazo	Observações/ execução da estratégia	Previsões Orçamentarias	Estratégia realizada/ Não iniciada /Em andamento e Parcialmente realizada
		<ul style="list-style-type: none"> • Verificar o cadastro de matrícula dos estudantes público-alvo na educação especial no iSeduc; • Orientar para cadastro dos estudantes público-alvo na Educação Especial no Educacenso; • Verificar a existência de professores com formação específica para o AEE - Atendimento Educacional Especializado e perfil adequado; • Orientar a institucionalização do AEE no Projeto Político Pedagógico da escola, conforme a Resolução nº 04/2009; • Garantir a lotação de professor, profissional de apoio e intérprete e instrutor de Libras nas escolas; • Garantir o funcionamento da sala de recursos multifuncionais. <p>Pelo sistema Acadêmico e de lotação verificamos as matrículas de estudantes com deficiência, TEA e altas habilidades/superdotação na rede pública estadual e a lotação dos profissionais da educação especial nas escolas.</p>		
4.15) Definir, em parceria com os órgãos de		Ações SEMEC		Parcialmente



Estratégias	Prazo	Observações/ execução da estratégia	Previsões Orçamentarias	Estratégia realizada/ Não iniciada /Em andamento e Parcialmente realizada
fiscalização do município, no segundo ano de vigência deste PME, indicadores de qualidade e política de avaliação e supervisão para o funcionamento de instituições públicas e privadas que prestam atendimento a alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação.		<p>A avaliação dos indicadores de qualidade e política com supervisão para o atendimento a alunos público-alvo da Educação Especial ainda não acontece em nível de avaliação municipal, a fiscalização acontece por meio das técnicas da DEI a nível escolar, particularmente com acesso a fichas de acompanhamento do atendimento no AEE.</p> <p>PROPÕE-SE: Parceria e vinculação junto à equipe de avaliação do município para ter um parâmetro sobre os mecanismos de avaliação realizada dentro do AEE e das salas regulares, visto que não há possibilidade de avaliação padronizada, pois cada aluno é acompanhado com plano individualizado de acordo com sua necessidade específica vinculada à sua condição educacional. Assim, esses dados serão levados em consideração para ampliar políticas públicas de atendimento a esse público.</p>		



Estratégias	Prazo	Observações/ execução da estratégia	Previsões Orçamentarias	Estratégia realizada/ Não iniciada /Em andamento e Parcialmente realizada
4.16) Promover, em parceria com a União e o Estado, a coleta de informações sobre o perfil das pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação de 0(zero) a 17(dezessete) anos, com vistas a subsidiar políticas nessa área.		Ações SEMEC Atualmente essa ação não acontece. PROPÕE-SE: Parceria com a Secretaria de Estado para Inclusão da Pessoa com Deficiência (SEID), com diálogo sistemático para coleta de informações, e subsidiar a construção de políticas públicas nessa área.		Parcialmente
4.17) Incentivar junto às instituições que oferecem cursos de licenciatura e de formação para profissionais da educação, inclusive em nível de pós-graduação, que incluam as orientações dispostas no caput, do art. 207, da Constituição Federal, dos referenciais teóricos, das teorias de aprendizagem e dos processos de ensino-aprendizagem relacionados ao Atendimento Educacional de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação.		Ações SEMEC No município existem muitos cursos de licenciatura que têm em sua grade curricular pelo menos uma disciplina voltada à Educação Especial e Libras, tanto nas instituições privadas como públicas. Mas ainda há carência de cursos de graduação específicos. Até 2024 tínhamos apenas o curso de licenciatura em Letras Libras, sendo ofertado por uma instituição pública e uma privada. No ano de 2024 iniciou-se a oferta de Licenciatura em Educação Especial Inclusiva e também o de Educação Bilíngue de surdos.		Parcialmente



Estratégias	Prazo	Observações/ execução da estratégia	Previsões Orçamentarias	Estratégia realizada/ Não iniciada /Em andamento e Parcialmente realizada
		<p>PROPÕE-SE: Criação do cargo de professor de AEE; professor de Libras, tradutor/intérprete de Libras, a fim de motivar a vinda de mais vagas nos cursos na área da Educação Especial e da busca pelos cursistas.</p> <p>Ações SEDUC</p> <p>A Secretaria Estadual de Educação do Piauí (SEDUC) em parceria com a Universidade Federal do Piauí (UFPI) ofertam pós graduação (especialização lato sensu) em Atendimento Educacional Especializado,</p>		
4.18) Colaborar na promoção de parcerias com instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos, conveniadas com poder público, visando ampliar as condições de apoio ao atendimento escolar integral das pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação matriculadas nas redes públicas de ensino.		<p>Existem parcerias firmadas, com as seguintes instituições: AMA, APAE, CAP, CAS; CIES; PESTALOZZI, ACEP.</p> <p>PROPÕE-SE: Ampliar os atendimentos e buscar outros convênios visando favorecer as condições de apoio aos educandos público alvo do AEE.</p> <p>Ações SEDUC</p>		Parcialmente



Estratégias	Prazo	Observações/ execução da estratégia	Previsões Orçamentarias	Estratégia realizada/ Não iniciada /Em andamento e Parcialmente realizada
		A Secretaria Estadual de Educação do Piauí mantém convênio com instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos, por meio de liberação de professor com o Termo de Colaboração, e recursos financeiros por meio do Termo de Fomento.		
4.19) Colaborar na promoção de parcerias com instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos, conveniadas com o poder público, visando ampliar a oferta de formação continuada e a produção de material didático acessível, assim como os serviços de acessibilidade necessários ao pleno acesso, participação e aprendizagem dos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação matriculados nas redes públicas de ensino.		<p>Ações SEMEC</p> <p>No momento não há parcerias com instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos, conveniadas com o poder público para formação continuada e produção de materiais acessíveis.</p> <p>PROPÕE-SE: Buscar parcerias com as instituições específicas que atendem o público-alvo da Educação Especial, como a AMA, CAP, CAS, CIES, CEIR e outras instituições, para auxiliar na produção de materiais acessíveis e contribuir nas formações continuadas na Rede Municipal.</p>		Parcialmente
4.20) Colaborar na promoção de parcerias		PROPÕE-SE		



Estratégias	Prazo	Observações/ execução da estratégia	Previsões Orçamentarias	Estratégia realizada/ Não iniciada /Em andamento e Parcialmente realizada
com instituições comunitárias confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos, conveniadas com o poder público, a fim de favorecer a participação das famílias e da sociedade na construção do sistema educacional inclusivo.		Realizar levantamento das escolas parceiras que estão em vigor, se possuem AEE e a quantidade de alunos Público-alvo da Educação Especial e projetos realizados.		Parcialmente



5 ALFABETIZAÇÃO



META 5

Alfabetizar todas as crianças, no máximo, até o final do 3º (terceiro) ano do Ensino Fundamental.

O monitoramento da alfabetização na idade certa é essencial para o desenvolvimento das políticas públicas voltadas à melhoria da qualidade da educação nos anos iniciais do ensino fundamental. A meta 5 do Plano Nacional de Educação (PNE) e, por extensão, do Plano Municipal de Educação (PME), tem como objetivo assegurar que todas as crianças estejam alfabetizadas, no máximo, até o final do 3º ano do ensino fundamental. A efetivação dessa meta requer o fortalecimento das práticas pedagógicas, formação continuada de professores alfabetizadores, desenvolvimento de avaliações diagnósticas e implementação de políticas de acompanhamento e intervenção pedagógica nas escolas.

Para o monitoramento do alcance da meta 5 são utilizados indicadores que acompanham os níveis de proficiência dos estudantes, considerando os resultados de avaliações internas e externas, permitindo, assim, avaliar os avanços no processo de alfabetização e subsidiar a tomada de decisões para a melhoria contínua da aprendizagem, conforme segue:

Indicador 5A: Resultado da Avaliação de Leitura

Tabela 05: Leitura da Avaliação Nacional de Alfabetização (ANA)

Indicador 5A - Leitura - 3º ano				
ANO	NÍVEL 1	NÍVEL 2	NÍVEL 3	NÍVEL 4
2014	24,69%	39,65%	29,70%	5,96%
2016	16,95%	32,97%	35,31%	14,77%

Fonte: Avaliação Nacional de Alfabetização (ANA)

Ao analisar os resultados da Avaliação Nacional de Alfabetização (ANA), referentes à edição 2016, observa-se que metade dos estudantes (50,08%) da Rede Pública Municipal de Ensino concluiu o 3º ano do ensino fundamental com desempenho suficiente no teste de proficiência em



leitura, quando somados os percentuais dos níveis 3 e 4, demonstrando evolução em relação a 2014, período em que apresentaram apenas 35,66% nesses níveis. No entanto, 49,92% das crianças, em 2016, estavam alocadas nos níveis 1 e 2, apresentando desempenho insuficiente, isto é, apenas liam palavras de estrutura simples ou complexa, bem como localizavam informações explícitas em textos curtos, além de inferir sentido e identificar o assunto em determinados gêneros textuais, demonstrando pouca evolução dentro do processo de alfabetização.

Indicador 5B: Resultado da Avaliação de Escrita

Tabela 06: Escrita da Avaliação Nacional de Alfabetização (ANA)

Indicador 5B - Escrita - 3º ano					
ANO	NÍVEL 1	NÍVEL 2	NÍVEL 3	NÍVEL 4	NÍVEL 5
2014	15,89%	17,11%	12,47%	51,44%	3,09%
2016	12,53%	15,31%	4,15%	59,74%	8,26%

Fonte: Avaliação Nacional de Alfabetização (ANA)

No que se refere à categoria escrita, no decorrer do processo de avaliação da ANA, entre 2014 e 2016, os estudantes apresentaram evolução significativa nos níveis 4 e 5, saindo de 54,53% para 68%, com desempenho suficiente, demonstrando, dessa forma, a capacidade de escrever texto alfabeticamente. Vale ressaltar que 45,47% das crianças ainda se encontram com desempenho insuficiente, demonstrando que, em geral, escrevem alfabeticamente apenas palavras, com desvios ortográficos.

Indicador 5C: Resultado da Avaliação de Matemática

Tabela 07: Indicador de Matemática da Avaliação Nacional de Alfabetização (ANA)

Indicador 5C - Matemática - 3º ano				
ANO	NÍVEL 1	NÍVEL 2	NÍVEL 3	NÍVEL 4
2014	29,95%	39,41%	15,88%	14,77%
2016	19,52%	36,75%	20,32%	23,41%

Fonte: Avaliação Nacional de Alfabetização (ANA)

No que diz respeito à matemática, ao analisar os resultados de 2014 e 2016, observa-se uma tímida evolução nos níveis 4 e 5, uma vez que, em 2014, 30,65% dos alunos apresentaram desempenho suficiente, e em 2016 apenas 43,73% dos alunos alcançaram esse desempenho. Destaca-se, ainda, uma relevante queda no percentual dos níveis 1 e 2, saindo de 69,36%, em 2014, para 56,27%, em 2016. Apesar dessa evolução, o percentual de crianças com desempenho insuficiente é preocupante, tendo em vista que mais de 50% dos alunos possuem habilidades bem



elementares.

Na perspectiva de analisar dados mais recentes, apresentamos a seguir o resultado da Avaliação Nacional da Educação Básica, conforme destaca a ficha metodológica complementar dos indicadores municipais:

Tabela 08: Resultado do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica em Língua Portuguesa (SAEB).

Língua Portuguesa - 2º ano									
ANO	ABAIXO N1	N1	N2	N3	N4	N5	N6	N7	N8
2021	8,5%	13,7%	7,4%	18,9%	17,2%	15,6%	11,3%	3,80%	3,7%

Fonte: Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica/INEP

Tomando como referência os resultados do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica de 2021, observa-se que 29,6% dos estudantes do 2º ano estavam ancorados nos três primeiros níveis, ou seja, sequer liam palavras isoladas. Tal percentual é bem maior do que os 18,8% de estudantes alocados nos três últimos níveis, que representam as habilidades adequadas para o final do processo de alfabetização. É importante ressaltar que 51,7% dos alunos avaliados demonstraram ter agregado conhecimentos necessários para a apropriação do processo de alfabetização, tornando-se aptos para a sua consolidação.

Tabela 09: Resultado do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica em Matemática (SAEB).

Matemática - 2º ano									
ANO	ABAIXO N1	N1	N2	N3	N4	N5	N6	N7	N8
2021	9,8%	6,3%	7,5%	12%	11,1%	22,7%	16%	9,2%	5,4%

Fonte: Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica/INEP.

No que concerne à matemática, os dados revelam que a porcentagem dos estudantes nos três primeiros níveis foi de 23,6%, em 2021. Esses estudantes não demonstraram capacidade de resolver problemas de adição ou subtração. Na outra ponta da escala de proficiência, verifica-se que 30,6% dos estudantes ficaram alocados nos três últimos níveis, demonstrando ter conhecimento de habilidades esperadas para o 2º ano. Os 45,8% restantes dos estudantes demonstraram dominar as habilidades descritas nos níveis 3, 4 e 5, consideradas básicas em relação ao processo de alfabetização matemática.



Tabela 10: Resultado do Sistema de Avaliação do Piauí em Língua Portuguesa (SAEPI).

Língua Portuguesa – 2º ano					
ANO	PARTICIPAÇÃO	ABAIXO DO BÁSICO	BÁSICO	ADEQUADO	AVANÇADO
2022	5.642 (83%)	25%	23%	22%	30%
2023	7.217 (91,3%)	25%	25%	23%	27%
2024	6,766 (91.9%)	15%	29%	24%	32%

Fonte: Coordenação de Avaliação (SEMEC)/App.powerbi.com

Os dados do Sistema de Avaliação Educacional do Piauí (SAEPI) para o 2º ano do Ensino Fundamental, no componente de Língua Portuguesa, entre o período de 2022 a 2024, evidenciam variações significativas nos níveis de desempenho dos estudantes, refletindo diretamente nas condições de consolidação do processo de alfabetização no Estado.

No ano de 2022, observou-se um aumento no percentual de alunos nos níveis mais baixos de proficiência, com 25% dos estudantes Abaixo do Básico e, 23%, no Básico. Paralelamente, a proporção de alunos no nível Avançado ficou em 30%. Esse cenário sugere dificuldades na consolidação das aprendizagens essenciais, possivelmente associadas à retomada das aulas presenciais após o período de ensino remoto.

Em 2023, a taxa de participação aumentou para 91,3% (7.217 estudantes), ampliando a representatividade dos resultados. No entanto, o desempenho geral manteve-se semelhante ao ano anterior: 25% dos estudantes estavam Abaixo do Básico, 25% no Básico e apenas 27% alcançaram o nível Avançado. Esse quadro indica uma estabilidade indesejada no processo de alfabetização, revelando a necessidade de intervenções pedagógicas mais eficazes para garantir o avanço dos estudantes nos níveis de proficiência estabelecidos para o ano escolar em análise.

Já em 2024, os resultados apresentaram sinais de recuperação. O percentual de estudantes Abaixo do Básico reduziu para 15% - o menor da série histórica - e houve um aumento na proporção de alunos no nível Avançado (32%).

Esses dados, aliados à manutenção de uma alta taxa de participação (91.9%), sugerem avanços na aprendizagem, possivelmente, decorrentes de ações voltadas à recomposição das aprendizagens e ao fortalecimento das práticas pedagógicas nas escolas. No entanto, o fato de 29% dos alunos permanecerem no nível Básico, ainda indica que parte significativa dos estudantes não consolidou plenamente as habilidades esperadas para o 2º ano. Isso ainda mantém acionado o sinal de alerta e requer urgência em reverter a situação posta.

Considerando os resultados de alfabetização apresentados acima, e com o respeito à garantia da aprendizagem de todos os estudantes, entende-se que é preciso envidar esforços para reverter esse cenário, urgentemente, de forma positiva.



Ademais, é necessário manter os esforços, intensificar as políticas públicas e as práticas pedagógicas focadas na alfabetização, com estratégias de acompanhamento individualizado dos estudantes, formação e apoio contínuo aos professores, garantia dos 200 dias letivos e 800 horas, estabelecidos em lei, frequência diária do professor e do estudante, assim como o estreitamento da parceria entre escola, família e comunidade.

Vale destacar que a adoção dessas ações, dentre outras, pode atenuar tamanho prejuízo e promover o sucesso dos nossos estudantes.

5.1 Estratégias



Estratégias	Prazo	Observações/ execução da estratégia	Previsões Orçamentarias	Estratégia realizada/ Não iniciada /Em andamento e Parcialmente realizada
<p>5.1 Garantir a aplicação de instrumentos de avaliação nacional periódicos e específicos a cada ano escolar para aferir a alfabetização das crianças, e implementar o Sistema de Avaliação Educacional de Teresina, em parceria com as demais redes de ensino, visando o acompanhamento e incrementando estratégias pedagógicas para alfabetizar todos os alunos até o final do 3º (terceiro) ano do ensino fundamental.</p>	<p>2025</p>	<p>Ações SEMEC</p> <p>Avaliação Nacional de Alfabetização ANA (3º ano EF – 2016);</p> <p>Sistema de Avaliação da Educação Básica – SAEB (2º ano EF – 2021 e 2023);</p> <p>Sistema de Avaliação da Educação do Piauí – SAEPI (2021 e 2023);</p> <p>A SEMEC avalia bimestralmente os alunos do Ciclo de Alfabetização (do 2º período da Educação Infantil ao 2º ano do EF), e do 3º ano do Ensino Fundamental, por meio de:</p> <p>Testes de leitura e escrita baseados nas Expectativas de Aprendizagem – Projeto Alfabetiza Teresina;</p> <p>Prova Teresina (do 2º período ao 3º ano) - Sendo LP para o 2º período e LP e MAT para os demais anos;</p> <p>Avaliações diagnósticas de Leitura em turmas de 1º e 2º ano (PPAIC).</p> <p>Teste de Fluência para o 2º ano</p>	<p>MEC/FNDE</p> <p>MEC/FNDE</p> <p>SEDUC</p> <p>PMT/SEMEC</p> <p>PMT/SEMEC</p> <p>PMT/SEMEC</p> <p>PMT/SEMEC</p> <p>SEDUC</p>	<p>Realizada</p> <p>Em andamento</p>



Estratégias	Prazo	Observações/ execução da estratégia	Previsões Orçamentarias	Estratégia realizada/ Não iniciada /Em andamento e Parcialmente realizada
		(PARC/CAEd); Avaliações do Compromisso Nacional Criança Alfabetizada (CNCA) – Teste de Fluência – Ciclo III – 3º ao 5º ano.	MEC/FNDE	Em andamento
5.2 Estruturar os processos pedagógicos de alfabetização nos anos iniciais do Ensino Fundamental, articulados com estratégias desenvolvidas na pré-escola, com qualificação e valorização dos professores alfabetizadores, formação continuada, monitoramento e apoio pedagógico específico com foco nos resultados, a fim de garantir a alfabetização plena de todos os alunos.	2025	<p>Ações SEMEC</p> <p>Em 2017 – Implantação do Projeto Alfabetiza Teresina em 100% das Unidades de Ensino que atendem alunos do Ciclo de Alfabetização. (Portaria nº 240/2018 – GAB/SEMEC);</p> <p>Reestruturação das Expectativas de Aprendizagem em consonância com a Avaliação Nacional da Alfabetização – ANA;</p> <p>Formação continuada para todos os professores (2º período – mensal); 1º, 2º e 3º ano do Ensino Fundamental - quinzenal);</p> <p>Formação continuada para gestores escolares da Educação Infantil e do Ciclo de Alfabetização;</p> <p>Proposições da V Conferência Municipal de Educação:</p> <p>Retorno de avaliações externas</p>	PMT/SEMEC	<p>Realizada</p> <p>Realizada</p> <p>Em andamento</p> <p>Em andamento</p>



Estratégias	Prazo	Observações/ execução da estratégia	Previsões Orçamentarias	Estratégia realizada/ Não iniciada /Em andamento e Parcialmente realizada
e sua efetividade.		Piquenique Literário com o objetivo de socializar as aprendizagens adquiridas durante o processo de alfabetização; Realização do Seminário de Boas Práticas e do Colóquio desenvolvidos pelas Unidades de Ensino que atendem o Ciclo de Alfabetização.	PMT/ SEMEC e SEDUC	Em andamento
5.5 Garantir a alfabetização das crianças do campo, indígenas, quilombolas e ciganos, assegurando materiais específicos elaborados pelo MEC e demais sistemas de ensino, além de possibilitar o acesso da população itinerante à educação.	2025	Ações SEMEC Implantação do Projeto Alfabetização Sem Fronteiras, destinado às crianças e adolescentes venezuelanos da etnia Warão, como forma de inclusão e acesso à educação.	PMT / SEMEC	Em andamento
5.6 Promover e estimular a formação inicial e continuada de professores para a alfabetização de crianças, de forma interativa e interdisciplinar, com o conhecimento e acesso a novas tecnologias educacionais e práticas pedagógicas inovadoras,	2025	Não iniciada		Não realizada



Estratégias	Prazo	Observações/ execução da estratégia	Previsões Orçamentarias	Estratégia realizada/ Não iniciada /Em andamento e Parcialmente realizada
estimulando a articulação de programas de pós-graduação <i>stricto sensu</i> , junto às IES, e ações de formação continuada.				
5.7 Promover a alfabetização das pessoas com deficiência, transtorno global do desenvolvimento e altas habilidades/ superdotação, considerando as suas especificidades, inclusive, a alfabetização bilíngue de pessoas surdas, garantindo mecanismos necessários ao trabalho docente.	2025	Ações SEMEC Atendimento Educacional Especializado – AEE; Realização de Cursos Livres para os professores das salas de aula regulares, em uma perspectiva inclusiva; Elaboração de orientações didáticas para as pessoas com deficiência, transtorno global do desenvolvimento e altas habilidades/ superdotação, considerando as suas especificidades.	PMT/SEMEC PMT/SEMEC PMT/SEMEC	Em andamento Em andamento Em andamento



6 EDUCAÇÃO INTEGRAL



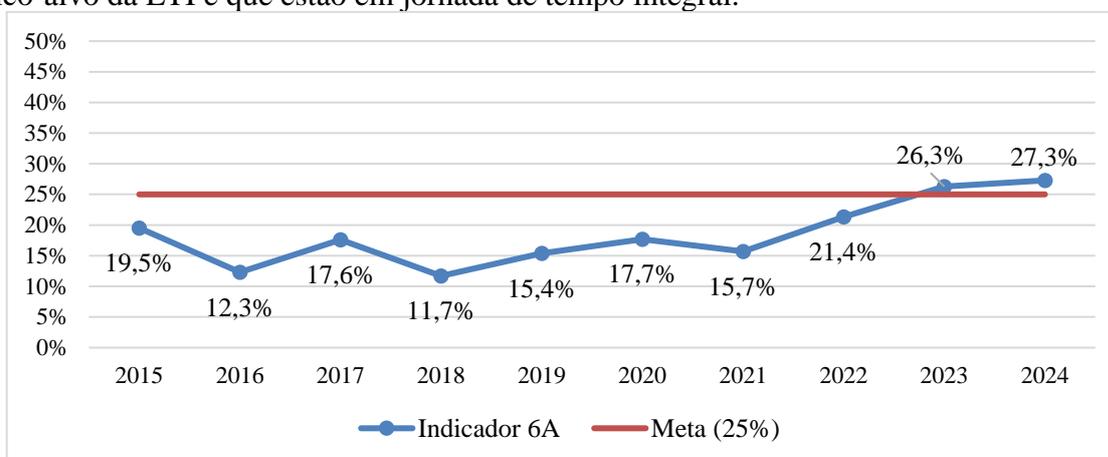
META 6

Oferecer educação em Tempo Integral em, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das escolas públicas municipais, de forma a atender, pelo menos, 25% (vinte e cinco por cento) dos alunos da Educação Básica até o ano de 2025.

Considerando que a Educação Integral em Tempo Integral (ETI) possibilita aos estudantes permanecerem por mais tempo no ambiente escolar, e o aprimoramento das atividades extracurriculares, que são fundamentais para o desenvolvimento cognitivo, motor, social e cultural dos estudantes, a Prefeitura Municipal de Teresina, por meio da Secretaria Municipal de Educação, tem investido na implementação de políticas públicas que visam à ampliação e à reestruturação das suas unidades de ensino, com a perspectiva de oferecer educação integral em tempo integral em, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das escolas públicas, de modo a atender, pelo menos, 25% (vinte e cinco por cento) dos estudantes da Educação Básica.

Indicador 6A: Percentual de alunos da educação básica pública que pertencem ao público-alvo da Educação em Tempo Integral e que estão em jornada de tempo integral

Gráfico 8: Série histórica do Percentual de alunos da educação básica pública que pertencem ao público-alvo da ETI e que estão em jornada de tempo integral.



Fonte: INEP, Censo Escolar, 2015-2024.

Analisando a série histórica, observa-se que o período de 2015 a 2021 foi marcado por

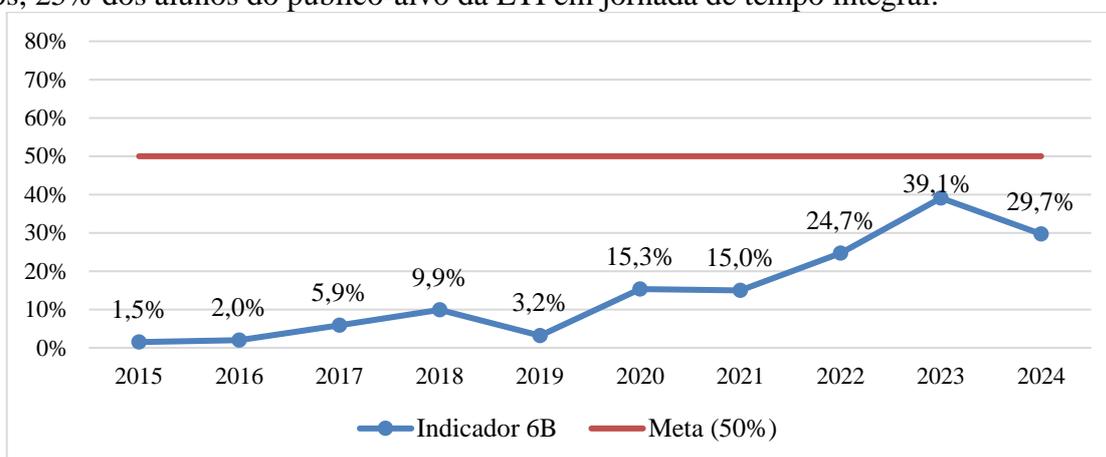


constantes oscilações em relação ao número de matrículas de estudantes em escolas de tempo integral. Em 2015, 19,5% correspondia ao percentual de estudantes com jornada ampliada; em 2016 esse percentual caiu para 12,3%, e em 2017 chegou a 17,6%, recuperando sua curva ascendente. Esse crescimento pode ser atribuído à adesão ao Programa Novo Mais Educação, instituído pela Portaria MEC nº 1.144/2016 e regido pela Resolução FNDE nº 17/2017, cujo objetivo consistia em ampliar a jornada escolar, fortalecendo a aprendizagem dos estudantes, com foco na melhoria da aprendizagem em Língua Portuguesa e Matemática.

A partir de 2022, observa-se uma tendência de crescimento, partindo de 21,4% em 2022 e chegando a 27,3% em 2024, superando a meta estabelecida de 25% de matrículas em tempo integral. Parte desse avanço está relacionado ao impacto do Programa Escola em Tempo Integral do Governo Federal, além de esforços locais para ampliar a oferta, principalmente por meio da reestruturação de unidades existentes, construção de novas escolas e ampliação do Atendimento Educacional Especializado (AEE), considerado no cálculo do indicador, conforme preconiza a Nota Técnica do Relatório do 5º ciclo de monitoramento das metas do Plano Nacional de Educação.

Indicador 6B: Percentual de escolas públicas da educação básica que possuem, pelo menos, 25% dos alunos do público-alvo da ETI em jornada de tempo integral.

Gráfico 9: Série histórica do Percentual de escolas públicas da educação básica que possuem, pelo menos, 25% dos alunos do público-alvo da ETI em jornada de tempo integral.



Fonte: INEP, Censo Escolar, 2015-2024.

O indicador 6B (Gráfico 9), que trata do percentual de escolas públicas da Educação Básica que possuem, pelo menos, 25% dos estudantes desse público em jornada de tempo integral, apresenta uma tendência de crescimento no período de 2015 a 2018, partindo de 1,5% em 2015 e alcançando 9,9% em 2018, com recuo em 2019, registrando uma queda de 3,2%. A partir de 2020, há uma tendência de crescimento, atingindo um pico de 39,1% em 2023, decrescendo em 2024 para 29,7%, distanciando-se 20,3% pontos percentuais da meta estabelecida.



Vale destacar que as iniciativas do município de Teresina voltadas à implantação da educação integral em tempo integral são recentes. Em se tratando da Educação Infantil, a implantação da jornada de tempo integral nos Centros Municipais de Educação Infantil (CMEI) foi iniciada em 1988, no entanto, essas tentativas ocorriam em instituições filantrópicas, que apenas recebiam apoio financeiro do Município. Somente a partir de 2007, com o surgimento do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (FUNDEB), o município passa a ser contemplado com financiamentos para a Educação Infantil. De 1988 até 2016, funcionavam 6 (seis) Centros Municipais de Educação Infantil em tempo integral.

A partir de 2017, com o Programa Nacional de Reestruturação e Aquisição de Equipamentos para a Rede Escolar Pública de Educação Infantil (Proinfância), ação do Fundo de Desenvolvimento da Educação (PDE) do Ministério da Educação, as creches que possuíam padrão arquitetônico planejado para funcionamento em tempo integral começam a ser inauguradas. Deste modo, de 2017 a 2021, o município entregou à comunidade teresinense 22 prédios (Creche/Pré-escolas) que ofertam algum segmento em tempo integral. Atualmente, dos 171 Centros Municipais de Educação Infantil, 21 atendem estudantes em jornada de tempo integral.

No Ensino Fundamental, o atendimento do município em jornada de tempo integral inicia em 2016, ano seguinte à aprovação do Plano Municipal de Educação (PME), com um projeto piloto em uma escola de 6º ao 9º ano localizada na zona rural e, a partir de 2017, são requalificadas mais 6 (seis) escolas para funcionamento em tempo integral, sendo que, atualmente, o município possui 31 Escolas de Ensino Fundamental com matrículas em tempo integral.

Ressalta-se que a requalificação dos prédios existentes para o atendimento em tempo integral nem sempre é possível, sendo necessário maiores investimentos públicos para construção de novos prédios, contratação de professores, profissionais especializados para possibilitar a oferta de matrículas em tempo integral, oportunizando aos estudantes e professores espaços com qualidade, podendo, assim, propiciar um aprendizado com mais equidade.

Com o objetivo de alcançar a meta 6 do Plano Nacional de Educação, em 2023 o Ministério da Educação (MEC) lança o Programa Escola em Tempo Integral, instituído pela Lei 14.640 de 31 de julho de 2023, com a finalidade de fomentar a oferta de matrículas na educação básica em tempo integral, compreendendo estratégias de assistência técnica e financeira para as redes de ensino que, ao realizarem a adesão e pactuação de matrículas, se comprometem a comprovar sua política de educação integral em tempo integral, por meio de portaria, decreto ou lei. A rede municipal instituiu comissão para elaborar diretrizes normativas para a educação integral, as quais foram regulamentadas pelo Decreto nº 26.180, de 26 de abril de 2024, que versa sobre as diretrizes normativas da Política de Educação Integral nas unidades de ensino de tempo integral da Rede



Pública Municipal de Ensino de Teresina.

Com o Programa Escola em Tempo Integral ciclo 2023/2024, o município de Teresina pactua 2.117 matrículas em tempo integral, incidindo no fomento de R\$ 12.463.117,72 para aplicação em despesas para a manutenção e desenvolvimento do ensino, nas categorias custeio e capital, com investimentos na ampliação, melhoria e adequação de espaços e da infraestrutura, aquisição de materiais pedagógicos, esportivos e equipamentos.

Para o ciclo 2024/2025, o Ministério da Educação propôs a pactuação de 2.174 matrículas, distribuídas em matrículas criadas com a previsão de fomento de R\$ 12.798.685,84, sendo oficialmente declaradas 1.470 matrículas em 13 unidades de ensino, que iniciarão atendimento em tempo integral.

Em 2024, os indicadores 6A e 6B ascendem em percentual refletindo as ações do Programa Escola em Tempo Integral do Ministério da Educação no incremento de matrículas em tempo integral, objetivando atingir a meta do Plano Nacional de Educação. Ao analisar o indicador 6^a, observa-se que alcança o patamar de 27%, ou seja, dois pontos percentuais acima da meta de 25% de estudantes em atendimento em tempo integral.

O indicador 6B ainda não consegue atingir a meta de 50% de escolas que ofertam matrículas em tempo integral, embora tendo um crescimento significativo nos três últimos anos, o que sugere uma fragilidade na infraestrutura física das escolas, necessitando, portanto, de planejamento a longo prazo para a melhoria estrutural, bem como para a construção de novas escolas.

Nesse sentido, será necessária uma reflexão de como o poder público dará sustentabilidade à implementação dessas matrículas, pensando uma política de educação integral pautada no desenvolvimento integral do estudante e na melhoria da educação, com qualidade e equidade, necessitando, assim, de planejamento e investimentos financeiros de todos os entes, em regime de colaboração.



6.1 Estratégias

Estratégias	Prazo	Observações/ execução da estratégia	Previsões Orçamentarias	Estratégias realizadas/ Não iniciada /Em andamento e Parcialmente realizada
<p>6.1 Promover, com o apoio da União, a oferta de Educação Básica pública em Tempo Integral, por meio de atividades de acompanhamento pedagógico e multidisciplinares, inclusive, culturais e esportivas, de forma que o tempo de permanência dos alunos na escola, ou sob sua responsabilidade, passe a ser igual ou superior a 7(sete) horas diárias durante todo o ano letivo, com a ampliação progressiva da jornada de professores em uma única escola.</p>	2025	<p>Ações SEMEC</p> <p>O município de Teresina, de 2022 a 2024, ampliou de 48 para 52 Unidades de Ensino de atendimento em Tempo Integral.</p> <p>Ainda não existe planejamento para que a jornada do professor seja em Tempo Integral.</p> <p>Ações SEDUC</p> <p>A carga horária diária dos Centros Estaduais de Tempo Integral (CETIs) é de 8 horas, com atividades pedagógicas em sala de aula, sendo cada aula de 60 minutos, totalizando 40 horas semanais. Além disso, são considerados tempos adicionais para ambientes de aprendizagem, com dois intervalos de 20 minutos para lanches (um em cada turno, manhã e tarde), e 1 hora para o almoço, garantindo um equilíbrio entre o aprendizado e o bem-estar dos estudantes.</p> <p>PROPOSIÇÕES DA VI CONFERÊNCIA:</p> <p>Detalhamento da aplicação dos recursos financeiros para o devido acompanhamento;</p> <p>Planejamento da jornada de trabalho para os professores das Escolas de Tempo Integral (jornada de 40h);</p>		Parcialmente



Estratégias	Prazo	Observações/ execução da estratégia	Previsões Orçamentarias	Estratégias realizadas/ Não iniciada /Em andamento e Parcialmente realizada
		Formação específica para os professores das Unidades de Ensino de Tempo Integral, voltada para a Educação Integral.		
6.2) Instituir, em regime de colaboração, programa de construção de escolas com padrão arquitetônico e de mobiliário adequado para atendimento em Tempo Integral.	2025	Ações SEMEC Desde 2016 já foram construídos 22 CMEIs no padrão Proinfância, desses, 08 funcionam em Tempo Integral, e foram construídas 03 escolas para funcionamento em Tempo Integral. Previsão de construção de mais 6 creches tipo Proinfância para atendimento em tempo integral. Proposições da V Conferência Municipal de Educação: Criação de uma política de financiamento pelo município para as Unidades de Ensino de Tempo Integral. Definição de padrões arquitetônicos adequados e acessíveis para a construção de Unidades de Ensino de Tempo Integral.		Parcialmente
6.3 Institucionalizar e manter, em regime de colaboração, programa nacional de ampliação e reestruturação das escolas públicas, por meio da instalação de quadras poliesportivas, laboratórios, inclusive de informática, espaços para	2025	Ações SEMEC Para a ampliação das Unidades de Ensino em Tempo Integral são realizadas reformas nas unidades selecionadas, procurando adaptá-las para o melhor atendimento aos estudantes. 18 Unidades de Ensino da Rede estão sendo beneficiadas com melhorias na infraestrutura física, mobiliários, material esportivo, por meio do Programa Escolas em		Parcialmente



Estratégias	Prazo	Observações/ execução da estratégia	Previsões Orçamentarias	Estratégias realizadas/ Não iniciada /Em andamento e Parcialmente realizada
atividades culturais, bibliotecas, auditórios, cozinhas, refeitórios, banheiros e outros equipamentos, bem como de produção de material didático e de formação de recursos humanos para a educação em Tempo Integral.		<p>Tempo Integral institucionalizado pelo Mec no ano de 2023; Elaboração do Currículo dos componentes curriculares do Núcleo Diversificado; Decreto Nº 26.180/24 Diretrizes e Normativas sobre a Política de Educação Integral.</p> <p>Ações SEDUC</p> <p>Realização de obras de reforma, ampliação, climatização e modernização das escolas; Formação para gestores escolares e professores sobre as diretrizes do ensino em tempo integral e o novo currículo do Ensino Médio, realizada presencialmente nos Centros Estaduais de Tempo Integral (CETIs); Supervisão pedagógica nos CETIs para acompanhamento e apoio às práticas educacionais; Elaboração de Guias Pedagógicos com orientações teóricas e metodológicas sobre a proposta pedagógica e a rotina de funcionamento dos CETIs no Estado do Piauí.</p> <p>PROPOSIÇÕES DA VI CONFERÊNCIA:</p> <p>Detalhamento de como será realizada as reformas nas Unidades de Ensino em Tempo Integral. Contemplar no Currículo temas sobre a afrodescendência e sobre as diversidades;</p>		



Estratégias	Prazo	Observações/ execução da estratégia	Previsões Orçamentarias	Estratégias realizadas/ Não iniciada /Em andamento e Parcialmente realizada
		Construção de uma política de Educação integral; Ampliação dos recursos financeiros para as Unidades de Ensino em Tempo Integral, a fim de que garantam a infraestrutura para os CMEIs e escolas de tempo integral; Construção do currículo para os CMEIs de Tempo Integral.		
6.4) Fomentar a articulação da escola com os diferentes espaços educativos, culturais e esportivos, e equipamentos públicos como centros comunitários, bibliotecas, praças, parques, museus, teatros, cinemas e planetários.	2025	Ações SEMEC O município realiza parcerias com instituições, proporcionando aprendizagens diversas e que contribuam para o desenvolvimento pleno dos estudantes (Águas de Teresina, JETs, intercâmbio de Xadrez, Cidade Olímpica, Educação Financeira, Olimpíadas Nacionais, Mais Ciências). Ações SEDUC Os CETIs promovem ações pedagógicas, artísticas, culturais e esportivas, tornando esses espaços dinâmicos e integradores. A Seduc desenvolve um processo operacional junto às escolas e Gerências Regionais, por meio de projetos e programas que fortalecem a articulação entre a escola e a comunidade. No âmbito esportivo, destacam-se os Jogos Escolares do Piauí (JEPs), além das Olimpíadas e do Festival de Cultura e Arte, que incentivam o talento e a participação dos estudantes em diversas áreas.		Parcialmente



Estratégias	Prazo	Observações/ execução da estratégia	Previsões Orçamentarias	Estratégias realizadas/ Não iniciada /Em andamento e Parcialmente realizada
		<p align="center">PROPOSIÇÕES DA VI CONFERÊNCIA:</p> <p>Ampliação e captação de parcerias intersetoriais, em especial, com o sistema de saúde municipal, para agilizar o diagnóstico dos estudantes com deficiência e para o acompanhamento terapêutico.</p>		
<p>6.5) Estimular a oferta de atividades voltadas à ampliação da jornada escolar de alunos matriculados nas escolas da rede pública de Educação Básica por parte das entidades privadas de serviço social vinculadas ao sistema sindical, de forma concomitante e em articulação com a rede pública de ensino.</p>	<p>2025</p>	<p>Ações SEMEC</p> <p>Não existem ações planejadas que contemplem essa estratégia.</p> <p>Ações SEDUC</p> <p>Os Centros Estaduais de Tempo Integral, por possuírem uma carga horária ampliada e ofertarem em suas Matrizes Curriculares, os Itinerários Formativos — incluindo Projeto de Vida e Empreendedorismo, Educação Financeira, Cultura, Esporte, Robótica, Clube de Leitura, Inteligência Artificial, Educação para o Trânsito, Linhas de Aprofundamento, Aprofundamento da Língua Inglesa e Horário de Estudo - favorecem a realização de parcerias e articulações com diversas instituições. Dentre elas, destacam-se universidades, faculdades, unidades de saúde e conselhos tutelares, entre outros. Essas parcerias ampliam as oportunidades de aprendizado, permitindo aos estudantes o aprofundamento de conhecimentos e</p>		<p>Não atingida</p>



Estratégias	Prazo	Observações/ execução da estratégia	Previsões Orçamentarias	Estratégias realizadas/ Não iniciada /Em andamento e Parcialmente realizada
		vivências sociais ao longo de sua trajetória acadêmica e pessoal.		
6.6) Orientar, na forma do inciso I, do § 1º, do art. 13, da Lei Federal nº 12.101, de 27 de novembro de 2009, a aplicação de gratuidade em atividades de ampliação da jornada escolar de alunos matriculados nas escolas da rede pública de Educação Básica, de forma concomitante e em articulação com a rede pública de ensino.	2025	Ações SEMEC Sem ações planejadas. Ações SEDUC Gratuidade assegurada.		Não atingida.
6.7) Atender às escolas do campo, de comunidades indígenas e quilombolas, na oferta de Educação em Tempo Integral, com base em consulta prévia e informada, considerando-se as peculiaridades locais.	2025	Ações SEMEC Na Rede existem 3 escolas de zona rural que são de Tempo Integral; são realizadas orientações à equipe pedagógica para elaboração dos PPPs contemplando as singularidades do território. Ações SEDUC No Piauí, foi instituída a 1ª escola Indígena Oka ka Inaminanoko (Lugar de Saber), que está localizada no bairro Planalto Bela Vista e conta com uma estrutura adequada para atender as comunidades indígenas da região		Parcialmente



Estratégias	Prazo	Observações/ execução da estratégia	Previsões Orçamentarias	Estratégias realizadas/ Não iniciada /Em andamento e Parcialmente realizada
		<p>do Entre Rios, das etnias Guajajara e Warao, que estão com domicílio em Teresina. Tem um estudo para mais uma escola no município de Lagoa de São Francisco, a 208 km de Teresina, e uma quilombola, na comunidade Lagoas, Região da Cidade de São Raimundo Nonato para 2025.</p> <p style="text-align: center;">PROPOSIÇÕES DA VI CONFERÊNCIA:</p> <p>Fomentar políticas de qualificação stricto sensu para os professores; Caracterização pela Secretaria Municipal de Educação das especificidades das escolas do campo.</p>		
<p>6.8) Garantir a Educação em Tempo Integral para pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, na faixa etária de 4(quatro) a 17(dezessete) anos, assegurando Atendimento Educacional Especializado complementar e suplementar, ofertado em salas de recursos multifuncionais da própria escola ou em instituições especializadas.</p>	<p>2025</p>	<p>Ações SEMEC</p> <p>É assegurada a oferta de matrícula em todas as Unidades de Ensino em Tempo Integral, garantindo as especificidades de cada estudante para o atendimento especializado e terapêutico, conforme Ofício N° 1377/2024/DPDI/SEB/SEB-MEC.</p> <p>Ações SEDUC</p> <p>Os CETIs com demandas possuem profissionais com a devida formação e espaços adequados para atendimento dos estudantes, como salas de AEE e profissionais de apoio pedagógico.</p>		<p>Parcialmente</p>



Estratégias	Prazo	Observações/ execução da estratégia	Previsões Orçamentarias	Estratégias realizadas/ Não iniciada /Em andamento e Parcialmente realizada
		<p style="text-align: center;">PROPOSIÇÕES DA VI CONFERÊNCIA:</p> <p>Elaboração de normativas pela Secretaria Municipal de Educação acerca do atendimento aos estudantes com deficiências nas Unidades de Ensino de Tempo Integral.</p>		
6.9) Adotar medidas para otimizar o tempo de permanência dos alunos na escola, direcionando a expansão da jornada para o efetivo trabalho escolar, combinado com atividades recreativas, esportivas e culturais.	2025	<p>Ações SEMEC</p> <p>A SEMEC articula ações que garantam estrutura física adequada, professores efetivos, merenda escolar e projetos que favoreçam a permanência dos estudantes na escola, com uma matriz curricular definida para o ensino fundamental e em fase de elaboração do currículo da parte diversificada.</p> <p>Ações SEDUC</p> <p>As atividades de lazer, esportivas e culturais estão integradas à Matriz Curricular e ao Projeto Político-Pedagógico (PPP) da escola, promovendo uma formação mais ampla e significativa para os estudantes. Além disso, a implementação de programas como Gestão da Aprendizagem, Seduc Esportiva, Seduc Olímpica, Recomposição da Aprendizagem e Busca Ativa Escolar, aliada a práticas pedagógicas inovadoras e a projetos</p>		Parcialmente



Estratégias	Prazo	Observações/ execução da estratégia	Previsões Orçamentarias	Estratégias realizadas/ Não iniciada /Em andamento e Parcialmente realizada
		interdisciplinares, fortalece o projeto de vida dos alunos e incentiva o protagonismo juvenil.		

META 7 QUALIDADE NA EDUCAÇÃO BÁSICA



META 7

Fomentar a qualidade da Educação Básica em todas as etapas e modalidades, com melhoria do fluxo escolar e da aprendizagem de modo a atingir as seguintes médias nacionais para o Ideb.

Nesta seção, são apresentados os indicadores da Rede Municipal de Educação de Teresina, da meta 7 e suas estratégias. O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb), criado em 2007, pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), é um indicador que sintetiza duas dimensões essenciais da qualidade da educação: o fluxo escolar, representado pela taxa de aprovação, e o desempenho dos estudantes, medido pelas médias de proficiência em Língua Portuguesa e em Matemática, obtidas por meio das avaliações do Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb).

No contexto local, a meta 7 do Plano Municipal de Educação de Teresina (PME 2015–2025) estabelece como diretriz a elevação progressiva do Ideb da rede pública municipal, com a meta de atingir, até 2021, os seguintes resultados: média 6,3 nos anos iniciais do ensino fundamental; 5,7 nos anos finais e 5,3 no ensino médio. Esse compromisso visa consolidar avanços na qualidade da aprendizagem e reduzir desigualdades educacionais, por meio do fortalecimento das práticas pedagógicas, da gestão escolar e da formação continuada dos profissionais da educação. Para o monitoramento da meta 7, este relatório explora os indicadores gerais, traçando a trajetória desses indicadores até o presente período.

Tabela 11: Média municipal do Ideb nos anos iniciais do ensino fundamental

INDICADOR 7A ³	IDEB – Anos Iniciais do Ensino Fundamental					Atingiu?
	2015	2017	2019	2021	2023	
Ideb observado	5,9	6,7	7,3	6,2	6,4	Sim
Projeção	5,2	5,5	5,7	6,0	-	

Fonte: MEC, Inep.

³ Para os quadros dos indicadores 7A e 7B estão dispostos os resultados na rede pública de Teresina (PI), incluindo as esferas municipal e estadual



Com base na série histórica do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb), tendo como referência o recorte de 2015 a 2021, disposto no PME, Lei nº 4.739/2015, ressalta-se que a Rede Pública de Ensino de Teresina alcançou resultados superiores em relação às projeções apresentadas pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), especificamente, para as edições do Saeb de 2015 e 2019, no que se refere aos anos iniciais.

Tabela 12: Média municipal do Ideb nos anos finais do ensino fundamental

INDICADOR 7B ⁴	IDEB – Anos Finais do Ensino Fundamental					Atingiu?
	2015	2017	2019	2021	2023	
Indicador ¹ 7B	4,6	5,2	5,6	5,4	5,7	Parcialmente
Projeção	4,7	5,0	5,2	5,5	-	

Fonte: MEC, Inep.

Nos anos finais do ensino fundamental, nas edições do Saeb de 2015 e 2021, o município de Teresina não atingiu a meta projetada pelo Inep. Nas edições de 2017 e 2019, suplantou a meta estabelecida, atingindo as notas 5,2 e 5,6, respectivamente. Em 2023, a Rede Pública de Ensino alcançou sua maior nota, suplantando a meta projetada para 2021, último ano em que o Inep estabeleceu projeções de metas para o Ideb.

Destaca-se, ainda, que ao comparar o Ideb dos anos iniciais e finais do Ensino fundamental, referente às edições de 2019 e 2021, observa-se uma queda considerável, possivelmente, tendo relação com os reflexos educacionais sofridos em decorrência do período pandêmico que assolou o país.

Considerando a inobservância de projeção de metas, por parte do Inep, para 2025, a Rede Pública Municipal de Ensino de Teresina (PI) pactuou a meta de 7,4 para os anos iniciais e 6,3 para os anos finais do ensino fundamental, a partir da análise dos resultados alcançados pelas unidades de ensino, ao longo da série histórica do Saeb.

Tabela 13: Média municipal do Ideb no Ensino Médio

INDICADOR 7C	IDEB – Ensino Médio					Atingiu?
	2015	2017	2019	2021	2023	
Ideb observado	-	3,3	3,9	4,2	4,6	Não
Projeção	4,3	4,7	5,0	5,2	-	

Fonte: MEC, Inep.

⁴ Para os quadros dos indicadores 7A e 7B estão dispostos os resultados na rede pública de Teresina (PI), incluindo as esferas municipal e estadual



Quanto ao ensino médio, apesar do crescimento progressivo, os resultados alcançados mantiveram-se abaixo da meta projetada em cada edição do Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb).

Em atenção ao decênio 2015-2025, os resultados alcançados no ensino fundamental, em 2023, evidenciam crescimento comparado ao de 2021, atingindo 6,4 nos anos iniciais, 5,7 nos anos finais e 4,6 no ensino médio.

Em face do exposto, ressalta-se a importância de uma análise mais aprofundada, que abranja, por exemplo, os resultados da meta 07 em cada uma das esferas educacionais, sendo este relatório um ponto de partida para o exercício democrático de monitoramento e avaliação do PME. Dessa forma, a seguir, foram elucidadas as 37 (trinta e sete) estratégias que compõem a meta 07 do PME de Teresina (2015-2025), incluindo as ações correlacionadas, depreendidas como um esforço para o seu atendimento, bem como os desafios ainda presentes em seu entorno, conforme segue:



7.1 Estratégias



Estratégias	Prazo	Observações/ execução da estratégia	Previsões Orçamentarias	Estratégias realizadas/ Não iniciada /Em andamento e Parcialmente realizada
7.1) Adequar e implantar, em regime de colaboração entre os entes federados, diretrizes pedagógicas para a Educação Básica e a Base Nacional Comum dos Currículos, com direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento dos alunos para cada ano do Ensino Fundamental e Médio, respeitada a diversidade regional, estadual e local.	2025	<p>Ações SEMEC:</p> <p>I. Implantação do Currículo de Teresina - Ensino Fundamental (2018), validado pela Resolução CME/Teresina Nº 002/2021;</p> <p>II Implantação do Currículo de Teresina - Educação Infantil (2024), validado pela Resolução CME/Teresina Nº 017/2023;</p> <p>III. Implantação das Diretrizes Curriculares da Educação de Jovens e Adultos (EJA) do Município de Teresina, no ano de 2024.</p> <p>- Acesso através do link: https://semec.pmt.pi.gov.br/diretrizes-curriculares-de-teresina/</p> <p>I. Realização de pesquisa, com o objetivo de avaliar a implementação e o monitoramento do Currículo da Educação Infantil, junto aos diretores escolares, pedagogos, apoios pedagógicos e professores, que atuam nas Unidades de Ensino;</p> <p>I. Adequação das propostas formativas e avaliativas, planos referenciais e programas de ensino, com base no currículo de Teresina como elemento norteador, considerando as especificidades de cada ano escolar;</p> <p>7. Comissão para Reformulação do Currículo para incluir as diretrizes da BNCC de Computação.</p>		Parcialmente realizado
7.2) Assegurar que: a) No quinto ano de vigência deste	2025	Considerando os dados obtidos nas três últimas edições do Saeb (2019, 2021 e 2023), nos		



Estratégias	Prazo	Observações/ execução da estratégia	Previsões Orçamentarias	Estratégias realizadas/ Não iniciada /Em andamento e Parcialmente realizada
<p>PME, pelo menos 70% (setenta por cento) dos alunos do Ensino Fundamental e do Ensino Médio tenham alcançado nível suficiente de aprendizado em relação aos direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento de seu ano de estudo, e 50% (cinquenta por cento), pelo menos, o nível desejável;</p> <p>b) No último ano de vigência deste PME, todos os estudantes do Ensino Fundamental e do Ensino Médio tenham alcançado nível suficiente de aprendizado em relação aos direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento de seu ano de estudo, e 80% (oitenta por cento), pelo menos, o nível desejável.</p>		<p>componentes curriculares avaliados (Língua Portuguesa e Matemática)⁵.</p> <p>I. Estudantes com nível de aprendizado adequado no 5º ano do Ensino Fundamental:</p> <p>a) Língua Portuguesa: 83% (2019); 69% (2021); 70% (2023);</p> <p>b) Matemática: 79% (2019); 46% (2021); 49% (2023);</p> <p>- Estudantes com nível suficiente em 2023 no 5º ano – 93% (Língua Portuguesa) e 86% (Matemática)</p> <p>II. Estudantes com nível de aprendizado adequado no 9º ano do Ensino Fundamental:</p> <p>a) Língua Portuguesa: 50% (2019); 44% (2021); 53% (2023);</p> <p>b) Matemática: 37% (2019); 22% (2021); 30% (2023);</p> <p>- Estudantes com nível suficiente em 2023 no 9º ano – 92% (Língua Portuguesa) e 85% (Matemática).</p> <p>III. Estudantes com nível de aprendizado adequado no 3º ano do Ensino Médio⁶:</p> <p>a) Língua Portuguesa: 33% (2019); 32% (2021);</p> <p>b) Matemática: 7% (2019); 4% (2021);</p> <p>- Estudantes com nível suficiente em 2023 no 3º ano</p>		<p>Em andamento</p>

⁵ Fonte: <https://qedu.org.br/municipio/2211001-teresina/aprendizado>

⁶ Foram encontrados dados de percentual de estudantes por aprendizado, do 3º ano do Ensino Médio, apenas, referente ao ano de 2019 e 2021.



Estratégias	Prazo	Observações/ execução da estratégia	Previsões Orçamentarias	Estratégias realizadas/ Não iniciada /Em andamento e Parcialmente realizada
		<p>do Ensino Médio – 69% (Língua Portuguesa) e 44% (Matemática).</p> <p>Ações SEMEC:</p> <p>- Os resultados obtidos na rede pública municipal de Teresina apresentam, como condicionantes, ações envolvendo a tríade avaliação, formação e monitoramento.</p>		
<p>7.3) Constituir, em colaboração entre a União, o Estado e o Município, um conjunto nacional de indicadores de avaliação institucional com base no perfil do alunado, do corpo de profissionais da educação e demais segmentos que compõem a comunidade escolar, nas condições de infraestrutura das escolas, nos recursos pedagógicos disponíveis, nas características da gestão e em outras dimensões relevantes, considerando as especificidades das modalidades de ensino.</p>	<p>2025</p>	<p>Ações SEMEC</p> <p>Preenchimento do Diagnóstico do PAR: realizado no sistema SIMEC, permite que a Secretaria mapeie as demandas da Rede de Ensino em áreas como infraestrutura, formação, gestão e recursos pedagógicos. Tal ação é essencial para a elaboração de propostas e solicitação de apoio técnico e financeiro ao MEC;</p> <p>Atualização e utilização dos dados do Censo Escolar;</p> <p>Diagnóstico do PDDE Interativo: realizado no sistema do Governo Federal pelas escolas, mas também acessado e acompanhado pelas Secretarias. Permite um raio-x das unidades escolares, subsidiando planejamento local e políticas educacionais mais alinhadas às realidades da Rede;</p> <p>Sistematização em Ficha de Caracterização de cada unidade de ensino, atualizada anualmente no sistema MobiEduca.Me, que contém informações abrangendo</p>		<p>Parcialmente realizada</p>



Estratégias	Prazo	Observações/ execução da estratégia	Previsões Orçamentarias	Estratégias realizadas/ Não iniciada /Em andamento e Parcialmente realizada
		muitos aspectos, além das plataformas do MEC, que abrangem o perfil institucional da Rede de ensino, com acompanhamento dos superintendentes.		
7.4) Realizar processo contínuo de autoavaliação das escolas de Educação Básica, por meio da constituição de instrumentos de avaliação que orientem as dimensões a serem fortalecidas, destacando-se a elaboração de planejamento estratégico, a melhoria contínua da qualidade educacional, a formação continuada dos profissionais da educação e o aprimoramento da gestão democrática.	2025	Ações SEMEC As unidades de ensino dispõem dos seguintes instrumentos: Provas de Rede (Prova Teresina - Regular e EJA; Simulados Avaliativos; Leitura e Escrita); Projeto Político Pedagógico - PPP e Plano de Metas e Ações - PMA. Diagnóstico do PDDE interativo, Censo Escolar – Governo Federal, ambos preenchidos pelo gestor escolar anualmente. Contrato de gestão, assinado pelo gestor escolar anualmente. Nota técnica do superintendente escolar, formalizada junto à gestão escolar, a cada visita técnica na unidade de ensino. Esses instrumentos visam fortalecer aspectos como: formação continuada para profissionais de educação; o exercício da gestão escolar e o planejamento estratégico, com base nas necessidades das unidades de ensino.		Em andamento
7.5) Formalizar e executar os Planos de Ações Articuladas (PAR), dando cumprimento às metas de qualidade	2025	Ações SEMEC		Parcialmente



Estratégias	Prazo	Observações/ execução da estratégia	Previsões Orçamentarias	Estratégias realizadas/ Não iniciada /Em andamento e Parcialmente realizada
estabelecidas para a Educação Básica pública e às estratégias de apoio técnico e financeiro voltadas à melhoria da gestão educacional, à formação de professores e profissionais de serviços e apoio escolares, à ampliação e ao desenvolvimento de recursos pedagógicos e à melhoria e expansão da infraestrutura física da rede escolar.		<p>O município de Teresina, por meio da Secretaria Municipal de Educação (Semec), elaborou planejamentos no âmbito do Plano de Ações Articuladas (PAR) nos ciclos 2016–2019 e 2020–2024 e, atualmente, está em fase de elaboração do diagnóstico para o novo ciclo.</p> <p>Nos ciclos anteriores, foram aprovadas apenas duas propostas, sendo uma para a construção de uma creche e outra para a construção de uma quadra poliesportiva.</p> <p>No âmbito do Novo PAC 2023, Teresina teve duas propostas aprovadas, referentes à construção de uma escola e à aquisição de um ônibus escolar.</p> <p>Para o Novo PAC 2025, foram cadastradas 9 propostas de construção de creches e pré-escolas, além de uma proposta para aquisição de ônibus escolar. As propostas estão em fase de análise pelo FNDE, com previsão de resultado para junho de 2025.</p> <p>Atualmente, o município está executando 13 Termos de Compromisso vigentes, sendo 12 para mobiliários e equipamentos destinados às creches Proinfância, 01 Termo de Compromisso de obra, que contempla duas creches atualmente em construção, e 01 termo de compromisso de ônibus do NOVO PAC.</p>		
7.6) Associar a prestação de assistência técnica financeira à	2025	Ações SEMEC		



Estratégias	Prazo	Observações/ execução da estratégia	Previsões Orçamentarias	Estratégias realizadas/ Não iniciada /Em andamento e Parcialmente realizada
fixação de metas intermediárias, priorizando escolas com Ideb abaixo da média local.		A Secretaria Municipal de Educação (Semec) aderiu ao Programa Brasil na Escola, com a participação de oito unidades de ensino selecionadas com base no critério estabelecido pelo Governo Federal: IDEB abaixo da média nacional, no ano de 2023; Identificação das escolas com média abaixo da média projetada para a Rede e aplicação de estratégias pedagógicas (adaptação do plano de ensino, formação continuada, atendimento ao público-alvo, por meio de programas de reforço da aprendizagem).		Parcialmente
7.7) Aprimorar continuamente os instrumentos de avaliação da qualidade do Ensino Fundamental e Médio, de forma a englobar o ensino de ciências nos exames aplicados nos anos finais do Ensino Fundamental, e incorporar o Exame Nacional do Ensino Médio, assegurada a sua universalização, ao Sistema de Avaliação da Educação Básica, bem como apoiar o uso dos resultados das avaliações nacionais pelas escolas e redes de ensino para a melhoria de seus processos e práticas pedagógicas.	2025	Ações SEMEC Implementação das Provas de Rede (Prova Teresina) contemplando os Componentes Curriculares de Ciências da Natureza; Aprimoramento da plataforma MobiEduca.Me para inserção e consolidação dos dados obtidos, de modo a facilitar a análise e uso destes resultados pela Rede Pública Municipal de Ensino.		Em andamento
7.8) Adotar e implementar indicadores específicos de avaliação	2025	Ações SEMEC A Rede dispõe de instrumentos e indicadores		



Estratégias	Prazo	Observações/ execução da estratégia	Previsões Orçamentarias	Estratégias realizadas/ Não iniciada /Em andamento e Parcialmente realizada
da qualidade da Educação Especial, bem como da qualidade da educação bilíngue para surdos, definidos pelo MEC.		<p>avaliativos (fichas de acompanhamento) utilizados pelos professores do Atendimento Educacional Especializado - AEE. Os instrumentos avaliativos estão em formato digital na plataforma de acompanhamento pedagógico MobiEduca.Me.</p> <p>Adoção de critérios de acompanhamento dentro do atendimento educacional especializado, com planejamento, práticas e avaliações acompanhadas pela Divisão de Educação Inclusiva - DEI, inclusive para alunos surdos sinalizantes de Libras. Quanto ao alcance do AEE, ampliamos de 69 para 95 salas de AEE até abril/2025, com previsão de ampliação para cerca de 120 salas de AEE. A formação continuada em Libras acontece semestralmente, com 4 módulos (básico, intermediário, avançado e conversação), ofertada para todos os profissionais da educação da rede municipal, sendo 160 vagas por semestre.</p>		Em andamento
7.9) Orientar as políticas das redes e dos sistemas de ensino, de forma a buscar atingir as metas do Ideb, diminuindo a diferença entre as escolas com os menores índices e a média nacional, garantindo equidade da aprendizagem e reduzindo pela metade, até o último ano de vigência deste PME, as diferenças entre as	2025	<p>Ações SEMEC</p> <p>Orientação às Unidades de Ensino sobre as estratégias pedagógicas a serem adotadas, bem como sobre a utilização dos resultados dos Simulados e Prova Teresina aplicados, a fim de identificar as demandas e redirecionar as práticas de ensino, promovendo igualdade e equidade, considerando os variados contextos, por meio de formações continuadas para os</p>		Parcialmente realizado



Estratégias	Prazo	Observações/ execução da estratégia	Previsões Orçamentarias	Estratégias realizadas/ Não iniciada /Em andamento e Parcialmente realizada
médias dos índices do município de Teresina.		<p>professores e gestores e de encontros gerenciais; Desenvolvimento de intervenções de aprendizado, tais como Reforço Escolar, Fórmula da Vitória e Projeto de Recomposição das Aprendizagens;</p> <p>No ano de 2025, além dos estudantes do 2º Período da educação infantil ao 3º ano do ensino fundamental, foram incluídos no acompanhamento dos níveis de Leitura os estudantes do 4º ao 9º ano do ensino fundamental, com avaliação da fluência, envolvendo os indicadores velocidade, precisão e prosódia.</p>		
7.10) Fixar, acompanhar e divulgar bianualmente os resultados pedagógicos dos indicadores do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica e do Ideb, relativos às escolas, às redes públicas de Educação Básica e aos Sistemas de Ensino de Teresina, assegurando a contextualização desses resultados, com relação a indicadores sociais relevantes, como os de nível socioeconômico das famílias dos alunos, a transparência e o acesso público às informações técnicas de concepção e operação do sistema de avaliação.		<p>Ações SEMEC 2025</p> <p>Estudo, análise e reflexão sobre os resultados do Saeb 2023 das escolas do ensino fundamental da Rede Pública Municipal de Teresina, por meio de oficina para análise estatística e pedagógica do Boletim da Escola/Saeb 2023;</p> <p>Realização de encontros formativos e de análise dos resultados de simulados e de leitura e escrita, com equipes de formadores, gestores e pedagogos, e (re)definição de ações para melhoria dos resultados.</p>		



Estratégias	Prazo	Observações/ execução da estratégia	Previsões Orçamentarias	Estratégias realizadas/ Não iniciada /Em andamento e Parcialmente realizada
7.11) Melhorar o desempenho dos alunos da Educação Básica nas avaliações da aprendizagem no Programa Internacional de Avaliação de Estudantes - PISA, tendo-o como instrumento externo de referência, internacionalmente reconhecido.	2025	<p>Ações SEMEC</p> <p>Até o presente momento, a Rede Municipal de Ensino não foi selecionada para participar do Programa Internacional de Avaliação de Estudantes - PISA. As ações para melhoria do desempenho são voltadas para estudantes dos anos finais do ensino fundamental, para a qualificação do processo de aprendizado, base para a continuidade formativa no ensino médio, público-alvo do PISA.</p>		
7.12) Incentivar o desenvolvimento, selecionar, certificar e divulgar tecnologias educacionais para a Educação Infantil, o Ensino Fundamental e o Ensino Médio e incentivar práticas pedagógicas inovadoras que assegurem a melhoria do fluxo escolar e a aprendizagem, assegurada a diversidade de métodos e propostas pedagógicas, com preferência para softwares livres e recursos educacionais abertos, bem como o acompanhamento dos resultados, fazendo as intervenções necessárias, nos sistemas de ensino em que forem aplicadas.	2025	<p>Ações SEMEC</p> <p>Desde 2017, a Rede implementou a ferramenta MobiCorretor ao Sistema de Ensino Público Municipal (MobiCorretor Lite e MobiCorretor Web). O desenvolvimento das tecnologias educacionais vem se aprimorando ao longo dos anos, incrementando recursos adicionais que promovem o incentivo a práticas pedagógicas inovadoras e a melhoria do acompanhamento do fluxo escolar e aprendizagem. É assegurada formação continuada aos agentes envolvidos no processo, considerando a diversidade de propostas voltadas ao monitoramento do ensino e aprendizagem incorporados à plataforma. O NTHE possui dois servidores como articuladores que apoiam a implementação da Política de Inovação Educação Conectada no município, conforme a</p>		



Estratégias	Prazo	Observações/ execução da estratégia	Previsões Orçamentarias	Estratégias realizadas/ Não iniciada /Em andamento e Parcialmente realizada
		<p>portaria do Ministério da Educação nº 33/07 de agosto de 2023. Dois servidores do NTHE estão matriculados no Curso de Especialização em Educação Digital e Inovação Tecnológica na Educação Básica, ofertado pelo Ministério da Educação, o qual faz parte da política de Inovação Educação Conectada, como suporte para a elaboração do Currículo de Computação da Rede Municipal de Teresina;</p> <p>Comissão instituída no âmbito da SEMEC para Reformulação do Currículo para incluir as diretrizes da BNCC de Computação.</p>		
7.13) Garantir transporte gratuito para todos os estudantes da educação do campo na faixa etária da educação escolar obrigatória, atendendo aos parâmetros de distância estabelecidos pelo MEC e Resolução CNE/CEB Nº 2, de 28/04/2008, mediante renovação e padronização integral da frota de veículos, de acordo com especificações definidas pelo Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia - INMETRO, e financiamento compartilhado, com participação da União, proporcional às necessidades	2025	<p>Ações SEMEC</p> <p>O município de Teresina garante transporte escolar gratuito a mais de 14.000 estudantes, majoritariamente da zona rural, mas também contemplando alunos da zona urbana. Esse atendimento é realizado por meio de uma frota composta por 16 ônibus próprios e 180 ônibus locados, assegurando o deslocamento regular dos estudantes entre suas residências e as unidades de ensino, sempre que necessário.</p> <p>A operação do transporte segue os parâmetros de distância definidos pelo Ministério da Educação (MEC) e pela Resolução CNE/CEB nº 2, de 28 de abril de 2008, atendendo com qualidade e segurança</p>		



Estratégias	Prazo	Observações/ execução da estratégia	Previsões Orçamentárias	Estratégias realizadas/ Não iniciada /Em andamento e Parcialmente realizada
do município de Teresina, visando reduzir a evasão escolar e o tempo médio de deslocamento, a partir de cada situação local.		às especificações técnicas do INMETRO. O serviço conta com financiamento compartilhado entre a União, por meio do Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar (PNATE) e recursos próprios do município, com o objetivo de reduzir a evasão escolar e diminuir o tempo de deslocamento dos estudantes, considerando as especificidades territoriais de cada comunidade atendida.		
7.14) Desenvolver pesquisas e adotar modelos alternativos de atendimento escolar, estabelecidos pelo MEC para a população do campo, que considerem as especificidades locais e as boas práticas nacionais e internacionais.	2025	Ações SEMEC O município de Teresina não tem escolas do campo, e sim, escolas na zona rural, com utilização do currículo e calendário escolar. No entanto, são beneficiadas com programas do PDDE Equidade (PDDE CAMPO e PDDE ÁGUA).		
7.15) Universalizar na zona urbana e ampliar na zona rural, até o quinto ano de vigência deste PME, o acesso à rede mundial de computadores em banda larga de alta velocidade, e triplicar, até o final da década, a relação computador/aluno nas escolas da rede pública de Educação Básica, promovendo a utilização pedagógica das tecnologias da informação e da comunicação.	2025	Ações SEMEC Adesão ao Programa Educação Conectada de 2017-2024, garantindo sua implementação em 100% das 321 unidades de ensino da rede municipal. Além disso, todas as escolas contam com acesso à internet por meio de banda larga, cujo financiamento é realizado com recursos próprios do município; A adesão à Estratégia Nacional de Escolas Conectadas (ENEC), em 2023, e ao Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações (FUST) reforça o compromisso da gestão em		



Estratégias	Prazo	Observações/ execução da estratégia	Previsões Orçamentarias	Estratégias realizadas/ Não iniciada /Em andamento e Parcialmente realizada
		assegurar conectividade plena e contínua nas unidades escolares. No entanto, em relação à aquisição de computadores, o município ainda precisa avançar na melhoria da relação aluno/computador, a fim de ampliar o acesso às tecnologias digitais e promover maior equidade no uso pedagógico desses recursos no cotidiano escolar.		
7.16) Orientar e apoiar, técnica e financeiramente, a gestão escolar mediante transferência direta de recursos financeiros à escola, garantindo a participação da comunidade escolar no planejamento e na aplicação dos recursos, visando a ampliação da transparência e o efetivo desenvolvimento da gestão democrática.	2025	Ações SEMEC A gestão escolar no município é orientada e apoiada por meio da transferência direta de recursos financeiros às unidades de ensino, com o objetivo de fortalecer a autonomia administrativa e pedagógica das escolas, assegurar a participação da comunidade escolar na gestão dos recursos e ampliar a transparência no uso público. Entre os principais instrumentos de apoio financeiro utilizados, destacam-se: <ul style="list-style-type: none">• Fundo Rotativo Municipal: recurso proveniente da Prefeitura Municipal de Teresina (PMT), destinado ao atendimento de despesas de custeio e de capital, assegurando flexibilidade para a execução de ações diretamente pelas escolas.• PDDE (Programa Dinheiro Direto na Escola) – nas modalidades: Básico, Equidade e Qualidade, de iniciativa do Governo Federal, com repasses feitos diretamente às unidades executoras (escolas com		



Estratégias	Prazo	Observações/ execução da estratégia	Previsões Orçamentarias	Estratégias realizadas/ Não iniciada /Em andamento e Parcialmente realizada
		<p>Conselho Escolar e CNPJ). Esses recursos visam à manutenção e à melhoria da infraestrutura física e pedagógica, contribuindo para a equidade e qualidade da educação.</p> <p>A aplicação dos recursos é realizada com base em planejamento participativo, envolvendo a comunidade escolar, por meio dos Conselhos Escolares, garantindo transparência, controle social e efetividade das ações implementadas no âmbito das unidades de ensino.</p> <p>A Assessoria técnica assessora os gestores escolares e articuladores do Programa quanto ao planejamento, execução e prestação de contas, e a Gerência Financeira, por meio da Divisão de Prestação de Contas, dá o suporte fiscal, formativo e o acompanhamento junto às unidades de ensino.</p>		
<p>7.17) Ampliar programas e aprofundar ações de atendimento ao aluno em todas as etapas da Educação Básica, por meio de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde.</p>	<p>2025</p>	<p>Ações SEMEC</p> <p>É realizada, no âmbito da SEMEC e unidades de ensino, a adesão aos programas federais para suplementar ações de atendimento de alunos descritos abaixo:</p> <p>PNLD (Programa Nacional do Livro e do Material Didático): Distribui livros e materiais didáticos para a Educação Infantil, Ensino Fundamental e EJA.</p> <p>A SEMEC realiza ações, em parceria com as escolas, para orientar estudantes sobre o uso eficiente do livro;</p>		



Estratégias	Prazo	Observações/ execução da estratégia	Previsões Orçamentarias	Estratégias realizadas/ Não iniciada /Em andamento e Parcialmente realizada
		<p>Promover campanhas de Valorização e Conservação do Livro Didático; Estabelecer parceria com as famílias no processo de acompanhamento do uso do livro didático; Integrar todos os profissionais das unidades nas ações do PNLD como: escolha do livro, controle, recolhimento(80%) e remanejamento.</p> <p>No caso da Educação Infantil, tempo integral e algumas etapas do ensino Fundamental foram adquiridos livros para complementar as necessidades específicas dos estudantes: Educação Financeira; Educação Infantil- Maternal II; Programa Alfa e Beto.</p> <p>PNATE (Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar): Financia o transporte de estudantes da zona rural até a escola.</p> <p>PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar): Garante alimentação escolar saudável e adequada para todos os estudantes da Educação Básica.</p> <p>PSE (Programa Saúde na Escola): A SEMEC, por meio da Divisão de Assistência ao Educando (DAE), executa o Programa Saúde na Escola (PSE), com 14 ações estratégicas voltadas à promoção da saúde e à prevenção de doenças e agravos no ambiente escolar.</p>		



Estratégias	Prazo	Observações/ execução da estratégia	Previsões Orçamentarias	Estratégias realizadas/ Não iniciada /Em andamento e Parcialmente realizada
		Além dessas ações, realiza encaminhamentos aos serviços de saúde das situações identificadas nas unidades de ensino que demandam atenção especializada, promovendo a articulação entre a rede educacional e a rede de saúde para garantir o cuidado integral aos estudantes.		
7.18) Assegurar a todas as escolas públicas de Educação Básica o acesso à energia elétrica, abastecimento de água tratada, esgotamento sanitário e manejo dos resíduos sólidos, de modo a garantir o acesso dos alunos a espaços para a prática esportiva, a bens culturais e artísticos e a equipamentos e laboratórios de ciências, com manutenção periódica e, em cada edifício escolar, garantir a acessibilidade às pessoas com deficiência.	2025	Ações SEMEC Conforme dados do Censo Escolar, disponibilizado no site do Qedu, segue diagnóstico respondido pelos gestores escolares. Energia elétrica: 100%; Abastecimento de água tratada: 100%; Espaço para prática esportiva; Equipamentos e laboratórios de ciências; Acessibilidade para pessoas com deficiência; Manutenção corretiva da infraestrutura escolar: 100%.		
7.19) Prover equipamentos e recursos tecnológicos digitais para a utilização pedagógica no ambiente escolar a todas as escolas públicas da Educação Básica, criando, inclusive, mecanismos para implementação das	2025	Ações SEMEC A Secretaria Municipal de Educação (SEMEC) tem adotado estratégias para fortalecer o acesso à leitura e à informação nas escolas da rede pública. <ul style="list-style-type: none"> Foi realizado concurso público para o cargo de bibliotecário, com o objetivo de qualificar o 		



Estratégias	Prazo	Observações/ execução da estratégia	Previsões Orçamentarias	Estratégias realizadas/ Não iniciada /Em andamento e Parcialmente realizada
condições necessárias para a universalização das bibliotecas nas instituições educacionais, com um profissional especializado, com acesso a redes digitais de computadores, inclusive, a Internet.		atendimento nas unidades e estruturar a política de gestão e uso dos acervos escolares. <ul style="list-style-type: none">• Embora a maioria das escolas ainda não possua bibliotecas formalmente instituídas, muitas contam com salas de leitura, que funcionam como espaços dedicados ao incentivo à leitura, sob coordenação de professores e gestores escolares.• Em complemento, foi instituído o Projeto Giratech com material do Giroteca a ser implantado em 35 escolas da Rede. A iniciativa tem como foco a circulação de acervos digitais e físicos entre as unidades, possibilitando o compartilhamento de livros e o uso de recursos digitais para ampliar o acesso dos estudantes à leitura e à literatura.		
7.20) Adotar os parâmetros mínimos de qualidade dos serviços da Educação Básica, a serem utilizados como referência para infraestrutura das escolas, recursos pedagógicos, entre outros insumos relevantes, bem como instrumento para adoção de medidas para a melhoria da qualidade do ensino, instituídos pela União.	2025	Ações SEMEC O município de Teresina adota, sempre que possível, os padrões técnicos e arquitetônicos definidos pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) para novas construções, reforma e ampliação de escolas e Centros Municipais de Educação Infantil (CMEIs). Entre os modelos de referência utilizados estão: <ul style="list-style-type: none">• Creche Tipo 1 e Tipo 2 do Proinfância, conforme a demanda de atendimento e as características do terreno;		Parcialmente



Estratégias	Prazo	Observações/ execução da estratégia	Previsões Orçamentarias	Estratégias realizadas/ Não iniciada /Em andamento e Parcialmente realizada
		<ul style="list-style-type: none">• Escolas de 13 salas, adequadas às necessidades de atendimento do Ensino Fundamental. <p>Quanto à equipagem, Teresina utiliza os referenciais técnicos do FNDE para aquisição de mobiliários, recursos pedagógicos e equipamentos, garantindo que as unidades disponham de condições adequadas para o desenvolvimento das atividades educativas.</p> <p>Essas ações estão alinhadas ao Planejamento Educacional do município e ao Plano de Ações Articuladas (PAR), promovendo a melhoria contínua dos espaços escolares, por meio de investimentos estruturados e alinhados às políticas públicas nacionais.</p> <p>São adotadas estratégias pedagógicas direcionadas aos estudantes, como reforço escolar, tendo como parâmetro os resultados, bem como suporte formativo aos professores, coordenadores pedagógicos e gestores, com a finalidade de promover a melhoria do ensino.</p>		
7.21) Aderir a programas de informatização oferecidos pelo MEC para melhoria da gestão das escolas públicas e das Secretarias Estadual e Municipal de Educação, bem como ao programa nacional de formação inicial e continuada para o pessoal	2025	Ações SEMEC A Prefeitura de Teresina, em parceria com a Escola Nacional de Administração Pública (Enap), disponibiliza, por meio da Escola de Gestão de Teresina, cursos à distância que têm como finalidade a profissionalização dos servidores e dos gestores da		Parcialmente



Estratégias	Prazo	Observações/ execução da estratégia	Previsões Orçamentarias	Estratégias realizadas/ Não iniciada /Em andamento e Parcialmente realizada
técnico das secretarias das escolas e das Secretarias Estadual e Municipal de Educação.		<p>Administração Pública, sendo um importante instrumento na busca da excelência na prestação de serviço público. A Escola foi criada em 2019 e está vinculada à Secretaria Municipal de Administração (SEMA). Para ter acesso, basta o servidor entrar no site da Sema (https://sema.teresina.pi.gov.br/), buscar no <i>menu</i> localizado do lado esquerdo da página, a aba “Escola de Gestão de Teresina”, depois clicar em “Cursos EaD” e seguir o passo a passo descrito.</p> <p>(Fonte: https://pmt.pi.gov.br/tag/escola-de-gestao/)</p> <p>O NTHE possui dois servidores como articuladores, que apoiam a implementação da Política de Inovação Educação Conectada no município, conforme a portaria do Ministério da Educação nº 33/07 de agosto de 2023. Dois servidores do NTHE estão matriculados no Curso de Especialização em Educação Digital e Inovação Tecnológica na Educação Básica, ofertado pelo Ministério da Educação, o qual faz parte da política de Inovação Educação Conectada, como suporte para a elaboração do Currículo de Computação da Rede Municipal de Teresina;</p> <p>Comissão para Reformulação do Currículo para incluir as diretrizes da BNCC de Computação;</p> <p>A Secretaria Municipal de Educação (SEMEC) tem feito adesão a programas de formação continuada</p>		



Estratégias	Prazo	Observações/ execução da estratégia	Previsões Orçamentarias	Estratégias realizadas/ Não iniciada /Em andamento e Parcialmente realizada
		<p>promovidos pelo Governo Federal, com foco na qualificação da gestão escolar e na capacitação técnica e pedagógica de profissionais da Rede Municipal de Ensino. Entre as principais iniciativas, destacam-se:</p> <ul style="list-style-type: none">• Participação no Curso de Mentoria para Diretores Escolares, promovido pelo Governo Federal, voltado à formação de técnicos multiplicadores, que atuam apoiando e qualificando os gestores escolares no exercício da liderança pedagógica e administrativa; <p>Adesão a duas especializações no âmbito do Programa Escolas das Adolescências, destinadas a 02 técnicos e professores formadores, com foco em práticas educativas voltadas ao público adolescente, promovendo abordagens contextualizadas e inclusivas;</p> <ul style="list-style-type: none">• Participação em cursos de formação continuada do Programa de Educação em Tempo Integral, envolvendo 04 técnicos e outros profissionais da educação, com o objetivo de contribuir para a construção e consolidação da política de tempo integral na Rede Municipal, em alinhamento com as diretrizes nacionais;• Participação no curso de formação para Coordenadores Pedagógicos, ofertado pelo Governo		



Estratégias	Prazo	Observações/ execução da estratégia	Previsões Orçamentarias	Estratégias realizadas/ Não iniciada /Em andamento e Parcialmente realizada
		Federal, voltado ao fortalecimento das práticas de acompanhamento pedagógico, planejamento coletivo e apoio aos professores, promovendo a melhoria da aprendizagem e da gestão curricular nas escolas; • Atualmente, a Rede Municipal dispõe de 16 formadores municipais do Programa de Leitura e Escrita-LEEI e 20 formadores regionais.		
7.22) Garantir políticas de prevenção e enfrentamento à violência na escola, por meio da articulação junto ao sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente, desenvolvendo capacitações dos educadores e ações intersetoriais para identificação de suas causas, como a violência doméstica e sexual, favorecendo a adoção das providências adequadas para promover a construção da cultura de paz e um ambiente escolar dotado de segurança para a comunidade.	2025	Ações SEMEC A partir da solicitação do Ministério Público, foi formado o Comitê Interinstitucional Permanente para elaborar e executar o Protocolo de Prevenção e Atendimento às crianças e adolescentes em situação de risco e vulnerabilidade social. A Secretaria Municipal de Educação, em parceria com Ministério Público, elaborou o Protocolo de Prevenção e Atendimento às Crianças e aos Adolescentes em situações de risco e vulnerabilidade social denominado “Quem Ama Cuida”. O protocolo foi elaborado de maneira coletiva e traz orientações e procedimentos metodológicos a serem adotados na prevenção e no enfrentamento das situações de vulnerabilidade e riscos pessoais. Com foco na prevenção e no enfrentamento à violência no contexto escolar, a DAE desenvolve os projetos Laço Amarelo, Escola e Família e Fortalecendo Laços, que abordam questões		Parcialmente



Estratégias	Prazo	Observações/ execução da estratégia	Previsões Orçamentarias	Estratégias realizadas/ Não iniciada /Em andamento e Parcialmente realizada
		<p>socioemocionais, bullying, convivência e fortalecimento de vínculos entre alunos, famílias, comunidade e escola.</p> <p>Essas ações seguem as diretrizes do Protocolo “Quem Ama Cuida”, elaborado pela SEMEC em parceria com órgãos do Sistema de Garantia de Direitos, e orientam a identificação, o encaminhamento e acompanhamento de casos de risco e vulnerabilidade social, sempre em conformidade com o Estatuto da Criança e do Adolescente e outras normativas protetivas.</p> <p>PROJETO ESCOLA DE PAIS, que objetiva a integração escola e família para dotar as famílias de conhecimentos teórico-práticos capazes de subsidiar o acompanhamento escolar <i>do</i> filho, contribuindo para a construção de família com excelência na formação integral dos filhos. Público: Escolas e pais de alunos da Educação Infantil e Ensino Fundamental; Abril/2022 a Maio/2025 - 142 escolas atendidas e 20.000 famílias alcançadas.</p>		
7.23) implementar políticas de inclusão e permanência na escola para adolescentes e jovens que se encontram em regime de liberdade assistida e em situação de rua, assegurando os princípios da Lei Federal Nº 8.069, de 13 de julho de	2025	<p>Ações SEMEC</p> <p>A DAE não possui registro de demandas específicas relativas à inclusão de alunos em Língua de Acolhimento. Essa responsabilidade, quando existente, tem sido atendida, em geral, pela Secretaria de Estado da Educação (SEDUC), sem demandas</p>		



Estratégias	Prazo	Observações/ execução da estratégia	Previsões Orçamentarias	Estratégias realizadas/ Não iniciada /Em andamento e Parcialmente realizada
1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente		formais direcionadas à DAE até o momento. O município de Teresina aderiu ao Programa Escola das Adolescências, uma iniciativa do Ministério da Educação (MEC), que visa fortalecer os anos finais do ensino fundamental (6º ao 9º ano), por meio de apoio técnico, pedagógico e financeiro às redes de ensino. A adesão ao programa permite que a Secretaria Municipal de Educação (SEMEC) implemente ações voltadas para a melhoria da aprendizagem dos adolescentes, promovendo um ambiente escolar mais acolhedor e conectado às necessidades dessa faixa etária. Entre as estratégias do programa estão: -Plano de trabalho a ser desenvolvido pelas escolas; -Formação continuada de professores e gestores, o desenvolvimento de materiais pedagógicos específicos e o apoio à gestão escolar; -Especialização para dois técnicos da SEMEC e professores formadores por área de conhecimento.		
7.24) Garantir nos currículos escolares conteúdos sobre a história e as culturas afro-brasileiras e indígenas, e implementar ações educacionais, nos termos das Leis Federais nos 10.639, de 9 de janeiro de 2003, e 11.645, de 10 de março de 2008, assegurando-se a	2025	Ações SEMEC O Currículo Municipal de Teresina atende aos pressupostos legais estabelecidos.		Parcialmente



Estratégias	Prazo	Observações/ execução da estratégia	Previsões Orçamentarias	Estratégias realizadas/ Não iniciada /Em andamento e Parcialmente realizada
implementação das respectivas diretrizes curriculares nacionais, por meio de ações colaborativas com fóruns de educação para a diversidade étnico-racial, conselhos escolares, equipes pedagógicas e a sociedade civil.				
7.25) Consolidar a educação escolar no campo de populações tradicionais, de populações itinerantes e de comunidades indígenas e quilombolas, respeitando a articulação entre os ambientes escolares e comunitários e garantindo: o desenvolvimento sustentável e a preservação da identidade cultural; a participação da comunidade na definição do modelo de organização pedagógica e de gestão das instituições, consideradas as práticas socioculturais e as formas particulares de organização do tempo; a oferta bilíngue na Educação Infantil e nos anos iniciais do Ensino Fundamental, em língua materna das comunidades indígenas e em língua portuguesa; a reestruturação e a	2025	Ações SEMEC O Currículo Municipal de Teresina apresenta itens que reforçam o direito à garantia do respeito e preservação da identidade cultural; o Projeto Alfabetização Sem Fronteiras propõe alfabetizar, em Língua Portuguesa, mas em língua materna, crianças e adolescentes filhos das famílias migrantes refugiadas indígenas venezuelanas, da etnia Warao, acolhidos pelo Brasil e residentes em Teresina. O projeto conta com a parceria da SEMCASPI e da CÁRITAS para sua execução e efetivação da inclusão social e laboral das famílias. Temos ofertado, de maneira sistemática, formações voltadas à Educação Especial na perspectiva inclusiva, destinadas aos professores que atuam no Atendimento Educacional Especializado (AEE), realizadas quinzenalmente — periodicidade que, neste ano, passou a ser mensal, com vistas a		Parcialmente



Estratégias	Prazo	Observações/ execução da estratégia	Previsões Orçamentarias	Estratégias realizadas/ Não iniciada /Em andamento e Parcialmente realizada
aquisição de equipamentos; a oferta de programa para a formação inicial e continuada de profissionais da educação; e o atendimento em Educação Especial.		aprofundar os estudos e fortalecer as práticas pedagógicas inclusivas. Há formação inicial dos Auxiliares de Apoio à Inclusão (AAI), com o objetivo de capacitá-los para a mediação eficaz no processo de escolarização dos estudantes público-alvo da educação especial. Também são ofertados cursos livres voltados aos professores da sala de aula regular e demais profissionais da educação, abordando temáticas que favorecem a construção de práticas inclusivas no cotidiano escolar. São oferecidas formações específicas para gestores educacionais, considerando o papel estratégico que desempenham na consolidação de uma cultura institucional inclusiva.		
7.26) Desenvolver currículos e propostas pedagógicas específicas de educação escolar para as escolas do campo e para as comunidades indígenas e quilombolas, incluindo os conteúdos culturais correspondentes às respectivas comunidades e considerando o fortalecimento das práticas socioculturais e da língua materna de cada comunidade indígena, produzindo e disponibilizando				



Estratégias	Prazo	Observações/ execução da estratégia	Previsões Orçamentarias	Estratégias realizadas/ Não iniciada /Em andamento e Parcialmente realizada
materiais didáticos específicos, inclusive, para os alunos com deficiência.				
7.27) Mobilizar as famílias e setores da sociedade civil, articulando a educação formal com experiências de educação popular e cidadã, com os propósitos de que a educação seja assumida como responsabilidade de todos e de ampliar o controle social sobre o cumprimento das políticas públicas educacionais.	2025	<p>As escolas públicas municipais possuem Conselhos Escolares, que contam com participação de membros da comunidade escolar, o que possibilita a participação da sociedade civil como agente corresponsável pela formação popular e cidadã, assumindo papel colaborativo, consultivo, mobilizador e deliberativo;</p> <p>Incentivo ao fortalecimento dos Colegiados (Conselho Escolar), como instâncias que colaboram com o controle social das políticas educacionais;</p> <p>PROJETO "ESCOLA e FAMÍLIA,* desenvolvido há mais de 15 anos pela GAE, atende a uma ação vinculada ao Governo Federal, e que tem uma amplitude maior no sentido das políticas públicas;</p> <p>PROJETO ESCOLA DE PAIS, cujo objetivo é a integração escola e família para dotar as famílias de conhecimentos teórico-práticos capazes de subsidiar o acompanhamento escolar do filho, contribuindo para a construção de família com excelência na formação integral dos filhos. Público: Escolas e pais de alunos da Educação Infantil e Ensino Fundamental; Abril/2022 a Maio/2025 - 142 escolas atendidas e 20.000 famílias alcançadas;</p> <p>Apoio à realização de ações do FME e FEE e CME,</p>		



Estratégias	Prazo	Observações/ execução da estratégia	Previsões Orçamentarias	Estratégias realizadas/ Não iniciada /Em andamento e Parcialmente realizada
		quanto ao monitoramento do PME e outras demandas relacionadas ao direito à educação.		
7.28) Promover a articulação dos programas da área da educação, de âmbito local e nacional, com os de outras áreas, como saúde, trabalho e emprego, assistência social, esporte e cultura, possibilitando a criação de rede de apoio integral às famílias, como condição para a melhoria da qualidade educacional	2025	Ações SEMEC A SEMEC, por meio da DAE, promove a integração entre programas da educação e de outras áreas, atuando na implementação do Programa Saúde na Escola, Busca Ativa Escolar e do Programa de Erradicação da Dignidade Menstrual, além de realizar atendimentos diretos às famílias e acompanhamento continuado de casos específicos, com articulação em rede. A SEMEC incentiva a participação ativa de espaços de controle social e formulação de políticas públicas, como o Conselho Municipal da Criança e do Adolescente (CMDCA), Conselho Municipal da Mulher (CMDM), Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência (CONADE), Conselho Municipal de Políticas Públicas sobre Drogas (COMAD), Comitê de Escuta Especializada, entre outros fóruns e comitês intersetoriais, fortalecendo a cooperação entre políticas públicas e contribuindo para a proteção integral dos estudantes. A Secretaria Municipal de Educação, em parceria com o Ministério Público, elaborou o Protocolo de Prevenção e Atendimento às Crianças e aos Adolescentes em situações de risco e vulnerabilidade social denominado “Quem Ama Cuida”, o protocolo		



Estratégias	Prazo	Observações/ execução da estratégia	Previsões Orçamentarias	Estratégias realizadas/ Não iniciada /Em andamento e Parcialmente realizada
		foi elaborado de maneira coletiva e traz orientações e procedimentos metodológicos a serem adotados na prevenção e no enfrentamento das situações de vulnerabilidade e riscos pessoais.		
7.29) Universalizar, mediante articulação entre os órgãos responsáveis pelas áreas da saúde e da educação, o atendimento aos estudantes da rede escolar pública de Educação Básica, por meio de ações de prevenção, promoção e atenção à saúde.	2025	A SEMEC executa, em parceria com a FMS, o Programa Saúde na Escola (PSE), com 14 ações estratégicas voltadas à promoção da saúde e à prevenção de doenças e agravos no ambiente escolar. Além dessas ações, realiza encaminhamentos aos serviços de saúde das situações identificadas nas unidades de ensino que demandam atenção especializada, promovendo a articulação entre a rede educacional e a rede de saúde para garantir o cuidado integral aos estudantes.		
7.30) Estabelecer ações efetivas especificamente voltadas para a promoção, prevenção, atenção e atendimento à saúde e à integridade física, mental e emocional dos profissionais da educação, como condição para a melhoria da qualidade educacional.	2025	Ações SEMEC O Protocolo de Prevenção e Atendimento às Crianças e aos Adolescentes em situações de risco e vulnerabilidade social, denominado “Quem Ama Cuida”, prevê percursos formativos para o acompanhamento da comunidade escolar (professores, gestores, colaboradores e técnicos da Secretaria) que contemplem os aspectos relacionados à saúde e à integridade física, mental e emocional dos profissionais da educação.		Parcialmente
7.31) Fortalecer, com a colaboração	2025	Ações SEMEC		



Estratégias	Prazo	Observações/ execução da estratégia	Previsões Orçamentarias	Estratégias realizadas/ Não iniciada /Em andamento e Parcialmente realizada
técnica e financeira da União, em articulação com o sistema nacional de avaliação, os sistemas municipal e estadual de avaliação da Educação Básica, para orientar as políticas públicas e as práticas pedagógicas, com o fornecimento das informações às escolas e à sociedade.		Como Sistema de Avaliação própria, tem-se a Prova Teresina, aplicada aos estudantes de forma bimestral e semestral, envolvendo os componentes de Língua Portuguesa e Matemática, em consonância com o currículo de Teresina.		
7.32) Promover, com especial ênfase, em consonância com as diretrizes do Plano Nacional do Livro e da Leitura, a formação de leitores e a capacitação de professores, bibliotecários e agentes da comunidade para atuarem como mediadores da leitura, de acordo com a especificidade das diferentes etapas do desenvolvimento e da aprendizagem.	2025	Ações SEMEC Implantar e fortalecer projetos de leitura nas salas de leitura das escolas, ações como clubes de leitura, rodas de leitura e cantinhos da leitura, por meio dos Programas Escolas das adolescências e Cantinho da leitura; Desenvolver parcerias com professores para atuarem como mediadores de leitura; Estimular a leitura literária desde a educação infantil, com incentivo da inclusão sistemática da literatura no cotidiano escolar e familiar; Apoiar feiras literárias, saraus e festivais de leitura, promovendo a participação dos alunos da Rede Municipal em eventos tais como: SALIPI, FELIPI; Usar ferramentas digitais (apps, redes sociais, plataformas virtuais) para estimular o interesse pela leitura, especialmente entre os estudantes do 6º ao 9º ano.		



Estratégias	Prazo	Observações/ execução da estratégia	Previsões Orçamentarias	Estratégias realizadas/ Não iniciada /Em andamento e Parcialmente realizada
		<p>Elaborar materiais pedagógicos e manuais de boas práticas, orientando a atuação dos bibliotecários das Escolas;</p> <p>Realização de concurso para bibliotecários, valorizando sua função estratégica como mediadores de leitura;</p> <p>Articular ações com os quatro eixos do PNLL, garantindo a transversalidade das políticas de leitura;</p> <p>Acompanhar e avaliar os impactos das ações promovidas, por meio de indicadores sociais, educacionais e culturais.</p>		
7.33) Participar, em articulação com a União, o Estado e o Município, de programa nacional de formação de professores e de alunos para promover e consolidar política de preservação da memória nacional.	2025			
7.34) Promover a regulação da oferta da Educação Básica pela iniciativa privada, com monitoramento pelos Conselhos de Educação, de forma a garantir a qualidade e o cumprimento da função social da educação.	2025	<p>Ações SEMEC</p> <p>A Secretaria Municipal de Educação de Teresina (SEMEC) promove as condições necessárias para o funcionamento do Conselho Municipal de Educação, assegurando suporte estrutural e operacional. Esse apoio inclui a disponibilização de transporte, equipamentos e equipe técnica, permitindo que o Conselho desenvolva suas atividades com autonomia</p>		



Estratégias	Prazo	Observações/ execução da estratégia	Previsões Orçamentarias	Estratégias realizadas/ Não iniciada /Em andamento e Parcialmente realizada
		e eficiência. Além disso, a SEMEC mantém interlocução constante com o colegiado, fortalecendo a gestão democrática e o cumprimento das atribuições normativas, consultivas e fiscalizadoras previstas em lei.		
7.35) Implementar ações que viabilizem a inclusão no currículo oficial das redes públicas e privadas de ensino, do ensino dos conteúdos de história e da cultura afro-brasileira e africana, conforme Decreto Federal nº 6.861, de 27.05.2009, Lei Federal nº 10.639, de 09.01.2003 e diretrizes curriculares nacionais para o ensino de história e cultura afro-brasileira e indígena – Lei Federal nº 11.645, de 10.03.2008, e conteúdo de história e geografia do Piauí.	2025	Ações SEMEC A Rede Pública Municipal de Ensino de Teresina promove formações continuadas para professores e disponibiliza planos referenciais de ensino que, conforme o Currículo Municipal, atendem à Base Nacional Comum Curricular e aos demais pressupostos legais vigentes para a Educação Básica.		Parcialmente
7.36) Envidar esforços junto a instituições públicas e privadas, visando a ampliação da infraestrutura básica necessária para assegurar o acesso à rede mundial de computadores em escolas urbanas e do campo, até o final da década, em condições satisfatórias.	2025	Ações SEMEC Teresina, por meio da SEMEC, aderiu à Estratégia Nacional de Escolas Conectadas (ENEC), iniciativa do Governo Federal lançada em 2023, que tem como objetivo universalizar o acesso à internet de qualidade em todas as escolas públicas de educação básica até 2026.		



Estratégias	Prazo	Observações/ execução da estratégia	Previsões Orçamentarias	Estratégias realizadas/ Não iniciada /Em andamento e Parcialmente realizada
		Coordenada pelos Ministérios da Educação e das Comunicações, a ENEC busca: -Garantir conectividade de alta velocidade para fins pedagógicos e administrativos; -Promover o uso intencional de tecnologias digitais na educação; -Oferecer formação para professores e gestores para uso dessas tecnologias; -Disponibilizar recursos e equipamentos tecnológicos; -Modernizar a gestão escolar e das Secretarias de Educação.		
7.37) Estabelecer políticas de estímulo às escolas que melhorarem o desempenho no IDEB, de modo a valorizar o mérito do corpo docente, da direção e da comunidade escolar.	2025	Ações SEMEC A SEMEC realiza formação continuada de professores, acompanhamento e monitoramento da aprendizagem dos alunos, realiza visitas às escolas para suporte e possui o Programa de Valorização ao Mérito para corpo docente e direção escolar; Neste ano de 2025, a SEMEC está analisando um modelo para atendimento de Valorização ao Mérito na rede de ensino, para corpo docente e gestão escolar.		Parcialmente

8 ESCOLARIDADE MÉDIA DA POPULAÇÃO



META 8

Elevar a escolaridade média da população de 18 (dezoito) a 29 (vinte e nove) anos, de modo a alcançar no mínimo 12 (doze) anos de estudo no último ano, para as populações do campo, da região de menor escolaridade no país e dos 25% (vinte e cinco por cento) mais pobres, e igualar a escolaridade média entre negros e não negros declarados à Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE.

A Meta 8 do Plano Municipal de Educação de Teresina (PME) estabelece como objetivo elevar a escolaridade média da população de 18 a 29 anos de idade, buscando atingir, até o último ano de vigência do plano, no mínimo, 12 anos de estudo. A meta contempla recortes específicos, com foco na redução das desigualdades educacionais, considerando as áreas com menor escolaridade no município de Teresina, especialmente, as áreas rurais, a população pertencente aos 25% mais pobres e a equiparação da escolaridade média entre negros e não negros até 2025.

Em Teresina, a análise e o monitoramento da Meta 8 foram comprometidos em função da ausência de informações relativas aos indicadores 8A, 8B, 8C e 8D, inclusive, para o ano base de 20216, fundamentais para mensurar os avanços em relação à escolaridade média nos recortes definidos para o período de 2015 a 2025. Apesar das tentativas recorrentes de obtenção desses dados junto à Secretaria Estadual de Educação, principal, órgão executor da meta, as informações não foram disponibilizadas, o que inviabilizou a realização de uma avaliação mais precisa e qualitativa em relação ao cumprimento da meta.

Dessa forma, a ausência de dados impossibilitou o acompanhamento sistemático da Meta 8, comprometendo a identificação de avanços, de retrocessos e a análise dos recortes prioritários definidos. Essa lacuna compromete a efetividade das ações voltadas à promoção da equidade, além de prejudicar o planejamento e a tomada de decisões.



8.1 Estratégias



Estratégias	Prazo	Observações	Previsões Orçamentárias	Estratégias realizadas/ Não iniciada /Em andamento e Parcialmente realizada
8.1) Adotar programas e adequar a realidade local às tecnologias para correção de fluxo, acompanhamento pedagógico individualizado, recuperação e progressão parcial, bem como priorizar estudantes com rendimento escolar defasado, considerando as especificidades dos segmentos populacionais considerados.	2025	Estratégia não avaliada pela SEDUC, principal executora da ação.		
8.2) Implementar programas de educação de jovens e adultos para os segmentos populacionais considerados, que estejam fora da escola e com defasagem idade-série, associada a outras estratégias que garantam a continuidade da escolarização após a alfabetização inicial.	2025	Estratégia não avaliada pela SEDUC, principal executora da ação.		
8.3) Garantir acesso gratuito a exames de certificação da conclusão dos ensinos fundamental e médio.	2025	Estratégia não avaliada pela SEDUC, principal executora da ação.		
8.4) Expandir e divulgar a oferta gratuita de educação profissional às populações do campo, indígena , quilombola, declarada negra, ciganos, circenses e comunidades tradicionais locais.	2025	Projeto voltado para a comunidade indígena: Projeto EJA Intercultural (Nebu-Tuma Daomata Tame Naminakitane) Número de Alunos: 129 (divididos em três turmas de Ensino Médio e três de EJA). Semana Presente: A Semana Presente é uma proposta		



Estratégias	Prazo	Observações	Previsões Orçamentárias	Estratégias realizadas/ Não iniciada /Em andamento e Parcialmente realizada
		da Seduc-PI, que busca mobilizar a comunidade escolar, por meio de atividades de acolhimento integradas à didática pedagógica. Seu objetivo é promover momentos de interação, contribuindo para um ambiente escolar saudável e fortalecendo a cultura de paz. Na escola indígena, esse período é marcado pelo desenvolvimento de atividades que celebram o aprendizado e reforçam as tradições culturais. É um momento enriquecedor, no qual cada participante contribui para tornar os dias especiais e significativos.		
8.5) Promover, em parceria com as áreas de saúde e assistência social, o acompanhamento e o monitoramento de acesso à escola específico para os segmentos populacionais considerados, e identificar motivos de ausência e de baixa frequência, de maneira a estimular a ampliação do atendimento desses estudantes na rede pública regular de ensino.	2025	Estratégia não avaliada pela SEDUC, principal executora da ação.		
8.6) Promover busca ativa de jovens fora da escola pertencentes aos segmentos populacionais considerados, em parceria com as áreas de assistência social, saúde e proteção à juventude.	2025	Estratégia não avaliada pela SEDUC, principal executora da ação.		
8.7) Garantir o acesso e promover ações para	2025	Estratégia não avaliada pela SEDUC,		



Estratégias	Prazo	Observações	Previsões Orçamentárias	Estratégias realizadas/ Não iniciada /Em andamento e Parcialmente realizada
permanência na rede pública e rede regular de ensino, a partir do recenseamento das populações do campo, indígena, quilombola, declarada negra, ciganos, circenses e comunidades tradicionais locais.		principal executora da ação.		

9 ALFABETIZAÇÃO E ALFABETISMO FUNCIONAL DE JOVENS E ADULTOS



Elevar a taxa de alfabetização da população de 15 (quinze) anos ou mais para 93,5% (noventa e três inteiros e cinco décimos por cento) até 2015 e, até o final da vigência deste PNE, erradicar o analfabetismo absoluto e reduzir em 50% (cinquenta por cento) a taxa de analfabetismo funcional.

A Meta 9 do PME de Teresina estabelece como principais objetivos, até 2024: a) erradicar o analfabetismo absoluto; b) reduzir em 50% a taxa de analfabetismo funcional.

Para avaliação e monitoramento do progresso dessa meta, foram considerados dois indicadores: 9A: Taxa de alfabetização da população de 15 anos ou mais de idade, e 9B: Taxa de analfabetismo funcional de pessoas de 15 anos ou mais.

Esta seção apresenta a série histórica dos indicadores da Rede Municipal de Ensino de Teresina referentes à meta 9 e suas estratégias, com o objetivo de evidenciar a evolução ao longo da última década no que se refere à alfabetização e ao analfabetismo funcional da população de 15 anos ou mais de idade.

Indicador 9A: Taxa de alfabetização da população de 15 anos ou mais de idade.

Tabela 14: Taxa de alfabetização da população de 15 anos ou mais de idade

9A - Taxa de alfabetização da população de 15 anos ou mais de idade ⁷										Prazo:	Atingiu?
2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023		
								92,88%			

Fonte: INEP, Censo Escolar, 2022.

Conforme as definições do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), para este Relatório, considera-se alfabetizada a pessoa que declara saber ler e escrever, e analfabeta funcional, a pessoa com 15 anos ou mais de idade que possui menos de cinco anos de escolaridade ou que declara não saber ler e escrever.

Entre 2012 e 2023, a taxa de alfabetização da população de 15 anos ou mais de idade, no Brasil, registrou um aumento de 2,8 pontos percentuais (p.p.), evoluindo de 91,8%, em 2012 para

⁷ Indicador não foi possível ser calculado para os demais anos em razão da ausência de informação sobre o público-alvo no Censo.



94,6%, em 2023. Teresina atingiu, em 2022, o índice de 92,88%. (IBGE,2022). Isso significa que 7,12% da população municipal com 15 anos ou mais permanece analfabeta.

Tabela 15 - Oferta da modalidade educação de jovens e adultos (EJA) realizada pela Secretaria Municipal de Educação de Teresina- SEMEC

Esfera administrativa	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
ESTADUAL	11.422	4.294	6.743	10.931	8.153	5.725	4.629	4.235	2.066	2.053	2066
MUNICIPAL	4.442	4.030	3.902	3.878	3.593	3.027	2.278	1.525	1.156	1.238	1.246
PRIVADO	-	341	341	891	132	159	68	36	44	20	44

Fonte: Sistema Ged/Semec /2024.

A tabela 15 ainda diz respeito ao indicador 9A, que trata da “taxa de alfabetização da população de 15 anos ou mais de idade. Os dados evidenciam que, na esfera estadual, houve um decréscimo da oferta da EJA no município. Quando se trata especificamente da oferta na rede municipal de ensino, repetem-se praticamente os mesmos percentuais de queda. Pode-se observar que o quantitativo de matrículas de 2024 representa, aproximadamente, um terço do registrado em 2014.

Para enfrentar o declínio de matrículas que se observou de forma mais intensa desde o ano de 2021, certamente devido ao fenômeno da pandemia do Coronavírus, o município de Teresina empreendeu esforços significativos com o objetivo de trazer as pessoas jovens, adultas e idosas de volta às salas de aula. Neste sentido, foram realizadas campanhas de Busca Ativa, panfletagem, divulgação por meio de moto-som e carro-de-som, mobilização das comunidades próximas às escolas que ofertam essa modalidade. Os resultados dessas ações aparecem em 2022, com o aumento gradual das matrículas no segundo semestre, aumento esse que se manteve até 2024.

O aumento gradual, que se observa a partir de 2022, na Tabela 15, deu-se pela ampliação da oferta da modalidade em novas escolas, fenômeno que não ocorria há mais de 10 anos, rompendo-se um ciclo de fechamento de escolas de EJA, que ocorria desde o ano de 2012.

Um diferencial na oferta da EJA no município de Teresina diz respeito à política de formação continuada de professores, que sempre foi ofertada. Em 2021, adotou-se o modelo de formação continuada, com foco na construção de atividades a serem utilizadas pelos professores nas suas rotinas de sala, alinhadas às Diretrizes Curriculares. Atualmente, 100 % dos professores de Língua Portuguesa e Matemática, de primeiro e segundo segmentos, são contemplados com essa política de formação, ofertada pela Rede Pública Municipal.

Para orientar as atividades da formação continuada de professores da EJA, em 2021, o município de Teresina elaborou um caderno especial temporário, contendo habilidades e conteúdos.



Uma ação importante, implantada em 2022, foi a política de Avaliação de Desempenho na Modalidade Educação de Jovens e Adultos- EJA, adotada com o objetivo de diagnosticar o nível de desempenho dos estudantes e nortear a formação continuada, com foco no redirecionamento da ação docente e na aprendizagem dos educandos. Outra ação realizada em 2022 foi a incorporação da temática da inclusão nos encontros de formação continuada de professores de primeiro segmento da EJA, para a promoção do respeito às diferenças e à diversidade. Destaca-se que, em 2023, o município de Teresina ofertou turma de EJA diurno, na Escola Municipal Olímpio de Castro, para atendimento às pessoas com deficiência.

A partir de 2022, todas as escolas da Rede municipal, que requisitaram transportes para o deslocamento de alunos de comunidades distantes e que não tinham escolas de EJA, tiveram esse pleito atendido, assim, em 2022, 18 ônibus realizavam o transporte desses alunos, seja na zona rural ou urbana.

Em atendimento aos anseios da comunidade local, no que se refere à preparação para o trabalho, desde 2023, o município de Teresina passou a ofertar a educação profissional, em parceria com o Colégio Técnico de Teresina (CTT/UFPI) e com o Instituto Federal do Piauí (IFPI), totalizando 495 estudantes atendidos.

Em 2024, foram elaboradas as Diretrizes Curriculares da Educação de Jovens e Adultos- EJA - do município de Teresina e apresentada para a comunidade educacional. No mesmo ano, o documento, construído ao longo de três anos e com a participação de todos os professores e gestores da modalidade EJA do município de Teresina, foi entregue aos professores da EJA do município e validada pelo Conselho Municipal de Educação de Teresina – CME/THE.

Ainda em 2024, foi homologada a Resolução CME/THE N° 018, DE 04 DE DEZEMBRO DE 2024, que regulamenta, no âmbito do Sistema Municipal de Ensino de Teresina, a oferta do curso de Educação de Jovens e Adultos e dá outras providências. Essa Resolução, dentre outros aspectos, aponta para a obrigatoriedade do atendimento educacional especializado para as pessoas com deficiência, matriculadas nas turmas de EJA do município de Teresina, uma vez que se observou um alto índice de desistência desse público pela ausência deste tipo de atendimento.

No ano de 2024, o município de Teresina ofertava a modalidade Educação de Jovens e Adultos (EJA) em 30 escolas, atendendo a uma média de 1250 alunos. Em 2025, houve fechamento de 05 escolas, ocasionada pela redução do número de matrículas, e abertura de uma escola, devido à demanda, totalizando 26 escolas de EJA. A Rede tem a perspectiva de ofertar a modalidade de EJA em mais 02 escolas, no segundo semestre do ano em curso.



Indicador 9B - Taxa de analfabetismo funcional de pessoas de 15 anos ou mais de idade

Tabela 16: Taxa de analfabetismo funcional de pessoas de 15 anos ou mais de idade

9B - Taxa de analfabetismo funcional de pessoas de 15 anos ou mais de idade ⁸										Prazo:	Atingiu?
2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023		
								7,12%			

Com relação ao analfabetismo funcional, para atingir a meta do PNE, que em 2012 era de 17,17%, seria necessário reduzir essa taxa para 8,9% até 2024. No entanto, o Brasil atingiu, em 2024, o percentual de 12,13%. No que se refere aos dados municipais, não foi possível mensurar a taxa do Indicador 9B, devido à ausência de dados oficiais.

A meta 09 enquadra-se como não mensurável no que diz respeito à erradicação do analfabetismo e ao analfabetismo funcional, uma vez que não há dados públicos, municipais e anuais, que indiquem se a pessoa sabe ler ou escrever, ou seja, que informe a escolaridade dos indivíduos, considerando que analfabetismo funcional foi conceituado pelo PNE em movimento, como baixa escolaridade.

⁸ Indicador não foi possível ser calculado para os demais anos devido a ausência de informação sobre o público-alvo.



9.1 Estratégias

Estratégias	Prazo	Observações/ execução da estratégia	Previsões Orçamentarias	Estratégia realizada/ Não iniciada /Em andamento e Parcialmente realizada
9.1) Assegurar e garantir a oferta gratuita da Educação de Jovens e Adultos na modalidade de EJA, fortalecendo o compromisso com a universalização da alfabetização como política de Estado, que implica em viabilizar a continuidade dos estudos a todos os estudantes que não tiveram acesso à Educação Básica na idade própria.	2025	<p>Ações SEMEC</p> <p>1- A modalidade EJA foi ofertada em 30 escolas em 2024, localizadas nas 04 (quatro) grandes zonas de Teresina e na zona rural, com acréscimo de 4 escolas, comparando-se com 2022; Em 2025, esse número cai para 26 escolas.</p> <p>Proposições da VI Conferência Municipal de Educação:</p> <ul style="list-style-type: none">· A partir de 2026, ofertar vagas nas escolas da rede pública que não oferecem EJA, e ampliação de vagas nas que já ofertam. <p>Ações SEDUC</p> <p>O programa Alfabetiza-PI foi implementado em 220 municípios. Em Teresina, o público atendido é de 711 estudantes, em 28 turmas, com 28 professores contratados. O programa prevê, também, o pagamento de três bolsas no valor de R\$ 200,00 para os estudantes por meio de PIX-CPF. O critério para pagamento das bolsas é: Primeira parcela, no ato da validação da matrícula; segunda parcela, após 90 dias de aula e com 75% de frequência escolar, e a terceira, no ato de sua</p>	FNDE	Parcialmente



Estratégias	Prazo	Observações/ execução da estratégia	Previsões Orçamentarias	Estratégia realizada/ Não iniciada /Em andamento e Parcialmente realizada
		<p>matrícula na ETAPA II do SEGMENTO I da Rede Estadual.</p> <p>PROPÕE-SE: Atender e alfabetizar, até 2026, 2.000 (dois mil) alunos em Teresina.</p>		
<p>9.2) Realizar diagnóstico, sob coordenação das Secretarias municipal e estadual de educação, dos jovens e adultos com ensino fundamental e médio incompletos, identificando os números e as necessidades dos estudantes, para que se tenha o conhecimento da demanda ativa por vagas e se assegure o adequado planejamento da oferta, considerando a faixa etária, o turno adequado e a variabilidade didático-metodológica.</p>	<p>2025</p>	<p>Ações SEMEC</p> <p>Em 2021 foi realizada demanda junto aos funcionários de empresas que atendem a SEMEC. (Parceria com a empresa SERVFAZ, beneficiando cerca de 23 alunos).</p> <p>No final do ano de 2022 foi enviado ofício circular a todas as 321 escolas municipais com o objetivo de levantar dados sobre a necessidade de oferta de EJA na região, resultando na abertura de 06 novas escolas.</p> <p>Em 2025, após levantamento de existência de demanda nas diferentes regiões da cidade foi autorizada, até o primeiro semestre de 2025, apenas uma nova escola para ofertar EJA.</p> <p>Proposições da VI Conferência Municipal de Educação:</p> <p>Continuar o processo já existente de execução de estratégia e ampliar, com identificação desse público por região do município, em parcerias SEMEC/SEDUC.;</p> <p>Ação institucional em parceria com a UNDIME;</p>	<p>Recurso do Tesouro Municipal</p>	<p>Parcialmente</p>

Estratégias	Prazo	Observações/ execução da estratégia	Previsões Orçamentarias	Estratégia realizada/ Não iniciada /Em andamento e Parcialmente realizada
		<p>Disponibilização de alunos alfabetizados oriundos do programa PROAJA e ALFABETIZA PIAUÍ pela Seduc.</p> <p>Ações SEDUC</p> <p>Continuamente, é realizado trabalho de busca ativa pela equipe SEDUC e também parcerias com outras instituições, como a que está se iniciando com a nova CEASA, para a formação de turmas no Programa Alfabetiza PI. Após os alunos participarem dos programas, são encaminhados para realizarem matrícula nas turmas do I Segmento da SEDUC.</p>		
<p>9.3) Implementar ações de alfabetização de jovens e adultos com garantia de continuidade da escolarização básica, inclusive estabelecendo mecanismos e incentivos que integrem os segmentos empregadores, públicos e privados, e os sistemas de ensino, para promover a compatibilização da jornada de trabalho dos empregados com a oferta das ações de alfabetização e de educação de jovens e adultos.</p>	<p>2025</p>	<p>Ações SEMEC:</p> <ul style="list-style-type: none"> • O Estado ofertou, em 2023, o Programa de Alfabetização de Jovens e Adultos-PROAJA em todas as regiões de Teresina; • O Estado oferta, em 2024, o Programa de Alfabetização de Jovens e Adultos ALFABETIZA PIAUÍ, em todas as regiões de Teresina. <p>PROPÕE-SE:</p> <p>Nas regiões com oferta de ALFABETIZA PIAUI, que ainda não tenham escolas que ofertem EJA, que seja realizada, pelo município de Teresina, ação nesse sentido.</p> <p>Em 2025, o município de Teresina fez adesão ao</p>	<p>Recursos do orçamento do Estado do Piauí</p> <p>Recursos do orçamento do Estado do Piauí.</p>	<p>Parcialmente</p>



Estratégias	Prazo	Observações/ execução da estratégia	Previsões Orçamentarias	Estratégia realizada/ Não iniciada /Em andamento e Parcialmente realizada
		<p>Programa Brasil Alfabetizado, mas até o mês de maio não havia efetuado nenhuma matrícula.</p> <p>Proposições da VI Conferência Municipal de Educação:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Adesão aos programas federais de alfabetização por toda a rede pública municipal e estadual; • Ações de alfabetização com garantia de continuidade; • Parceria com a Seduc para receber alunos PROAJA. <p>Ações SEDUC</p> <p>Foi desenvolvido pela SEDUC, no ano de 2024, o Projeto QUALIFICA AJA, que é direcionado aos estudantes matriculados no I segmento de EJA em processo de consolidação de alfabetização, e em turmas do Programa Alfabetiza PI. A qualificação foi o caminho que a Secretaria de Estado da Educação do Piauí (Seduc) encontrou para que os estudantes matriculados permaneçam frequentando as aulas mais motivados, fortalecendo a permanência nas turmas de alfabetização. O projeto já atendeu 195 estudantes em 13 turmas.</p>		
9.4) Realizar chamadas públicas semestrais, através de meios		<p>Ações SEMEC:</p> <p>1-Em 2022 retomaram-se as chamadas públicas</p>	Recurso do Tesouro	Parcialmente



Estratégias	Prazo	Observações/ execução da estratégia	Previsões Orçamentarias	Estratégia realizada/ Não iniciada /Em andamento e Parcialmente realizada
midiáticos para a educação de jovens e adultos, promovendo-se busca ativa em regime de colaboração entre entes federados e em parceria com organizações da sociedade civil	2025	<p>via moto-som, na região de cada escola, e serviço de panfletagem junto aos pais e mães das escolas municipais, às lideranças religiosas e comunitárias. No momento, encontram-se em negociação as chamadas através de outros meios midiáticos;</p> <p>Em 2024 e em 2025 a SEMEC não realizou ações nesse sentido.</p> <p>Proposições da VI Conferência Municipal de Educação: A partir de 2026, intensificar a mobilização da escola para a busca ativa de alunos da EJA.</p> <p>Ações SEDUC</p> <p>Busca ativa realizada por entidades credenciadas e contratadas pela SEDUC para execução do PROAJA; 36.884 alunos cadastrados na plataforma do PROAJA.</p> <p>São feitas chamadas públicas pelas escolas/SEDUC, por meio de carros/motos-som, redes sociais, e também por líderes comunitários, canal educação, tvs, rádios etc.</p>	Municipal	
9.5) Realizar avaliação, por meio de exames específicos, que permita aferir o grau de alfabetização de jovens e adultos com mais de 15 (quinze) anos de idade, considerando	2025	<p>Ações SEMEC:</p> <ul style="list-style-type: none">Exames de classificação e reclassificação, padronizados, realizados em 100% das escolas;		Parcialmente



Estratégias	Prazo	Observações/ execução da estratégia	Previsões Orçamentarias	Estratégia realizada/ Não iniciada /Em andamento e Parcialmente realizada
seus saberes e vivências, a fim de qualificar as ações propostas para a alfabetização.		<ul style="list-style-type: none"> Desde 2021, são realizadas atividades diagnósticas no contexto da formação continuada com o objetivo de nortear as habilidades a serem trabalhadas na alfabetização de jovens e adultos. <p>Ações SEDUC:</p> <p>Realização de Testes Diagnósticos (Inicial, Monitoramento e Final) para avaliar o grau de alfabetização (PROAJA).</p> <p>- Testes Iniciais - 14.321 alunos; Teste de monitoramento - 4.073 alunos; Testes Finais - 8.139 alunos.</p> <p>No caso dos programas de alfabetização, são realizados testes diagnósticos inicial, de monitoramento e final, para identificação do perfil dos estudantes, e quando mostrado nos testes iniciais que o estudante já sabe ler e escrever, estes são encaminhados para as turmas de EJA na etapa II do I segmento. No I segmento de EJA, as avaliações diagnósticas são direcionadas para a verificação do perfil, para que o professor possa trabalhar melhor as habilidades propostas nas Etapas II e III.</p>	Recurso do Tesouro Municipal	
9.6) Executar ações de atendimento ao estudante da educação de jovens e adultos, por meio de programas	2025	<p>Ações SEMEC</p> <p>Programa Nacional de Apoio ao Transporte</p>		Parcialmente



Estratégias	Prazo	Observações/ execução da estratégia	Previsões Orçamentarias	Estratégia realizada/ Não iniciada /Em andamento e Parcialmente realizada
<p>jovens e adultos, nas etapas de ensino fundamental e médio, às pessoas privadas de liberdade em todos os estabelecimentos penais e aos jovens em cumprimento de medidas socioeducativas, assegurando-se formação específica dos professores e implementação de diretrizes nacionais.</p>		<p>PROPÕE-SE: Que o Fórum Municipal de Teresina fortaleça parceria com Fórum Estadual de Educação- FEE, no sentido de troca de informações a respeito de ações desenvolvidas no contexto de cada meta de seus respectivos planos.</p>	<p>FNDE</p>	
<p>9.8) Apoiar técnica e financeiramente, e estimular, em parceria com IES, projetos inovadores na Educação de Jovens e Adultos que visem ao desenvolvimento de modelos adequados às necessidades específicas desses estudantes.</p>	<p>2025</p>	<p>Ações SEMEC:</p> <p>1-Projeto “Eu vivencio, eu registro: pesquisas realizadas no contexto da modalidade Educação de Jovens e Adultos (EJA)”;</p> <p>2- Projeto “De mãos dadas com a Academia”, (IFPI, UESPI) com o objetivo de aproximar os IES dos Sistemas de Ensino;</p> <p>3- Parceria com o Instituto Federal de Educação Tecnológica do Piauí. (Cursos FIC, 160h) com a meta de atender 105 alunos do segundo segmento da EJA, previsto para 2023/2024;</p> <p>4- Parceria com o colégio Técnico da UFPI, (Cursos FIC, 160h), cuja meta é atender 390 alunos de primeiro e segundo segmentos da EJA. Previsto para 2023/2024.</p>	<p>Recurso do Tesouro Municipal</p> <p>FNDE/MEC</p> <p>FNDE/MEC</p>	<p>Parcialmente</p>



Estratégias	Prazo	Observações/ execução da estratégia	Previsões Orçamentarias	Estratégia realizada/ Não iniciada /Em andamento e Parcialmente realizada
		<p>Proposições da VI Conferência Municipal de Educação: Buscar ampliar o público atendido e manter a continuidade das parcerias; Buscar sistema “S”, sindicatos, sociedade civil organizada, IES pública e privada para novas parcerias.</p> <p>PROPÕE-SE: Ampliar parcerias no sentido de ofertar cursos profissionalizantes de curta duração (Fundação Wall Ferraz).</p>		
9.9) Implementar programas de capacitação tecnológica da população jovem e adulta, direcionados para os segmentos com baixos níveis de escolarização formal e alunos com deficiência, articulando os sistemas de ensino, a rede federal de educação profissional e tecnológica, as universidades, as cooperativas e as associações, por meio de ações de extensão desenvolvidas em centros vocacionais tecnológicos, com tecnologias assistivas que favoreçam a efetiva inclusão social e produtiva dessa população.	2025	<p>Ações SEMEC: Ação não iniciada.</p> <p>PROPÕE-SE: Realizar parcerias com outras instituições no sentido de viabilizar a estratégia (universidades, associações e cooperativas que possam desenvolver ações nesse sentido).</p> <p>Proposições da VI Conferência Municipal de Educação: Buscar cursos de extensão de informática, ofertados por IES públicas e privadas, e possibilidade de oferta para EJA; Utilizar plataformas digitais com formação para usuários e fornecer aparelhos que os auxiliem.</p>		Não



Estratégias	Prazo	Observações/ execução da estratégia	Previsões Orçamentarias	Estratégia realizada/ Não iniciada /Em andamento e Parcialmente realizada
		<p>Ações SEDUC</p> <p>PROPÕE-SE: Cursos de letramento digital, direcionado a estudantes da EJA, para fomentar a inclusão de pessoas idosas com baixa ou pouca escolaridade e alertar sobre os impactos das notícias falsas e dos golpes digitais. Neste contexto, faz-se necessária a integração entre sala de aula e a vida cotidiana, que exige cada vez mais o letramento digital, para estudantes da Educação de Jovens e Adultos.</p>		
<p>9.10 Assegurar e garantir, por meio de ações das Secretarias Municipal e Estadual de Educação e IES, nas políticas públicas de jovens e adultos, as necessidades dos idosos, com vistas à promoção de políticas de erradicação do analfabetismo, ao acesso às tecnologias educacionais e atividades recreativas, culturais e esportivas, à implementação de programas de valorização e compartilhamento dos conhecimentos e experiência dos idosos e à inclusão dos temas do envelhecimento e da velhice nas escolas.</p>	<p>2025</p>	<p>Ações SEMEC:</p> <p>A temática do idoso é contemplada nas novas diretrizes de EJA, que estão em processo de construção pela equipe da SEMEC; “Em 2025, a Divisão de EJA da SEMEC lançou o projeto “Histórias de vidas bem vividas”, com o objetivo de fomentar a inclusão dos temas do envelhecimento e da velhice nas escolas.”</p> <p>Proposições da VI Conferência Municipal de Educação: Manter ação implementada com ampliação de cobertura e ação direta, por meio da identificação da demanda; elaborar novas estratégias para a rede pública de ensino, no sentido de promover acesso às tecnologias educacionais e às atividades</p>	<p>Recurso do Tesouro Municipal</p>	<p>Parcialmente</p>



Estratégias	Prazo	Observações/ execução da estratégia	Previsões Orçamentarias	Estratégia realizada/ Não iniciada /Em andamento e Parcialmente realizada
		recreativas, culturais e esportivas, a implementação de programas de valorização e compartilhamento dos conhecimentos e experiência dos idosos, e a inclusão dos temas do envelhecimento e da velhice nas escolas. PROPÕE-SE: Estimular pesquisas na área, com o objetivo de promover uma reflexão mais qualitativa sobre a temática, e que possa culminar em benefícios para essa faixa etária, por meio de parcerias com instituições locais (convênios, parcerias, etc).		
9.11) Assegurar que as escolas de Teresina, que atendam a modalidade de Educação de Jovens e Adultos – EJA, para deixar de ofertá-la, tenham, antecipadamente, a aprovação dos Conselhos Municipal e Estadual de Educação e da comunidade escolar na qual a escola está inserida.	2025	Ações SEMEC A orientação é respeitada pela SEMEC. Ações SEDUC A SEDUC possui diretrizes para que, quando a escola deixa de ofertar matrículas, essas ações aconteçam no processo de reordenamento realizado pela UGIE, no final do ano letivo. A SEDUC possui diretrizes orientadas pelos Conselhos de Educação em relação à oferta das matrículas de EJA.		Parcialmente
9.12) Implantar um sistema de avaliação da aprendizagem nas escolas que ofertam a modalidade de Educação de Jovens e Adultos – EJA, visando acompanhar a aprendizagem dos alunos em busca de um	2025	Ações SEMEC 1- Projeto implantado em 2021 “Avaliação de desempenho na modalidade Educação de Jovens e Adultos - EJA”, que permite o norteamento de ações com maior eficácia junto aos professores e	Recurso do Tesouro Municipal	Parcialmente



Estratégias	Prazo	Observações/ execução da estratégia	Previsões Orçamentarias	Estratégia realizada/ Não iniciada /Em andamento e Parcialmente realizada
redimensionamento das ações para a melhoria da qualidade de ensino.		alunos da modalidade. PROPÕE-SE: Que algumas ações direcionadas ao fortalecimento da aprendizagem, as quais começaram a ser desenvolvidas na SEDUC, sejam aplicadas também na EJA, como o Programa Recomposição da Aprendizagem.		
9.13) Garantir que as produções textuais e literárias, feitas pelos professores e alunos da Educação de Jovens e Adultos, sejam publicadas anualmente em revista eletrônica criada para esse fim.	2025	Ações SEMEC Ação não realizada. Proposições da VI Conferência Municipal de Educação: Implementar a execução da estratégia na rede pública de ensino; Parceria SEMEC e SEDUC: Criar revista eletrônica e articular a rede de ensino para publicações e possibilitar incentivos. PROPÕE-SE: Iniciar ação resgatando os textos produzidos no contexto dos Concursos de Redação da EJA, desde 2022.	Recurso do Tesouro Municipal	Não
9.14) Realizar, anualmente, o levantamento e a avaliação das experiências em alfabetização de jovens e adultos, que constituam referências para os esforços nacional,	2025	Ações SEMEC O projeto “A EJA no município de Teresina: Contextos de inclusão” configura-se como uma ação de referência contra o analfabetismo adulto;	Recurso do Tesouro Municipal	Parcialmente



Estratégias	Prazo	Observações/ execução da estratégia	Previsões Orçamentarias	Estratégia realizada/ Não iniciada /Em andamento e Parcialmente realizada
estadual e municipal contra o analfabetismo.		<ul style="list-style-type: none">▪ Mostra de Atividades significativas da EJA;▪ Concurso de Redação na modalidade EJA;▪ Olimpíadas de Matemática na modalidade EJA.▪ Encontro de Lideranças Estudantis na Educação de Jovens e Adultos – ELEJA. <p>Proposições da VI Conferência Municipal de Educação: Criar o Seminário Municipal de práticas exitosas na Educação, incluindo alfabetização na EJA nos eixos do Seminário, em parceria com a UFPI, com a UESPI e demais instituições interessadas.</p> <p>Ações SEDUC</p> <p>PROPÕE-SE: Uma mostra/seminário das ações desenvolvidas para as pessoas não alfabetizadas, com imagens e documentos que comprovem os números de pessoas atendidas, incluindo relatos destas.</p>		
9.15) Promover formação específica de professores sobre inclusão e Atendimento Educacional Especializado para os educandos da EJA com deficiências, transtorno global do desenvolvimento e altas habilidades/ superdotação.	2025	<p>Ações SEMEC</p> <p>No ano de 2021, aconteceram as primeiras tratativas com a equipe de Formação, na perspectiva inclusiva da SEMEC. Em 2022, houve o primeiro encontro de formação de professores da Educação de Jovens e Adultos, quando foi assumido o compromisso de que a</p>	Recurso do Tesouro Municipal	Parcialmente



Estratégias	Prazo	Observações/ execução da estratégia	Previsões Orçamentarias	Estratégia realizada/ Não iniciada /Em andamento e Parcialmente realizada
		<p>partir de 2023 a formação, na Perspectiva inclusiva na EJA, faria parte da agenda de formação dos professores da modalidade.</p> <p>A Nova Resolução CME/THE N° 018, DE 04 DE DEZEMBRO DE 2024, aponta para o atendimento inclusivo às pessoas com deficiência presentes nas turmas de EJA do município de Teresina, inclusive, no que se refere à Formação Continuada de professores.</p>		
<p>9.16) Criar mecanismos, junto às escolas públicas, para garantir o atendimento das populações itinerantes: ciganos, trabalhadores temporários e circenses.</p>	<p>2025</p>	<p>Ações SEMEC:</p> <p>A SEMEC, em parceria com a SEDUC, em 2022, estabeleceu parceria para atender aos venezuelanos instalados em Teresina (Projeto Alfabetização Sem Fronteiras - Indígenas Warao).</p> <p>Proposições da VI Conferência Municipal de Educação:</p> <p>Elaborar matriz curricular para atender ao referido público indígena e incentivar esse atendimento com critérios específicos, de modo que a escola possa fazer identificação de demanda e oferta.</p> <p>Ações SEDUC:</p> <p>O direito de aprender se estende a todos, inclusive, às pessoas que chegam ao nosso Estado, e esse direito precisa ser garantido. Com esse entendimento, a SEDUC trabalha na perspectiva</p>		<p>Parcialmente</p>

Estratégias	Prazo	Observações/ execução da estratégia	Previsões Orçamentarias	Estratégia realizada/ Não iniciada /Em andamento e Parcialmente realizada
		do desenvolvimento de ações educativas/formativas com os indígenas da etnia Warao, que se encontram em Teresina-PI na condição de refugiados e, conseqüentemente, amparados pela Lei n. 9.474/1997. Os indígenas dessa etnia são atendidos com o Projeto EJA Intercultural WARAO.		
9.17) Implantar o regime de alternância nas escolas que ofertam a alfabetização e a Educação de Jovens e Adultos, considerando a especificidade do público atendido.	2025	<p>Não houve demanda para a referida estratégia.</p> <p>Proposições da VI Conferência Municipal de Educação:</p> <p>Mapear, com o auxílio de sindicatos e cooperativas, a demanda do regime de alternância nas escolas que ofertam a alfabetização e a Educação de Jovens e Adultos, considerando a especificidade do público atendido.</p>		Parcialmente
9.18) Orientar a oferta de Educação de Jovens e Adultos na rede privada de ensino, em observância à legislação que rege essa modalidade.	2025	<p>Ações SEMEC:</p> <p>Ação desempenhada pelos Conselhos Municipal e Estadual de Educação.</p> <p>Ações SEDUC:</p> <p>A SEDUC possui uma coordenação que orienta a rede privada em toda a oferta, não somente na EJA.</p>		Parcialmente
9.19) Subsidiar e garantir material de expediente e material didático	2025	<p>Ações SEMEC:</p> <p>1-Em 2022 iniciou-se diálogo com outras</p>	Recurso do Tesouro	Parcialmente



Estratégias	Prazo	Observações/ execução da estratégia	Previsões Orçamentarias	Estratégia realizada/ Não iniciada /Em andamento e Parcialmente realizada
contextualizado ao público da Educação de Jovens e Adultos.		<p>Secretarias Municipais (SEMCASP) no sentido de oportunizar estudo de qualidade a pessoas excluídas do processo educativo.</p> <p>Proposições da VI Conferência Municipal de Educação: Identificar e destinar os recursos específicos para EJA, de forma proporcional, para alunos no Fundo Rotativo para a EJA.</p> <p>Ações SEDUC</p> <p>Material didático e material escolar distribuído para todos os alunos cursistas do PROEJA. É assegurado material de expediente e material didático para todas as escolas que atendem a EJA. No programa de Alfabetização de Jovens, Adultos e Idosos temos o livro, “ALFABETIZAR-SE PENSANDO A PRÓPRIA APRENDIZAGEM”, utilizado por todos os alunos.</p>	Municipal	
9.20) Garantir, em regime de colaboração intersetorial, projetos inovadores na Educação de Jovens e Adultos, que visem modelos adequados às necessidades específicas dos grupos étnicos e sociais, historicamente excluídos do direito à educação.	2025	<p>Ações SEMEC</p> <p>Em 2022, iniciou-se diálogo com outras Secretarias Municipais (SEMCASP), no sentido de oportunizar estudo de qualidade a pessoas excluídas do processo educativo; Parceria com a Associação Beneficente São Paulo Apóstolo (ABESPA), atendendo cerca de 15 internos (atendimento na própria instituição);</p>	FNDE/MEC	Parcialmente



Estratégias	Prazo	Observações/ execução da estratégia	Previsões Orçamentarias	Estratégia realizada/ Não iniciada /Em andamento e Parcialmente realizada
		<p>Atendimento a 90 alunos na Comunidade Terapêutica Shalom, no formato EJA Vinculada, sendo a EM Dona Isabel Pereira a unidade ofertante.</p> <p>Proposições da VI Conferência Municipal de Educação: Articular com os conselhos de direitos, movimentos sociais, órgãos de saúde e da educação, a busca ativa da população LGBTQIAP+ com baixa escolarização para seu ingresso na EJA.</p>		



10 EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS INTEGRADA À EDUCAÇÃO PROFISSIONAL



META 10

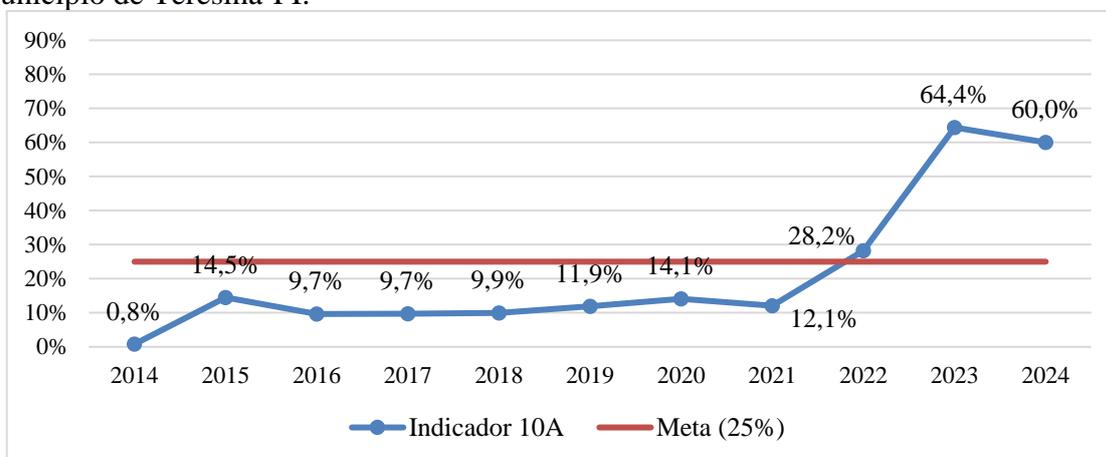
Oferecer, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) das matrículas de educação de jovens e adultos, na forma integrada à educação profissional, nos ensinos fundamental e médio.

A Meta 10 do PME alinha-se aos esforços da universalização da educação básica e de ampliação da escolarização dos jovens e adultos, atingindo, no mínimo 25% das matrículas ofertadas de forma integrada à educação profissional, de modo a proporcionar condições mais favoráveis à inserção no mundo do trabalho.

Para o monitoramento desta meta, definiu-se o indicador 10A: Percentual de matrículas da educação de jovens e adultos na forma integrada à educação profissional, que foi calculado com base nos dados do Censo da Educação Básica, realizado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep).

Indicador 10A – Percentual de matrículas da educação de jovens e adultos na forma integrada à educação profissional.

Gráfico 10: Série histórica do percentual de matrículas da Educação de Jovens e Adultos, nos Ensinos Fundamental e Médio, na forma integrada à Educação Profissional das unidades de ensino no município de Teresina-PI.



Fonte: INEP, Censo Escolar, 2014-2024.

Analisando o Gráfico 10, que trata da série histórica do percentual de matrículas da



Educação de Jovens e Adultos nos Ensinos Fundamental e Médio, na forma integrada à Educação Profissional, no município de Teresina-PI, observa-se um salto qualitativo no percentual, saindo de 28,2%, em 2022, para 60%, em 2024. Esse crescimento expressivo se dá pelo fato de a SEDUC-PI, a partir de 2022, realizar, praticamente, 100% das matrículas de Ensino Médio na modalidade integrada à Educação Profissional.

A meta 10 orienta que as matrículas de EJA sejam ofertadas, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento), na forma integrada à educação profissional, nos ensinos fundamental e médio. Em nível de Brasil (PNE), o que se observa, no entanto, é que não se tem conseguido avançar nesse aspecto, a exemplo das redes estaduais e municipais, conforme evidencia a tabela 17.

Tabela 17 – Matrículas da Educação Profissional integrada à Educação de Jovens e Adultos (Teresina)

Dependência Administrativa (Teresina)	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
Federal	82	48	72	59	71	78	71	45	30	117	135
Estadual	0	1608	1424	2200	1727	2332	2276	1797	4346	6497	5680
Municipal	0	484	507	0	0	0	0	0	0	0	0
Privada	55	0	54	37	2	0	0	0	0	0	0
Total	137	2140	2057	2296	1800	2410	2347	1842	4376	6614	5815

Fonte: SIMEC/MEC Relatório Linha de Base 20218- INEP

No contexto específico do município de Teresina observa-se, na Tabela 17, que os dados referentes ao período de 2014 a 2024 evidenciam variações significativas no número total de matrículas na EJA integrada à educação profissional.

Em 2014, o total de matrículas era de 137, apresentando em 2015 um salto qualitativo, passando para 2.140, e progressivas oscilações, até atingir 6.614, em 2023, maior quantitativo no período, seguido por uma queda, registrando 5.815 matrículas, em 2024.

Ao analisar a distribuição por dependência administrativa, observa-se que a maior parte das matrículas se concentra na rede estadual, e que a rede municipal teve participação residual, apresentando dados de matrículas somente referentes a 2015 e 2016, registrando 484 e 507, respectivamente. Já a rede privada apresenta dados de matrículas apenas referentes a 2014, 2016, 2017 e 2018, sendo que, em 2014, registrou o maior número, com 55 matrículas.



No âmbito federal observa-se, na Tabela 17, que o número de matrículas apresentou oscilações, iniciou com 82, em 2014, apresentando número expressivo em 2023 e 2024, registrando 117 e 135, respectivamente.

Neste período, o Instituto Federal do Piauí (IFPI) contribuiu com a oferta de EJA integrada à educação profissional, por meio do Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (PROEJA), atendendo um total de 686 estudantes matriculados nos Campi Teresina Central (CATCE) e Campi Teresina Zona Sul (CATZS), conforme a tabela 18.

Tabela 18 - Quantitativo de matrículas PROEJA/IFPI

ANO	CATCE	CATZS	TOTAL
2014	39	79	118
2015	7	91	98
2016	7	50	57
2017	0	58	58
2018	0	66	66
2019	0	82	82
2020	0	74	74
2021	0	70	70
2022	0	63	63
2023	46	72	118
TOTAL	99	705	804

Fonte: Pró-Reitoria de Ensino (PROEN/IFPI, 2023).

Observa-se na, Tabela 18, que no CATZS o atendimento aos alunos da EJA em cursos do PROEJA, é crescente no campus desde sua implantação, com a oferta do Curso Técnico em Cozinha, atualmente denominado Curso Técnico em Gastronomia. Já no ano de 2023, houve a expansão dos cursos no CATCE e, conseqüente aumento de matrículas nesta etapa da Educação Básica para modalidade EJA.

Tratando-se da rede estadual, houve também decréscimo no número de matrículas. Já na rede municipal, não registrou nenhuma matrícula de 2017 a 2020. As matrículas de 2015 e 2016 são referentes ao programa PROJovem, que teve ações no município de Teresina até o ano de 2016.

10.1 Estratégias



Estratégias	Prazo	Observações/ execução da estratégia	Previsões Orçamentaria s	Estratégia realizada/ Não iniciada /Em andamento e Parcialmente realizada
10.1) Manter programa nacional de Educação de Jovens e Adultos voltado à conclusão do Ensino Fundamental e à formação profissional inicial, de forma a estimular a conclusão da Educação Básica	2025	<p>Ações SEDUC:</p> <p>A aplicação do ENCCEJA (Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos) está sob a responsabilidade da Fundação Getúlio Vargas e UESPI – Universidade Estadual do Piauí. Em 2022, a SEDUC lançou o ECCEJA (Exame Estadual para Certificação de Competências de Jovens e Adultos) e obteve como resultado:</p> <p>296 provados no Ensino Médio; 62 aprovados no Ensino Fundamental.</p> <p>Ações IFPI:</p> <p>De acordo com os dados do IFPI Números (2022), obteve-se o quantitativo de certificações ENEM/ENCCEJA:</p> <p>No ano de 2017, emissão de 1.118 certificados; No ano de 2018, emissão de 2.369 certificados; No ano de 2019, emissão de 1.881 certificados; No ano de 2020, emissão de 1.185 certificados; No ano de 2021 foram emitidos 718 certificados.</p> <p>Adesão no ano de 2022 ao Programa EJA Integrada – EPT para oferta no ano letivo de 2023 de 105 vagas no município de Teresina em parceria com a Secretaria Municipal de Educação - SEMEC, no que tange ao Ensino Fundamental,</p>		Parcialmente



Estratégias	Prazo	Observações/ execução da estratégia	Previsões Orçamentaria s	Estratégia realizada/ Não iniciada /Em andamento e Parcialmente realizada
		<p>para atender aos alunos do segundo segmento da EJA. Com a finalidade de garantir a formação profissional em formato de Cursos de Formação Inicial e Continuada-FIC, os cursos possuem currículo integrado. São eles: Eletricista Instalador Predial de Baixa Tensão; Operador de Caixa e Vendedor.</p> <p>Adesão em 2023 ao Programa Mulheres Mil relançado pelo governo federal visando contribuir para a igualdade social, econômica, racial, étnica e de gênero de mulheres em situação de vulnerabilidade social. (520 vagas de cursos FIC no Campus Central).</p> <p>Proposições da VI Conferência Municipal de Educação:</p> <p>Ampliar a oferta do curso profissionalizante integrado concomitante e subsequente;</p> <p>Possibilitar estudos complementares a certificação.</p> <p>Ampliar as parcerias das escolas da rede com IFPI, UFPI, SEDUC e SEMEC e outras instituições de ensino para oferta de formação profissional;</p> <p>Divulgação do Proeja, Programa EJA Integrada-EPT e Encejea.</p>		
10.2) Expandir as matrículas na Educação de Jovens e Adultos, de modo a articular a formação inicial e continuada de trabalhadores com a educação profissional, objetivando a	2025	<p>Ações SEDUC</p> <p>As matrículas na EJA integrada à Educação Profissional estão sendo ofertadas em 2022, em:</p> <ul style="list-style-type: none"> - 54 escolas com curso de Qualificação 		



Estratégias	Prazo	Observações/ execução da estratégia	Previsões Orçamentaria s	Estratégia realizada/ Não iniciada /Em andamento e Parcialmente realizada
elevação do nível de escolaridade do trabalhador.		<p>Profissional (QP); -17 escolas com cursos técnicos, nas 4 Gerências Regionais de Teresina (4ª GRE;19ª GRE;20ª GRE e GRE); O total de matrículas na EJA integrada à Educação Profissional no município de Teresina foram; - Em 2022 – 14.657 - Em 2023 – 19.112</p> <p>Ações IFPI:</p> <p>O Programa EJA Integrada – EPT, com previsão para início das aulas em agosto de 2023, visa contribuir para a expansão das matrículas na EJA, nas escolas municipais e nos campi do IFPI, na oferta de cursos FIC integrados ao Ensino Fundamental.</p> <p>Proposições da VI Conferência Municipal de Educação: Atendimento da legislação de criação dos IFs, garantindo à EJA 10% do total de vagas ofertadas no Campus e fortalecimento dos Cursos existentes do Proeja Ensino Médio Integrado, nos Campi Teresina Zona Sul, Dirceu e Central. Programa EJA Integrada – EPT, na oferta de cursos Proeja FIC Ensino Fundamental - iniciou em agosto de 2023 em 3 escolas municipais e em 4 estaduais.</p>		



Estratégias	Prazo	Observações/ execução da estratégia	Previsões Orçamentaria s	Estratégia realizada/ Não iniciada /Em andamento e Parcialmente realizada
		<p>Programa EJA-EPT Bolsa Formação (Proeja nos campi Central e Dirceu); Promover e fortalecer parcerias com colégios técnicos, que envolvem o sistema “S” e demais instituições que possam contribuir com a oferta para expandir as matrículas; Buscar, junto à Secadi/Mec, editais de fomento para expansão do Programa EJA Integrada-EPT (ensino fundamental e médio); Divulgar, junto à rede municipal, os cursos do IFPI - Proeja Ensino Médio Integrado; Realização de projetos de recomposição de aprendizagens e preparatório para as avaliações do Enceja.</p>		
<p>10.3) Fomentar a integração da Educação de Jovens e Adultos com a educação profissional, em cursos planejados, de acordo com as características do público da Educação de Jovens e Adultos e considerando as especificidades das populações itinerantes e do campo e das comunidades indígenas e quilombolas, inclusive, na modalidade de educação a distância.</p>	<p>2025</p>	<p>Ação não iniciada em ambas as instituições.</p> <p>Proposições da VI Conferência Municipal de Educação:</p> <p>Promover formação continuada para profissionais da educação atuarem na EJA campo, indígena e quilombola; Incentivar a abertura de turmas de EJA em comunidades tradicionais, indígenas, quilombolas e outras; Realizar pesquisas para implantação de cursos profissionalizantes, bem como a implantação de currículos e materiais didáticos de EJA voltados para as pedagogias afro e indígenas.</p>		



Estratégias	Prazo	Observações/ execução da estratégia	Previsões Orçamentaria s	Estratégia realizada/ Não iniciada /Em andamento e Parcialmente realizada
10.4) Fomentar a integração da Educação de Jovens e Adultos com a educação profissional no currículo da EJA, em parceria com os programas do Governo Federal (Projovem urbano, Projovem Campo - Saberes da Terra, Pronatec /cursos FIC, Mulheres Mil, entre outros), de acordo com as características do público da Educação de Jovens e Adultos – EJA, e considerando as especificidades das populações itinerantes e do campo e das comunidades indígenas, quilombolas e ciganas, inclusive, na modalidade de educação a distância.	2025	Ações IFPI Proposições da VI Conferência Municipal de Educação: Programa Mulheres Mil - o Campus Central oferece, desde 2023, cursos de FIC de Horticultor Orgânico e Microempreendedor Individual, com carga horária de 160h, direcionados ao público de mulheres a partir de 16 anos de idade, que apresentam perfil de vulnerabilidade econômica e social; Programa Qualifica Mais EnergIFE , de iniciativa da SETEC/MEC para fomento de cursos de qualificação profissional voltados ao setor de energia renovável, desde o ano de 2022, ofertou 200 vagas para o Campus Teresina Central; As Redes de ensino manter adesão aos Programas do MEC, que possibilitem a inserção e reinserção do público da EJA no mundo do trabalho, com incentivo à continuidade da escolarização. Observar normativa sobre EAD na EJA.		
10.5) Ampliar as oportunidades profissionais para os jovens e adultos com deficiência e baixo nível de escolaridade, por meio do acesso à Educação de Jovens e Adultos articulados à educação profissional.	2025	Ações SEDUC: A SEDUC, a partir da publicação da Resolução CNE/CEB nº 01/2021, vem realizando a integração da EJA com a Educação Profissional, no formato de cursos Técnicos e Profissionalizantes, para alunos que estão		Parcialmente



		<p>ingressando no Ensino Médio EJA, nos Centros de Educação de Jovens e Adultos, e Cursos de Qualificação Profissional de 240 horas para os estudantes de Ensino Médio EJA, das escolas mistas;</p> <p>A SEDUC, a partir da publicação da Resolução CNE/CEB nº 01/2021, implantou a oferta de matrículas integradas à EPT, inicialmente com cursos Técnicos e Qualificação Profissional no ensino médio e, posteriormente, com Qualificação Profissional no Ensino Fundamental.</p> <p>Ações IFPI:</p> <p>Os alunos com deficiências e baixo nível de escolaridade já são incluídos nas turmas de PROEJA e acompanhados pelo Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas (NAPNE) e das equipes pedagógicas dos campi.</p> <p>Proposições da VI Conferência Municipal de Educação:</p> <ul style="list-style-type: none">● Manter o acompanhamento pedagógico dos alunos, com mecanismos que facilitem o acesso e promovam a permanência dos mesmos;● Firmar parcerias com instituições públicas e privadas para acesso a estágios curriculares e extracurriculares (remunerados).		
10.6) Implantar programa nacional de reestruturação e aquisição de equipamentos voltados à expansão e	2025			Parcialmente



<p>à melhoria da rede física de escolas públicas, que atuam na Educação de Jovens e Adultos integrada à educação profissional, garantindo acessibilidade à pessoa com deficiência.</p>		<p>Ações SEDUC:</p> <p>As ações de reestruturação na rede física são desenvolvidas pela Unidade de Engenharia da SEDUC.</p> <p>Ações IFPI</p> <p>Os campi do IFPI já possuem estrutura física para acessibilidade das pessoas com deficiências, bem como a Política de Inclusão, por meio de projetos, assessorias e ações educacionais, contribuindo para as políticas de inclusão, por intermédio do Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas – NAPNE;</p> <p>Garantir contratação dos profissionais para atuar em áreas técnicas e de conhecimento geral;</p> <p>Promover e fortalecer parcerias com colégios técnicos, com sistema “S” e demais instituições, que possam contribuir com a oferta para expandir as matrículas.</p> <p>Proposições da VI Conferência Municipal de Educação:</p> <ul style="list-style-type: none">● Ampliar, no IFPI, salas de atendimento individualizado dos estudantes com deficiência no setor do Napne;● Monitorar o atendimento a esse público na rede pública.		
--	--	--	--	--



<p>10.7) Estimular a diversificação curricular da Educação de Jovens e Adultos, articulando a formação para a preparação para o mundo do trabalho e estabelecendo inter-relação entre teoria e prática, nos eixos da ciência, do trabalho, da tecnologia, da cultura e cidadania, de forma a organizar o tempo e o espaço pedagógicos adequados às características desses alunos.</p>	2025	<p>Ações SEDUC</p> <p>A oferta da Educação de Jovens e Adultos integrada à EPT teve início em 2022, no entanto, já existe uma parceria da SEDUC com Itaú Educação e Trabalho objetivando fortalecer essa política. O objetivo da oferta é sempre alinhar aos arranjos produtivos locais.</p> <p>Ações IFPI</p> <p>Os cursos do PROEJA e do Programa EJA Integrada - EPT já cumprem a articulação do currículo em conformidade com a realidade do público da EJA.</p> <p>Proposições da VI Conferência Municipal de Educação:</p> <p>Formação continuada para planejar e executar essa reestruturação curricular em parceria com as IES; Implementar alinhamento curricular que considere o público da EJA e o reconhecimento de saberes.</p>		Sim
<p>10.8) Fomentar a produção de material didático, o desenvolvimento de currículos e de metodologias específicas, os instrumentos de avaliação, o acesso a equipamentos e a laboratórios e a formação continuada de docentes das redes públicas, que atuam na Educação de Jovens e Adultos articulada à</p>	2025	<p>Ações SEDUC</p> <p>A parceria com Itaú Educação e Trabalho- IET, visa a conformidade do currículo da EJA com a BNCC, bem como ações de alinhamento da oferta com os arranjos produtivos dos 12 territórios de desenvolvimento e formação para equipes docentes.</p>		Sim



educação profissional.	<p>Ações IFPI</p> <p>O Programa EJA Integrada-EPT ofertará, no primeiro semestre do ano de 2023, curso de formação continuada, na modalidade de Educação a Distância - EAD, para os docentes e demais profissionais da educação que irão atuar no Programa. No total, são previstas 1000 (mil vagas), sendo 200 (duzentas vagas) para servidores do IFPI, 400 (quatrocentas vagas) para servidores do sistema estadual de ensino e 400 (quatrocentas vagas) para servidores do sistema municipal de ensino, no âmbito do Estado do Piauí. O material didático para os alunos da EJA e para os professores cursistas estão sendo cuidadosamente selecionados pela equipe pedagógica do Programa, considerando as especificidades dos cursos e do público a ser atendido, bem como a integração curricular.</p> <p>Proposições da VI Conferência Municipal de Educação:</p> <p>Incentivar a realização de formação continuada em cursos de capacitação e pós-graduação presencial; Incentivar produção de material didático voltado para EJA integrada a EPT; Estabelecer parcerias com as IES públicas na realização das formações continuadas e na produção de material didático</p>		
------------------------	--	--	--



<p>10.9) Fomentar a oferta pública de formação inicial e continuada para trabalhadores, articulada à Educação de Jovens e Adultos, em regime de colaboração e com apoio das entidades privadas de formação profissional, vinculadas ao sistema sindical e às entidades sem fins lucrativos de atendimento à pessoa com deficiência, com atuação exclusiva nessa modalidade.</p>	2025	<p>Ações SEDUC:</p> <p>No momento, a parceria estabelecida está somente com o IET.</p> <p>Ações IFPI:</p> <p>Proposições da VI Conferência Municipal de Educação:</p> <p>Ampliar a equipe de especialistas disponíveis para atender a escola;</p> <p>Estabelecer parcerias para colaboração de profissionais e instituições especializadas em atendimento específico.</p>		Não
<p>10.10) Institucionalizar programa nacional de assistência ao estudante, compreendendo ações de assistência social, financeira e de apoio psicopedagógico que contribuam para garantir o acesso, a permanência, a aprendizagem e a conclusão com êxito da Educação de Jovens e Adultos articulada à educação profissional;</p>	2025	<p>Ações SEDUC:</p> <p>Nesse sentido, ainda não existem ações exclusivas para a EJA.</p> <p>Ações IFPI:</p> <p>Os alunos da EJA já estão contemplados nas políticas de assistência estudantil dos campi do IFPI, bem como nas políticas de cotas, bolsas de incentivo (quando disponibilizados pelos projetos da rede federal) e de atendimento ao estudante, tais como: apoio pedagógico, encaminhamento a estágios, atendimento médico, alimentação, assistência social, pedagógica e psicológica.</p> <p>Proposições da VI Conferência Municipal de Educação:</p>		parcialmente



		Institucionalizar equipe multiprofissional para ampliar atendimento com garantia de continuidade, mediante protocolo estabelecido; Inclusão, em toda rede pública de ensino, dos estudantes da modalidade EJA nas ações de assistência estudantil, já existentes nas outras modalidades da educação.		
10.11) Orientar a expansão da oferta de Educação de Jovens e Adultos articulada à educação profissional, de modo a atender às pessoas privadas de liberdade nos estabelecimentos penais, assegurando formação específica dos professores e implementação de diretrizes nacionais, em regime de colaboração, disponibilizando material didático, equipamentos e laboratórios nos estabelecimentos penais.	2025	Ações SEDUC A oferta de cursos profissionais nas unidades prisionais são pontuais. A oferta de EPT integrada à matriz ainda não está efetivada no sistema prisional. Atualmente os estudantes estão incluídos apenas em cursos de qualificação profissional de curta duração sem integração na matriz. Proposições da VI Conferência Municipal de Educação: Solicitar a SEJUS estrutura física e profissional adequada para promover educação nos espaços específicos utilizados pelas pessoas privadas de liberdade; Criar núcleo permanente de formação continuada para professores que atendem esse público, e produção de material didático.		Parcialmente
10.12) Implementar mecanismos de reconhecimento de saberes dos jovens e adultos trabalhadores, a serem considerados na articulação curricular dos cursos de formação inicial e continuada e dos cursos	2025	Ações SEDUC e IFPI: Foram ofertados cursos de Microempreendedor Individual – MEI , em parceria com IFPI em 3 escolas de Teresina.		Não



técnicos de nível médio.		Proposições da VI Conferência Municipal de Educação: Ampliar ações de certificação dos saberes dos trabalhadores para fins de continuidade e aperfeiçoamento profissional; Criar núcleo permanente de formação continuada para professores que atendem esse público.		
10.13) Garantir a certificação aos jovens e adultos portadores de habilidades profissionais, por meio de avaliação e experiência de trabalho, observando sua escolaridade.	2025	Ações SEDUC: Essa ação é desenvolvida pela Unidade de Educação Profissional – UETEP. Ações IFPI: Não iniciada. Proposições da VI Conferência Municipal de Educação: · Promover a aceleração dos estudos de alunos trabalhadores da EJA, por meio de testes de aptidão profissional, em parceria com as IEs.		Parcialmente

11 EDUCAÇÃO PROFISSIONAL



META 11

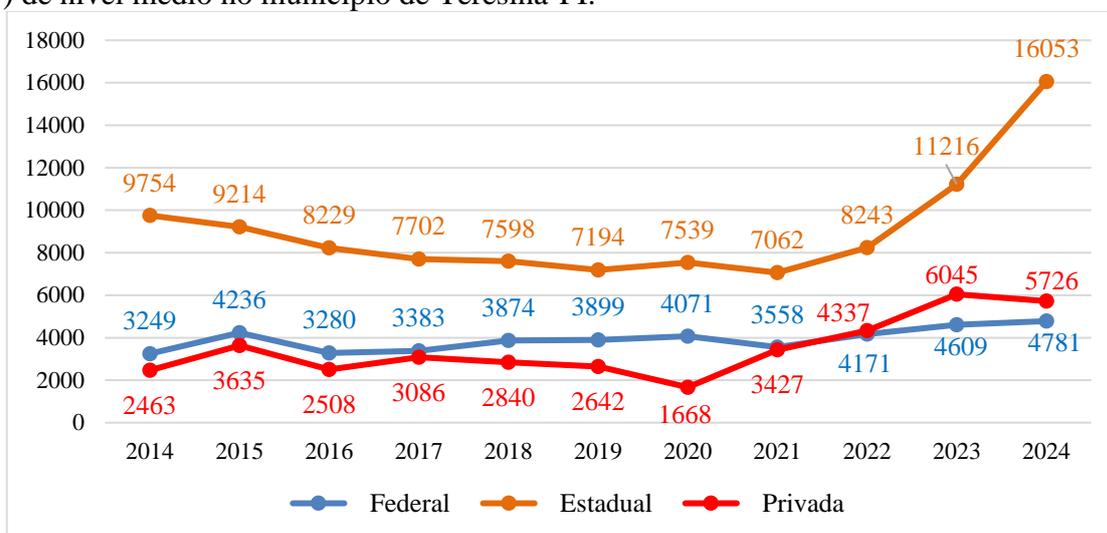
Elevar as matrículas da Educação Profissional Técnica de Nível Médio, assegurando a qualidade da oferta de no mínimo 50% (cinquenta por cento) da expansão no segmento público.

Esta seção apresenta os indicadores da Rede Municipal de Educação de Teresina referentes à Meta 11, que trata da expansão das matrículas na educação profissional técnica de nível médio (EPTNM), determinando a necessidade de triplicá-las, assegurando a qualidade da oferta e garantindo que pelo menos 50% da expansão ocorra no segmento público.

O monitoramento dessa meta é realizado por meio dos seguintes indicadores: 11A: Número absoluto de matrículas em EPT de nível médio; Indicador 11B: Participação do segmento público na expansão da EPT de nível médio e Indicador 11C: Expansão acumulada da EPT de nível médio pública, cujos cálculos tiveram como referência os dados do Censo da Educação Básica, realizado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), conforme destacado a seguir.

Indicador 11A: Número absoluto de matrículas em EPT de nível médio.

Gráfico 11: Série histórica do número absoluto de matrículas em Educação Profissional Técnica (EPT) de nível médio no município de Teresina-PI.



Fonte: INEP, Censo Escolar, 2014-2024.



O Gráfico 11, que trata do indicador 11A, apresenta a série histórica do número absoluto de matrículas na Educação Profissional Técnica (EPT) de nível médio no município de Teresina-PI, no período de 2014 a 2024, discriminando os dados por dependência administrativa: federal, estadual e privada. Observa-se que, ao longo do período, as redes estadual e federal concentraram os maiores volumes de matrículas, com destaque para a rede estadual, que liderou, praticamente, em todos os anos.

Em 2014, a rede estadual contava com 9.754 matrículas, número que foi progressivamente reduzido até atingir o menor valor da série, em 2021, com 7.062 matrículas. A partir de 2022, verifica-se uma tendência de recuperação acentuada, passando para 8.243, em 2022; 11.216, em 2023 e, finalmente, alcançando o valor mais alto da série histórica, em 2024, com 16.053 matrículas, indicando um esforço de expansão significativo por parte da rede estadual.

A rede federal manteve certa estabilidade ao longo do período, iniciando com 3.249 matrículas, em 2014, e oscilando moderadamente até atingir 4.781, em 2024. Os dados mostram uma leve tendência de crescimento, com pequenos recuos pontuais, mas sem grandes variações bruscas, refletindo uma capacidade de oferta mais constante e estruturada por parte das instituições federais. A rede privada apresentou maior volatilidade. Em 2014, registrava 2.463 matrículas, com um pico em 2015 (3.635), seguido por um período de instabilidade e queda, atingindo seu ponto mais baixo em 2020, com apenas 1.668 matrículas. A partir desse ponto, a tendência se inverte, com crescimento acelerado nos anos seguintes: 3.427, em 2021; 4.337, em 2022 e o pico, em 2023, com 6.045 matrículas. Em 2024, houve uma leve retração para 5.726 matrículas.

Ao analisar o número de matrículas da rede estadual de ensino, observa-se um salto qualitativo, saindo de 8243, em 2022, para 16053, em 2024, representando um percentual de expansão de 79,62%, que pode ser atribuído ao fato de a SEDUC-PI, a partir de 2022, realizar, praticamente, 100% das matrículas de Ensino Médio, na modalidade integrada à Educação Profissional. Pode-se observar claramente, no gráfico, que é na rede estadual onde se dá o maior índice de crescimento das matrículas de EPT de nível médio, superando a meta estabelecida no PME.

Indicador 11B -Participação do segmento Público na Expansão da EPT de nível médio



Tabela 19 - Participação do segmento Público na Expansão da EPT de nível médio

Indicador 11B	11B - Participação do segmento Público na Expansão da EPT de nível médio											Atingiu ?
	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	
EPT nível médio escola pública	13033	13450	11509	11085	11472	11.093	11610	10620	12414	15825	20834	
EPT nível médio Geral	15466	17085	14017	14171	14312	13735	13278	14047	16751	21870	26560	
Percentual de expansão 2014-2024											70,32%	

Fonte: INEP, Censo Escolar, 2014-2024.

O indicador 11B, descrito na Tabela 19, apresenta a evolução das matrículas no decênio 2014 a 2024. Observou-se uma expansão de 11094 matrículas, das quais 7801 foram no segmento público, o que representa uma expansão total de 70,32%, ultrapassando a meta do PME estabelecida em 50%.

A tabela 20 apresenta o quantitativo de matrículas do Instituto Federal de Educação do Piauí (IFPI), no município de Teresina, por campus, no período de 2015 a 2024.

Tabela 20: Quantidade de alunos matriculados (ingressante), no ensino médio integrado, por Campus.

Ano	Teresina Central	Teresina Zona Sul	Teresina Dirceu
2015	245	122	-
2016	243	125	-
2017	241	122	-
2018	340	124	-
2019	329	124	-
2020	454	120	-
2021	454	119	-
2022	524	122	-
2023	547	204	85
2024	626	204	122
Total	4003	1386	207
Total Geral	5596		

Fonte: IFPI

Os dados demonstram uma ampliação da oferta, no que tange ao quantitativo de turmas e à oferta de ensino médio integrado no campus Dirceu. A seguir, são apresentados os dados do Senac.



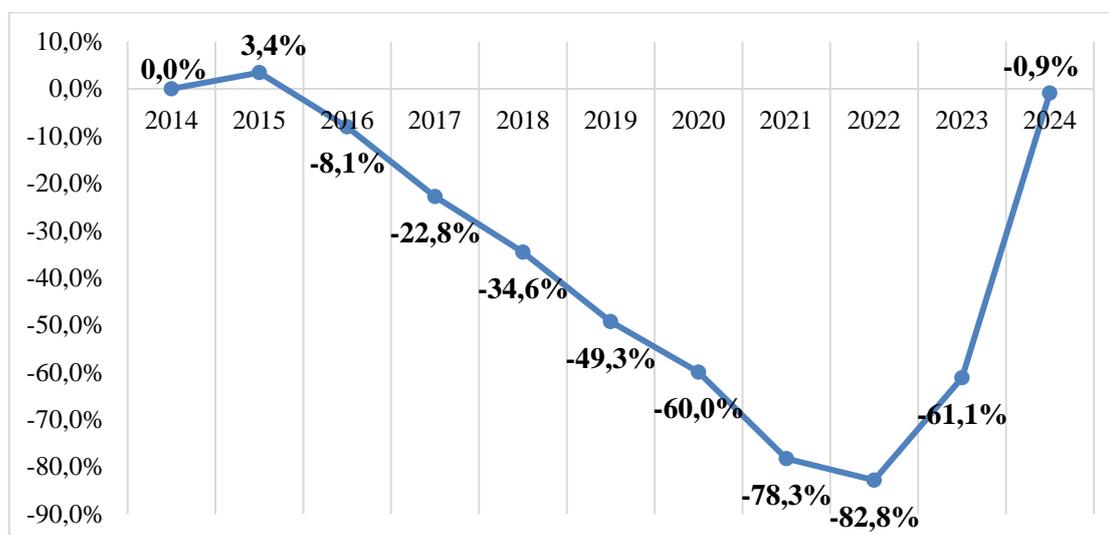
Tabela 21: Quantidade de alunos matriculados (ingressantes) nos cursos técnicos profissionalizantes do SENAC.

Ano	Aprendizagem Profissional Técnica	Especialização Profissional Técnica de Nível Médio	Habilitação Profissional Técnica de Nível Médio
2015	-	-	2342
2016	-	12	1258
2017	-	29	316
2018	-	31	196
2019	-	14	335
2020	-	-	246
2021	-	-	329
2022	24	19	525
2023	24	37	628
Total	48	142	6175
Total Geral	6365		

A Secretaria de Estado da Educação do Piauí - SEDUC/PI, apesar de várias vezes solicitada por meio de ofício, negou-se a repassar informações sobre a realização das estratégias da meta 11, fragilizando, dessa forma, a avaliação da referida meta. A referência sobre a negativa da SEDUC é necessária, pois o gráfico 11, assim como os quadros dos indicadores, fazem referência ao atendimento também da SEDUC-PI.

Indicador 11C -Expansão acumulada da EPT de nível médio pública

Gráfico 12: Série histórica da expansão acumulada no segmento público na oferta de matrículas em EPT de nível médio em relação a 2014, em Teresina – PI. 2014-2024.



Fonte: INEP, Censo Escolar, 2014-2024.



O gráfico 12 apresenta a evolução do Indicador 11C no período de 2014 a 2024. Observa-se que, após um pequeno crescimento de 3,4 pontos percentuais em 2015 em relação à linha de base de 2014, o indicador passou a registrar sucessivas retrações, com reduções acumuladas ano a ano. A queda mais acentuada ocorreu entre 2016 e 2021, chegando a -82,8% em 2021, valor mínimo do período. A partir de 2022, nota-se uma reversão dessa tendência negativa, com recuperação gradual do indicador, que alcançou -0,9% em 2024, aproximando-se novamente do patamar inicial.



11.1 Estratégias



Estratégias	Prazo	Observações/ execução da estratégia	Previsões Orçamentarias	Estratégia realizada/ Não iniciada /Em andamento e Parcialmente realizada
11.1) Expandir as matrículas de educação profissional técnica de nível médio na rede federal de educação profissional, científica e tecnológica, e rede estadual, levando em consideração a responsabilidade dos Institutos Federais de Ensino na ordenação territorial, sua vinculação com arranjos produtivos, sociais e culturais locais e regionais.	2025	Ações IFPI Assegurar, por campus, a oferta regular de, no mínimo, 50% das vagas para os cursos de nível técnico e PROEJA, na modalidade presencial, e realizar estudos das demandas educacionais, sociais, culturais, produtivas do território para definição da oferta de cursos Técnico, no formato integrado, subsequente, concomitante, PROEJA. (GEPLANES, 2018); Levantar a oferta de vagas no campus por modalidade e nível; fomentar a oferta do programa especial de formação pedagógica; ampliar a oferta do Proeja e criar novos cursos técnicos. (GEPLANES, 2018); Implantar Cursos na Modalidade PROEJA, por meio de levantamento da demanda junto à comunidade, às instituições e à sociedade civil organizada. (GEPLANES, 2019); Ofertar cursos que atendam à demanda local e regional, conforme os arranjos produtivos, por meio de estudos, coletas de dados, junto aos órgãos de pesquisa, e audiências públicas, bem como oferecer cursos, técnicos ou FIC e EJA, que atendam às demandas do mercado (GEPLANES, 2019); Realizar a oferta de curso EJA; promover		Parcialmente



Estratégias	Prazo	Observações/ execução da estratégia	Previsões Orçamentarias	Estratégia realizada/ Não iniciada /Em andamento e Parcialmente realizada
		<p>parceria com entidades de classe e associação de bairros para oferta de Cursos FIC EJA. (GEPLANES, 2020);</p> <p>Expansão do Ensino Médio Integrado com a abertura de cursos, concurso público para contratação de novos profissionais da educação para o campus Dirceu, e ampliação da oferta de novas turmas de Médio Integrado no Campus Teresina Central. (GEPLANES, 2022);</p> <p>Adequar os percentuais da Lei de Criação do IFs. Criação de cursos EJA com representatividade de 10% do total de vagas ofertadas no Campus. Atender a legislação de criação do IFs. (GEPLANES, 2022);</p> <p>Realizar os estudos para a construção de novas salas de aula no campus Avançado Dirceu. Por meio de estudos técnicos preliminares e procedimento licitatório para a contratação de empresa para a execução da obra. Promover a implantação do Ensino Médio integrado em 2023. (GEPLANES, 2022).</p> <p>Proposições da VI Conferência Municipal de Educação:</p> <p>Ampliação das vagas, e assegurar a permanência dos estudantes e profissionais nas escolas urbanas e do campo;</p> <p>Atualização dos cursos, bem como da oferta de novos Cursos, em conformidade com as demandas</p>		



Estratégias	Prazo	Observações/ execução da estratégia	Previsões Orçamentarias	Estratégia realizada/ Não iniciada /Em andamento e Parcialmente realizada
<p>11.2) Fomentar a expansão da oferta de educação profissional técnica de nível médio, na modalidade de educação a distância, com a finalidade de ampliar a oferta e democratizar o acesso à educação profissional pública e gratuita, assegurado padrão de qualidade.</p>	2025	<p>loais e com os arranjos produtivos.</p> <p>Ações do IFPI</p> <p>MedioTec – é um programa do Governo Federal, por meio do Ministério da Educação (MEC), no âmbito do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec), com o objetivo de ofertar formação técnica e profissional para estudantes do Ensino Médio.</p> <p>Proposições da VI Conferência Municipal de Educação: Realização de concurso público; Rever cursos ofertados conforme demanda da região; Implementar políticas de inclusão digital para assegurar o acesso aos cursos à distância por parte da população mais vulnerável.</p>		Parcialmente
<p>11.3) Expandir o estágio na educação profissional técnica de nível médio e do ensino médio regular, preservando-se seu caráter pedagógico integrado ao itinerário formativo do aluno, visando à formação de qualificações próprias da atividade profissional, à contextualização curricular e ao</p>	2025	<p>Ações IFPI</p> <p>Aprimoramento das parcerias institucionais, por meio de cadastro de instituições, para vagas de estágio (GEPLANES, 2018); Realizar visitas às instituições a fim de realizar novas parcerias e fomentar as já existentes, por meio de visitas e reuniões com setores produtivos (GEPLANES, 2018);</p>		Parcialmente



Estratégias	Prazo	Observações/ execução da estratégia	Previsões Orçamentarias	Estratégia realizada/ Não iniciada /Em andamento e Parcialmente realizada
desenvolvimento da juventude.		<p>Promover a disseminação de informação e divulgação das vagas para estágio, por meio da criação de um espaço no site do IFPI, para a inserção das vagas de Estágio, Emprego e Jovem Aprendiz, captadas junto às empresas e Instituições, obedecendo aos critérios que o SIE-E considera fundamentais na divulgação das vagas e na utilização de tecnologias, para enviar os informes para os e-mails e aparelhos celulares dos alunos e egressos (GEPLANES, 2018);</p> <p>Fazer a divulgação das vagas para Estágio, Programa Jovem Aprendiz e Emprego (GEPLANES, 2019);</p> <p>Avaliação dos critérios e controles internos relacionados aos processos seletivos para preenchimento de vagas para estágio remunerado (GEPLANES, 2019);</p> <p>Realizar Feira de Estágio e Empregos no Campus; Integração com 28 empresas de Teresina e Região na construção da feira; Oportunidades de empregos, estágio e menor aprendiz para os alunos dos campi da capital (GEPLANES, 2020);</p> <p>Firmar parceria com empresas para oferta de estágios; Promover visitas às sedes das empresas para discutir a possibilidade de parceria para a oferta de vagas de estágio; Necessidade de proporcionar aos alunos</p>		



Estratégias	Prazo	Observações/ execução da estratégia	Previsões Orçamentarias	Estratégia realizada/ Não iniciada /Em andamento e Parcialmente realizada
		<p>contato com as vivências de sua área de formação, otimizando o processo de aprendizagem; Oportunizar aos alunos a aplicação das habilidades desenvolvidas durante o curso. (GEPLANES, 2022); Implementar ações de divulgação e de acesso a ofertas de estágios; Publicizar as informações necessárias para acesso a estágios; Divulgar a oferta de estágios a partir dos canais de comunicação Instagram, murais, e-mails das coordenações de cursos. (GEPLANES, 2022).</p> <p>Proposições da VI Conferência Municipal de Educação:</p> <p>Acompanhar e possibilitar estágio para alunos; Ampliar parcerias com instituições públicas e privadas para inserção de estudantes estagiários da educação profissional técnica de nível médio.</p>		
11.4) Ampliar a oferta de programas de reconhecimento de saberes para fins da certificação profissional em nível técnico.	2025	<p>Ações IFPI</p> <p>Não iniciada.</p> <p>Proposições da VI Conferência Municipal de Educação:</p>		Não



Estratégias	Prazo	Observações/ execução da estratégia	Previsões Orçamentarias	Estratégia realizada/ Não iniciada /Em andamento e Parcialmente realizada
		<ul style="list-style-type: none">● Implementar, nas escolas, programas de reconhecimento de saberes para certificação profissional em nível técnico;● Formar equipes de multiprofissionais para realizar avaliação e monitoramento de estudantes que possuem experiências profissionais nos cursos de nível técnico.		
11.5) Ampliar a oferta de matrículas gratuitas de educação profissional técnica de nível médio pelas entidades privadas de formação profissional vinculadas ao sistema sindical e entidades sem fins lucrativos de atendimento à pessoa com deficiência, com atuação exclusiva na modalidade.	2025	Ações IFPI Não iniciada. Proposições da VI Conferência Municipal de Educação: <ul style="list-style-type: none">● Acompanhar a oferta de matrículas gratuitas de educação profissional técnica para atendimento das pessoas com alguma deficiência, nas entidades privadas de formação profissional vinculadas ao sistema sindical e entidades sem fins lucrativos.● Possibilitar permanência desse público com ações de acessibilidade e acompanhamento pedagógico e assistencial.		Não
11.6) Colaborar com a institucionalização do sistema de avaliação da qualidade da educação profissional técnica de nível médio das redes escolares públicas e privadas.	2025	Ações IFPI: Elaborar os indicadores educacionais institucionais do ano 2017, e construir os indicadores educacionais por Campus (GEPLANES, 2018).		Parcialmente



Estratégias	Prazo	Observações/ execução da estratégia	Previsões Orçamentarias	Estratégia realizada/ Não iniciada /Em andamento e Parcialmente realizada
		<p>Proposições da VI Conferência Municipal de Educação:</p> <ul style="list-style-type: none"> Expandir a avaliação dos indicadores institucionais em todas as redes de ensino. Solicitar, junto ao INEP, a criação de sistema nacional de avaliação da qualidade da educação profissional técnica de nível médio, e se disponibilizar para colaboração. 		
<p>11.7) Expandir o atendimento do Ensino Médio gratuito integrado à formação profissional para as populações do campo e as comunidades indígenas e quilombolas, de acordo com os seus interesses e necessidades.</p>	<p>2025</p>	<p>Não se aplica ao IFPI.</p> <p>Proposições da VI Conferência Municipal de Educação:</p> <p>As vagas de cotas nos editais de seleção do ensino médio integrado já possibilitam a inserção das populações do campo e as comunidades indígenas e quilombolas na instituição.</p> <p>Políticas de bolsa e permanência dos alunos oriundos de comunidades indígenas e quilombolas na instituição.</p> <ul style="list-style-type: none"> Estabelecer canais de comunicação com esse público para identificar demandas; Ofertar cursos que atendam às necessidades locais e formativas desse público; Ampliar os canais de divulgação da oferta dos cursos para as populações do campo e para as comunidades indígenas e quilombolas. 		<p>Parcialmente</p>



Estratégias	Prazo	Observações/ execução da estratégia	Previsões Orçamentarias	Estratégia realizada/ Não iniciada /Em andamento e Parcialmente realizada
11.8) Expandir a oferta de educação profissional técnica de nível médio para as pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação.	2025	<p>Garantir a permanência.</p> <p>Ações IFPI:</p> <p>Elaborar projeto para a construção da sala do AEE/Multifuncional, no Campus Teresina Zona Sul-CTZS, e disponibilizar sala para a organização do espaço; planejamento para a implantação do AEE, como também da sala multifuncional; compra de equipamentos e recursos de acessibilidade e materiais pedagógicos (GEPLANES, 2018); Adquirir tecnologia assistiva e programas de computador que auxiliem o desempenho funcional de atividades escolares (GEPLANES, 2019);. Promover momentos de planejamento conjunto dos departamentos de ensino e o Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas (NAPNE), para favorecer condições adequadas de ensino e aprendizagem para os alunos com necessidades específicas (GEPLANES, 2019); Contratar profissionais habilitados para atender alunos com deficiência (GEPLANES, 2020).</p> <p>Proposições da VI Conferência Municipal de Educação:</p>		Parcialmente



Estratégias	Prazo	Observações/ execução da estratégia	Previsões Orçamentarias	Estratégia realizada/ Não iniciada /Em andamento e Parcialmente realizada
		<p>Contratação de mais profissionais habilitados para atender alunos com deficiência no NAPNE e nas salas de aulas;</p> <p>Aquisição de tecnologias assistivas e programas de computador que auxiliem o desempenho funcional de atividades escolares;</p> <p>Acompanhamento e garantia da oferta e das condições de atendimento deste público para sua permanência e conclusão.</p>		
<p>11.9) Elevar gradualmente a taxa de conclusão média dos cursos técnicos de nível médio na rede pública de educação profissional, científica e tecnológica para 90% (noventa por cento), e elevar, nos cursos presenciais, a relação de alunos por professor para 20 (vinte).</p>	2025	<p>Ações do IFPI:</p> <p>As políticas de inclusão e assistência estudantil, já mencionadas nas outras estratégias, contribuem para a elevação da conclusão média dos cursos.</p> <p>Proposições da VI Conferência Municipal de Educação:</p> <p>Acompanhamento do quantitativo de alunos ingressantes e concluintes dos cursos técnicos de nível médio.</p>		Parcialmente
<p>11.10) Elevar gradualmente o investimento em programas de assistência estudantil e mecanismos de mobilidade acadêmica, visando garantir as condições necessárias à permanência dos estudantes e à</p>	2025	<p>Ações IFPI:</p> <p>Fortalecimento do Programa de Acolhimento ao Estudante Ingressante – PRAEI, que consiste no atendimento dos estudantes do Ensino Médio Integrado (monitoria de revisão de conteúdos de Língua Portuguesa,</p>		Parcialmente



Estratégias	Prazo	Observações/ execução da estratégia	Previsões Orçamentarias	Estratégia realizada/ Não iniciada /Em andamento e Parcialmente realizada
conclusão dos cursos técnicos de nível médio.		<p>Matemática, Física e Química); Implantar o PRAEI em todos os campi, para promover a ambientação, o nivelamento e o reforço escolar para os alunos ingressantes como forma de evitar a evasão. (GEPLANES, 2018); Monitorar resultados do Programa de Atendimento ao Estudante em Vulnerabilidade Social, por meio de instrumental de acompanhamento dos indicadores (GEPLANES, 2018); Ampliação do número de bolsas de monitoria por meio do mapeamento e diagnóstico avaliativo das necessidades educacionais relacionadas ao desempenho; incentivar os campi a promover encontros/Fórum com estudantes (GEPLANES, 2018); Realizar visitas aos campi para acompanhamento das ações de Assistência Estudantil (GEPLANES, 2018); Alinhar as ações e procedimentos realizados pelas Equipes Pedagógicas no acompanhamento sistemático do processo de ensino e aprendizagem; unificar as ações e procedimentos realizados pelas Equipes Pedagógicas e os gestores do ensino no acompanhamento sistemático do processo de ensino e aprendizagem; instruir as ações de acompanhamento do ensino (GEPLANES,</p>		



Estratégias	Prazo	Observações/ execução da estratégia	Previsões Orçamentarias	Estratégia realizada/ Não iniciada /Em andamento e Parcialmente realizada
		<p>2018); Conceder Bolsa Permanente (POLAE - Política de Assistência Estudantil), para atender aos alunos em vulnerabilidade social de comunidades rurais e municípios vizinhos, que não são atendidos pelo Transporte Escolar Gratuito (GEPLANES, 2018; 2019); Avaliação das Ações de Atendimento ao Estudante destinadas à promoção da Alimentação Estudantil no IFPI CATCE (GEPLANES, 2019); Identificar o estudante em risco de evasão, por meio do acompanhamento semanal da frequência, mapear os motivos das faltas e buscar soluções que garantam a permanência do aluno (GEPLANES, 2020); Atender com recurso do Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), prioritariamente, a ações do Programa de Atendimento ao Estudante em Vulnerabilidade Social (PAEVS) e o Restaurante Estudantil (GEPLANES, 2020); Contribuir com permanência/êxito dos estudantes, por meio do auxílio conectividade para aulas remotas (GEPLANES, 2020); Conceder Benefício Eventual (POLAE) para atender aos alunos em vulnerabilidade social, em caráter eventual, devido à pandemia de COVID-19 e à impossibilidade de realização</p>		



Estratégias	Prazo	Observações/ execução da estratégia	Previsões Orçamentarias	Estratégia realizada/ Não iniciada /Em andamento e Parcialmente realizada
		<p>de seleção para o Benefício Permanente (GEPLANES, 2020);</p> <p>Realizar processo de seleção do auxílio conectividade, para alunos que não possuem as condições necessárias ao acesso às aulas remotas, promovendo seleção aos estudantes dos cursos técnicos integrado ao médio, concomitante/subsequente e superiores, que tenham dificuldade de acesso às atividades remotas (GEPLANES, 2020);</p> <p>Criar condições adequadas de continuidade do processo de ensino e aprendizagem durante a pandemia, estruturando o ambiente virtual e estabelecendo as diretrizes para atividade remota (GEPLANES, 2020);</p> <p>Identificar os alunos em situação de abandono de curso e evasão escolar. Em parceria com o setor pedagógico, mapear, através de dados do SUAP EDU, os alunos em situação de abandono ou evasão escolar e incentivar o retorno à sala de aula. Reduzir os índices de evasão escolar. (GEPLANES, 2022);</p> <p>Realizar a inclusão de 700 novos alunos no bolsa permanente, edital de vagas para 700 novas vagas, situação de vulnerabilidade social. (GEPLANES, 2022);</p> <p>Atender, no mínimo, 50% do número de alunos inscritos na POLAE (Possibilitar a participação de pelo menos metade dos alunos</p>		



Estratégias	Prazo	Observações/ execução da estratégia	Previsões Orçamentarias	Estratégia realizada/ Não iniciada /Em andamento e Parcialmente realizada
		<p>do campus que se enquadram nos parâmetros da POLAE com a bolsa benefício permanente); garantir a permanência e o êxito acadêmico dos estudantes. (GEPLANES, 2022);</p> <p>Fortalecer as ações da assistência estudantil junto ao Serviço Social (Garantindo a concessão dos benefícios oferecidos aos alunos e buscar atender mais alunos); garantir a permanência e êxito acadêmico dos estudantes (GEPLANES, 2022);</p> <p>Conceder, na forma de empréstimo, o auxílio inclusão digital na modalidade de acesso a equipamento tablet para estudantes participantes das atividades de ensino remotas no ano letivo de 2022; garantir a permanência e êxito acadêmico dos estudantes. (GEPLANES, 2022).</p> <p>Oferecer monitoria PRAEI aos alunos para superar as situações de baixo desempenho e reduzir a evasão e retenção. (GEPLANES, 2022);</p> <p>Adquirir equipamentos e móveis para garantir a plena inclusão social do aluno com necessidades específicas, por meio de ações que promovam as condições materiais para sua inclusão; Compra de materiais de acessibilidade ao aluno. (GEPLANES, 2022).</p>		



Estratégias	Prazo	Observações/ execução da estratégia	Previsões Orçamentarias	Estratégia realizada/ Não iniciada /Em andamento e Parcialmente realizada
		<p>Proposições da VI Conferência Municipal de Educação:</p> <ul style="list-style-type: none">• Monitoramento e ampliação da oferta dos programas de assistência estudantil. <p>Proposições da V Conferência Municipal de Educação: Rever cursos ofertados, conforme demanda da região;</p>		
11.11) Colaborar com a estruturação do sistema nacional de informação profissional, articulando a oferta de formação das instituições especializadas em educação profissional com dados de pesquisas promovidas por instituições oficiais.	2025	<p>Ação não iniciada no IFPI.</p> <p>Proposições da VI Conferência Municipal de Educação: Disponibilizar uma base de dados pública, integrada e atualizada sobre demandas do mundo do trabalho; Articular MEC, INEP, IBGE, observatórios do trabalho, universidades e instituições como SENAI, SENAC, IFs etc.;</p>		Não



12 ENSINO SUPERIOR



META 12

Elevar a taxa bruta de matrícula na Educação Superior para 50% (cinquenta por cento) e a taxa líquida para 33% (trinta e três por cento) da população de 18 (dezoito) a 24 (vinte e quatro) anos, assegurada a qualidade da oferta e expansão para, pelo menos, 40% (quarenta por cento) das novas matrículas, no segmento público.

Com o objetivo de expandir o acesso da população aos cursos de graduação, garantindo a qualidade da oferta e um percentual mínimo do crescimento de matrículas no segmento público, a meta 12 apresenta três objetivos quantificáveis, quais sejam: a) elevação da taxa bruta de matrícula para 50% da população de 18 a 24 anos; b) elevação da taxa líquida para 33% dessa faixa etária; c) expansão de, ao menos, 40% das novas matrículas no segmento público.

Esta seção destaca o monitoramento desses objetivos, sendo realizado por meio de três indicadores:

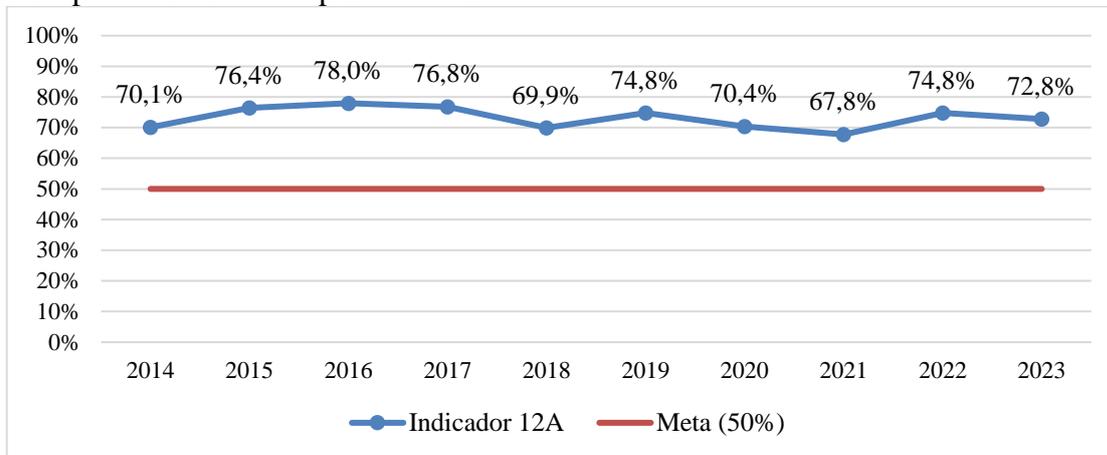
- Indicador 12A: Taxa bruta de matrículas na graduação (TBM);
- Indicador 12B: Taxa líquida de escolarização na educação superior (TLE);
- Indicador 12C: Participação do segmento público na expansão de matrículas de graduação.

Para efeito do cálculo dos indicadores 12A e 12B, por se tratarem de taxas de cobertura populacional da educação superior, tendo como referência o total da população de 18 a 24 anos, foram utilizados os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad-c). O indicador 12C trata das matrículas dos cursos de graduação, sobretudo, no segmento público em relação ao total, sendo este medido de maneira mais precisa por meio dos dados do Censo da Educação Superior (CES).



Indicador 12A: Taxa bruta de matrículas na graduação (TBM).

Gráfico 13: Série histórica da taxa bruta de matrículas na graduação das universidades/Faculdades públicas e privadas do município de Teresina-PI.



Fonte: Sinopse Estatística da Educação Superior 2014-2023: INEP, 2024. PNAD-c, Tabela 6407 e 9514, SIDRA, IBGE, 2024.

O Gráfico 13 mostra a evolução da taxa bruta de matrículas na graduação em universidades e faculdades públicas e privadas de Teresina-PI, entre 2014 e 2023. Durante todo o período, o indicador 12A permaneceu acima da meta de 50%, iniciando com 70,1%, em 2014, e encerrando com 72,8%, em 2023. Houve maior crescimento em 2016 (78%) e oscilações nos anos seguintes, com o menor valor observado em 2021 (67,8%). Apesar das variações, os dados indicam um desempenho satisfatório do município no acesso ao ensino superior ao longo dos anos.

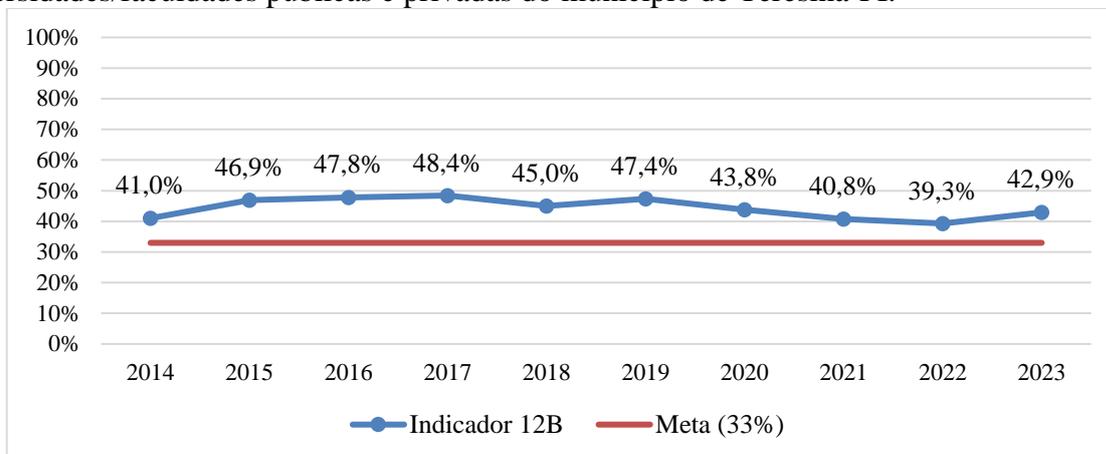
Ao comparar a taxa bruta de matrículas na graduação em universidades e faculdades públicas e privadas, no período de 2014 a 2023, o Brasil apresenta variação de 8,7%, enquanto o Piauí apresenta a variação positiva de 2,6%, e a capital, Teresina, concentra o percentual de 1,7% de matrículas do Estado. Este cenário sinaliza, por um lado, a situação de exclusão da população do Piauí do Ensino Superior, ao comparar com o nível nacional e, por outro lado, destaca o importante papel da capital em relação ao acesso à graduação nas esferas públicas e privadas, em comparação com o nível estadual.⁹

⁹ Dados fornecidos pela Associação dos Docentes da UESPI (ADCESP), mídia local/Campanha Nacional pelo Direito a Educação/Balanco PNE/2014-2024/SAM/2025).



Indicador 12B: Taxa líquida de escolarização na educação superior (TLE).

Gráfico 14: Série histórica da taxa líquida de escolarização na educação superior das universidades/faculdades públicas e privadas do município de Teresina-PI.



Fonte: Sinopse Estatística da Educação Superior 2014-2023: INEP, 2024. PNAD-c, Tabela 6407 e 9514, SIDRA, IBGE, 2024

O Gráfico 14 apresenta a evolução da taxa líquida de escolarização na educação superior em universidades e faculdades públicas e privadas de Teresina-PI, entre 2014 e 2023. O indicador 12B manteve-se constantemente acima da meta estabelecida de 33%, iniciando em 41,0%, em 2014, e encerrando com 42,9% em 2023. O maior valor registrado foi em 2017 (48,4%), seguido de uma leve oscilação nos anos seguintes, com queda até 2022 (39,3%), e uma recuperação em 2023. Apesar das flutuações, os dados revelam que o município apresenta desempenho estável e superior à meta no acesso à educação superior em idade adequada.

Indicador 12C: Participação do segmento público na expansão de matrículas de graduação.

Tabela 22: Participação do Segmento Público na Expansão de Matrículas de Graduação

Ano	2012	2022	2023
Nº de matrículas em cursos de graduação nas IES públicas	22807	24471	21566
Nº Total das matrículas em cursos de graduação	63741	73210	73365
Variação percentual		17,6%	- 12,9%

Sinopse Estatística da Educação Superior 2012, 2023: INEP, 2024.

O Indicador 12C avalia o quanto a variação das matrículas em Instituições de Ensino Superior (IES) públicas contribuiu, em termos percentuais, para a expansão total das matrículas nos cursos de graduação no município de Teresina, considerando intervalos decenais. A metodologia consiste em dividir a variação das matrículas nas IES públicas pela variação total de matrículas no mesmo período, tomando como base os decênios 2012–2022 e 2013–2023.



De acordo com os dados da Tabela 22, entre 2012 e 2022, o número de matrículas em IES públicas passou de 22.807 para 24.471, enquanto o total de matrículas em cursos de graduação cresceu de 63.741 para 73.210. Dessa forma, o crescimento proporcional das matrículas públicas em relação ao crescimento total representa 17,6%, nesse intervalo. No período de 2013 a 2023, observa-se que as matrículas nas IES públicas aumentaram de 21.118 para 21.566, enquanto o total de matrículas passou de 66.016 para 73.365. A contribuição das IES públicas para o crescimento total, portanto, foi de apenas 6,1%, ficando muito distante de atingir a meta de 40% do PME.

Esses resultados indicam que, embora tenha ocorrido uma expansão no número total de matrículas na graduação ao longo dos dois decênios analisados, a participação das instituições públicas nesse crescimento foi limitada, especialmente entre 2013 e 2023. Isso evidencia uma tendência de crescimento mais acelerado nas instituições privadas, o que pode refletir a necessidade de maior investimento e incentivo à expansão das vagas nas IES públicas para garantir equidade no acesso ao ensino superior.

A análise dos indicadores revela que o município de Teresina tem mantido um desempenho relativamente positivo no que se refere ao acesso ao ensino superior no decorrer da última década, embora com importantes desafios em termos de equidade e expansão nas instituições públicas.

A taxa bruta de matrículas (Indicador 12A) permaneceu consistentemente acima da meta de 50%, o que demonstra um nível satisfatório de acesso geral à graduação. A taxa líquida (Indicador 12B), que considera a proporção de jovens na idade ideal matriculados no ensino superior, também superou a meta de 33%, ainda que com oscilações nos últimos anos, indicando a necessidade de políticas que favoreçam o ingresso em idade adequada, especialmente para estudantes de baixa renda. No entanto, o desempenho do Indicador 12C aponta uma limitação significativa: a contribuição das IES públicas para o crescimento das matrículas foi modesta nos dois decênios analisados — 17,6%, entre 2012 e 2022, e apenas 6,1%, entre 2013 e 2023 — muito abaixo da meta de 40% estabelecida pelo PNE/PME. Isso sugere que o crescimento no acesso ao ensino superior, em Teresina, tem ocorrido, predominantemente, por meio do setor privado.

Esse cenário está em consonância com tendências nacionais, observadas por estudos do INEP e do Observatório do PNE, que apontam uma expansão acelerada das matrículas em instituições privadas, muitas vezes, impulsionadas por modalidades de ensino à distância (EaD), enquanto as instituições públicas enfrentam restrições orçamentárias e limitações na ampliação de vagas.

Dessa forma, embora os indicadores mostrem avanços, os dados reforçam a importância de investimentos públicos que promovam a expansão e a interiorização das IES públicas, bem como



políticas afirmativas que assegurem o acesso e a permanência de estudantes em vulnerabilidade socioeconômica, com o objetivo de garantir um crescimento mais equitativo e alinhado às metas do PME.

Com relação aos dados do IFPI que constam na Plataforma Nilo Peçanha (2022), têm-se os seguintes quantitativos de alunos ingressantes e concluintes dos cursos superiores (bacharelados, licenciaturas e tecnologia), conforme quadro a seguir.

Tabela 23: Quantitativo de alunos do Ensino Superior do IFPI

Ano Base	Candidatos inscritos	Ingressantes	Concluintes
2018	11.634	701	145
2019	15.766	1.094	143
2020	11.559	636	132
2021	9.230	609	226
TOTAL		3.040	646

FONTE: <https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjoiZDhkNGNiYzgtMjQ0My00OGVILWJjNzYtZWQwYjI2OThhYWMIiwiwidCI6IjllNjgyMzU5LWQxMjgtNGVhYjU4LTgyYjYhMTUzNDBmZiJ9>.

Percebe-se que no recorte temporal de 2018 a 2021 houve uma procura significativa pelos cursos superiores do IFPI nos campi da capital. Porém, apesar do grande número de ingressantes, os dados demonstram que poucos conseguiram concluir os cursos, aproximadamente 21,25% do total de estudantes ingressantes.



12.1 Estratégias

Estratégias	Prazo	Observações/ execução da estratégia	Previsões Orçamentarias	Estratégia realizada/ Não iniciada /Em andamento e Parcialmente realizada
12.1) Contribuir com a otimização da capacidade instalada da estrutura física e de recursos humanos das instituições públicas de Educação Superior, mediante ações planejadas e coordenadas, de forma a ampliar o acesso à graduação, inclusive com destinação de bolsas de estudo aos alunos egressos de escolas públicas.	2025	Ações do IFPI Os campi da capital apresentam estrutura de laboratórios e salas de aulas com recursos tecnológicos para atender as demandas dos cursos superiores. Quanto à destinação de bolsa de incentivo, há a seleção de estudantes de baixa renda para serviços, tais como, monitoria. Também há a política de bolsas que se restringem a editais, tais como: de projetos de pesquisa e inovação tecnológica e projetos de extensão, Residência Pedagógica e Iniciação à docência (PIBID).		Parcialmente
12.2) Contribuir com a ampliação da oferta de vagas na rede pública de Ensino Superior, preferencialmente no ensino presencial, considerando a densidade populacional, a oferta de vagas públicas em relação à população na idade de referência e observadas as características regionais.	2025	Ações do IFPI Oferta de cursos de Licenciaturas nos turnos matutino e vespertino.		Parcialmente
12.3) Elaborar, sob responsabilidade das IES e em parceria com a SEMEC, SEDUC, CME/THE, CEE/PI e FME/THE, até o segundo ano de vigência deste PME, plano de expansão progressiva de matrículas, em consonância com a meta determinada neste PME.	2025	Ações do IFPI Não houve ação iniciada.		Não



Estratégias	Prazo	Observações/ execução da estratégia	Previsões Orçamentarias	Estratégia realizada/ Não iniciada /Em andamento e Parcialmente realizada
12.4) Participar do processo de elaboração do plano progressivo de expansão de matrículas, sob a responsabilidade das IES públicas, visando ao alcance de 50% de expansão previsto na meta, no setor público, otimizando a capacidade instalada da estrutura física e de recursos humanos das instituições públicas de Educação Superior, mediante ações planejadas e coordenadas, de forma a ampliar o acesso à graduação.	2025	Ações do IFPI Não Informada.		Não
12.5) Estimular as políticas de inclusão social, ações afirmativas e acessibilidade nas instituições de Educação Superior, na forma da lei.	2025	Ações do IFPI Há efetivação de políticas de cotas para estudantes de graduação.		Parcialmente
12.6) Colaborar com as IES do Piauí para assegurar a ampliação das políticas de inclusão e de assistência estudantil, a estudantes egressos da rede pública, ampliando as condições de permanência na Educação Superior.	2025	Ações do IFPI Ampliação das ações do Núcleo de Atendimento às pessoas com Necessidades Específicas (NAPNE) para estudantes de graduação.		Sim
12.7) Estabelecer parcerias no sentido de ampliar programas, projetos e bolsas de extensão das IES para que sejam implementadas na rede pública de ensino.	2025	Ações do IFPI Parceria com as escolas municipais e estaduais para atuação de professores na supervisão dos programas Residência Pedagógica e Iniciação à Docência (PIBID); Formalização de Termo de Cooperação Técnica com instituições públicas e privadas, indústrias, empresas do setor de serviços do Estado.		Parcialmente



Estratégias	Prazo	Observações/ execução da estratégia	Previsões Orçamentarias	Estratégia realizada/ Não iniciada /Em andamento e Parcialmente realizada
		Convênio, instituições públicas e privadas, indústrias, empresas do setor de serviços do estado. (GEPLANES, 2022); Buscar parcerias por meio de convênios e/ou editais de fomentos com instituições públicas/privadas, e negociações com a sociedade política, por meio de emendas parlamentares, desenvolvendo um projeto de captação de recursos, por intermédio de um comitê criado para essa finalidade. (GEPLANES, 2022).		
12.8) Ampliar, em regime de colaboração, o campo de estágio obrigatório, estágio não obrigatório e programa de iniciação à docência, para viabilizar o processo de formação superior para a Educação Básica e contribuir com o monitoramento das atividades realizadas neste campo.	2025	Ações do IFPI Parceria com as escolas municipais e estaduais para atuação de estagiários dos cursos de licenciaturas em estágios curriculares e não obrigatórios, além do PIBID.		Sim
12.9) Garantir a participação proporcional de grupos historicamente desfavorecidos na Educação Superior, inclusive, mediante a adoção de políticas afirmativas, na forma da lei.	2025	Ações do IFPI Lançamento de cotas em editais de pesquisa, editais de ingresso dos estudantes.		Sim
12.10) Assegurar, em regime de colaboração nas instituições de Educação Superior, na forma da legislação, condições de acessibilidade arquitetônica, o Atendimento Educacional Especializado, profissionais de apoio aos alunos	2025	Ações do IFPI Manutenção e aparelhamento do prédio para atender às pessoas com alguma deficiência, além das ações didáticas e pedagógicas do NAPNE.		Sim



Estratégias	Prazo	Observações/ execução da estratégia	Previsões Orçamentarias	Estratégia realizada/ Não iniciada /Em andamento e Parcialmente realizada
com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação.				
12.11) Fomentar, a partir de ações do Fórum Municipal de Educação e das IES, estudos e pesquisas que analisem a necessidade de articulação entre formação, currículo, pesquisa e mundo do trabalho, considerando as necessidades econômicas, sociais e culturais do Estado, no âmbito do Município.	2025	Ações do IFPI Não iniciada.		Não
12.12) Incentivar e assegurar a participação dos docentes, técnicos e gestores do Município, em programas de pós-graduação no âmbito nacional e internacional, tendo em vista o enriquecimento da formação de nível superior, que seja reconhecido por agência de fomento à pesquisa em âmbito nacional, seguindo um plano de capacitação anual.	2025	Ações do IFPI Publicação de editais de pós-graduação e bolsa de doutoramento no exterior.		Parcialmente
12.13) Garantir a expansão do atendimento específico a populações do campo, comunidades indígenas, quilombolas e ciganas, em relação a acesso, permanência, conclusão e formação de profissionais para atuação com estas populações.	2025	Ações do IFPI Não iniciada.		Não
12.14) Mapear, no âmbito do Município, a demanda e fomentar a oferta de formação de pessoal de nível superior, destacadamente a que se refere à formação nas áreas do magistério e ciências da computação, considerando as necessidades do desenvolvimento	2025	Ações do IFPI Oferta de curso de Licenciatura em Informática.		Parcialmente



Estratégias	Prazo	Observações/ execução da estratégia	Previsões Orçamentarias	Estratégia realizada/ Não iniciada /Em andamento e Parcialmente realizada
do País, a inovação tecnológica e a melhoria da qualidade da Educação Básica.				
12.15) Estabelecer programas de composição de acervo digital de referências bibliográficas e audiovisuais para assegurar a acessibilidade às pessoas com deficiência, com vista à melhoria da qualidade da Educação Básica.	2025	Ações do IFPI Adequação da biblioteca presencial e <i>online</i> para atendimento das pessoas com deficiência; Aumentar o acervo digital do Campus Teresina Central; Aquisição por meio de licitação do acervo digital. (GEPLANES, 2022).		Parcialmente
12.16) Contribuir na consolidação de processos seletivos nacionais, regionais e locais, para acesso à Educação Superior.	2025	Ações do IFPI Lançamento do vestibular da instituição, divulgado edital em portais da instituição e nas redes sociais e televisiva.		Sim
12.17) Contribuir com mecanismos para ocupar as vagas ociosas em cada período letivo na educação superior pública.	2025	Ações do IFPI Chamada pública para convocação de candidatos de lista de espera para os cursos superiores com vagas não preenchidas, divulgados em portais da instituição e nas mídias sociais.		Sim
12.18) Contribuir para a expansão e reestruturação das universidades estaduais existentes na data de promulgação da Constituição Federal de 1988, a partir de apoio técnico e financeiro do Governo Federal, mediante termo de adesão a programa de reestruturação, na forma de regulamento, que	2025	Não se aplica ao IFPI.		



Estratégias	Prazo	Observações/ execução da estratégia	Previsões Orçamentarias	Estratégia realizada/ Não iniciada /Em andamento e Parcialmente realizada
considere a sua contribuição para a ampliação de vagas, a capacidade física e as necessidades dos sistemas de ensino dos entes mantenedores na oferta e qualidade da Educação Básica.				
12.19) Apoiar esforços para assegurar a autonomia acadêmica, administrativa e financeira da Universidade Estadual do Piauí (UESPI), em conformidade com o art. 207, da Constituição Federal.	2025	Não se aplica ao IFPI.		
12.20) Contribuir com o fortalecimento das redes físicas de laboratórios multifuncionais das IES e ICTs, nas áreas estratégicas definidas pela política e estratégias nacionais de ciência, tecnologia e inovação.	2025	Ações do IFPI Participação em editais de programas e projetos de incentivo e fomento à estruturação e ampliação de laboratórios nas diversas áreas da graduação.		Sim

13 Titulação de Professores do Ensino Superior



META 13

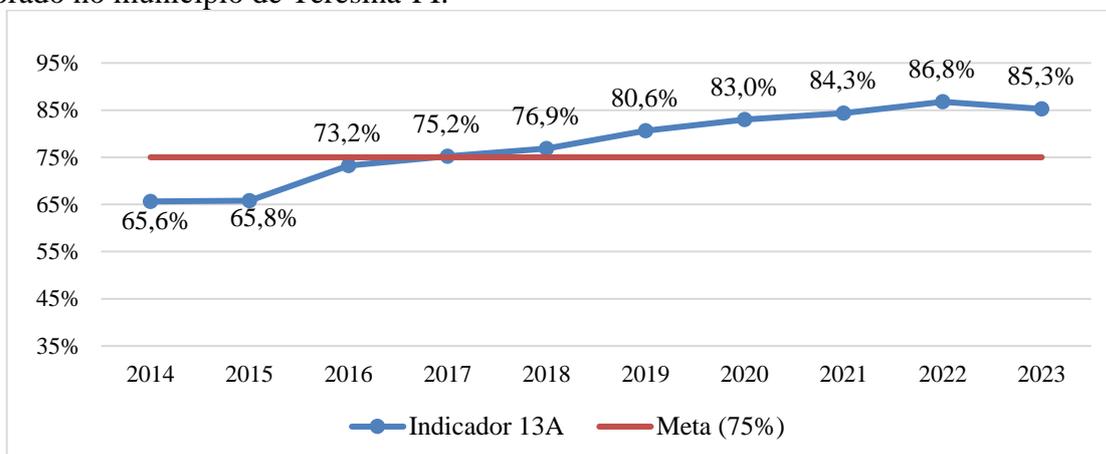
Elevar a qualidade da Educação Superior e ampliar a proporção de mestres e doutores do corpo docente em efetivo exercício no conjunto do sistema de Educação Superior para 75% (setenta e cinco por cento), sendo, do total, no mínimo, 35% (trinta e cinco por cento) doutores.

A meta 13 do PME de Teresina tem como objetivo elevar a qualidade da educação superior, e destaca, em primeiro plano, a ampliação da proporção de mestres e doutores em efetivo exercício na docência de nível superior. Para o alcance deste objetivo, até o ano de 2024, são considerados os seguintes alvos: a) pelo menos 75% dos docentes da educação superior devem possuir curso de mestrado ou doutorado; b) 35% (ou mais) dos docentes da educação superior devem ter título de doutorado.

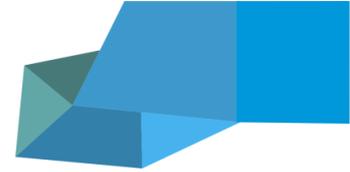
Assim, o monitoramento desses alvos é realizado por meio dos indicadores: 13A: Percentual de docentes da educação superior com mestrado ou doutorado, e 13B: Percentual de docentes da educação superior com doutorado, tendo como fonte de informações o Censo da Educação Superior (CES), produzido pelo Inep.

Indicador 13A: Percentual de docentes da educação superior com mestrado ou doutorado.

Gráfico 15: Série histórica do percentual de docentes da educação superior com mestrado ou doutorado no município de Teresina-PI.



Fonte: Sinopse Estatística da Educação Superior 2014-2023: INEP, 2014-2023.

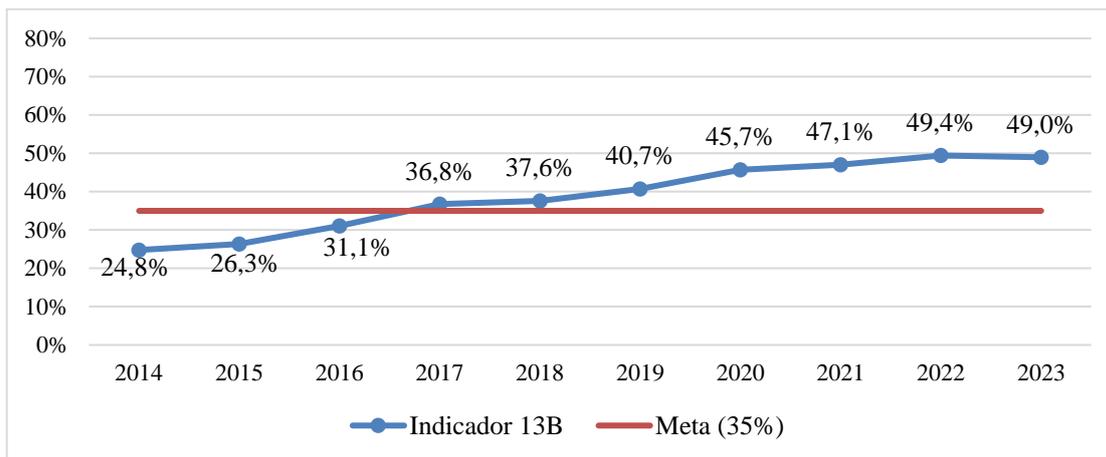


O Gráfico 15 apresenta a evolução do percentual de docentes do ensino superior com titulação de mestrado ou doutorado no município de Teresina-PI, entre os anos de 2014 e 2023, representando o desempenho do Indicador 13A. Em 2014, o percentual era de 65,6%. A partir de 2015, observa-se uma tendência de crescimento contínuo, ultrapassando a meta nacional de 75%, em 2017, quando chegou a 75,2%.

Esse avanço manteve-se nos anos seguintes, com 76,9% em 2018; 80,6%, em 2019; 83%, em 2020 e 84,3%, em 2021. O pico foi registrado em 2022, com 86,8%, seguido de uma leve redução para 85,3%, em 2023. Os dados indicam um progresso consistente na qualificação do corpo docente da educação superior, em Teresina, superando a meta estabelecida e consolidando-se como um ponto forte da política educacional no período analisado.

Indicador 13B: Percentual de docentes da educação superior com doutorado

Gráfico 16: Série histórica do percentual de docentes da educação superior com doutorado no município de Teresina-PI.



Fonte: Sinopse Estatística da Educação Superior 2014-2023: INEP, 2014-2023.

O Gráfico 16 ilustra a evolução do Indicador 13B, que mede o percentual de docentes do ensino superior com título de doutorado, no município de Teresina-PI, no período de 2014 a 2023. No início da série histórica, em 2014, o índice era de 24,8% e apresentou crescimento constante ao longo dos anos. Em 2016, esse percentual chegou a 31,1%, e no ano seguinte ultrapassou a meta de 35%, fixada como referência nacional, atingindo 36,8%.

A tendência de crescimento se manteve, atingindo 40,7%, em 2019; 45,7%, em 2020 e 47,1%, em 2021. O ponto mais alto foi registrado em 2022, com 49,4%, encerrando 2023 com uma leve estabilidade em 49,0%. O avanço contínuo ao longo da década evidencia melhorias significativas na qualificação dos docentes da educação superior, com desempenho que supera a meta e reforça o compromisso do município com a excelência na qualificação profissional.

A análise da meta 13 deve considerar a realidade de desigualdades regionais incidentes nas



oportunidades de acesso à Pós-graduação stricto sensu, no apoio com fornecimento de bolsas de estudos e no baixo número de programas de mestrado e doutorado em determinadas regiões, a exemplo da região Nordeste e de Estados, como o do Piauí.

No ensino superior público do Piauí tem-se o histórico problema de toda ordem, como o déficit de professores na UESPI, em todos os campi; não ofertam vagas por falta de professores, o que leva alunos à desmotivação, a desistirem e a atrasarem a conclusão do curso. Há casos de muitas disciplinas descobertas, sem professores desde o primeiro bloco.

Segundo o Coordenador Geral da ADCESP, Omar Mário Albornoz, cerca de 80 disciplinas estão descobertas, sem professores, tanto em Teresina como no interior do Estado. A solução seria a realização de concurso público ou a contratação de professores temporários (2 anos), mas que não absorve a situação definitiva da falta de professores.

Também, seguindo a deliberação da última Assembleia Geral, realizada no dia 29 de abril/2025, face ao descumprimento injustificado, por parte do Governo do Estado, de algumas das cláusulas do acordo de greve, a ADCESP foi ao Tribunal de Justiça do Piauí (TJ/PI) para dialogar sobre a situação e solicitar que as medidas para execução do acordo sejam adotadas, visto que o governo do Estado não negocia o acordo firmado na última greve junto ao TJ, com o Desembargador Agrimar Rodrigues de Araújo, e tem omitido informações, adotando postura intransigente.

Para a ADCESP, a Reitoria também não tem recebido o Sindicato, em audiência, e algumas poucas conversas com Pró-reitorias indicam que as informações são fragmentadas e não respondem às questões levantadas pelo Sindicato.

Em contrapartida, tem-se a reincidência nos dias atuais, por parte do governo estadual, em aumentar os encargos docentes, praticamente duplicando sua carga horária, o que traz preocupação aos docentes e a necessidade de mais lutas para o enfrentamento destas questões salariais e profissionais.



13.1 Estratégias



Estratégias	Prazo	Observações/execução da estratégia	Previsões Orçamentárias	Estratégia realizada/ Não iniciada /Em andamento e Parcialmente realizada
13.1) Contribuir com o aperfeiçoamento do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), de que trata a Lei Federal nº 10.861, de 14 de abril de 2004, fortalecendo as ações de avaliação, regulação e supervisão.	2025	Ações do IFPI: Acompanhamento e divulgação dos indicadores da graduação pelo portal institucional.		Sim
13.2) Contribuir para a ampliação da divulgação do Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (ENADE), de forma a elevar o número de estudantes e áreas avaliadas no que se refere à aprendizagem resultante da graduação.	2025	Ações do IFPI Divulgação e orientação aos estudantes quanto ao ENADE.		Sim
13.3) Incentivar o processo contínuo de autoavaliação, através do Fórum Municipal de Educação e de IES, fortalecendo a participação das comissões próprias de avaliação, bem como a elaboração e aplicação de instrumentos de avaliação que orientem as dimensões a serem fortalecidas, destacando-se a qualificação e a dedicação do corpo docente, além de prática didática e da educação para as relações étnico-	2025	Não se aplica ao IFPI.		



Estratégias	Prazo	Observações/execução da estratégia	Previsões Orçamentárias	Estratégia realizada/ Não iniciada /Em andamento e Parcialmente realizada
raciais, geracionais e as necessidades das pessoas com deficiência.				
13.4) Promover a melhoria da qualidade dos cursos de pedagogia e demais licenciaturas, por meio da aplicação de instrumento próprio de avaliação aprovado pela Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior (CONAES), integrando-os às demandas e necessidades das redes de Educação Básica, de modo a permitir aos graduandos a aquisição das qualificações necessárias a conduzir o processo pedagógico de seus futuros alunos, combinando formação geral, além de prática didática e da educação para as relações étnico-raciais e as necessidades das pessoas com deficiência.	2025	<p>Ações do IFPI</p> <p>Atuação da Comissão Própria de Avaliação (CPA) e divulgação de questionário de avaliação de cursos superiores entre professores, técnico-administrativos e alunos dos cursos superiores.</p>		Sim
13.5) Promover, em articulação com as IES do município de Teresina e o Fórum Municipal de Educação, pesquisa institucionalizada, articulada a programas de pós-graduação stricto sensu, visando contribuir com a elevação do padrão de qualidade das universidades.	2025	<p>Ações do IFPI</p> <p>Não iniciada.</p>		Não
13.6) Contribuir com a fomentação e	2025	Ações do IFPI:		Parcialmente



Estratégias	Prazo	Observações/execução da estratégia	Previsões Orçamentárias	Estratégia realizada/ Não iniciada /Em andamento e Parcialmente realizada
<p>a formação de consórcios entre instituições públicas de Educação Superior, com vistas a potencializar a atuação no âmbito do Município, inclusive por meio de plano de desenvolvimento institucional integrado, assegurando maior visibilidade nacional e internacional às atividades de ensino, pesquisa e extensão.</p>		<p>Celebrar convênios interinstitucionais; Realizar reunião de trabalho com os potenciais parceiros e apresentar o portfólio de atividades, cursos, linhas de pesquisas, produtos, métodos, marcas e patentes que sejam agregadores de desenvolvimento de inovações tecnológicas aos parceiros, para promover a inovação tecnológica que contribua com o desenvolvimento das instituições. (GEPLANES, 2022);</p> <p>Criar uma incubadora de empresas; Promover convênio do NEPEN (Núcleo de Estudos e Pesquisas do Norte e Nordeste) e IFES (Instituto Federal do Espírito Santo) para implementação da incubadora do IFPI - Campus Teresina Central; Promover o desenvolvimento de tecnologias e captar recursos de financiamento à pesquisa e inovação. (GEPLANES, 2022);</p> <p>Criar o Centro Tecnológico; Utilizar os recursos provenientes dos editais de fomento à pesquisa e inovação tecnológica para a criação do CT - Centro de Tecnologia do Campus Teresina Central; Promover a pesquisa e a inovação tecnológica. (GEPLANES, 2022);</p> <p>Implementar ações que visem a articulação com instituições estrangeiras com o intuito de construir parcerias/convênios; Criar canais de comunicação e de integração com</p>		



Estratégias	Prazo	Observações/execução da estratégia	Previsões Orçamentárias	Estratégia realizada/ Não iniciada /Em andamento e Parcialmente realizada
		organizações internacionais e por meio de busca ativa de editais de fomento. (GEPLANES, 2022).		
13.7) Contribuir com a elevação da qualidade da Educação Superior, por meio do aumento gradual da taxa de conclusão média dos cursos de graduação presenciais, nas universidades públicas, para 90% (noventa por cento), e nas instituições privadas, para 75% (setenta e cinco por cento), em 2020, e da melhoria dos resultados de aprendizagem, de modo que, em 5 (cinco) anos, pelo menos, 60% (sessenta por cento) dos estudantes apresentem desempenho positivo igual ou superior a 60% (sessenta por cento) no Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (ENADE) e, no último ano de vigência, pelo menos, 75% (setenta e cinco por cento) dos estudantes obtenham desempenho positivo igual ou superior a 75% (setenta e cinco por cento), nesse exame, em cada área de formação profissional.	2025	Ações do IFPI: Incentivo aos alunos dos cursos de graduação ao ensino, à extensão e à pesquisa, bem como adoção da curricularização da extensão, por meio das mudanças nas propostas curriculares dos Cursos – PPC; Melhoria dos indicadores, por meio de avaliação interna, devido ao decréscimo nas notas do ENADE em alguns cursos de Licenciatura nas últimas avaliações.		Parcialmente
13.8) Promover, em parceria com as IES, a formação inicial e continuada	2025	Ações do IFPI Convênios com as IES públicas para oferta		Sim



Estratégias	Prazo	Observações/execução da estratégia	Previsões Orçamentárias	Estratégia realizada/ Não iniciada /Em andamento e Parcialmente realizada
dos profissionais técnico-administrativos da Educação Superior.		de Minter e Dinter.		

14 PÓS-GRADUAÇÃO STRICTO SENSU



META 14

Elevar gradualmente o número de matrículas na pós-graduação stricto sensu, de modo a triplicar a titulação de mestres e de doutores, no final do decênio.

Nesta seção, apresentamos o monitoramento da meta 14 do PME de Teresina, que trata da pós-graduação stricto sensu e tem por objetivo elevar o número de matrículas, de modo a triplicar a titulação de mestres e doutores no município, ao final do decênio.

O monitoramento desta meta é realizado a partir de dois indicadores: 14A: Títulos de mestrado concedidos por ano no município, e 14B: Títulos de doutorado concedidos por ano no município, tomando como referência os dados extraídos do Sistema de Informações Georreferenciadas da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (GeoCapes), no período de 2013 a 2023.

Indicador 14A: Títulos de mestrado concedidos por ano em Teresina

Indicador 14B: Número de Doutores titulados

Tabela 24 - Número de Mestres e Doutores titulados

Indicador 14A	Número de concluintes com a titulação de mestre										
	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023
	458	440	442	363	427	607	677	529	570	553	530
Evolução 2023/2013											1,2
Indicador 14B	Número de concluintes com a titulação de doutor										
	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023
	408	399	376	315	364	498	409	406	439	395	387
Evolução 2023/2013											0,95

Fonte: GeoCapes, 2024

Os Indicadores 14A e 14B apresentam o número de títulos de mestrado e doutorado concedidos, no município de Teresina, no período de 2013 a 2023. No último ano da década foram concedidos 530 títulos de mestres e 387 títulos de doutorado.



Os dados do Indicador 14A revelam que, entre 2013 e 2023, o número total de títulos de mestrado concedidos em Teresina cresceu aproximadamente 20%, evoluindo de 458 títulos, em 2013, para 530 em 2023.

No indicador 14B, observa-se que, em 2013, o número de doutores correspondia a 408, apresentando um declínio progressivo entre 2014 a 2016, retomando o crescimento entre 2017 e 2018. No período que compreende 2019 a 2023, esse número apresenta oscilações, finalizando o ciclo com 387 doutores, representando um decréscimo na titulação de doutor.

Ao analisar o comportamento da meta 14, observa-se que no indicador 14A houve um incremento de 20% no aumento de títulos de mestrado e um decréscimo de 5%, no indicador 14B, que se refere ao número de titulação de doutorado concedidos, ao invés de triplicar esse número, conforme estabelece a meta do PME para o decênio, evidenciando o não cumprimento da meta.



14.1 Estratégias

Estratégias	Prazo	Observações	Previsões Orçamentarias	Estratégias reaçizadas/ Não iniciada /Em andamento e Parcialmente realizada
14.1) Expandir o financiamento da pós-graduação stricto sensu por meio das agências oficiais de fomento	2025	Ações do IFPI Não Informada.		
14.2) Estimular a integração e a atuação articulada entre a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e as agências estaduais de fomento à pesquisa.	2025	Ações do IFPI Não Informada.		
14.3) Expandir o financiamento estudantil, por meio do FIES, à pós-graduação stricto sensu.	2025	Não se aplica ao IFPI.		
14.4) Expandir a oferta de cursos de pós-graduação stricto sensu, utilizando inclusive metodologias, recursos e tecnologias de educação a distância.	2025	Ações do IFPI No IFPI, a expansão ainda é predominante na oferta lato sensu. Curso de graduação e pós-graduação <i>Lato sensu</i> na modalidade UAB e do IFPI EAD.		Parcialmente
14.5) Implementar ações para reduzir as desigualdades étnico-raciais e regionais e para favorecer o acesso das populações do campo e	2025	Não se aplica ao IFPI.		



Estratégias	Prazo	Observações	Previsões Orçamentarias	Estratégias reaizadas/ Não iniciada /Em andamento e Parcialmente realizada
das comunidades indígenas e quilombolas a programas de mestrado e doutorado.				
14.6) Colaborar com a ampliação da oferta de programas de pós-graduação stricto sensu, especialmente os de doutorado, nos campi novos, abertos em decorrência dos programas de expansão das instituições superiores públicas.	2025	Ações do IFPI Criar as pós-graduações <i>lato sensu</i> e <i>stricto sensu</i> profissionais; Divulgar editais de oferta das pós-graduações, e criar convênios de <i>minter</i> e <i>dinter</i> ; Qualificar servidores e comunidade externa. (GEPLANES, 2022).		Parcialmente
14.7) Manter e expandir programa de acervo digital de referências bibliográficas para os cursos de pós-graduação, assegurada a acessibilidade às pessoas com deficiência.	2025	Ações do IFPI Atualização da Política de Formação e Desenvolvimento de Coleções (PDC) das bibliotecas do IFPI - Resolução 13/2021 - CONSUP/IFPI.		Sim
14.8) Estimular a participação das mulheres nos cursos de pós-graduação stricto sensu, em particular, aqueles ligados às áreas de Engenharia, Matemática, Física, Química, Informática e outros, no campo das ciências.	2025	Ações do IFPI Não Informada.		



Estratégias	Prazo	Observações	Previsões Orçamentarias	Estratégias reaçizadas/ Não iniciada /Em andamento e Parcialmente realizada
14.9) Consolidar programas, projetos e ações que objetivem a internacionalização da pesquisa e da pós-graduação brasileiras, incentivando a atuação em rede e o fortalecimento de grupos de pesquisa.	2025	Ações do IFPI Não Informada.		
14.10) Promover o intercâmbio científico e tecnológico, estadual, nacional e internacional, entre as instituições de ensino, pesquisa e extensão.	2025	Ações do IFPI Não Informada.		
14.11) Ampliar o investimento em pesquisas com foco em desenvolvimento e estímulo à inovação, bem como incrementar a formação de recursos humanos, buscando o aumento da competitividade das empresas de base tecnológica.	2025	Ações do IFPI Não Informada.		
14.12) Ampliar o investimento na formação de doutores, de modo a atingir a proporção de 4 (quatro) doutores por 1.000 (mil) habitantes, de forma a atender às necessidades em todas as áreas.	2025	Ações do IFPI Não Informada.		
14.13) Aumentar, qualitativa e quantitativamente, o desempenho científico e tecnológico do Município e a competitividade da pesquisa realizada em Teresina em relação ao padrão nacional, ampliando a cooperação científica com empresas, Instituições de	2025	Ações do IFPI Não Informada.		



Estratégias	Prazo	Observações	Previsões Orçamentarias	Estratégias reatizadas/ Não iniciada /Em andamento e Parcialmente realizada
Educação Superior e demais Instituições Científicas e Tecnológicas.				
14.14) Estimular a pesquisa científica e de inovação e promover a formação de recursos humanos que valorize a diversidade regional e a biodiversidade do cerrado, bem como a gestão de recursos hídricos no semiárido para mitigação dos efeitos da seca e geração de emprego e renda na região.	2025	Ações do IFPI Não se aplica.		
14.15) Estimular a pesquisa aplicada, no âmbito das IES e das ICTs, de modo a incrementar a inovação e a produção e registro de patentes.	2025	Ações do IFPI Não Informada.		



15 FORMAÇÃO E VALORIZAÇÃO DE PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA



META 15

Garantir, em regime de colaboração entre a União, o estado do Piauí e o município de Teresina, no prazo de 1 (um) ano de vigência deste PME, política de formação e valorização dos profissionais da educação, de que tratam os incisos I, II e III, do caput, do art. 61, da Lei Federal nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB), assegurado que todos os professores da Educação Básica possuam formação específica de nível superior, obtida em curso de licenciatura na área de conhecimento em que atuam.

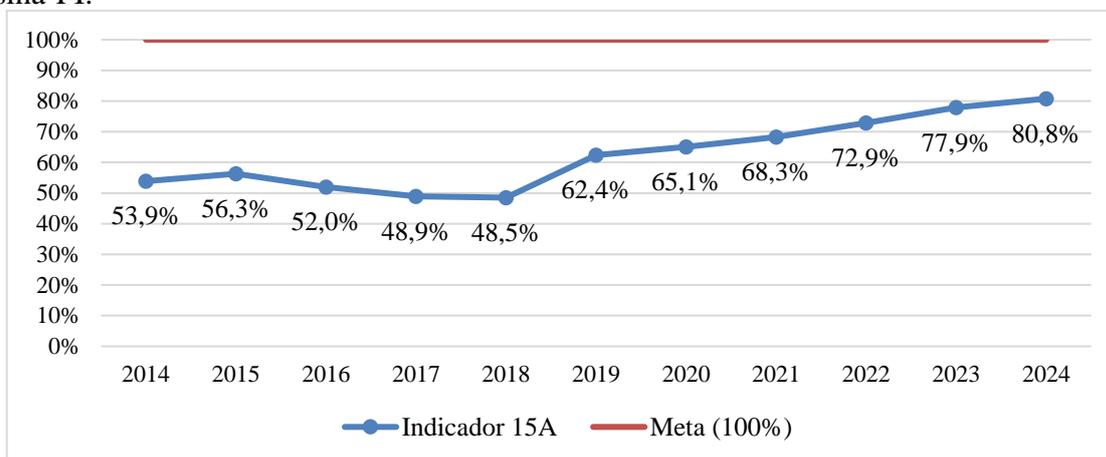
A Meta 15 do Plano Municipal de Educação de Teresina tem como objetivo garantir, em regime de colaboração entre a União, o Estado do Piauí e o município, no prazo de um ano de vigência do PME, que todos os professores da Educação Básica possuam formação específica de nível superior, obtida em curso de licenciatura na área de conhecimento em que atuam. Ao estabelecer esse compromisso, a meta enfatiza a qualificação docente como elemento estratégico para a melhoria da qualidade da educação pública, além de reforçar a valorização profissional como fundamento essencial para uma educação mais justa, equitativa e voltada ao aprendizado dos estudantes.

O acompanhamento da Meta 15, ao longo do decênio do plano, foi realizado por meio de quatro indicadores específicos: O Indicador 15A, que monitora a proporção de docentes da Educação Infantil com formação superior adequada à área de atuação; o Indicador 15B, voltado aos docentes dos anos iniciais do Ensino Fundamental; o Indicador 15C, que avalia os professores dos anos finais do Ensino Fundamental; e o Indicador 15D, referente aos docentes do Ensino Médio. Esses indicadores permitem uma análise mais precisa sobre a adequação da formação docente em cada etapa da Educação Básica, orientando ações voltadas à formação inicial e continuada dos profissionais da rede pública.



Indicador 15A – Proporção de docentes da Educação Infantil com professores cuja formação superior está adequada à área de conhecimento que lecionam

Gráfico 17: Série histórica da proporção de docentes da Educação Infantil com professores cuja formação superior está adequada à área de conhecimento que lecionam na escola do município de Teresina-PI.



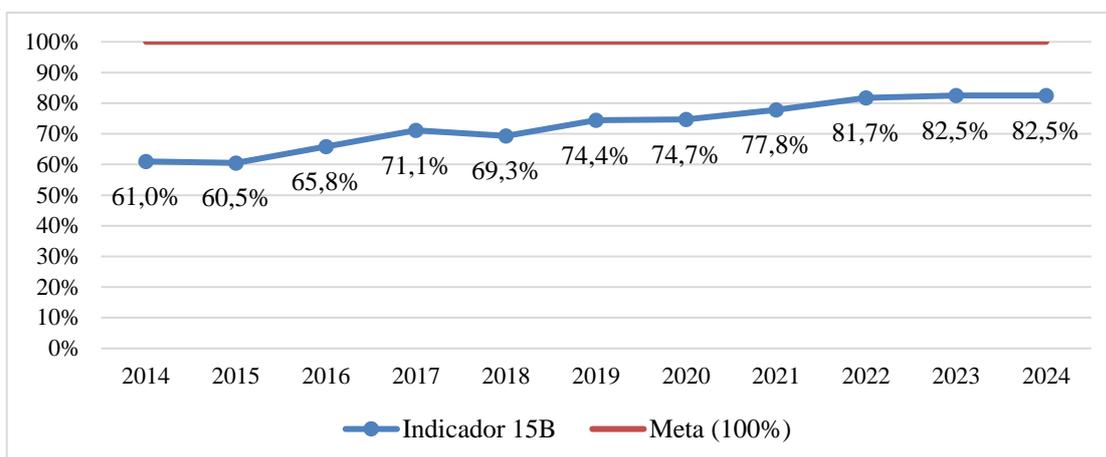
Fonte: INEP, Censo Escolar, 2014-2024

O Gráfico 17 ilustra o comportamento do Indicador 15A ao longo dos anos. Observa-se um desempenho oscilante entre 2014 e 2018, seguido de uma trajetória de crescimento contínuo a partir de 2019. Em 2014, o percentual de docentes com formação adequada era de 53,9%, evoluindo levemente até 56,3%, em 2015, antes de iniciar um processo de declínio que atingiu 48,5%, em 2018, o ponto mais baixo da série. A partir de 2019, o indicador apresenta recuperação significativa, alcançando 62,4%, e mantendo crescimento progressivo até 80,8%, em 2024. Esse comportamento indica mudanças positivas nas políticas de formação docente ou reorganizações institucionais voltadas à qualificação do quadro de professores da Educação Infantil.



Indicador 15B – Proporção de docentes dos anos iniciais do ensino fundamental com professores cuja formação superior está adequada à área de conhecimento que lecionam

Gráfico 18: Série histórica da proporção de docentes dos anos iniciais do ensino fundamental com professores cuja formação superior está adequada à área de conhecimento que lecionam na escola do município de Teresina-PI.



Fonte: INEP, Censo Escolar, 2014-2024.

O Gráfico 18 apresenta a evolução do indicador 15B, que avalia a proporção de docentes dos anos iniciais do Ensino Fundamental com formação superior adequada à área de conhecimento que lecionam, na rede municipal de Teresina, entre os anos de 2014 e 2024. A linha vermelha representa a meta ideal de 100% de adequação.

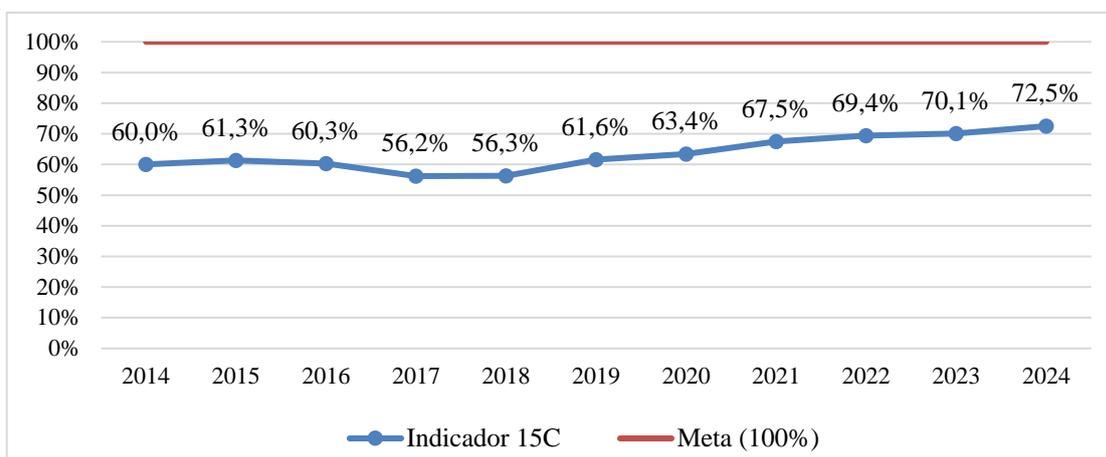
Ao longo do período analisado, observa-se uma evolução positiva e consistente. Em 2014, apenas 61,0% dos professores possuíam formação adequada, com leve oscilação para baixo em 2015 (60,5%), mas, a partir de 2016, com 65,8%, iniciou-se uma trajetória de crescimento sustentado, alcançando o patamar de 82,5% de professores com formação adequada nos últimos dois anos do PME.

Esse desempenho demonstra que o município de Teresina tem feito progressos significativos na qualificação do corpo docente nos anos iniciais do Ensino Fundamental. Ainda que a meta de 100% não tenha sido atingida, o crescimento expressivo de mais de 20 pontos percentuais em uma década é um indicativo de políticas públicas eficazes voltadas à valorização da formação docente.



Indicador 15C – Proporção de docentes dos anos finais do ensino fundamental com professores cuja formação superior está adequada à área de conhecimento que lecionam

Gráfico 19: Série histórica da proporção de docentes dos anos finais do ensino fundamental com professores cuja formação superior está adequada à área de conhecimento que lecionam na escola do município de Teresina-PI.



Fonte: INEP, Censo Escolar, 2014-2024.

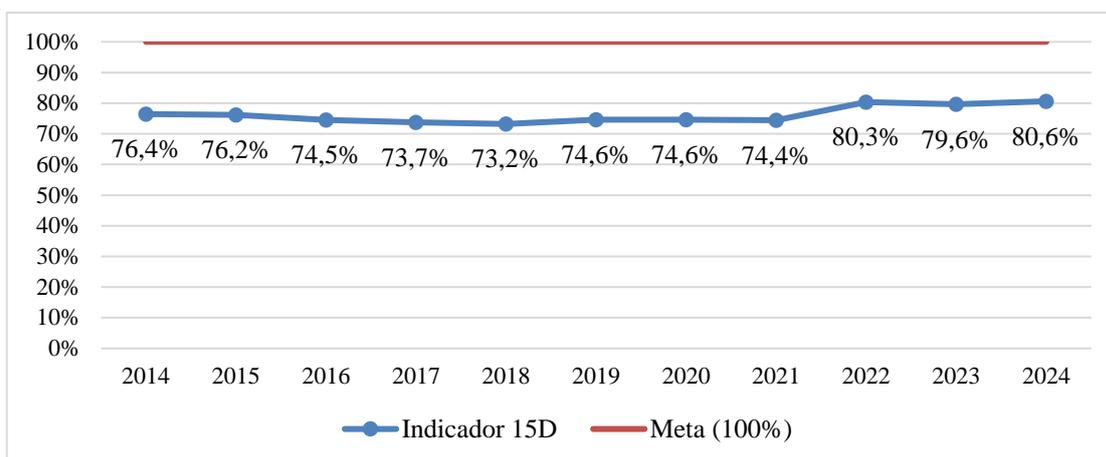
O Gráfico 19 apresenta a evolução do Indicador 15C no período de 2014 a 2024, em comparação com a meta estabelecida, que é de 100%. Observa-se que, em 2014, o valor do indicador era de 60,0%, apresentando uma leve elevação em 2015, atingindo 61,3%. Em 2016, houve uma pequena redução para 60,3%, seguida de uma queda mais acentuada nos anos de 2017 e 2018, com valores de 56,2% e 56,3%, respectivamente.

A partir de 2019, verifica-se uma tendência de crescimento contínuo do indicador, que alcança 61,6% naquele ano e sobe para 63,4%, em 2020. O avanço prossegue em 2021, com 67,5%, seguido por 69,4%, em 2022, 70,1%, em 2023 e, finalmente, 72,5%, em 2024. Apesar do crescimento constante a partir de 2019, o indicador permanece abaixo da meta de 100%, evidenciada pela linha vermelha constante no topo do gráfico. Esses dados indicam uma melhoria progressiva no desempenho do indicador ao longo dos anos recentes, embora ainda exista uma lacuna considerável a ser superada para o atingimento da meta estabelecida.



Indicador 15D – Proporção de docentes do ensino médio com professores cuja formação superior está adequada à área de conhecimento que lecionam.

Gráfico 20: Série histórica da proporção de docentes do Ensino Médio com professores cuja formação superior está adequada à área de conhecimento que lecionam na escola do município de Teresina-PI.



Fonte: INEP, Censo Escolar, 2014-2024.

O Gráfico 20 apresenta a evolução do Indicador 15D no período de 2014 a 2024, comparando seu desempenho com a meta fixada em 100%, representada pela linha vermelha constante na parte superior do gráfico. Em 2014, o indicador registrava 76,4%, apresentando uma leve queda nos anos seguintes, atingindo 76,2% em 2015, 74,5% em 2016 e 73,7% em 2017. A menor marca do período ocorreu em 2018, com 73,2%.

A partir de 2019 até 2021, observa-se uma estabilização em torno de 74%. Em 2022, há uma elevação significativa, atingindo 80,3%, o que demonstra uma recuperação importante. Em 2023 há uma leve queda para 79,6%, seguida de nova elevação, em 2024, quando o indicador alcança 80,6%. De modo geral, nota-se uma tendência de recuperação após um período de queda e estabilidade, mas o desempenho ainda está distante da meta ideal de 100%, indicando a necessidade de esforços adicionais para alcançar o padrão desejado.

Para efeito de cumprimento da Meta 15, espera-se que até o final da vigência do PME, as redes de ensino da Educação Básica de Teresina possam contar com todos os professores e professoras com formação em nível Superior, em cursos de Licenciatura, atuando na sua área de formação, em todas as Etapas e Modalidades de Ensino da Educação Básica. (Estratégia 15.2). Os dados apresentam a proporção de docentes com formação superior nos diferentes segmentos da Educação Básica no município de Teresina, considerando as quatro esferas administrativas. Os dados abrangem uma série histórica formada por 10 (dez) anos, iniciando em 2014, um ano antes da aprovação do PME/THE, e encerrando em 2024.



Os dados revelam que o município de Teresina não cumpriu a meta estabelecida, considerando que ainda existem professores atuando na Educação Básica sem a formação, adequada. A partir da série história apresentada nos gráficos, constata-se crescimento no percentual de profissionais com a formação em nível superior, no entanto, a meta estabelece que essa formação seja obtida em curso de Licenciatura na área de conhecimento em que atuam, condição a ser assegurada ainda no primeiro ano de vigência do referido PME de Teresina.

Tabela 25: Categorias de adequação da formação dos docentes em relação à disciplina que lecionam: Número de docentes da Educação Básica por formação acadêmica 2014 a 2021- Teresina

Ano	Total	Médio N (%)	Ensino Superior			Pós-Graduação		
			Total N (%)	Lic. N (%)	S/Lic N (%)	Especialização N (%)	Mestrado N (%)	Doutorado N (%)
2014	9.076	1.704 (18,8)	7.253 (79,9)	6.740 (92,9)	513 (7,1)	2.012 (27,7)	193 (2,7)	27 (0,4)
2015	9.097	1.641 (18,0)	7.318 (80,4)	6.713 (91,7)	605 (8,3)	2.242 (30,6)	217 (3,0)	33 (0,5)
2016	9.888	1.970 (19,9)	7.808 (79,0)	7.185 (92,0)	623 (8,0)	2.849 (36,5)	246 (3,2)	28 (0,4)
2017	9.876	2.244 (22,7)	7.547 (76,4)	7.171 (95,0)	376 (5,0)	3.731 (49,4)	273 (3,6)	39 (0,5)
2018	9.836	2.193 (22,3)	7.572 (77,0)	7.222 (95,4)	350 (4,6)	3.775 (49,9)	468 (6,2)	88 (1,2)
2019	9.716	1.106 (11,4)	8.543 (87,9)	7.719 (90,4)	824 (9,6)	3.858 (45,2)	495 (5,8)	95 (1,1)
2020	8.978	957 (10,7)	7.971 (88,8)	7.294 (91,5)	677 (8,5)	3.759 (47,2)	502 (6,3)	105 (1,3)
2021	8.642	579 (6,7)	8.008 (92,7)	7.387 (92,2)	621 (7,8)	3.796 (47,4)	513 (6,4)	98 (1,2)
2022	8952	527 (5,9)	8378 (93,6)	7936 (94,7)	442 (5,3)	4251 (50,7)	593 (7,1)	121 (1,4)
2023	9372	646 (6,9)	8679 (92,6)	8262 (95,2)	417 (4,8)	4594 (52,9)	632 (7,3)	128 (1,5)
2024	9275	517 (5,6)	8713 (93,9)	8252 (94,7)	461 (5,3)	4700 (53,9)	603 (6,9)	144 (1,7)

Fonte: Censo da Educação Básica 2014-2024; INEP/2025.



A tabela 25 indica crescimento geral na dimensão Formação Docente em nível Superior fortalecido com o Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica (PARFOR), implantado em 2010, na UFPI, que pode fortalecer a área específica em que os professores lecionam, porém, muito aquém do que estabelece a meta 15. Observa-se, na tabela, a mudança na Pós-Graduação em nível de Especialização, cujo número mais que dobrou com acréscimo, também, em nível de Mestrado, que triplicou, e Doutorado, que quintuplicou.

Em valores percentuais, esses mesmos dados demonstram que perduram, ainda, na rede municipal pública professores com apenas formação em nível médio, mesmo depois de 10 anos de vigência do PME de Teresina. Com curso Superior (bacharelado, tecnólogo), mas sem licenciatura, ainda se observa um índice médio de 5,3%, e com Licenciatura, tem-se no final desta série histórica (2024), 94,7%, não totalizando os 100% que já deveriam ter sido atingidos em 2016, como predispõe a meta 15.

Quanto à Pós-graduação, observa-se um número expressivo nas Especializações, que retrata, de certa forma, um esforço próprio do docente para chegar nesta área, que deveria ser mais ofertada pelo setor público municipal. Os dados referentes a Mestrado (6,9%) e a Doutorado (1,7%) demonstram que não há incentivo da rede municipal para ingresso na formação docente neste grau mais avançado de estudos. Percebe-se que aqueles que conquistam essa titulação, é por esforço próprio, porém, dependendo da necessidade, pode ocorrer a liberação para estudos, conforme lei específica municipal.

Nessa conjuntura, sente-se a necessidade de transparência na administração pública dessas ações, como: diagnóstico das reais necessidades de formação (15.1), cursos específicos já ofertados, com dados nominais e percentuais das formações já realizadas; criação da Plataforma Eletrônica (Site próprio, Estratégia 15.3) do Centro de Formação, que abrigue de forma histórica as legislações específicas à formação (nível municipal, estadual, federal); Lei específica que trate das formações específicas, publicização dos convênios firmados (Estratégia 15.7), as parcerias (15.7), relatórios de gestão de 2014 a 2022; formação continuada, que atenda todas as áreas e componentes curriculares com cursos técnicos (nível médio) e tecnológico (nível superior), dentre outros.



15.1 Estratégias



Estratégias	Prazo	Observações/ execução da estratégia	Previsões Orçamentarias	Estratégia realizada/ Não iniciada /Em andamento e Parcialmente realizada
15.1) Atuar, conjuntamente, com base em plano estratégico que apresente diagnóstico das necessidades de formação de profissionais da educação e da capacidade de atendimento, por parte de instituições públicas e comunitárias de Educação Superior existentes no Estado e Município, e defina obrigações recíprocas entre os partícipes.	2025	Atualmente, o que se apresenta na realidade educacional teresinense é que a formação reflete o impacto dos programas de formação docente desenvolvidos a partir de 2009, quando foi instituída a Política Nacional de Formação de Professores/PARFOR, através do Decreto 6755/2009. O referido decreto, previa a colaboração entre União, Estados e Municípios, para a elaboração de um plano estratégico de formação inicial para os professores que atuam nas escolas públicas.		REALIZADA PARCIALMENTE
15.2) Contribuir com programas permanentes de iniciação à docência a estudantes matriculados em cursos de licenciatura, garantindo espaço físico e recursos humanos, a fim de aprimorar a formação de profissionais para atuar no magistério da Educação Básica.	2025	O PARFOR, criado para atender ao disposto no artigo 11, inciso III, do Decreto nº 6.755, de 29 de janeiro de 2009, o qual determinava que a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal em Nível Superior (CAPES) fomentasse a oferta emergencial de cursos de Licenciaturas e de cursos ou programas especiais dirigidos aos docentes em exercício há pelo menos três anos na rede pública de Educação Básica, em atendimento aos graduados não licenciados; licenciados em área diversa da atuação docente; e aqueles de nível médio, na modalidade Normal.		EM ANDAMENTO E REALIZADA PARCIALMENTE.



Estratégias	Prazo	Observações/ execução da estratégia	Previsões Orçamentarias	Estratégia realizada/ Não iniciada /Em andamento e Parcialmente realizada
15.3) Implantar plataforma eletrônica para organizar a oferta e as matrículas em cursos de formação inicial e continuada de profissionais da educação, bem como para divulgação e atualização dos currículos eletrônicos.	2025	Criação da Plataforma Eletrônica do Centro de Formação que abrigue de forma histórica as legislações específicas à formação (nível municipal, estadual, federal); Lei específica que trate das Formações específicas,		NÃO REALIZADA
15.4) Implementar, no prazo de 2 (dois) anos de vigência deste Plano, programas específicos para formação de profissionais da educação para as escolas do campo, de comunidades indígenas, quilombolas, ciganas e tradicionais e para a Educação Especial.	2025			NÃO INICIADA
15.5) Colaborar com processos de atualização curricular dos cursos de licenciatura e estimular a inovação pedagógica, em sintonia com as diretrizes curriculares nacionais e locais para a formação de professores.	2025			
15.6) Estabelecer convênios com instituições públicas e privadas para valorizar o estágio nos cursos de licenciatura, visando o trabalho sistemático de conexão entre a formação acadêmica dos graduandos e as demandas da Educação Básica, garantindo que os estagiários, no que	2025	Na rede municipal existem estagiários em titularidade de turmas.		REALIZADA PARCIALMENTE



Estratégias	Prazo	Observações/ execução da estratégia	Previsões Orçamentarias	Estratégia realizada/ Não iniciada /Em andamento e Parcialmente realizada
diz respeito ao estágio curricular obrigatório, não assumam a titularidade da sala de aula, respeitando a sua condição de sujeito em processo de formação.				
15.7) Aderir, através de parcerias e convênios com instituições públicas e privada, a cursos e programas especiais para assegurar formação específica na Educação Superior, nas respectivas áreas de atuação, aos docentes com formação de nível médio na modalidade normal, não licenciados ou licenciados em área diversa da de atuação docente, em efetivo exercício.	2025	Publicização dos Convênios firmados, as Parcerias, Relatórios de Gestões de 2014 a 2022; Formação Continuada que atenda todas as áreas das Disciplinas com cursos técnicos (nível médio) e tecnológico (nível superior), dentre outros.		NÃO REALIZADA
15.8) Aderir a programas que ofertam cursos técnicos de nível médio e tecnológicos de nível superior destinados à formação, nas respectivas áreas de atuação, dos profissionais da educação de outros segmentos que não os do magistério.	2025			
15.9) Assegurar a participação do município de Teresina na política nacional de formação continuada para os profissionais da educação de outros segmentos que não os do magistério, construída em regime de colaboração entre os entes federados.	2025			Não iniciada



Estratégias	Prazo	Observações/ execução da estratégia	Previsões Orçamentarias	Estratégia realizada/ Não iniciada /Em andamento e Parcialmente realizada
15.10) Garantir a adesão em programa de concessão de bolsas de estudos para que os professores de idiomas das escolas públicas de Educação Básica realizem estudos de imersão e aperfeiçoamento nos países que tenham como idioma nativo as línguas que lecionam, com licença remunerada para este fim.	2025			Não Iniciada
15.11) Desenvolver modelos de formação docente para a educação profissional que valorizem a experiência prática, por meio da oferta, nas redes federal e estaduais de educação profissional de cursos voltados à complementação e certificação didático-pedagógica de profissionais experientes.	2025			Não iniciada



16 FORMAÇÃO CONTINUADA E PÓS-GRADUAÇÃO DE PROFESSORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA



META 16

Formar, em nível de pós-graduação, 50% (cinquenta por cento) dos professores da Educação Básica, até o último ano de vigência deste PME, e garantir a todos os profissionais da Educação Básica formação continuada em sua área de atuação, considerando as necessidades, demandas e contextualizações dos sistemas de ensino.

A Meta 16 é direcionada à promoção da formação e valorização dos profissionais da Educação Básica do Município de Teresina. Para isso, estabelece como objetivos: formar, em nível de pós-graduação, 50% dos professores da Educação Básica até o último ano de vigência do plano e garantir formação continuada a todos os profissionais da educação em sua área de atuação, considerando as necessidades, demandas e especificidades do sistema de ensino do municipal.

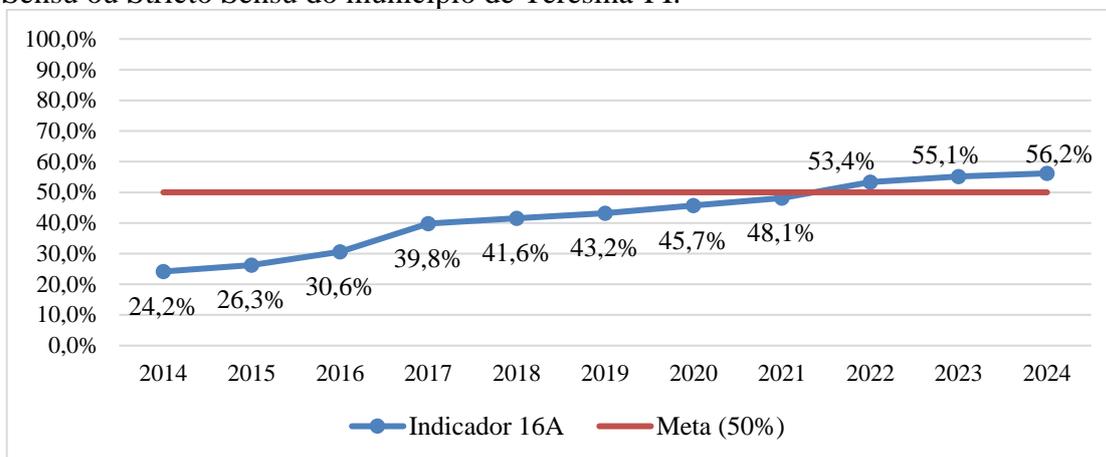
Para o monitoramento dessa meta, foram estabelecidos dois indicadores. O Indicador 16A, acompanha o percentual de professores com formação em nível pós-graduação, lato sensu ou stricto sensu, permitindo avaliar o avanço na qualificação docente. Já o Indicador 16B, monitora o percentual de professores da educação básica que participaram de cursos de formação continuada, considerando sua área de atuação e as necessidades pedagógicas do sistema de ensino.

A análise desses indicadores possibilita uma avaliação mais precisa sobre o cumprimento das metas de valorização e desenvolvimento profissional dos docentes, além de subsidiar na formulação de políticas educacionais voltadas ao aperfeiçoamento contínuo da prática educativa no contexto da educação pública municipal.



Indicador 16A: Percentual de docentes da Educação Básica com pós-graduação lato sensu ou stricto sensu

Gráfico 21: Série histórica do percentual de Professores da Educação Básica com Pós-Graduação Lato Sensu ou Stricto Sensu do município de Teresina-PI.



Fonte: INEP, Censo Escolar, 2014-2024.

O Gráfico 21 apresenta a evolução do indicador 16A no período de 2014 a 2024, considerando a meta estabelecida de 50%, representada por uma linha vermelha contínua. Em 2014, o indicador iniciou com um valor de 24,2% e apresentou crescimento gradual nos anos seguintes, atingindo 30,6%, em 2016. Em 2017, o crescimento foi mais acentuado, alcançando 39,8%, e manteve a trajetória ascendente em que o indicador atingiu 48,1%, em 2021, ficando próximo da meta. Em 2022, houve um salto importante para 53,4%, superando a meta, pela primeira vez no período analisado. Nos anos seguintes, o desempenho continuou acima da meta, com 55,1%, em 2023 e 56,2%, em 2024.

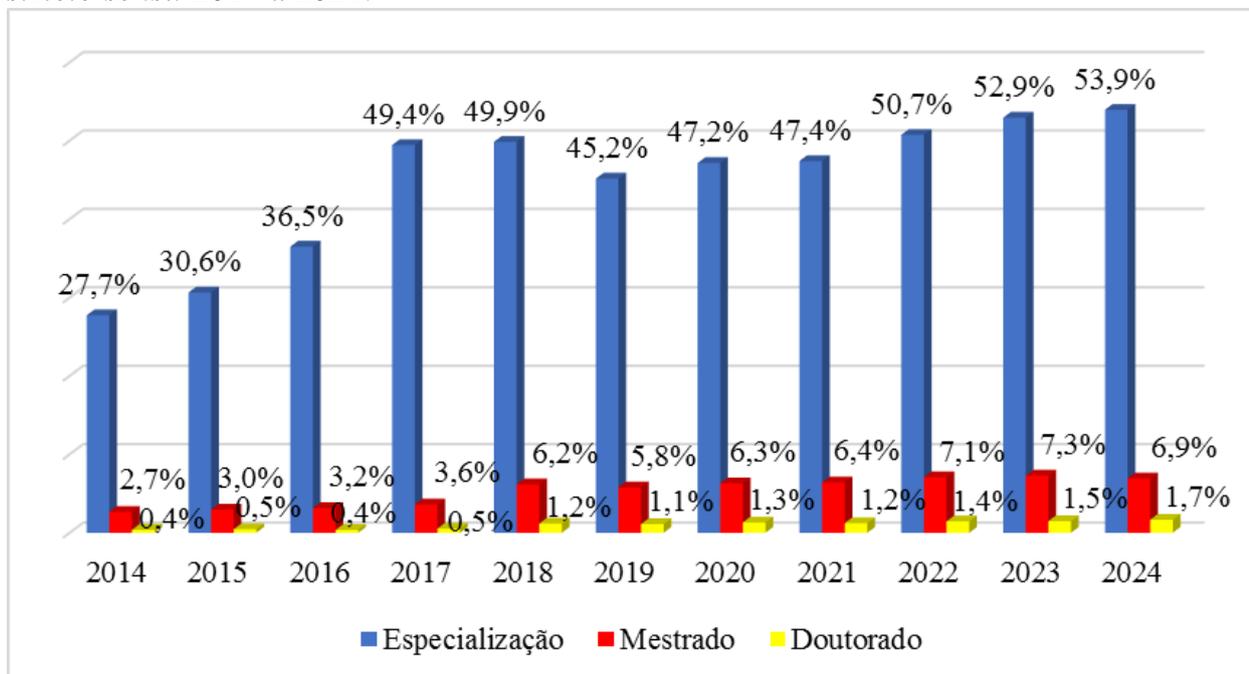
De maneira geral, o gráfico evidencia uma tendência de crescimento contínuo e consistente do indicador ao longo dos anos, com destaque para a superação da meta a partir de 2022, o que indica avanços significativos na quantidade de professores da educação básica, em busca de qualificação profissional nos programas de pós-graduação *Lato Sensu* e *Stricto Sensu*.

Os dados da tabela, a seguir, incluem docentes da Educação Básica do município, em exercício, com formação em nível de pós-graduação *latu sensu* ou *stricto sensu*.



Indicador 16B: Percentual de docentes da Educação Básica que realizaram cursos de formação continuada.

Gráfico 22 – Percentual de docentes da Educação Básica com pós-graduação *latu sensu* e *stricto sensu* 2014 a 2024.



Fonte: Fonte: Censo da Educação Básica 2014 - 2024/INEP

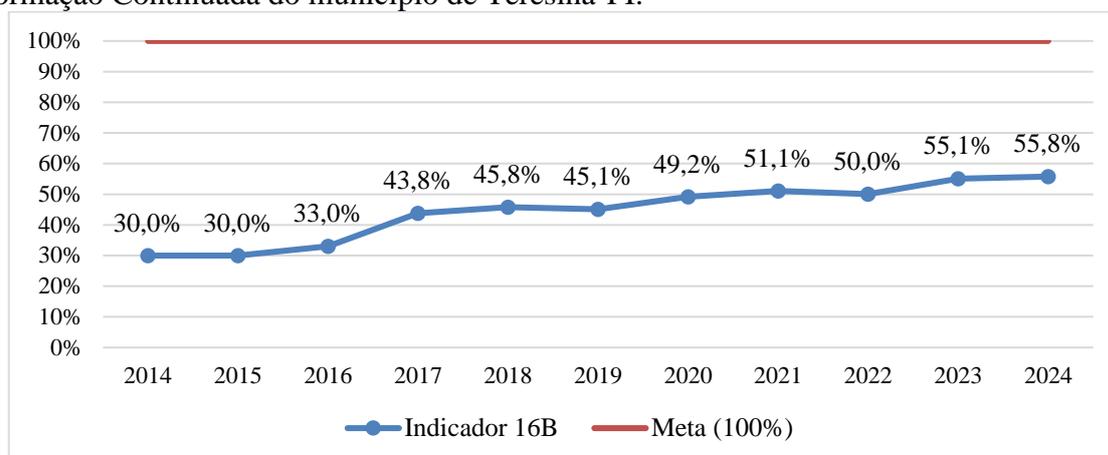
Ao analisar o gráfico 22, percebe-se que embora tenha ocorrido avanços na formação em nível de Pós-Graduação, isso ocorreu de forma mais intensa no formato *latu sensu*, que compreende os programas de especialização, cursos com duração mínima de 360 horas, com obtenção de certificado.

De acordo com o gráfico 22, é possível observar que a formação em nível de pós-graduação *stricto sensu*, sobretudo, no que se refere ao curso de mestrado, teve uma evolução gradativa, partindo de 2,7%, em 2014, para 7,3%, em 2023, apresentando em 2024, um decréscimo, atingindo 6,9%. Quanto à formação no âmbito dos cursos de doutorado, observa-se um avanço muito tímido, partindo de 0,4%, em 2014 e concluindo a década com 1,7% dos professores da Educação Básica apresentando formação em nível de pós-graduação com curso de doutorado.

Embora não conste nesse relatório informações sobre as políticas públicas que assegurem a formação docente nesse nível de estudo, sabe-se, no entanto, que muitos docentes financiam seus cursos de Pós-Graduação, especialmente em nível de especialização.



Gráfico 23: Série histórica do percentual de professores da Educação Básica que realizaram cursos de Formação Continuada do município de Teresina-PI.



Fonte: INEP, Censo Escolar, 2014-2024.

O Gráfico 23 mostra a evolução do percentual de professores da Educação Básica de Teresina-PI que participaram de cursos de formação continuada entre 2014 e 2024, tendo como referência a meta de 100%. Em 2014 e 2015, o índice permaneceu em 30,0%, apresentando crescimento gradual nos anos seguintes, com destaque para 2017, quando atingiu 43,8%.

A partir de 2020, observa-se uma trajetória de avanço mais consistente, superando a marca dos 50% em 2021, e alcançando 55,8% em 2024, o maior valor da série, podendo ser justificado pelo período da pandemia em que houve uma maior adesão, por parte dos professores, aos processos formativos, sobretudo, no formato online, e pela oferta de formação continuada em novas áreas e/ou componentes curriculares. Apesar da evolução positiva ao longo dos anos, o indicador segue abaixo da meta, indicando a necessidade de fortalecer as políticas voltadas à formação continuada dos docentes.



16.1 Estratégias



Estratégias	Prazo	Observações/ execução da estratégia	Previsões Orçamentarias	Estratégia realizada/ Não iniciada /Em andamento e Parcialmente realizada
16.1) Realizar, em regime de colaboração, o planejamento estratégico para dimensionamento da demanda por formação continuada e fomentar a respectiva oferta por parte das instituições públicas de Educação Superior, de forma orgânica e articulada às políticas de formação do Estado e do Município.	2025			REALIZADA PARCIALMENTE
16.2) Colaborar com a política nacional de formação de profissionais da Educação Básica, definindo diretrizes municipais e estaduais, áreas prioritárias, instituições formadoras e processos de certificação das atividades formativas.	2025			NÃO REALIZADA
16.3) Expandir programa de composição de acervo de obras didáticas, paradidáticas, literárias e dicionários, bem como programa específico de acesso a bens culturais, incluindo obras e materiais produzidos em Libras e Braille, sem prejuízo de outros, a serem disponibilizados para os professores da rede pública de Educação Básica, favorecendo a construção do conhecimento e a valorização da cultura da investigação.	2025			NÃO REALIZADA
16.4) Divulgar portal eletrônico para subsidiar a atuação dos professores da	2025	Devido ao pouco tempo disponível não foi possível obter esses dados.		SEM DADOS PARA ANÁLISE



Estratégias	Prazo	Observações/ execução da estratégia	Previsões Orçamentarias	Estratégia realizada/ Não iniciada /Em andamento e Parcialmente realizada
Educação Básica, disponibilizando gratuitamente materiais didáticos e pedagógicos suplementares, inclusive, aqueles com formato acessível.				
16.5) Instituir e consolidar, no âmbito municipal, em parceria com as instituições formadoras, portal eletrônico para subsidiar a atuação dos professores da Educação Básica, disponibilizando gratuitamente materiais didáticos e pedagógicos suplementares, inclusive, aqueles com formato acessível.	2025	Devido ao pouco tempo disponível, não foi possível obter esses dados.		SEM DADOS PARA ANÁLISE
<p>16.6) Ampliar a oferta de bolsas de estudo para pós-graduação stricto sensu, aos professores e demais profissionais da Educação Básica, na área de atuação.</p> <p>POSIÇÃO: 16.6 Estabelecer parcerias com as instituições públicas de ensino superior para pós-graduação stricto sensu, para os professores e demais profissionais da Educação Básica, na área de atuação.</p>	2025	Conforme dados apresentados (fonte: Censo da Educação Básica 2014; 2024; 2025/INEP), é impossível constatar se o município de Teresina cumpriu parcialmente a meta de formar 50% dos professores da Educação Básica, pois os dados não são precisos, não há separação de quem já concluiu a pós-Graduação lato sensu, <i>stricto sensu</i> de Mestres e de Doutores. Percebe-se que, embora tenha ocorrido avanços na formação em nível de Pós-Graduação, isso ocorreu de forma mais intensa no formato <i>lato sensu</i> , que compreende programas de Especialização e inclui os cursos com duração mínima de 360 horas, com obtenção de certificado.		REALIZADA PARCIALMENTE



Estratégias	Prazo	Observações/ execução da estratégia	Previsões Orçamentarias	Estratégia realizada/ Não iniciada /Em andamento e Parcialmente realizada
		Embora não conste nesse Relatório informações sobre as Políticas Públicas que assegurem a formação docente nesse nível de estudo, sabe-se que muitos docentes financiam seus cursos de Pós-Graduação, especialmente, em nível de Especialização.		
16.7) Assegurar, aos profissionais da educação das redes públicas de ensino, a liberação integral, sem redução de remuneração, para cursarem a pós-graduação stricto sensu, de acordo com o plano de formação, <u>assegurado 50% (cinquenta por cento) da carga horária para os docentes que têm 40 horas</u> , mediante compromisso de permanência na rede, após conclusão do curso por, pelo menos, igual período de afastamento.	2025	Pesquisar quadro de professores liberados.		REALIZADA



17 VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA



META 17

Valorizar os profissionais do magistério das redes públicas de Educação Básica de forma a equiparar seu rendimento médio ao dos demais profissionais com escolaridade equivalente, até o final do terceiro ano de vigência deste PME.

A Meta 17 do Plano Municipal de Educação de Teresina tem como objetivo garantir a valorização dos profissionais do magistério que atuam na rede pública de Educação Básica do município, considerando que tais profissionais são essenciais à construção de um ensino de qualidade e com equidade. Trata-se de meta estratégica para o fortalecimento da educação pública, que envolve a valorização docente em diferentes dimensões, tais como a oferta de formação inicial e continuada de qualidade, a disponibilização de recursos pedagógicos e infraestrutura adequados, a estruturação de planos de carreira, a remuneração justa e condições de trabalho apropriadas.

A meta estabelece a equiparação do rendimento médio dos profissionais do magistério ao dos demais trabalhadores com escolaridade equivalente, até o final do terceiro ano de vigência do PME. Essa medida reconhece que a valorização salarial constitui um dos pilares fundamentais para a melhoria da qualidade da educação e para a permanência de profissionais qualificados na carreira docente.

Para o acompanhamento dessa meta, foi definido o Indicador 17A, que mensura a razão entre o rendimento médio bruto dos profissionais do magistério das redes públicas da educação básica, com nível superior, e o rendimento médio bruto mensal dos demais profissionais com o mesmo nível de escolaridade. Esse indicador permite avaliar se houve avanços concretos na política de valorização salarial dos docentes e, conseqüentemente, analisar os esforços empreendidos para tornar a carreira do magistério mais atrativa e sustentável no contexto da educação pública municipal de Teresina.



Indicador 17A – Relação percentual entre o rendimento bruto médio mensal dos profissionais do magistério das redes públicas da educação básica, com nível superior completo, e o rendimento bruto médio mensal dos demais profissionais assalariados, com nível superior completo.

Tabela 26: Razão entre a remuneração média dos profissionais do magistério de 40 horas, das redes públicas de Educação Básica e a dos demais profissionais com escolaridade equivalente.

INDICADOR	Razão entre a remuneração média dos profissionais do magistério de 40 horas das redes públicas de Educação Básica aos dos demais profissionais com escolaridade equivalente.										Prazo:	Atingiu?
	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023		
Indicador 17 ^a												
Indicador 17B	??										Prazo:	Atingiu?
	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023		

Indicadores com inviabilidade de cálculo em nível municipal.

Na Meta 17 do PME, a valorização dos profissionais do magistério das redes públicas de Educação Básica com nível superior completo é proposta a partir da equiparação do rendimento bruto médio mensal desses profissionais com o rendimento bruto médio mensal dos demais profissionais com escolaridade equivalente, até o final do terceiro ano de vigência do PME.

No geral, essa meta trata da valorização docente por meio da implementação de Planos de Cargos, Carreira e Salários /PCCS para os profissionais do magistério das redes públicas de Educação Básica. Além disso, está em conformidade com a Lei do Piso (Lei Federal nº 11.738, de 16 de julho de 2008), que também trata da valorização docente, e com a Constituição Federal de 1988/CF-88, em especial o artigo 206, inciso V. Assim, os Planos de Cargos, Carreira e Salários devem observar esse marco legal, assegurando valorização salarial e condições adequadas de carreira de acordo com as normas legais superiores.

Em Teresina, essas leis se explicitam na seguinte sequência, quais sejam: o Estatuto e o Plano de Cargos e Salários do Magistério Público da Rede de Ensino do Município de Teresina, instituído pela Lei nº 2.972/2001, com alterações posteriores pela Lei Complementar nº 3.951/2009 e pela Lei Complementar nº 4.018/2010.

Ressalta-se que o cumprimento dessa meta passava pelas ações nas Estratégias 17.1, 17.2, 17.3 e 17.4 do PME. Na Estratégia 17.4, o município de Teresina, até o momento, ainda não constituiu o Fórum Permanente Paritário, com representação governamental e não governamental de



trabalhadores da educação, cujo prazo era até o final do primeiro ano de vigência do PME.

Conforme previsto na estratégia 17.3, essa seria uma ação a ser encaminhada pelo Conselho Municipal de Educação de Teresina/CME e o Conselho Estadual de Educação do Piauí/CEE. Caberia ao referido Fórum, o acompanhamento e avaliação do aumento da assistência financeira específica da União aos entes federados (Estados e Municípios) para implementação de Políticas de Valorização dos Profissionais do Magistério, em particular, o Piso Salarial Profissional Nacional/PSPN, definida pela estratégia 17.3, e monitorar a implementação do PSPN da Educação Básica de Teresina, conforme prevê a lei do Piso, (art. 5º, da Lei Federal nº 11.738, de 16 de julho de 2008).

Observa-se, no entanto, descumprimentos reiterados, principalmente nos anos mais recentes, para a inobservância dessas leis, pois valorizar professor é atender a quatro fatores, quais sejam: salários, formação inicial e continuada, condições de trabalho e de vida, e carreira.

A carreira precisa ser respeitada num PCCS, e o Plano Municipal de Teresina prevê essa ascensão na carreira docente até mesmo pelo próprio percentual que traz de um nível ao outro, explícito no Plano de Carreira Municipal de Teresina.

Outro descumprimento no PME de Teresina que compromete a valorização docente é a não instituição de uma Comissão Permanente Paritária entre organização sindical dos trabalhadores em educação, eleitos em assembleia, e do poder público, para elaborar, reestruturar e implementar os Planos de Carreira, imediatamente após a aprovação deste PME, pois até o momento da elaboração desse relatório, não se tem conhecimento sobre a efetiva realização dessa iniciativa. Tal ação conta com 10 anos de vigência deste PME sem ser cumprida, o que contribui para a desmotivação do trabalho docente e para o fortalecimento de uma cultura social de desrespeito a esse profissional do ensino. Daí, a necessidade de se lutar para garantir uma vida digna aos docentes e, conseqüentemente, a qualidade educacional.



17.1 Estratégias

Estratégias	Prazo	Observações/ execução da estratégia	Previsões Orçamentarias	Estratégia realizada/ Não iniciada /Em andamento e Parcialmente realizada
17.1) Constituir como tarefa do fórum permanente o acompanhamento da evolução salarial por meio de indicadores da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio - PNAD, periodicamente divulgados pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE	2025			NÃO INICIADA
17.2) Implementar planos de carreira para os profissionais do magistério das redes públicas de Educação Básica, observados os critérios estabelecidos na Lei Federal nº 11.738, de 16 de julho de 2008, com implantação gradual do cumprimento da jornada de trabalho em um único estabelecimento escolar.	2025			PARCIALMENTE REALIZADA
17.3) Acompanhar e avaliar a ampliação da assistência financeira específica da União aos entes federados para implementação de políticas de valorização dos profissionais do magistério, em particular o piso salarial nacional profissional, conforme prevê o art. 5º, da Lei Federal nº 11.738, de 16 de julho de 2008.	2025			NÃO REALIZADA
17.4) Constituir, em um ano do Plano vigente por iniciativa do Conselho Municipal de				NÃO REALIZADA



Estratégias	Prazo	Observações/ execução da estratégia	Previsões Orçamentarias	Estratégia realizada/ Não iniciada /Em andamento e Parcialmente realizada
Educação de Teresina e Conselho Estadual de Educação do Piauí, até o final do primeiro ano de vigência deste PME, fórum permanente paritário, com representação governamental e não governamental de trabalhadores da educação, eleita por seus pares em assembleia, para monitoramento da implementação do piso salarial nacional para os profissionais do magistério público da educação básica de Teresina, conforme prevê o art. 5º, da Lei Federal nº 11.738, de 16 de julho de 2008.				



18. VALORIZAÇÃO DO PROFESSOR



META 18

Assegurar, no prazo de 1 (um) ano, a existência de planos de carreira para os profissionais da Educação Básica e superior da rede pública e privada de ensino e, para o plano de carreira dos profissionais da Educação Básica pública, tomar como referência o piso salarial nacional profissional, definido em lei federal, nos termos do inciso VIII, do art. 206, da Constituição Federal de 1988.

A Meta 18 tem como objetivo monitorar a existência de planos de carreira e remuneração no âmbito das redes públicas e privadas de ensino do município de Teresina, bem como o cumprimento da Lei nº 11.738/2008. Essa legislação estabelece o piso salarial nacional para os profissionais da educação pública, definindo o valor mínimo proporcional do vencimento básico para a jornada de 40 horas semanais, além de determinar o limite de 2/3 (dois terços) da carga horária destinada às atividades de interação com os educandos pelos profissionais do magistério.

A meta busca assegurar, no prazo de um ano de vigência do plano, a implementação de planos de carreira para os profissionais da Educação Básica e Superior das redes pública e privada do município de Teresina. Essa meta reforça o papel dos planos de carreira como instrumentos essenciais para a valorização profissional, a progressão funcional e a permanência qualificada dos trabalhadores da educação, e a adoção do piso salarial como referência garante padrões mínimos de remuneração, contribuindo para a equidade e a justiça nas políticas educacionais.

A análise do cumprimento da Meta 18 envolve a verificação da existência, atualização e efetividade dos planos de carreira, bem como sua conformidade com os dispositivos legais vigentes. Assim, para a análise da referida meta fez-se uma escala dos percentuais de vencimento básico do período, com o intuito de avaliar se a política salarial instituída na rede de ensino, no recorte temporal descrito abaixo, respeitou as determinações da valorização docente, a partir do que rege a Lei do Piso Nacional dos Profissionais da Educação Básica.

O município de Teresina, a partir do ano de 2020, remete a uma análise complexa no seu contexto de seguimento da lei do PSPN. O período de 2020, ano da pandemia e de instituição do novo Fundeb, deparou-se com perdas, considerando que o percentual de reajuste do Piso Salarial Profissional Nacional (PSPN), no ano mencionado, foi de 12,84%, conforme a Lei Piso nº



11.738/2008, e no município de Teresina, conforme Anexos I e II da lei Complementar nº 5.501/2020, houve o descumprimento do percentual total, pois dividiram ilegalmente este percentual em duas parcelas iguais de 6,42%, quais sejam: a) a primeira parcela (6,42%), a ser paga a partir de janeiro (2020), tendo sido paga somente em março/2020 com o retroativo de janeiro e fevereiro (2020); b) a segunda (6,42%) com os acréscimos da primeira parcela (6,42%), ficando os 12,84% a serem pagos somente a partir de 1º de agosto, conforme a Lei Complementar da PMT, mas que foi paga somente no final de agosto de 2020.

Porém, o não pagamento do retroativo dos 6,42% devidos, referentes aos 07 meses: janeiro, fevereiro, março, abril, maio, junho e julho/2020 gerou débito, junto ao erário municipal (PMT/SEMEC), quanto ao retroativo dos recursos do reajuste do PSPN referentes aos 07 meses não pagos, o equivalente aos 6,42% não cumprido (CF/88, Lei Piso, Novo FUNDEB, Lei do PNE 2014-20240), além de leis Estaduais do Piauí e leis municipais, como o PCCS.

O período de 2021, ainda em pandemia, e a continuidade de aulas remotas ocasionou enorme perda em relação ao PSPN, uma vez que não foi concedido o reajuste federal, tendo em vista a Lei Complementar 173/2020, que estabelece o Programa Federativo de Enfrentamento ao Coronavírus SARS-CoV-2 (Covid-19), altera a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000. A referida Lei Complementar instituiu alguns pontos para as ações da administração pública durante o período pandêmico.

Dentre essas medidas, destaca-se a restrição ao aumento das despesas, como: contratação de pessoal e proibição de reajuste para servidores. Mesmo assim, os recursos financeiros do FUNDEB de Teresina chegaram às contas, mensalmente, em meio a escolas fechadas com aulas ministradas de forma remota, fato esse que gerou economia não só a esse município como também aos demais municípios brasileiros, gerando excedentes do FUNDEB, ou seja, as sobras dos recursos da receita ao Fundo, arrecadadas naquele ano (2021), que geraram o chamado rateio do FUNDEB. Observou-se, no cenário nacional, que estados e municípios repassaram os recursos à cota-parte da subvinculação dos 70% aos profissionais da educação, conforme a lei do Novo FUNDEB. No entanto, em Teresina, isso não ocorreu, pois não houve a partilha do referido recurso. No período de 2022, ocorreu injustiça no reajuste do PSPN, bem como o não repasse do rateio do Fundeb, ocasionando uma greve de 212 dias.

O reajuste do PSPN, determinado no percentual de 33,23%, aos Profissionais do Magistério da Educação, não foi cumprido pela PMT. Também, de forma autoritária e sem ouvir a categoria docente em suas solicitações, mesmo em meio à Audiência Pública na Câmara dos Vereadores, a PMT enviou um Projeto de reajuste para os Profissionais do Magistério da Educação, de apenas 16%, ferindo o reajuste federal, além de não apresentar anexo ao Projeto a planilha de impacto



financeiro e orçamentário em relação à aplicação, conforme a própria Lei Federal do reajuste do PSPN. Ilegalmente, de 29 vereadores, 24 votaram de acordo com a PMT, que tem ampla maioria a seu favor, aprovando, com esse feito, no dia 24/02/2022, o Projeto ilegal de reajuste de apenas 16%, com efeitos retroativos a partir de 1º de janeiro de 2022, por meio da Lei Complementar Municipal nº 5.703/22.

Assim, restou uma diferença de 17,23%, fato que gerou uma greve de 212 dias em meio a audiências públicas, reuniões junto ao MPPI, TCE/PI, judicializações de ações contra a SEMEC/PMT, entre outros. Outra grande ilegalidade detectada pela categoria dos Profissionais da Educação, por meio de seu sindicato (SINDSERM), diz respeito a uma compra de 100 mil livros realizada com recursos da educação, via FUNDEB, com o pagamento no mês de novembro/2021. Tais livros retratam o município de Teresina e foram produzidos em Manaus, no valor de R\$ 6,5 milhões, sem licitação, sendo: R\$ 4 milhões oriundos do recurso do FUNDEB e R\$ 2,5 milhões provenientes da conta do Tesouro Municipal, ou seja, recursos próprios. A evidência desses dados só apareceu ao público a partir da prestação contábil ao Conselho de Acompanhamento e Controle Social (CACS do FUNDEB) em março de 2022.

De posse desses dados, houve estranhamento por parte de alguns Conselheiros, principalmente, do segmento da representação sindical que, ao observar a vultosa soma e a forma de aquisição, diferente das aquisições via MEC, passaram a analisar com mais rigor os dados da compra, especialmente a compra do valor de R\$ 4.000.000,00 pagos com os recursos do FUNDEB. Tal ação não foi acatada, e o Conselho emitiu Parecer favorável à reprovação das contas do FUNDEB, fato esse que se intensificou depois em mais 05 pareceres posteriores, referentes às novas irregularidades apresentadas nas prestações de contas do FUNDEB. Também se encontra judicializado pelo Sindicato dos Servidores Municipais esse processo de compra ilegal de livros.

O período de 2023 se inicia com as irregularidades já destacadas dos anos anteriores, judicializadas, como a compra de livros, as diferenças salariais não pagas e o não recebimento do rateio do FUNDEB, entre outros. A gestão do executivo municipal tem se negado, principalmente, em fazer o acordo de repasse da cota-parte dos recursos do FUNDEB aos profissionais da educação. No mês de janeiro de 2023, a PMT, surpreendentemente, antecipou o pagamento da primeira parcela do 13º salário dos Profissionais do Magistério da Educação Básica Pública, do ano de 2023, sem, contudo, fazer referência ao reajuste federal de 14,9% do Piso para 2023, conforme Portaria nº 17 do Diário Oficial da União/DOU.

Com esse reajuste do PSPN, somado à porcentagem de 17, 23%, referente à diferença do reajuste de 33,23%, do ano de 2022, não repassada, uma vez que o município só cumpriu 16%, restou, portanto, o reajuste de 32,13% (14,9% + 17,23%) para o ano 2023. A PMT implantou



reajuste de 32%, apenas para a classe auxiliar e 15% nas demais classes, em desacordo com a lei do Plano de Cargos, Carreira e Salários da própria Rede Municipal, pois não garantiu os níveis, o escalonamento, o efeito cascata que tem o Plano, que prevê a ascensão docente, considerando o tempo de serviço, a experiência e a formação, em níveis e classes, a titulação, restando déficit de reajuste salarial (PSPN) de 17,18% (32,18% - 15%).

Dessa forma, desrespeita-se a valorização docente, prescrita há mais de 30 anos na CF/88, LBD 9393/96, PNE (Meta 17, 2014-2024), Lei do Novo FUNDEB e a própria Lei do Piso do Magistério de 2008, além de leis estaduais e municipais, causando desmotivação profissional no magistério Municipal de Teresina.

Em 2024, o percentual de reajuste do piso nacional do magistério foi correspondente a 3,62%, sendo que a PMT implantou 5%. Contudo, o reajuste necessário para a correção do déficit acumulado representa **20,8%**, equivalente a 3,62% + 17,18%, deixando, mais uma vez, os profissionais do magistério com déficit de reajuste salarial (PSPN) de 15,8%.

Em 2025, o reajuste do piso salarial nacional para o magistério corresponde a 6,27% e a PMT implantou 6,5%. Dessa forma, o déficit acumulado representa 22,07% (15,8% + 6,27%), implicando na necessidade de fortalecimento da política de valorização dos profissionais do magistério.

A tabela 27 apresenta uma série histórica dos percentuais de reajustes para o período de 2014 a 2024, tendo como referência a Lei do Piso Nacional e os reajustes concedidos em nível municipal.

Tabela 27: Percentual de reajuste do Piso Salarial Profissional Nacional (PSPN) 2014 - 2024.

	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
% DO PISO NACIONAL (PSPN)	8,32	13,1	11,36	7,64	6,81	4,17	12,84	00,0	33,23	14,95	3,62
% REAJUSTE MUNICIPAL TERESINA	8,32	13,1	11,36	7,64	6,81	4,17	MARCO 6,42 + 6,42 AGOSTO	00,0	16,0	15	5,0

Fonte: Elaborado pelo Grupo de Trabalho do Fórum Municipal de Educação (Valorização dos profissionais do magistério)

Os dados demonstram que no ano de 2021 não houve reajuste do Piso. No período de 2020 e 2022 houve descumprimento da Lei do Piso Nacional pela Rede Municipal, chegando ao ano de 2023 sem a reposição dos valores devidos à categoria dos profissionais da educação. Em março

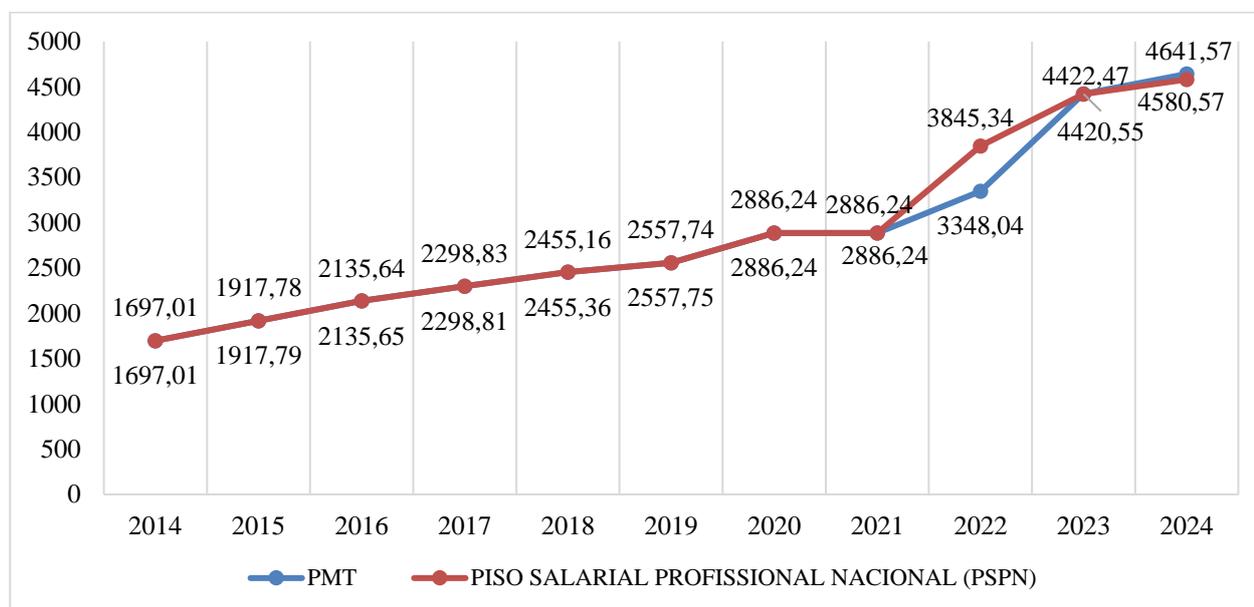


de 2020 foi implantado 6,42% (de 12,48%), com retroativo a janeiro, e uma segunda parcela, de 6,42%, em agosto, sem retroativo de janeiro a julho, causando débito referente aos 7 meses. Até o momento, não foram restituídos aos profissionais do Magistério.

Em 2022, o reajuste também foi descumprido, ficando um déficit de 17,23% para os profissionais. No período de 2023 e 2024, apesar de o reajuste concedido ter sido acima do percentual estabelecido pelo Piso nacional, as categorias seguiram com déficit de 15,8%, com perdas que perduram até o presente ano de 2025.

O gráfico 24 a seguir, apresenta o comparativo do vencimento base inicial do magistério público da Educação Básica do município de Teresina e o piso salarial profissional nacional.

Gráfico 24: Vencimento Base Inicial do Magistério Público da Educação Básica e Piso Salarial Profissional Nacional - 2014 – 2023 (TERESINA/PI)



Fonte: Dados produzidos com base no Diário Oficial do Município de Teresina (2014-2024)

Conforme demonstrado no gráfico 23, observa-se que até o ano de 2021 não havia discrepância entre o vencimento base e o piso salarial profissional. Em 2022, no entanto, o piso superou o vencimento base em R\$ 497,30. Em 2023 e 2024, os valores do vencimento base começaram a superar, ainda que de forma modesta, o piso nacional, com diferenças de R\$ 1,92 e R\$ 61,00, respectivamente.

18.1 Estratégias



Estratégias	Prazo	Observações/ execução da estratégia	Previsões Orçamentarias	Estratégia realizada/ Não iniciada /Em andamento e Parcialmente realizada
<p>18.1) Estruturar as redes públicas de Educação Básica de modo que, até o final de vigência deste PME, 80% (oitenta por cento), no mínimo, dos respectivos profissionais do magistério e 20% (vinte por cento), no mínimo, dos respectivos profissionais da educação não docentes sejam ocupantes de cargos de provimento efetivo e estejam em exercício nas redes escolares a que se encontrem vinculados.</p>	2025	<p>Há enorme quantidade de professores substitutos nas escolas, apesar de realização de concursos recente, o processo de contratação não ocorre de forma efetiva.</p>		<p>NÃO REALIZADA ENCAMINHAMENTO 18.1 Estruturar as redes públicas de Educação Básica de modo que, até o final de vigência deste PME, <u>90% (noventa por cento)</u>, no mínimo, dos respectivos profissionais do magistério e <u>90% (noventa por cento: sendo 40% no 1º biênio e 50% no 2º biênio)</u> no mínimo, dos respectivos profissionais da educação não docentes sejam ocupantes de cargos de provimento efetivo e estejam em exercício nas redes escolares a que se encontrem vinculados.</p>
<p>18.2) Implantar, nas redes públicas de Educação Básica e superior, acompanhamento dos profissionais iniciantes, supervisionados por equipe de profissionais experientes, a fim de fundamentar, com base em avaliação documentada, a decisão pela efetivação após</p>				<p>NÃO REALIZADA</p>



Estratégias	Prazo	Observações/ execução da estratégia	Previsões Orçamentarias	Estratégia realizada/ Não iniciada /Em andamento e Parcialmente realizada
o estágio probatório, e oferecer, durante esse período, curso de aprofundamento de estudos na área de atuação do professor, com destaque para os conteúdos a serem ensinados e as metodologias de ensino de cada disciplina.				
18.3) Garantir, nos planos de Carreira dos profissionais da educação do Estado e do Município, licenças remuneradas e incentivos para qualificação profissional, inclusive em nível de pós-graduação stricto sensu.	2025	Lei nº 2972, de 17 de janeiro de 2001 - Estatuto e o Plano de Cargos e Salários do Magistério Público da rede de ensino do município de Teresina.		REALIZADA (RESSALVAS) ENCAMINHAMENTO: 18.3 Garantir, nos planos de Carreira dos profissionais da educação do Estado e do Município, licenças remuneradas e incentivos para qualificação profissional, inclusive, em nível de pós-graduação stricto sensu, <u>imediatamente após a comprovação da matrícula dos mesmos.</u>
18.4) Contribuir com o Ministério da Educação-MEC na realização anual do censo dos profissionais da Educação Básica de outros segmentos que não os do magistério.	2025			REALIZADA
18.5) Considerar as especificidades socioculturais das escolas do campo e das comunidades indígenas e quilombolas no provimento de cargos efetivos para essas escolas.	2025			NÃO REALIZADA



Estratégias	Prazo	Observações/ execução da estratégia	Previsões Orçamentarias	Estratégia realizada/ Não iniciada /Em andamento e Parcialmente realizada
18.6) Instituir comissão permanente paritária entre organização sindical dos trabalhadores em educação eleitos em assembleia e do poder público, para elaborar, estruturar e implementar os planos de carreira, imediatamente após a aprovação deste PME.	2025	Lei nº 2972, de 17 de janeiro de 2001 - Estatuto e o Plano de Cargos e Salários do Magistério Público da rede de ensino do município de Teresina.		NÃO REALIZADA NA REDE ESTADUAL E REALIZADA NA REDE MUNICIPAL
18.7) Garantir que a comissão permanente paritária realize estudos para enquadramento adequado aos profissionais da educação.	2025	Já houve dois encontros entre diretores do Sindsem e representantes do CME, entretanto, nada de concreto foi realizado no intuito da formação e legalização da comissão.		NÃO REALIZADA
18.8) Garantir, acompanhar e fiscalizar, nos novos Planos de Cargos, Carreiras e Salários dos servidores públicos municipais, progressão automática de dois em dois anos, após o terceiro ano de estágio probatório, assegurando a retroatividade devida durante os trâmites burocráticos.	2025	Possui PCCS, não ocorre a progressão automática, pauta levada à gestão do município, por meio do documento com lista de reivindicação entregue anualmente para a gestão municipal.		NÃO REALIZADA



19 GESTÃO DEMOCRÁTICA



Assegurar condições, no prazo de 2 (dois) anos, para a efetivação da gestão democrática da educação, associada a critérios técnicos de mérito e desempenho e à consulta pública à comunidade escolar, no âmbito das escolas públicas, prevendo recursos e apoio técnico da União para tanto.

A Meta 19 do Plano Municipal de Educação de Teresina trata da efetivação da gestão democrática no âmbito das escolas públicas, com o objetivo de assegurar, no prazo de dois anos, a implementação de práticas de gestão baseadas na participação efetiva da comunidade escolar no contexto da rede pública de ensino do município.

Conforme estabelecido pela meta, a escolha de diretores e diretoras das escolas públicas deve estar associada a critérios técnicos de mérito e desempenho, além de ser conduzida por meio de consulta pública junto à comunidade escolar. Essa diretriz visa fortalecer a participação coletiva nos processos decisórios, promovendo uma gestão democrática e comprometida com a qualidade da educação. Para o monitoramento da meta, foram definidos três indicadores relacionados à gestão democrática da educação:

- **Indicador 19A:** mede o percentual de escolas públicas que selecionam diretores por meio de processo seletivo qualificado e eleição com participação da comunidade escolar;
- **Indicador 19B:** verifica o percentual de unidades de ensino públicas com conselhos escolares instituídos;
- **Indicador 19C:** avalia a existência de colegiados extraescolares no município de Teresina, como o Conselho Municipal de Educação, o Conselho de Acompanhamento e Controle Social do Fundeb, o Conselho de Alimentação Escolar e os Fóruns Permanentes de Educação.

Esses mecanismos de participação desempenham um papel estratégico na consolidação da gestão democrática e no fortalecimento da articulação entre a escola, a sociedade e o poder público. Assim, a Meta 19 constitui um componente fundamental para garantir maior legitimidade, eficiência e transparência na gestão do sistema educacional municipal.



Indicador 19A: Percentual de escolas públicas que selecionam diretores por meio de processo seletivo qualificado e eleição com participação da comunidade escolar.

Indicador 19A: Percentual de escolas públicas que selecionam diretores por meio de processo seletivo qualificado e eleição com participação da comunidade escolar.				Atingiu?
2013 a 2015	2016 a 2018	2019 a 2021	2022 a 2025	
93,4%	85,2%	62,2%	67,3%	Não

Fonte: Dados fornecidos pela SEMEC

Observa-se que o indicador 19A não foi integralmente cumprido, uma vez que os processos de eleições para gestores escolares ainda não acontecem em todas as unidades de ensino. A consolidação da gestão democrática, nesse aspecto, depende da aprovação de alteração da Lei 5.301/2018.

Atualmente, tramita internamente na SEMEC um Projeto de Lei que estabelece diretrizes para a realização de eleição direta em 100% das unidades de ensino com Conselho Escolar, além de prever critérios de mérito e desempenho para indicação de gestores naquelas onde não houve eleição, atendendo o artigo 14 da Lei Federal 14.113/2020. Vale destacar que não há dados referentes às escolas públicas estaduais.

Indicador 19B: Percentual de unidades de ensino públicas com conselhos escolares instituídos.

Indicador 19B: Percentual de unidades de ensino públicas com conselhos escolares instituídos.											Atingiu?
2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	
100 %	99,67 %	99,67 %	99,34 %	99,02 %	98,71 %	98,40 %	98,11 %	99,7%	99,7%	100 %	Sim

Fonte: Dados fornecidos pela SEMEC

O indicador 19B foi plenamente alcançado, com 100% das unidades de ensino contando com Conselhos Escolares instituídos, em 2024. A formalização desses Conselhos, além de essencial para o fortalecimento da gestão democrática, é também condição "sine qua non" para o recebimento de recursos financeiros pelas escolas.

Indicador 19C: Percentual de existência de colegiados extraescolares (conselho municipal de educação, conselho de acompanhamento e controle social do Fundeb, conselho de alimentação escolar e fóruns permanentes de educação) no município de Teresina.



O controle social tem como finalidade principal a participação da sociedade na gestão pública, com o objetivo de fiscalizar e monitorar as ações do governo, garantindo a transparência, a eficiência e a correta aplicação dos recursos públicos, além de fortalecer a democracia e a cidadania. Ademais, permite que os cidadãos exerçam um papel ativo na administração pública, acompanhando de perto as decisões e ações do governo e denunciando eventuais irregularidades ou desvios.

No município de Teresina, o Conselho Municipal de Educação (CME/THE), o Conselho de Alimentação Escolar (CA/THE) e o Conselho de Acompanhamento e Controle Social do Fundeb (CACS FUNDEB), assim como o Fórum Municipal de Educação de Teresina (FME/THE) têm exercido papel preponderante no monitoramento, na avaliação e na fiscalização das políticas educacionais do município.

O Conselho Municipal de Educação de Teresina (CME/THE)

O Conselho Municipal de Educação (CME), órgão do Sistema Municipal de Ensino, por agregar as funções normativa, deliberativa, mobilizadora, consultiva, propositiva e fiscalizadora, tem um importante papel na orientação e disciplinamento da Educação Básica da Rede Municipal de Ensino, bem como da Rede Privada, no âmbito da Educação Infantil do Município de Teresina. Este colegiado é composto por 9 (nove) representações e traz em sua natureza os princípios de cooperação, participação e representatividade da sociedade civil e órgãos públicos, na gestão da educação de qualidade.

O Conselho de Alimentação Escolar de Teresina (CAE/THE)

O Conselho de Alimentação Escolar (CAE) de Teresina é um órgão colegiado responsável por fiscalizar a aplicação dos recursos e a qualidade da alimentação escolar oferecida nas escolas municipais. O CAE acompanha desde a produção dos alimentos até a prestação de contas dos gastos relacionados ao assunto, visando garantir uma alimentação saudável e adequada aos estudantes. O CAE de Teresina é composto por representantes da sociedade civil, trabalhadores da educação, pais e alunos, com o objetivo de garantir a participação de diferentes segmentos da comunidade escolar nas decisões sobre a alimentação escolar.

Conselho de Acompanhamento e Controle Social do FUNDEB – (CACS-FUNDEB/THE)

Para o acompanhamento, o monitoramento e a fiscalização de sua execução, a legislação prevê um mecanismo de controle social, possibilitando a participação direta do cidadão na gestão



da política pública, seja de forma individual ou coletiva, como é o caso do Conselho de Acompanhamento e Controle Social do FUNDEB – O CACS-FUNDEB de Teresina.

O CACS-FUNDEB/THE é organizado na forma de colegiado, criado pela Lei Municipal nº 5.574, de 29 de março de 2021, em conformidade com o artigo 212-A da Constituição Federal, regulamentado na forma da Lei Federal nº 14.113, de 25 de dezembro de 2020. Tem por objetivo o fortalecimento entre a sociedade civil e o Poder Público. Este compromisso com a Administração Pública, que representa um dos mecanismos de exercício da cidadania, incentiva a participação de todos na fiscalização e na busca por soluções que corroborem o desenvolvimento da Nação.

O Fórum Municipal de Educação de Teresina (FME/THE)

O Fórum Municipal de Educação de Teresina (FME/THE) é constituído por representantes dos mais diversos segmentos da sociedade civil e representação governamental. É a mais legítima expressão da participação social no acompanhamento, em âmbito local, da política educacional do município. Tem como principal função o monitoramento e avaliação do Plano Municipal de Educação do município.

O FME/THE exerce as funções deliberativa, mobilizadora, consultiva e de acompanhamento das ações que garantam a democratização da gestão e a qualidade social da educação, tendo como princípio a democracia e o diálogo, com vistas a integrar todos os níveis, etapas e modalidades, em uma abordagem sistêmica, considerando o planejamento e gestão, o financiamento, a formação inicial e continuada dos profissionais em educação e a garantia das condições de oferta educacional, com qualidade social e, ainda, o acompanhamento da execução e avaliação do PME.

O FME/THE é composto por 26 representações na sua composição, cultivando como princípio a paridade entre essas representações, com a presença de instituições governamentais e a sociedade civil organizada (Conselhos, Núcleos de pesquisas, sindicatos, associações, etc.)



19.1 Estratégias



Estratégias	Prazo	Observações/ execução da estratégia	Previsões Orçamentarias	Estratégia realizada/ Não iniciada /Em andamento e Parcialmente realizada
19.1) Priorizar o repasse de transferências voluntárias para as Unidades de Ensino da Rede Municipal, respeitando-se a legislação nacional, visando maior autonomia da gestão escolar.	2025	As Unidades de Ensino da Rede Pública Municipal de Teresina recebem regularmente os recursos do Fundo Rotativo, portanto, 100% das escolas estão atendidas com esse recurso, contudo, há 05 escolas que ainda não receberam repasses federais porque não concluíram o processo de regularização do CNPJ		Parcialmente realizada
		As Unidades de Ensino da Rede Pública Estadual de Teresina recebem regularmente recursos para manutenção por meio do PACTUE (Programa Autonomia, Cooperação e Transparência das Unidades Escolares).		Ação não iniciada (A SEDUC não repassa recursos às Unidades de Ensino da Rede Municipal).
19.2) Ampliar os programas de apoio e formação aos conselheiros dos conselhos de acompanhamento e controle social do Fundeb, dos conselhos de alimentação escolar e de outros, e aos representantes educacionais em demais conselhos de acompanhamento de políticas públicas, garantindo a esses colegiados acesso aos documentos legais necessários ao monitoramento e fiscalização, recursos financeiros, espaço físico	2025	No âmbito da Secretaria Municipal de Educação – SEMEC, o Conselho de Acompanhamento e Controle Social do FUNDEB e o Conselho de Alimentação Escolar têm desempenhado suas funções de forma a garantir monitoramento e fiscalização, por meio de instrumentais e relatórios que evidenciam as ações executadas. Os dois Conselhos funcionam em instalações custeadas pela SEMEC, recebem ajuda de transporte para comparecer às sessões ordinárias e extraordinárias e visitas às Unidades de Ensino onde se fizerem		Ação realizada



Estratégias	Prazo	Observações/ execução da estratégia	Previsões Orçamentarias	Estratégia realizada/ Não iniciada /Em andamento e Parcialmente realizada
adequado, equipamentos e meios de transporte para visitas à rede escolar, com vistas ao bom desempenho de suas funções.		<p>necessárias. Os técnicos da SEMEC realizam formação continuada, periodicamente, com temáticas específicas propostas pelos Conselhos.</p> <p>CONTRIBUIÇÕES DA CONFERÊNCIA: Garantir condições a esses colegiados para acompanhamento, monitoramento e fiscalização dos recursos financeiros e demais ações previamente planejadas; Normatizar sistemática de acompanhamento e fiscalização do transporte escolar, conforme legislação nacional.</p>		
		<p>No âmbito Estadual, a SEDUC, por meio do Conselho de Alimentação Escolar – CAE/PI, tem executado suas funções de maneira a exercer a fiscalização e monitoramento da execução dos recursos destinados à alimentação escolar. Além disso, vem garantindo o processo de formação continuada aos conselheiros, por meio de reuniões mensais, com explicações sobre aspectos relacionados à alimentação escolar e acompanhamento da execução dos recursos destinados às escolas.</p>		
19.3) Estimular o fortalecimento de conselhos escolares na rede pública como instrumentos de participação e fiscalização na gestão escolar e	2025	A SEMEC, por meio da Gerência de Assistência ao Educando – GAE, tem incentivado o fortalecimento dos Conselhos Escolares, mediante acompanhamento de		Ação realizada



Estratégias	Prazo	Observações/ execução da estratégia	Previsões Orçamentarias	Estratégia realizada/ Não iniciada /Em andamento e Parcialmente realizada
educacional, inclusive por meio de programas de formação de conselheiros, assegurando-se condições de funcionamento autônomo.		<p>ações que promovem maior participação dos conselheiros na gestão escolar, dentre elas, a eleição do biênio do Conselho escolar.</p> <p>CONTRIBUIÇÕES DA CONFERÊNCIA: Oferecer formação contínua aos gestores e conselheiros sobre a importância e atribuições do Conselho Escolar, estabelecendo cronograma das atividades propostas.</p>		
		<p>A SEDUC/UGIE/GGE/CACE tem apoiado os Conselhos Escolares no sentido de assumirem as suas dimensões: normativa, consultiva, deliberativa, fiscalizadora e mobilizadora, sabendo que é a Unidade Executora e se configura em instância máxima com representação de todos os segmentos da comunidade escolar.</p> <p>Na sede de cada GRE designou-se um técnico de gestão escolar para ser o responsável pelo apoio direto aos conselhos escolares, monitorando a renovação dos conselhos, a inserção das informações atualizadas na plataforma mobieduca.me quanto ao estatuto, ata de renovação, vigência, composição, calendário de reuniões e Planos de Aplicação financeira dos diversos programas, estadual e federal. A SEDUC tem ofertado formação aos técnicos das GREs, por meio do Canal Educação, com vista à atualização das</p>		

Estratégias	Prazo	Observações/ execução da estratégia	Previsões Orçamentarias	Estratégia realizada/ Não iniciada /Em andamento e Parcialmente realizada
		<p>informações e ao alinhamento dos trabalhos. Prevê, ainda, a oferta de formação permanente aos Conselheiros, a criação de fóruns e oficinas, com o objetivo de fortalecer a atuação dos Conselheiros Escolares da rede estadual de educação. Para isso, busca capacitá-los quanto às suas atribuições enquanto instância colegiada, com vistas a estimular a participação efetiva da comunidade escolar nas tomadas de decisões como instrumentos de participação e fiscalização na gestão escolar, potencializando suas ações em prol de uma gestão democrática participativa, social e humana. Está previsto, ainda no ano de 2024, formação para os conselheiros escolares de 100% das Unidades de Ensino Público Estadual de Teresina.</p>		
<p>19.4) Assegurar a permanência do Fórum Municipal de Educação - FME e sua efetiva atuação, no intuito de coordenar as conferências municipais de educação e efetuar o acompanhamento da execução do PME, em parceria com o Conselho Municipal de Educação - CME/THE.</p>	<p>2025</p>	<p>O Fórum Municipal de Educação – FME tem cumprido com seu papel de forma ativa, por meio do acompanhamento da execução das ações previstas no PME, junto aos órgãos competentes.</p> <p>Foram realizadas 03 Conferências Municipais de Educação (2022, 2024, 2025) com apoio da SEMEC e outras instituições.</p> <p>CONTRIBUIÇÕES DA CONFERÊNCIA: Propor ampliação dos recursos financeiros</p>		<p>Ação realizada</p>



Estratégias	Prazo	Observações/ execução da estratégia	Previsões Orçamentarias	Estratégia realizada/ Não iniciada /Em andamento e Parcialmente realizada
		destinados aos eventos realizados pelo Fórum Municipal de Educação.		
		<p>AÇÕES SEDUC</p> <p>A SEDUC/PI tem assento assegurado e atuante no FME/Teresina, colaborando no processo de monitoramento e avaliação do PME/Teresina 2015 a 2025.</p>		
<p>19.5) Estimular, em todas as redes de educação básica, a constituição e o fortalecimento de grêmios estudantis e associações de pais, assegurando-se, inclusive, espaços adequados e condições de funcionamento nas escolas, e fomentando a sua articulação orgânica com os conselhos escolares, por meio das respectivas representações.</p>	2025	<p>No âmbito da Educação Municipal não há proposta de implantação de Projetos/Programas de incentivo para criação e fortalecimento dos Grêmios Estudantis.</p> <p>No âmbito da Educação Estadual foram realizadas as seguintes ações:</p> <p>Criação de Grupos de Apoio Regionais sendo designado um técnico responsável pelo acompanhamento e formação dos grêmios estudantis em cada Gerência Regional.</p> <p>CONTRIBUIÇÕES DA CONFERÊNCIA:</p> <p>Propor a criação de grêmios estudantis nas escolas municipais de 6º ao 9º ano, estabelecendo prazos para constituição desse colegiado.</p> <p>AÇÕES SEDUC</p> <p>Capacitações para os técnicos de grêmio estudantil, conduzidas pela equipe da CACE/</p>		Não realizada



Estratégias	Prazo	Observações/ execução da estratégia	Previsões Orçamentarias	Estratégia realizada/ Não iniciada /Em andamento e Parcialmente realizada
		<p>SUGRES, a fim de qualificá-los para apoiar e formar novos grêmios estudantis.</p> <p>Encontros regionais nas GREs para acompanhar e monitorar o desenvolvimento dos grêmios estudantis existentes e realizar formações para fomentar a criação de novos grêmios nas escolas onde ainda não foram criados.</p> <p>Evento estadual para reunir gremistas de todo o Estado do Piauí, incentivando a troca de experiências e fortalecendo a interação entre os estudantes.</p> <p>Disponibilização de modelos de documentos, como ata de posse e estatuto, para auxiliar os grêmios na formalização de suas estruturas, garantindo que possam adaptar esses documentos conforme suas necessidades específicas. Realizou-se, também, coleta e registros do estatuto e a ata de posse dos grêmios da rede estadual, por meio de um formulário digital, com o objetivo de controlar e quantificar o número de grêmios ativos na rede de ensino estadual.</p> <p>Criação de Grupo de Comunicação para Presidentes de Grêmios; por meio da CACE/SUGRES faz-se a orientação dos estudantes que compõem a diretoria do grêmio para se articularem com o Conselho Escolar, por intermédio da representação deste segmento no Conselho, levando as</p>		



Estratégias	Prazo	Observações/ execução da estratégia	Previsões Orçamentarias	Estratégia realizada/ Não iniciada /Em andamento e Parcialmente realizada
		reivindicações do grêmio, tornando este segmento ativo e co-participativo. O município de Teresina possui 71 Unidades de Ensino Estadual com Grêmio.		
19.6) Contribuir para o fortalecimento de conselhos escolares e demais conselhos do sistema educacional, como instrumentos de participação e fiscalização na gestão escolar e educacional, inclusive por meio de programas de formação de conselheiros, assegurando-se condições de funcionamento autônomo.		<p>A Secretaria Municipal de Educação – SEMEC aderiu ao Programa de Fortalecimento dos Conselhos Escolares disponibilizado pelo Ministério da Educação;</p> <p>A SEMEC monitora a atuação dos conselhos e oferece apoio técnico, por meio de atendimentos periódicos, de forma a colaborar com a gestão da escola, no intuito de garantir o exercício da gestão democrática;</p> <p>A Secretaria Municipal de Educação – SEMEC aderiu ao Programa Escola e Comunidade, o qual está em processo de implementação; destaca-se que o conselho participa da elaboração, execução e aprova o plano da escola.</p> <p>CONTRIBUIÇÕES DA CONFERÊNCIA:</p> <p>Mapear demanda de reuniões dos conselhos escolares previstas no calendário escolar;</p> <p>Acompanhar e monitorar a execução das ações/reuniões do conselho escolar, por meio da inserção de dados e informações que evidenciem as atividades realizadas por esse colegiado;</p> <p>Elaborar proposta de formação continuada</p>		Parcialmente



Estratégias	Prazo	Observações/ execução da estratégia	Previsões Orçamentarias	Estratégia realizada/ Não iniciada /Em andamento e Parcialmente realizada
		para gestores e conselheiros escolares; Apoiar a ação do diretor, junto ao conselho escolar, no que diz respeito à participação e atuação dos conselheiros.		
		AÇÕES SEDUC A SEDUC tem implantado o Projeto: Escola Que Transforma, que engloba ações de fortalecimento da Gestão Escolar; um projeto que vem trazendo ações pensadas para tornar a gestão escolar efetivamente democrática, por meio de mecanismos de participação e co-gestão, de cursos de formação de conselheiros, com foco no fortalecimento dos Conselhos Escolares, de acordo com as diretrizes de Rede e a necessidade da Comunidade Escolar, para que a educação transforme vidas a partir do conhecimento e de práticas de cidadania.		
19.7) Aperfeiçoar a sistemática de avaliação da escola, das práticas de ensino e do desempenho do aluno, através do fortalecimento dos conselhos de classe, como órgão de apoio à gestão escolar.	2025	Nos conselhos de classe é discutida e analisada a sistemática de avaliação da escola, das práticas de ensino e do desempenho do aluno, conforme instituído nos calendários escolares, visando garantir apoio à escola, à comunidade e à gestão escolar. Vale destacar que os Superintendentes escolares acompanham a realização dos encontros bimestrais do conselho de classe previstos no Calendário Escolar.		Parcialmente



Estratégias	Prazo	Observações/ execução da estratégia	Previsões Orçamentarias	Estratégia realizada/ Não iniciada /Em andamento e Parcialmente realizada
		<p>CONTRIBUIÇÕES DA CONFERÊNCIA: Propor a reformulação e atualização dos conselhos de classe com aporte jurídico e pedagógico;</p>		
		<p>A cada ano letivo é aprimorada a Instrução Normativa que estabelece procedimentos operacionais para a aplicação da Sistemática de Avaliação da Aprendizagem da Rede Estadual de Ensino do Piauí e dá outras providências.</p> <p>Visando à melhoria da qualidade do ensino, por meio do acompanhamento sistemático e contínuo do processo de ensino e aprendizagem; o aprimoramento do processo de planejamento das ações administrativas e pedagógicas da escola; a melhoria do desempenho da direção, dos professores, estudantes e demais profissionais da educação nos diferentes momentos do processo educacional; a melhoria dos processos e mecanismos da gestão democrática, entre outros.</p>		Parcialmente
19.8) Estimular a participação e a consulta na formulação dos projetos político pedagógicos, currículos escolares, planos de gestão escolar e regimentos escolares por profissionais da educação, alunos e familiares.	2025	As Unidades de Ensino da rede pública Municipal participaram da formação e receberam atendimento individualizado por meio da Coordenação Pedagógica, para atualização do Projeto Político Pedagógico, incluindo os ajustes a serem feitos no Regimento Escolar.		Parcialmente



Estratégias	Prazo	Observações/ execução da estratégia	Previsões Orçamentarias	Estratégia realizada/ Não iniciada /Em andamento e Parcialmente realizada
		<p>CONTRIBUIÇÕES DA CONFERÊNCIA: Promover ação para elaboração e/ou atualização dos PPP's e regimentos escolares atendendo à legislação vigente; Prever no Edital de Calendário Escolar data para conclusão da elaboração e/ou atualização dos PPP's e regimentos escolares; Sendo o Regimento Escolar um documento legal, necessário para os atos regulatórios da instituição, que permitem que ela atue de acordo com a legislação, credenciada e reconhecida junto às autoridades que consentem seu funcionamento, está sendo organizada uma web conferência para socialização e orientações sobre a elaboração e ressignificação do Regimento Escolar, para todos os gestores da Rede Pública Estadual de ensino, visando o cumprimento das ações educativas estabelecidas no Projeto Político Pedagógico da escola, fazendo valer as propostas da instituição para que o processo de ensino e aprendizagem se desenvolva. E, ainda, servir como forma de aproximar a comunidade da escola, pois essa deve participar de sua elaboração e acompanhar o trabalho da escola, a fim de garantir que o Regimento Escolar seja cumprido adequadamente.</p>		
19.9) Aperfeiçoar a gestão democrática da educação,	2025	Há um projeto de lei em discussão para garantir a inclusão das escolas de tempo		Parcialmente



Estratégias	Prazo	Observações/ execução da estratégia	Previsões Orçamentarias	Estratégia realizada/ Não iniciada /Em andamento e Parcialmente realizada
<p>ampliando os critérios de seleção para gestores escolares, associando a eleição na comunidade escolar com critérios técnicos de mérito e desempenho, a serem aferidos por seleção pública, prevendo recursos e apoio técnico da União.</p>		<p>integral no processo de eleições para diretor, bem como unidades de ensino com menos de 03 anos de funcionamento. Destaca-se que neste projeto constam proposições de normativas com critérios para a nomeação de diretores em unidade de ensino onde não foi possível a eleição.</p> <p>CONTRIBUIÇÕES DA CONFERÊNCIA: Ampliar a discussão do projeto de Lei que trata da reformulação da Lei 5.301/2018, com observância nas condicionalidades do VAAR, conforme Resolução nº. 3, de 01 de julho/2024.</p> <p>Em nível estadual, a SEDUC realizou um processo seletivo para composição de um Banco de Gestores, com critérios técnicos que avaliam conhecimentos teóricos e técnicos da função de gestão escolar, bem como acompanhamento do desempenho de gestores, por meio de avaliações que contemplam as dimensões administrativa, pedagógica, financeira, relacional e político-institucional, considerando o cumprimento de metas pactuadas entre gestores e Secretaria. Nesse processo, os gestores assinam o Contrato de Gestão, no qual constam suas obrigações enquanto gestores públicos.</p>		



Estratégias	Prazo	Observações/ execução da estratégia	Previsões Orçamentarias	Estratégia realizada/ Não iniciada /Em andamento e Parcialmente realizada
		Com base no desempenho de resultados educacionais e nas avaliações externas, a SEDUC premia as 50 escolas com melhor nota no Ideb.		
19.10) Assegurar, em caso de proposta de fechamento de escolas do campo, a manifestação prévia do Conselho Municipal de Educação, conforme o que determina a Lei Federal nº 12.960, de 27 março de 2014.		Não há escola do campo na rede pública municipal de Ensino de Teresina, as escolas de zona rural seguem o mesmo currículo das escolas de zona urbana. AÇÕES SEDUC As Unidades de Ensino Estaduais, quando paralisadas, são informadas ao CEE/PI.		Parcialmente



20 FINANCIAMENTO DA EDUCAÇÃO



META 20

Ampliar o investimento público em educação pública de forma a atingir, no mínimo, o patamar de 7% (sete por cento) do Produto Interno Bruto – PIB do Município no 5o (quinto) ano de vigência desta Lei e, no mínimo, o equivalente a 10% (dez por cento) do PIB ao final do decênio, considerando o atendimento da Educação Básica (redes estadual e municipal) e do Ensino Superior, na Capital.

Para que as metas do Plano Municipal de Educação de Teresina sejam alcançadas, é imprescindível a elevação dos investimentos públicos em educação. A Meta 20 estabelece o aumento progressivo desses investimentos no município, com o objetivo de garantir a melhoria da qualidade do ensino e a ampliação do acesso em todas as etapas e modalidades educacionais. De acordo com a referida meta, o município deve destinar, no mínimo, 7% do Produto Interno Bruto (PIB) local à educação, até o 5º (quinto) ano de vigência do PME, alcançando, ao final do decênio, o equivalente a 10% do PIB. Esse investimento deve considerar os atendimentos da Educação Básica (nas redes estadual e municipal) e do Ensino Superior na cidade de Teresina.

Essa meta visa assegurar o financiamento adequado das políticas educacionais, condição essencial para garantir o direito à educação com qualidade, equidade e inclusão.

Indicador 20A – Gasto público em educação pública em proporção ao PIB

Indicador 20B – Gasto público em educação em proporção ao PIB

QUADRO 03 - Estrutura do cálculo de investimentos públicos em educação – Brasil - Descrição Investimento público total -Fonte: Inep/Deed, 2014b.

INDICADOR	Percentual de investimento público em Educação, conforme art. 212 da Constituição Federal										Prazo:	Atingiu?
	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023		
Indicador 20A												

A Meta 20 do PNE tratava da ampliação de investimento em educação, que precisava atingir 7% do Produto Interno Bruto (PIB), até 2019, e 10% do PIB ao final da vigência do Plano (2024). Para o monitoramento da meta, foi necessário o desenvolvimento de indicadores específicos, voltados aos gastos educacionais apresentados na lei do PNE.



No “Relatório do 1º Ciclo de Monitoramento das Metas do PNE: Biênio 2014-2016” (Brasil. Inep, 2016), o indicador de gastos públicos em educação utilizado foi o “Indicador de Investimento Público Total em Educação”, produzido pela Diretoria de Estatísticas Educacionais do Inep (DEEd/Inep). Esse indicador segue as recomendações metodológicas da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) para fins de comparabilidade internacional.

No “Relatório do 2º Ciclo de Monitoramento das Metas do PNE: Biênio 2016-2018” (Brasil. Inep, 2018) foram definidos indicadores específicos para monitorar a meta 20 do PNE. Foram elaborados dois indicadores, **o indicador de gasto público em educação pública e o indicador de gasto público em educação**. Esses indicadores derivam dos dois ordenamentos distintos presentes na Lei nº 13.005/2014, em que são apresentados os gastos públicos em educação, nela tratados como “investimento público em educação”:

(1) o *caput* da Meta 20 do plano, que estabelece “ampliar o *investimento público em educação pública*”, atingindo a meta intermediária da aplicação de 7% do PIB, após cinco anos a partir da aprovação do plano e 10% do PIB, ao final do decênio; e (2) o §4º do art. 5º do PNE, que estabelece um rol de despesas a serem consideradas como gasto público em educação que abrange, além dos gastos definidos no art. 212 da Constituição Federal (CF), os gastos regulamentados pelo art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (Fundeb), os recursos aplicados nos programas de expansão da educação profissional e superior, inclusive na forma de incentivo e isenção fiscal, as bolsas de estudos concedidas no Brasil e no exterior, os subsídios concedidos em programas de financiamento estudantil, e o financiamento de creches, pré-escolas e de educação especial, na forma do art. 213 da Constituição Federal.

O §4º do art. 5º do PNE define o investimento público “em educação” e não “em educação pública”. Assim, foi necessária a construção de dois indicadores de monitoramento dos gastos em educação, diferenciando-se as **despesas públicas em educação** das **despesas aplicadas na educação pública**. Definiu-se, então, um indicador de gasto público em educação pública adaptado ao acompanhamento do *caput* da Meta 20 do PNE (Indicador 20A – gasto público em educação pública em proporção ao PIB), e outro para monitorar o gasto público em educação, de forma mais ampla, incluindo os recursos aplicados no setor privado, em uma interpretação literal do art. 214 do texto constitucional (Indicador 20B – Gasto Público em Educação em proporção ao PIB), conforme dados do Relatório do 4º Ciclo de Monitoramento das Metas do Plano Nacional de Educação, de 2022.



A meta 20 do PME de Teresina: “Ampliar o investimento público em educação pública de forma a atingir, no mínimo, o patamar de 7% (sete por cento) do Produto Interno Bruto – PIB do Município no 5º (quinto) ano de vigência desta Lei e, no mínimo, o equivalente a 10% (dez por cento) do PIB ao final do decênio, considerando o atendimento da Educação Básica (redes estadual e municipal) e do Ensino Superior, na Capital”, acompanha claramente o PNE.

Quadro 04 - Relato das Prestações de Contas da Educação/ FUNDEB TERESINA (2014-2019/TCE/PI)

Relato das Prestações de Contas da Educação/ FUNDEB TERESINA com base nos Relatórios de TCE/PI (2014 -2019): **Exercício Financeiro 015527/2014; Exercício Financeiro 005365/2015; Exercício Financeiro 03132/2016; Exercício Financeiro 005852/2017** e Relat. preliminar: 007245/2018; **Exercício Financeiro 007798/2018** e Rel. Preliminar nº 014375/2018; **Exercício Financeiro 022307/2019.**

OBSERVAÇÕES

Observou-se as Prestações de Contas, mais precisamente, as contas de Governo¹⁰, com ênfase na Educação do município de Teresina, referentes ao período que se pode ter acesso aos exercícios financeiros correspondentes ao período de 2014 a 2019. As prestações de contas relativas ao período de 2020 a 2022 não estavam disponíveis para consulta pública no site do TCE/PI.

Destaca-se que, na pesquisa realizada neste site oficial, não foi possível visualizar todas as peças. Dentre as peças mais analisadas destacam-se o Relatório do Contraditório (Relatório que apresentou, em alguns casos e outros não, as alegações/argumentos do gestor municipal quanto às irregularidades apresentadas), e o Parecer do Ministério Público das Contas do TCE/PI.

Devido à falta de dados oficiais (solicitados, mas não disponibilizados até o momento da escrita deste Relatório) e à própria complexidade de algumas estratégias, só foi possível fazer o parâmetro de algumas destas estratégias por meio dos dados disponibilizados pelo TCE/PI.

Preliminarmente, os dados indicaram certo atraso nos prazos das Prestações de Contas, além do não rigor da Diretoria de Fiscalização da Administração Municipal/DFAM em receber todas as peças não enviadas no tempo hábil do processo, que pode ter contribuído para o atraso nas análises das contas.

¹⁰ As Contas de Governo têm julgamento político (podendo ser julgada na Câmara dos vereadores) e as Contas de Gestão têm julgamento técnico (com mais incumbência dos profissionais/técnicos do TCE, que dependendo da irregularidade praticada, pode tornar o gestor inelegível com restituição aos cofres do erário público desviado).



Destacou-se as ocorrências nas análises das Contas e sua relação às estratégias da Meta 20 do PME. Assim, por exercício financeiro, pode-se dizer:

Exercício financeiro de 2014

Finalização do processo com envio das contas à Câmara Municipal, fato esse que não foi evidenciado nos demais anos nas peças que se teve acesso. As irregularidades apresentadas podem afetar o cumprimento das Estratégias 20.8, 20.1 e 20.3, que dizem respeito, de forma geral, à transparência e ao controle social, que pode ser dificultada pelo envio intempestivo (fora do prazo) dos dados; o endividamento municipal pode trazer a insegurança financeira pela não garantia de fontes de financiamento permanentes e sustentáveis, e a diferença, a menor, do IPMT, verificada na peça, pode comprometer que o município assegure fontes estáveis de recursos para o pagamento das aposentadorias e pensões dos trabalhadores em Educação.

Exercício Financeiro 2015

Observou-se que o Executivo Municipal não é o ordenador da despesa, porém, não se observou isso nos demais anos em que o ordenador da despesa deve ser o Secretário da Educação, conforme prescrição do TCE/PI. Os gastos com MDE demonstraram consonância em relação ao art. 212 da CF/88, porém, não estão em consonância com o prescrito na Constituição Estadual do Piauí (CE/PI), que deve ser de, no mínimo, 30%. Observou-se que esta ocorrência ficou em descumprimento em relação à CE/PI e até da CF/88, nos demais anos seguintes, porque os percentuais ficaram reincidentemente abaixo dos 25%, do art.212 da CF/88. O TCE/PI considera uma ocorrência muito grave e, para a Educação, afeta a estratégia 20.7. Houve a reincidência de atraso no Relatório Resumido de Execução Orçamentária (RREO), que representa um importante documento das prestações de contas, porque ajuda a compreender a situação fiscal do município por trazer dados da execução orçamentária das receitas e despesas, dentre elas, as da Educação. Também não foram apresentadas cópias das Atas. Assim, fatos como esses, podem afetar a transparência e o controle social, como diz a estratégia 20.8.

Exercício Financeiro 2016

3. No exercício financeiro de 2016 ocorreu a contabilização da venda dos Precatórios do FUNDEF, recurso financeiro que entrou no Banco do Brasil, em 2016, no valor de R\$ 210.667.000, 00 (Duzentos e dez milhões, seiscentos e sessenta e sete mil reais). Entendeu-se que as ocorrências registradas têm relação com o cumprimento das Estratégias: 20.8, 20.23, 20.5,



20.7, 20.20 e 20.3, conforme descritos no Quadro.
Exercício Financeiro 2017
Houve reincidência de irregularidade ao percentual mínimo à Educação; divergência nos dados de MDE; divergência de dados de extratos bancários com SERCA; divergências em dados de impostos no Balanço Geral, no SAGRES e no Demonstrativo do BB; os percentuais ultrapassam a porcentagem do FUNDEB (70% e 40%); reincidência da carência de dados e documentos importantes no Canal da Transparência; Possível Renúncia de Receitas Tributárias; Precatórios do FUNDEF em contas indevidas. Assim, em função das irregularidades apresentadas, o TCE/PI instaurou uma Tomada de Contas Especiais pela necessidade de se apurar responsabilidades e danos ao erário público, porém, não se observou o desenrolar desse processo até a presente data. As possíveis estratégias mais afetadas pelas irregularidades expostas foram: 20.8, 20.5, 20.7, 20.4 e 20.20.
Exercício Financeiro 2018
Novamente, reincidência em descumprimento ao limite mínimo de MDE, ferindo a CF/88 e, por consequência, as estratégias 20.5 e 20.7, também houve despesas indevidas na apuração do cálculo aos Profissionais da Educação. O TCE/PI determinou que o município fornecesse todas as informações e documentos a todos os munícipes, como prevê a Lei de Acesso à Informação/LAI, de 2011 e a Lei de Transparência, de 2012. Também, em função da baixa da Dívida Ativa, houve recomendação do planejamento para contenção dos níveis de endividamento.
Exercício Financeiro 2019
Houve reincidência no descumprimento ao mínimo de MDE; divergência de dados em sites oficiais, sendo que, em função das divergências, o TCE/PI explicitou que considerou os dados pelo Sagres-Contábil, que faz parte do próprio TCE/PI. Também uma soma vultosa de R\$ 533.764.064,94 ficou registrada, por desconformidade com o CTN. Com isso, houve o registro da atenção e/ou alerta, por parte do TCE/PI, que se deve ter com estes dados e suas ações que podem trazer insegurança financeira e jurídica ao município. Assim, entende-se que, por extensão, inseguranças como essa podem comprometer os recursos educacionais e, com isso, dificultar mais ainda o cumprimento das Metas e estratégias do PME de Teresina. Assim, os dados apresentados demonstraram irregularidades que tiveram mais relação com as Estratégias



(20.5, 2.7 e 20.8). De modo geral, os dados revelam, de certa forma, uma desresponsabilização (pro-forme) e o não cumprimento com rigor no processo das Prestações de Contas, junto ao TCE/PI, comprovados por reincidências nas irregularidades apresentadas. Também se observou que, de 2014 a 2016, houve a indicação da Aprovação com Ressalvas das contas de Governo, sendo que não se teve acesso às contas de Gestão. Isso enseja que tenha mudado a metodologia de análise do TCE/PI.

Tabela 30 - Aplicação de recursos em Manutenção e Desenvolvimento de Ensino (MDE) – em valores nominais e percentuais de 2014 a 2024 - TERESINA/PI.¹¹

	RECURSOS MDE PARA FINS DE LIMITE	MINIMO DE 25% DAS RECEITAS LÍQUIDAS DE IMPOSTOS (%)	
2014	297.950.772,68	25,2	O cumprimento do limite constitucional de 25% com as despesas, o mínimo que o gestor deve aplicar em Educação Infantil e Ensino Fundamental, áreas de atuação prioritária, conforme estabelece a CF/1988, no período de 2020 e 2021, o percentual ficou bem abaixo do valor mínimo estabelecido, ou seja, o gestor público municipal não cumpriu os percentuais mínimos. Em virtude da Pandemia da Covid-19, a Emenda Constitucional Nº 119/2022 desresponsabilizou estados e municípios e seus gestores pela não aplicação do percentual mínimo de 25% em educação, nos exercícios financeiros de 2020 e 2021.
2015	325.233.180,12	25,49	
2016	428.981.718,46	29,87	
2017	380.140.436,11	25,33	
2018	417.673.714,52	25,61	
2019	443.184.184,07	25,44	
2020	358.459.622,44	21,43	
2021	413.450.486,69	20,43	
2022	592.453.376,92	25,49	
2023	774.454.428,67	30,61	
2024	726.281.762,25	25,73	

Fonte: FNDE/RREO/SIOPE de 2014 a 2024

¹¹ Dados atualizados com base no índice IPCA/IBGE até 12/2022.



Tabela 31 - Receitas do FUNDEB – Destinado, recebido (redistribuição e complementação) e aplicação financeira de 2014 a 2023, em valores nominais - TERESINA/PI¹²

	TOTAL RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB	*RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB	**TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO FUNDEB	COMPLEMENTO DA UNIÃO AO FUNDEB	RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS DO FUNDEB	RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS
2014	166.048.194,50	241.007.532,31	189.468.059,91	50.531.543,94	1.007.928,46	23.419.865,41
2015	177.315.927,07	259.613.252,21	203.383.397,02	55.503.944,92	725.910,27	26.067.469,95
2016	195.905.278,29	268.477.053,04	213.027.594,34	54.197.152,07	1.252.306,63	17.122.316,05
2017	202.697.062,79	275.224.053,73	209.628.534,50	64.818.904,96	776.614,27	6.931.471,71
2018	218.880.545,52	315.345.587,47	236.011.028,41	79.059.305,40	275.253,66	17.130.482,89
2019	226.483.726,49	348.448.770,84	257.273.893,31	90.890.546,83	284.330,70	30.790.166,82
2020	216.070.885,09	363.377.445,01	273.776.936,41	89.474.344,32	126.164,28	57.706.051,32
2021	267.859.229,80	471.548.659,68	369.127.844,65	101.884.130,87	536.684,16	101.268.614,85
2022	307.080.609,34	544.229.416,50	415.968.295,81	122.403.136,02	5.857.984,67	108.887.686,47
2023	320.679.472,35	572.353.565,31	428.954.954,95	130.714.299,51 VAAF 10.737.964,89 VAAR	1.946.345,96	108.275.482,60

Fonte: RREO/SIOPE de 2014 a 2023

* TOTAL RECEBIDO DO FUNDEB (Transf. de recursos do Fundeb + Comp. da União + Aplicação financeira) CATE

**Valor recebido do FUNDEB, fora complementação da União e de aplicação financeira.

Observa-se que o Município de Teresina destinou R\$ 166.048.194,50 para a cesta do FUNDEB e recebeu, pela partilha, de volta R\$ 241.007.532,31. Desse valor, R\$189.468.059,91 foi o que retornou, após rateio, pela matrícula, sendo que R\$ 50.531.534,94 corresponde à Complementação da União¹³ e R\$ 1.007.928,46 corresponde à aplicação financeira. Assim, o Município de Teresina teve um saldo positivo no rateio, considerando que recebeu 23.419.865,41 a mais. A tabela seguinte traz a série histórica (2014-2023) dos valores do FUNDEB, aplicados na valorização do Magistério. No ano de 2023, na receita de aplicação financeira dos recursos do FUNDEB, passou a receber além da complementação VAAF, a complementação VAAR.

¹² Sem atualização monetária

¹³ A Lei do Novo FUNDEB prevê essa Complementação da União (pelo Regime de Colaboração que se deve ter), para entes federados (Estados e municípios) que não alcançam, com a própria arrecadação, o valor mínimo nacional por aluno estabelecido a cada ano. Geralmente, é a maioria dos Estados nordestinos em que o Piauí e Teresina se incluem.



Tabela 32 - Valores do FUNDEB aplicados na valorização do magistério – em valores nominais e percentuais, de 2014 a 2023 - TERESINA/PI.¹⁴

	VALOR PAGAMENTO PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO	INDICADORES		
		DESPESA FUNDEB 60% - 70%	DESPESA MDE 40%	NÃO APLICADO LIMITE 5% / 10%
2014	172.815.215,05	71,7%	28,28%	0,02%
2015	194.589.426,79	74,23%	25,10%	0,67%
2016	206.412.125,97	76,88%	20,55%	2,57%
2017	193.534.887,91	70,32%	29,32%	0,36%
2018	254.874.695,18	80,51%	19,35%	0,14%
2019	291.586.418,53	83,68%	16,31%	0,01%
2020	284.640.833,64	78,33%	21%	0,67%
2021	351.722.909,37	73,9%	-	-
2022	426.292.408,99	78,48%	-	-
2023	414.343.260,41	91,79%	-	-

Os percentuais aplicados na valorização do magistério, ou seja, dos 60%, até o ano de 2020 e 70%, a partir de 2021, foram atendidos no decorrer da série histórica de 2014 a 2023, entretanto, os profissionais do magistério têm seus vencimentos inferiores aos demais profissionais de formação superior, conforme o Relatório do 4º Ciclo de Monitoramento do PNE. Nos Relatórios Resumidos da Execução Orçamentária, período de 2021, 2022 e 2023 do Site FNDE/SIOPE, não apresentam percentual das despesas de MDE 40% e percentual de recursos não aplicados, dados importantes para análise do RREO.

Fonte: FNDE/RREO/SIOPE de 2014 a 2023

Essa tabela registra a queda de recursos financeiros nominais na Educação em 2017 e 2020. A tabela exposta abaixo traz os dados dos Recursos Financeiros de outra fonte de recurso que entra no município de Teresina, além de outros recursos como os do FUNDEB. Estes Recursos são do Salário Educação¹⁵.

¹⁴ Correção monetária até 12/2022 - IPCA IBGE.

¹⁵ Provém da alíquota de 2,5% da folha de pagamento de trabalhadores da iniciativa privada. É uma Contribuição Social à Educação Básica Pública (§ 5º do art. 212 da CF/88), e não imposto para financiar as Políticas Educacionais do FNDE, como: merenda escolar, transporte escolar, programas, projetos, entre outros.



Tabela 33 - Receitas de transferências do FNDE e do Salário Educação para a Secretaria Municipal de Educação de Teresina de 2014 a 2023 -TERESINA/PI.¹⁶

Ano	Total de transferência FNDE	Transferências do Salário-Educação	% Salário Educação
2014	34.308.277,08	6.122.302,33	18%
2015	25.802.974,71	9.040.105,67	35%
2016	20.747.400,97	8.162.875,92	39%
2017	24.311.542,36	7.412.440,01	30%
2018	23.054.764,04	6.291.496,37	27%
2019	20.262.475,54	7.185.028,40	35%
2020	20.198.397,12	5.281.299,51	26%
2021	18.927.269,16	5.925.151,16	31%
2022	19.276.207,09	6.239.940,34	32%
2023	23.601.524,61	7.274.514,75	30%

Fonte: RREO/SIOPE de 2014 a 2023.

Ao analisar essa tabela, percebe-se uma oscilação nos valores apresentados, com uma queda de valor mais acentuada em 2020, chegando ao final da série histórica com a diminuição dos recursos, retratando, assim, as inconsistências ocorridas na governança das Políticas do FNDE dos últimos anos.

Tabela 34 – Composição da receita da educação municipal de 2014 a 2021 – em valores nominais - TERESINA/PI: ¹⁷

CATEGORIA	RECEITA DE IMPOSTOS PRÓPRIOS	RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS FEDERAIS	RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS ESTADUAIS	TOTAL
2014	334.351.548,45	422.355.060,47	425.782.752,50	1.182.489.361,42
2015	365.623.645,94	446.443.352,11	463.632.671,33	1.275.699.669,38
2016	420.663.642,46	521.102.486,08	494.170.810,69	1.435.936.939,23
2017	445.239.763,39	511.631.351,14	544.143.308,55	1.501.014.423,08
2018	492.262.122,07	548.856.729,99	589.735.909,62	1.630.854.761,68
2029	562.508.443,75	592.568.005,03	587.060.663,23	1.742.137.112,01

¹⁶ Valores nominais e percentuais corrigidos pelo INPC/IBGE ATÉ 31/12/2022.

¹⁷ Sem atualização monetária.



2020	545.402.975,35	571.000.585,70	556.511.542,38	1.672.915.103,42
2021	626.685.962,68	863.914.869,17	636.701.151,30	2.023.936.564,57

Fonte: RREO/SIOPE de 2014 a 2021

De acordo com os dados apresentados na tabela 34, observa-se o crescimento da receita municipal de Teresina, com uma pequena retração em 2020, devido ao ano de início da Pandemia da Covid-19, em que houve paralisação do comércio, representando menos arrecadação de tributos, como o Imposto de Circulação de Mercadorias/ICMS, um dos principais impostos que alimenta a cesta do FUNDEB.

Na aplicação dos Recursos em Manutenção e Desenvolvimento do Ensino/MDE, também se expõe uma série histórica (2014-2021) com valores nominais e seus respectivos valores percentuais.



20.1 Estratégias

Estratégias	Prazo	Observações/ execução da estratégia	Previsões Orçamentarias	Estratégia realizada/ Não iniciada /Em andamento e Parcialmente realizada
20.1) Garantir fontes de financiamento permanentes e sustentáveis para todos os níveis, etapas e modalidades da educação básica, observando-se as políticas de colaboração entre os entes federados, em especial as decorrentes do art. 60, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, e do § 1º, do art. 75, da Lei Federal nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que tratam da capacidade de atendimento e do esforço fiscal de cada ente federado, com vistas a atender suas demandas educacionais à luz do padrão de qualidade nacional.	2025	O cumprimento do limite constitucional de 25% com as despesas, o mínimo que o gestor deve aplicar em Educação Infantil e Ensino Fundamental, áreas de atuação prioritária, conforme estabelece a CF/1988, nos anos de 2020 e 2021, esse percentual ficou bem abaixo do valor mínimo estabelecido, deixando de garantir direito à educação pública, com qualidade e equidade.		ENCAMINHAMENTO Aperfeiçoar o mecanismo redistributivo do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – Fundeb, com a implementação da complementação da União ao CAQi/CAQ, por meio do Valor Anual Total por Aluno – VAAT, de modo a aumentar a sua efetividade para a redução das desigualdades sociais, raciais e territoriais na capacidade de financiamento das redes públicas de ensino e para o aumento da equidade no acesso dos alunos aos recursos públicos da educação básica, além de aperfeiçoar particularmente o VAAT para os municípios



Estratégias	Prazo	Observações/ execução da estratégia	Previsões Orçamentarias	Estratégia realizada/ Não iniciada /Em andamento e Parcialmente realizada
				com menos de 5 mil habitantes, que são prejudicados pelos mecanismos do Fundeb no que se refere ao Fundo de Participação dos Municípios (FPM), bem como daqueles com elevada presença de escolas rurais.
20.2) Assegurar a aprovação de leis, vedando a contabilização dos gastos com aposentadoria e pensões como sendo de manutenção e desenvolvimento do ensino.	2025	Servidores aposentados e pensionistas têm seus proventos arcados pelo Instituto de Previdência de Teresina - IPMT, Lei. 5.686/2021(RPPS).		REALIZADA
20.3) Assegurar fontes estáveis de recursos para o pagamento das aposentadorias e pensões dos trabalhadores em educação, com vistas a garantir a paridade entre trabalhadores da ativa e aposentados.	2025	Reformas previdenciárias retiraram a expectativa de direito dos servidores municipais quanto ao benefício da paridade e integralidade na aposentadoria. Um verdadeiro absurdo!		ENCAMINHAMENTO <u>Necessita lei para assegurar o salário família para servidores inativos, vez que RPPS não paga salário família.</u>
20.4) Garantir o ressarcimento de eventuais perdas de recursos da educação, decorrentes de políticas de renúncia e guerra fiscal, mediante o restabelecimento proporcional para as despesas de manutenção e desenvolvimento do ensino.	2025	O cumprimento do limite constitucional de 25% com as despesas, o mínimo que o gestor deve aplicar em Educação Infantil e Ensino Fundamental, áreas de atuação prioritária, conforme estabelece a CF/1988, nos anos de 2020 e 2021, esse percentual ficou bem abaixo do valor mínimo		NÃO REALIZADA ENCAMINHAMENTO Criar um plano decenal de investimento em infraestrutura educacional, em regime de corresponsabilidade entre a União, os Estados, o Distrito Federal que considere



Estratégias	Prazo	Observações/ execução da estratégia	Previsões Orçamentarias	Estratégia realizada/ Não iniciada /Em andamento e Parcialmente realizada
		estabelecido, deixando de garantir o direito à educação pública, com qualidade e equidade.		recursos orçamentários, incentivos fiscais, crédito de bancos de desenvolvimento e fontes alternativas de recursos para despesas de capital, obtidas, dentre outras, das seguintes ações: a) elevação dos tributos, sobretudo, aqueles com características mais progressivas, a patamares equivalentes às dos países que já atingiram maior qualidade educacional; b) eliminação de parte das renúncias de receitas de impostos; c) montante dos recursos financeiros recuperados na cobrança de dívida ativa da União; d) limitação do pagamento de juros, encargos e amortização da dívida pública a um valor equivalente a 70% da média paga nos últimos cinco anos, realizando a renegociação dos 30% restantes do ano vigente, com alongamento dos prazos de pagamento.



Estratégias	Prazo	Observações/ execução da estratégia	Previsões Orçamentarias	Estratégia realizada/ Não iniciada /Em andamento e Parcialmente realizada
20.5) Garantir que o Estado e o Município cumpram o disposto no caput do art. 69 da LDB, no que diz respeito ao uso exclusivo dos recursos de manutenção e desenvolvimento de ensino para o financiamento da educação pública.		O cumprimento do limite constitucional de 25% com as despesas, o mínimo que o gestor deve aplicar em Educação Infantil e Ensino Fundamental, áreas de atuação prioritária, conforme estabelece a CF/1988, nos anos de 2020 e 2021, esse percentual ficou bem abaixo do valor mínimo estabelecido, deixando de garantir o direito à educação pública, com qualidade e equidade.		NÃO REALIZADA
20.6) Assegurar os mecanismos de transparência sobre a execução dos recursos da contribuição social do salário-educação.	2025			REALIZADA
20.7) Assegurar a aprovação de leis municipais, de modo a garantir a aplicação em manutenção e desenvolvimento da educação pública, em acréscimo aos recursos vinculados nos termos do art. 212, da Constituição Federal, os repasses da parcela da participação de resultado ou da compensação financeira pela exploração de petróleo e gás natural e outros recursos, com a finalidade de cumprimento da meta prevista no inciso VI, do caput, do art. 214, da Constituição Federal, em conformidade com a Lei Federal nº 12.858, de 9 de setembro de 2013.	2025	Reforçada na CONAE/2024.		NÃO REALIZADA



Estratégias	Prazo	Observações/ execução da estratégia	Previsões Orçamentarias	Estratégia realizada/ Não iniciada /Em andamento e Parcialmente realizada
20.8) Fortalecer os mecanismos e os instrumentos que assegurem, nos termos do parágrafo único do art. 48, da Lei Complementar Federal no 101, de 4 de maio de 2000, a transparência e o controle social na utilização dos recursos públicos aplicados em educação, especialmente a realização de audiências públicas, a criação de portais eletrônicos de transparência e a capacitação dos membros de conselhos de acompanhamento e controle social do Fundeb.	2025	O cumprimento do limite constitucional de 25% com as despesas, o mínimo que o gestor deve aplicar em Educação Infantil e Ensino Fundamental, áreas de atuação prioritária, conforme estabelece a CF/1988, nos anos de 2020 e 2021, esse percentual ficou bem abaixo do valor mínimo estabelecido, deixando de garantir o direito a educação pública, com qualidade e equidade.		NÃO REALIZADA ENCAMINHAMENTO Aprimorar o controle interno, externo e social do uso dos recursos públicos da educação implementando, dentre outras, as seguintes ações: a) estabelecer dotação orçamentária para que os conselhos estaduais, distrital e municipais de educação, assim como conselhos de acompanhamento e controle sociais do Fundeb, conselhos de alimentação escolar, conselhos regionais, entre outros, possam atuar de maneira autônoma, com garantia de recursos financeiros a serem aplicados na formação dos conselheiros e que possuam representação social plural, com ampla representação social e com funções deliberativas, normativas e fiscalizadoras de todas as verbas e programas referentes à educação; b)



Estratégias	Prazo	Observações/ execução da estratégia	Previsões Orçamentarias	Estratégia realizada/ Não iniciada /Em andamento e Parcialmente realizada
				ampliar os programas de apoio e formação aos(as) conselheiros(as) dos conselhos supracitados além de desenvolver programas que apoiem os representantes educacionais nos demais conselhos de acompanhamento de políticas públicas.
20.9) Assegurar o cumprimento do disposto no art. 69, § 5º, da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, referente a constituição das secretarias de educação (Estadual e Municipal) como unidades orçamentárias, com a garantia de que o dirigente da educação seja o ordenador de despesas e gestor pleno dos recursos educacionais, com o devido acompanhamento, controle e fiscalização de suas ações pelos respectivos conselhos do sistema educacional, tribunais de contas e demais órgãos fiscalizadores.	2025	Na Rede municipal secretário não é ordenador de despesas, conforme relatório TCE/PI.		NÃO REALIZADA no âmbito municipal e estadual
20.10) Assegurar que a comissão permanente de educação, no âmbito da Câmara Municipal, atue como instância de monitoramento deste Plano.	2025	Não há participação dos ocupantes da casa de vereadores nos conselhos municipais e do FUNDEB, tampouco, no fórum de educação.		NÃO REALIZADA ENCAMINHAMENTO 20.10 Assegurar que a comissão permanente de educação, no âmbito da Câmara Municipal, atue



Estratégias	Prazo	Observações/ execução da estratégia	Previsões Orçamentarias	Estratégia realizada/ Não iniciada /Em andamento e Parcialmente realizada
				<p>como instância de monitoramento deste Plano, cabendo ao Fórum Municipal de Educação notificar o presidente da Câmara Municipal de vereadores, <u>quando da não atuação da Comissão de vereadores da CMT no monitoramento do Plano Municipal de Educação.</u></p> <p><u>ENCAMINHAMENTO</u> Alinhar a legislação orçamentária (Plano Plurianual – PPA, Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO e Lei Orçamentária Anual – LOA) às disposições dos planos municipal e estadual de educação, prevendo, na educação básica, os investimentos necessários para a consecução do CAQi/CAQ.</p>



Estratégias	Prazo	Observações/ execução da estratégia	Previsões Orçamentarias	Estratégia realizada/ Não iniciada /Em andamento e Parcialmente realizada
20.11) Instituir, no âmbito das secretarias de educação (estadual e municipal), mecanismos de estudos e acompanhamento regular dos investimentos e custos por aluno em todas as suas etapas e modalidades, disponibilizando as informações para a sociedade.	2025	Não há atuação dos gestores municipais e estaduais nesta demanda.		NÃO REALIZADA ENCAMINHAMENTO Garantir, por meio de recursos federais, promover, em regime de corresponsabilidade da União, dos estados e do Distrito Federal, a irredutibilidade do Valor Anual por Aluno – VAAF mínimo nacional do Fundeb e a equalização da capacidade de financiamento das redes públicas de ensino municipal e estadual, ao longo do decênio, com base no Valor Anual Total por Aluno – VAAT mínimo nacional do Fundeb, devidamente ajustado para a implantação da complementação da União CAQi/CAQ por meio do Fundeb.



Estratégias	Prazo	Observações/ execução da estratégia	Previsões Orçamentarias	Estratégia realizada/ Não iniciada /Em andamento e Parcialmente realizada
20.12) Instituir uma instância permanente das instituições vinculadas à fiscalização e controle dos recursos da educação (conselhos, ministério público, tribunal de contas, controladoria geral da união e do estado e outras), para articular as ações e fortalecer o controle sobre a gestão pública.	2025	Não há grupo organizado em prol desta estratégia, extremamente necessária na rede municipal e estadual.		NÃO REALIZADA ENCAMINHAMENTO 20.12 Instituir uma instância permanente das instituições vinculadas à fiscalização e controle dos recursos da educação (Conselhos, Ministério Público, Tribunal de Contas, Controladoria Geral da União e do Estado e outras), <u>com apoio contábil independente</u> , para articular as ações e fortalecer o controle sobre a gestão pública.
20.13) Colaborar com a implantação do custo aluno-qualidade inicial - CAQi, no prazo de 2 (dois) anos de vigência do PME, referenciado no conjunto de padrões mínimos estabelecidos na legislação educacional e cujo financiamento será calculado com base nos respectivos insumos indispensáveis ao processo de ensino-aprendizagem e será progressivamente reajustado até a implementação plena do custo aluno qualidade - CAQ.	2025	Não implantado CAQ e QAQi nacionalmente, tampouco na rede estadual e municipal.		NÃO REALIZADA



Estratégias	Prazo	Observações/ execução da estratégia	Previsões Orçamentarias	Estratégia realizada/ Não iniciada /Em andamento e Parcialmente realizada
20.14) Implementar o CAQ como parâmetro para o financiamento da educação de todas as etapas e modalidades da educação básica, a partir do cálculo e do acompanhamento regular dos indicadores de gastos educacionais com investimentos em qualificação e remuneração do pessoal docente e dos demais profissionais da educação pública, em aquisição, manutenção, construção e conservação de instalações e equipamentos necessários ao ensino e em aquisição de material didático-escolar, alimentação e transporte escolar.	2025	Não implantado CAQ e QAQi nacionalmente, tampouco na rede estadual e municipal.		NÃO REALIZADA ENCAMINHAMENTO Implementar o padrão mínimo de qualidade em âmbito municipal e estadual, seguindo os parâmetros de qualidade de referência estabelecidos nacionalmente, a partir de insumos, conforme o CAQi/CAQ, tais quais dias letivos por semana; jornada diária de ensino; tamanho das turmas; formação, jornada de trabalho, carreira e remuneração de professores; composição do quadro de servidores, formação e remuneração de funcionários de escolas; manutenção das escolas, formação continuada, materiais didáticos e outros a serem garantidos a todos os alunos no território nacional e, a partir de sua precificação, definir os valores do CAQi e do CAQ como valores de referência para avaliar a adequação do



Estratégias	Prazo	Observações/ execução da estratégia	Previsões Orçamentarias	Estratégia realizada/ Não iniciada /Em andamento e Parcialmente realizada
				financiamento da educação básica e a necessidade de financiamento dos sistemas de ensino.
20.15) Acompanhar a regulamentação do parágrafo único, do art. 23 e o art. 211, da Constituição Federal/1988, no prazo de 2 (dois) anos, por lei complementar, de forma a estabelecer as normas de cooperação entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, em matéria educacional, e a articulação do sistema nacional de educação em regime de colaboração, com equilíbrio na repartição das responsabilidades e dos recursos e efetivo cumprimento das funções redistributiva e supletiva da União no combate às desigualdades educacionais regionais, com especial atenção às regiões Norte e Nordeste.	2025	Aguardando formação do SNE– Sistema Nacional de Educação.		NÃO REALIZADA ENCAMINHAMENTO Regulamentar em lei específica, no máximo no segundo ano do PNE, as competências, os recursos, as condicionalidades e as responsabilidades do município de Teresina, por meio de seus gestores, estabelecendo-se a responsabilidade educacional, voltada a definir os meios de controle e obrigações dos chefes dos poderes executivos, responsáveis pela gestão e pelo financiamento da educação, nos âmbitos federal, estadual, distrital e municipal, para cumprir o estabelecido na Constituição Federal, nas constituições estaduais, nas leis orgânicas municipais e na legislação



Estratégias	Prazo	Observações/ execução da estratégia	Previsões Orçamentarias	Estratégia realizada/ Não iniciada /Em andamento e Parcialmente realizada
				pertinente. Essas responsabilidades, que podem estar definidas no Sistema Nacional de Educação, a ser efetivado, ou em legislação própria, deverão ensejar sanções administrativas, cíveis e penais no caso de descumprimento dos dispositivos legais determinados, em que estarão bem delimitadas e pactuadas as competências, os recursos e as responsabilidades do ente federado na garantia do direito de cada cidadão e cidadã à educação.
20.16) Estabelecer, no âmbito do Município de Teresina, por iniciativa da SEDUC e SEMEC, envolvendo as IES, o processo de discussão sobre a regulamentação do regime de colaboração, com vistas à criação de instância permanente de planejamento e pactuação federativa, em matéria educacional, buscando estabelecer efetiva	2025	SNE–Sistema Nacional de Educação, ainda não implementado nacionalmente.		NÃO REALIZADA ENCAMINHAMENTO 20.16 Estabelecer, no âmbito do Município de Teresina, por iniciativa da SEDUC e SEMEC, envolvendo as IES <u>públicas</u> o processo de



Estratégias	Prazo	Observações/ execução da estratégia	Previsões Orçamentarias	Estratégia realizada/ Não iniciada /Em andamento e Parcialmente realizada
cooperação e equilíbrio na repartição das responsabilidades e dos recursos para o combate às desigualdades educacionais, assegurando efetivo atendimento ao estudante da rede pública, seja federal, estadual e municipal, sem distinção.				discussão sobre a regulamentação do regime de colaboração, com vistas à criação de instância permanente de planejamento e pactuação federativa, em matéria educacional, buscando estabelecer efetiva cooperação e equilíbrio na repartição das responsabilidades e dos recursos para o combate às desigualdades educacionais, assegurando efetivo atendimento ao estudante da rede pública, seja federal, estadual e municipal, sem distinção.
20.17) Envidar esforços para que a união complemente recursos financeiros para o município de Teresina, quando este não atingir o valor do CAQi e, posteriormente, do CAQ.	2025	SNE - Sistema Nacional de Educação e CAQ - Custo Aluno Qualidade em processo de debate para implementar efetivamente.		NÃO REALIZADA ENCAMINHAMENTO Redefinir e implementar os fatores de ponderação do Fundeb, de maneira progressiva, considerando as relações entre os CAQi/CAQ estabelecidos para cada etapa,



Estratégias	Prazo	Observações/ execução da estratégia	Previsões Orçamentarias	Estratégia realizada/ Não iniciada /Em andamento e Parcialmente realizada
				modalidade, jornada, tipo de escola e público-alvo, e aqueles associados ao Ensino Fundamental, anos iniciais, tendo por horizonte o atingimento do CAQi/CAQ, uma vez definidos o padrão mínimo de qualidade em âmbito nacional, estabelecido a partir de insumos por meio dos parâmetros de qualidade de referência, para cada etapa, modalidade, jornada, tipo de escola e público-alvo da educação básica.
20.18) Definir prioridades de aplicação dos recursos de manutenção e desenvolvimento do ensino e dos recursos adicionais dirigidos à educação ao longo do decênio, considerando a necessidade de equalização das oportunidades educacionais, a vulnerabilidade socioeconômica e o compromisso técnico e de gestão.	2025	O cumprimento do limite constitucional de 25% com as despesas, o mínimo que o gestor deve aplicar em Educação Infantil e Ensino Fundamental, áreas de atuação prioritária, conforme estabelece a CF/1988, nos anos de 2020 e 2021, esse percentual ficou bem abaixo do valor mínimo estabelecido, deixando de garantir o direito à educação pública, com qualidade e equidade.		NÃO REALIZADA



Estratégias	Prazo	Observações/ execução da estratégia	Previsões Orçamentarias	Estratégia realizada/ Não iniciada /Em andamento e Parcialmente realizada
20.19) Definir o financiamento, em regime de colaboração entre Estado e Município, para políticas e estratégias de solução de problemas do transporte escolar, considerando critérios técnicos objetivos, de forma que o estudante demandante do transporte seja adequadamente atendido, visando reduzir a evasão escolar e o tempo médio de deslocamento, a partir de cada situação local.	2025	O cumprimento do limite constitucional de 25% com as despesas, o mínimo que o gestor deve aplicar em Educação Infantil e Ensino Fundamental, áreas de atuação prioritária, conforme estabelece a CF/1988, nos anos de 2020 e 2021, esse percentual ficou bem abaixo do valor mínimo estabelecido, deixando de garantir o direito à educação pública, com qualidade e equidade.		NÃO REALIZADA
20.20) Definir prioridades de aplicação dos recursos de manutenção e desenvolvimento do ensino e dos recursos adicionais dirigidos à educação ao longo do decênio, considerando a necessidade de equalização das oportunidades educacionais, a vulnerabilidade socioeconômica e o compromisso técnico e de gestão, a serem pactuados na instância prevista no § 5º, art. 7º, da Lei Federal nº 13.005/2014.		O cumprimento do limite constitucional de 25% com as despesas, o mínimo que o gestor deve aplicar em Educação Infantil e Ensino Fundamental, áreas de atuação prioritária, conforme estabelece a CF/1988, nos anos de 2020 e 2021, esse percentual ficou bem abaixo do valor mínimo estabelecido, deixando de garantir o direito à educação pública, com qualidade e equidade.		NÃO REALIZADA ENCAMINHAMENTO Interromper o processo de privatização da política educacional, caracterizada pela presença e atuação de grupos empresariais e fundações, especialmente aquelas relacionadas ao setor financeiro, no âmbito dos órgãos de formulação das políticas educacionais, apropriando-se de recursos financeiros destinados à escola pública, por meio da celebração de contratos com os órgãos e venda de



Estratégias	Prazo	Observações/ execução da estratégia	Previsões Orçamentarias	Estratégia realizada/ Não iniciada /Em andamento e Parcialmente realizada
				produtos e serviços padronizados ao setor público, interrompendo também as ações da filantropia colaborativa, fortalecendo a ampliação do atendimento do ensino superior público e da educação infantil pública, de modo a conter programas de bolsas tipo Fies e medidas de terceirização e conveniamento.
20.21) Estabelecer e garantir diretrizes e políticas de financiamento, no âmbito do Município, no prazo máximo de um ano, para a real valorização dos trabalhadores da educação, abrangendo formação, condições de trabalho, plano de carreira e política salarial, por meio de leis que garantam a efetivação de seus direitos.	2025	O cumprimento do limite constitucional de 25% com as despesas, o mínimo que o gestor deve aplicar em Educação Infantil e Ensino Fundamental, áreas de atuação prioritária, conforme estabelece a CF/1988, nos anos de 2020 e 2021, esse percentual ficou bem abaixo do valor mínimo estabelecido, deixando de garantir o direito à educação pública, com qualidade e equidade.		NÃO REALIZADA ENCAMINHAMENTO Suplementar, com recursos oriundos da União, a melhoria das condições de oferta (infraestrutura escolar, equipamentos, mobiliário, alimentação, transporte, tecnologia digital, entre outros) e apoiar a valorização das carreiras e a formação dos profissionais da educação básica pública, realizando concursos públicos para os cargos da educação pública,



Estratégias	Prazo	Observações/ execução da estratégia	Previsões Orçamentarias	Estratégia realizada/ Não iniciada /Em andamento e Parcialmente realizada
				estabelecendo o fim da terceirização na educação no prazo de quatro anos após a aprovação deste PNE e garantindo piso salarial para servidores públicos da educação básica, que compõem os quadros de apoio técnico-administrativo e operacional na gestão escolar, bem como o seguimento do PCCS após a aprovação deste PME; para tanto, utilizar os recursos recebidos na cobrança de dívida ativa da União para financiar a melhoria das condições físicas e materiais das escolas/instituições da educação básica e da educação superior.



Estratégias	Prazo	Observações/ execução da estratégia	Previsões Orçamentarias	Estratégia realizada/ Não iniciada /Em andamento e Parcialmente realizada
20.22) Fazer gestão junto ao Parlamento Federal para que seja modificada a Lei Complementar Federal nº 101/2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal, de modo que as despesas com folha de pagamento da educação sejam desvinculadas dos limites prudenciais de gastos com pessoal do Estado e Município, conforme § 5º, art. 7º, da Lei Federal nº 13.005/ 2014.	2025			NÃO REALIZADA
20.23) Instituir mecanismos eficientes de controle e fiscalização sobre a aplicação dos recursos da educação, de forma que haja maior rigor do Tribunal de Contas e demais instituições fiscalizadoras, no que diz respeito à avaliação e punição dos gestores, em casos de ilegalidades.	2025	Relatórios do TCE/PI (2014-2019) de prestação de contas da educação apresentam: RREO entregues em atraso, contas de governo aprovadas com ressalvas, demora por parte dos gestores ao pedido de esclarecimentos, bem como documentos faltosos, incompletos e outros, que causam atropelos ao acesso às informações e transparência de dados.		NÃO REALIZADA ENCAMINHAMENTO 20.23 Instituir mecanismos eficientes de controle e fiscalização sobre a aplicação dos recursos da educação, de forma que haja maior rigor do Tribunal de Contas e demais instituições fiscalizadoras, no que diz respeito à avaliação e punição dos gestores, em casos de ilegalidades. <u>Realizando conferências de educação a cada 2 anos do PME.</u>



Estratégias	Prazo	Observações/ execução da estratégia	Previsões Orçamentarias	Estratégia realizada/ Não iniciada /Em andamento e Parcialmente realizada
20.24) Garantir financiamento público para a criação e expansão de unidades escolares públicas no campo, para atendimento aos povos ribeirinhos, quilombolas e indígenas, utilizando metodologias adequadas (alternância, dentre outras) e oferecendo cursos que atendam às necessidades locais.				NÃO REALIZADA
20.25) Acompanhar a implantação do CAQ que será definido no prazo de 3 (três) anos e será continuamente ajustado, com base em metodologia formulada pelo Ministério da Educação – MEC, e acompanhado pelo Fórum Nacional de Educação – FNE, pelo Conselho Nacional de Educação – CNE e pelas Comissões de Educação da Câmara dos Deputados e de Educação, Cultura e Esportes do Senado Federal.	2025	O debate sobre Custo Aluno Qualidade, já apresentado desde o PNE de 2014-2024, e inserido no PME de Teresina, constitui um dos desafios que a rede municipal e estadual tem dever constitucional de evitar estratégias para sua materialização.		NÃO REALIZADA ENCAMINHAMENTO Definir critérios para a distribuição de recursos adicionais dirigidos à educação ao longo do decênio, que considerem a equalização das oportunidades educacionais e as vulnerabilidades socioeconômicas, socioambiental, racial, de sexo, de gênero, e regional, consideradas as interseccionalidades, que resultem em acréscimos adicionais aos valores do CAQi e do CAQ em todas as etapas e modalidades, considerando a heterogeneidade territorial



Estratégias	Prazo	Observações/ execução da estratégia	Previsões Orçamentarias	Estratégia realizada/ Não iniciada /Em andamento e Parcialmente realizada
				do País em suas especificidades como da Região Amazônica, ou dos entes que possuem um grande número de escolas rurais, entre outras, considerando a dívida histórica com a população negra e indígena do Brasil.
20.26) Contribuir com o MEC na definição da metodologia para o cálculo do CAQ mediante a realização, no prazo de 2 (dois) anos, de estudos sobre o CAQ demandado no Município, atividade sob a responsabilidade das Secretarias (Estadual e Municipal) de Educação, acompanhadas pelo Fórum Municipal de Educação, Fórum Estadual de Educação, pelos Conselhos do sistema Educacional e pelas Comissões de Educação da Câmara de Deputados e de Vereadores.	2025	O debate sobre Custo Aluno Qualidade, já apresentado desde o PNE de 2014-2024, e inserido no PME de Teresina, constitui um dos desafios que a rede municipal e estadual tem dever constitucional de envidar estratégias para sua materialização		NÃO REALIZADA



21 CONSIDERAÇÕES FINAIS E RECOMENDAÇÕES

O Plano Municipal de Educação de Teresina, com duração de 10 (dez) anos (2015 a 2025) e elaborado em alinhamento ao Plano Nacional de Educação e ao Plano Estadual de Educação, estabelece diretrizes, metas com indicadores e estratégias, que deverão ser desenvolvidas ao longo do período.

O monitoramento e a avaliação do PME propiciaram a visualização ampla da educação no município, sendo possível constatar os objetivos e metas alcançados e, principalmente, apontando-nos onde devemos concentrar maiores esforços para chegarmos aos índices estabelecidos no início do decênio ora em execução. Os indicadores ainda críticos de algumas metas apontam a necessidade de um olhar mais atento e cuidadoso dos gestores públicos para que esse direito constitucional seja garantido na sua integralidade.

As metas analisadas fazem uma retrospectiva de como o PME foi pensado em 2014 e implantado em 2025. As estratégias alcançam todos os níveis da Educação do Município de Teresina, nas redes pública e privada, envolvendo desde as crianças da Educação Básica, os adolescentes do Ensino Médio, o público do Ensino Superior, assim como os jovens, adultos e idosos da EJA, sem esquecer-se daqueles que precisam da Educação Especial, contemplados na Meta 04 do PME.

No período monitorado e avaliado no presente relatório, apesar de serem anos atípicos devido à pandemia de Covid-19, os profissionais da educação municipal mostraram que são resilientes, flexíveis e capazes de se reinventar, pois conseguiram manter a alta qualidade da educação teresinense, nacionalmente reconhecida como uma das melhores do País.

Enfim, conclui-se que o Relatório de monitoramento e avaliação do Plano Municipal de Educação de Teresina cumpre o seu papel principal: mostrar onde ainda devemos efetivamente concentrar maiores esforços para que possamos atender o que foi estabelecido como meta para o decênio.



ANEXOS



ANEXO A

QUADRO RESUMO PNE/PME – TERESINA (2014-2024)

Meta	Indicador	PNE	PME	Teresina	Fonte	Ano	Evolução desde 2015 (p.p)	Alcance da Meta (%)	Distância da meta (p.p)
1	1A - Proporção de pessoas de 4 a 5 anos matriculadas na pré-escola	100%	100%	92,4%	Censo Educação Básica/ INEP (2014-2024) Censo Demográfico 2022/IBGE	2024	30,4%	92,4%	-7,6%
	1B - Percentual da população de 0 a 3 anos que frequenta a escola/creche	50%	80%	23,8%	Censo Educação Básica/ INEP (2014-2024) Censo Demográfico 2022/IBGE	2022	9,6%	29,8%	-56,2%
2	2A - Percentual da população de 6 a 14 anos que frequenta a escola.	100%	100%	93,6%	Censo Educação Básica/ INEP (2014-2024) Pnad C/IBGE	2024	5,1%	93,6%	-6,4%
	2B - Percentual de pessoas de 16 anos com pelo menos o Ensino Fundamental concluído.	95%	95%	82,0%	Censo Educação Básica/ INEP (2014-2024) Pnad C/IBGE	2024	3,6%	86,3%	-13,0%
3	3A - Percentual da população de 15 a 17 anos que frequenta a escola.	100%	100%	96,8%	Censo Educação Básica/ INEP (2014-2024) Pnad C/IBGE	2024	0,9%	96,8%	-3,2%
	3B - Percentual da população de 15 a 17 anos que frequenta o Ensino Médio.	85%	85%	78,7%	Censo Educação Básica/ INEP (2014-2024) Pnad C/IBGE	2024	8,7%	92,6%	-6,3%
4	4A - Percentual da população de 4 a 17 anos com deficiência que frequenta a escola	100%	100%	-	Censo Educação Básica/ INEP (2014-2024)	2024	-	-	-
	4B - Percentual de matrículas em classes comuns do Ensino Regular e/ou EJA da Educação Básica de alunos de 4 a 17 anos de idade com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação.	100%	100%	99,8%	Censo Educação Básica/ INEP (2014-2024)	2024	0,8%	99,8%	-0,2%
5	5A – Percentual de estudantes alfabetizados até o final do 2º ano do ensino fundamental	100%	100,0%	56,0%	Sistema de Avaliação Educacional do Piauí	2024	-	56,0%	-44,0%



Meta	Indicador	PNE	PME	Teresina	Fonte	Ano	Evolução desde 2015 (p.p)	Alcance da Meta (%)	Distância da meta (p.p)
	em Língua Portuguesa no Saepi.								
6	6A - Percentual de alunos da educação básica pública que pertencem ao público-alvo da ETI e que estão em jornada de tempo integral.	25%	25%	27,30%	Censo Educação Básica/ INEP (2015-2024)	2024	7,8%	109,2%	2,3%
	6B - Percentual de escolas públicas da educação básica que possuem, pelo menos, 25% dos alunos do público-alvo da ETI em jornada de tempo integral.	50%	50%	29,70%	Censo Educação Básica/ INEP (2015-2024)	2024	28,2%	59,4%	-20,3%
7	7A - Média municipal do Ideb anos iniciais do ensino fundamental	6,0	6,0	6,4	MEC, Inep	2024	0,3	106,7%	0,4
	7B - Média municipal do Ideb anos finais do ensino médio	5,5	5,3	5,7	MEC, Inep	2024	0,4	107,5%	0,4
	7C - Média municipal do Ideb do ensino médio	5,2	3,7	4,6	MEC, Inep	2024	1,3*	124,3%	0,9
9	9A - Taxa de alfabetização da população de 15 anos ou mais de idade	93,5%	93,5%	92,9%	Censo Educação Básica/ INEP 2022	2022	**	99,4%	-0,6%
	9B - Taxa de analfabetismo funcional de pessoas de 15 anos ou mais de idade	0,0%	0,0%	7,1%	Censo Educação Básica/ INEP 2022	2022	**	-	7,1%
10	10A - Percentual de matrículas da Educação de Jovens e Adultos, nos Ensinos Fundamental e Médio, na forma integrada à Educação Profissional	25,0%	25,0%	60,0%	Censo Educação Básica/ INEP (2014-2024)	2024	45,5%	240,0%	35,0%
11	11A - Número absoluto de matrículas em Educação Profissional Técnica (EPT) de nível médio	Triplicar	Triplicar	1,7	Censo Educação Básica/ INEP (2014-2024)	2024	0,6	-	1,3



Meta	Indicador	PNE	PME	Teresina	Fonte	Ano	Evolução desde 2015 (p.p)	Alcance da Meta (%)	Distância da meta (p.p)
	11B - Participação do segmento Público na Expansão da EPT de nível médio	50,0%	50,0%	79,6%	Censo Educação Básica/ INEP (2014-2024)	2024	43,0%	159,2%	29,6%
12	12A – Taxa Bruta de Matrículas na graduação.	50,0%	50,0%	72,8%	Censo Educação Superior/INEP (2014-2024); PNAD C, IBGE	2024	-3,6%	145,6%	22,8%
	12B – Taxa Líquida de Escolarização na educação superior (TLE).	33,0%	33,0%	42,9%	Censo Educação Superior/INEP (2014-2024); PNAD C, IBGE	2024	-4,0%	130,0%	9,9%
	12C – Participação do segmento público na expansão de matrículas da graduação.	40,0%	40,0%	17,6%	Censo Educação Superior/INEP (2014-2024); PNAD C, IBGE	2024	-	44,0%	-22,4%
13	13A – Percentual de docentes da educação superior com mestrado ou doutorado.	75,0%	75,0%	85,3%	Censo Educação Superior/INEP (2014-2023)	2023	19,5%	113,7%	10,3%
	13B – Percentual de docentes da educação superior com doutorado.	35,0%	35,0%	49,0%	Censo Educação Superior/INEP (2014-2023)	2023	22,7%	140,0%	14,0%
14	14A – Número de Títulos de mestrado concedidos, por ano, em Teresina.	Triplicar	Triplicar	1,2	GeoCapes (2013 - 2023)	2023	0,23	-	1,3
	14B – Número de Títulos de doutorado concedidos, por ano, em Teresina.	Triplicar	Triplicar	0,9	GeoCapes (2013 - 2023)	2023	0,03	-	2,1
15	15A - Proporção de docentes da Educação Infantil com professores cuja formação superior está adequada à área de conhecimento que lecionam.	100,0%	100,0%	80,8%	Censo Educação Básica/ INEP (2014-2024)	2024	24,5%	80,80%	-19,2%
	15B - Proporção de docentes dos anos iniciais do ensino fundamental com professores cuja formação superior está adequada à área de conhecimento que lecionam.	100,0%	100,0%	82,5%	Censo Educação Básica/ INEP (2014-2024)	2024	22,0%	82,50%	-17,5%



Meta	Indicador	PNE	PME	Teresina	Fonte	Ano	Evolução desde 2015 (p.p)	Alcance da Meta (%)	Distância da meta (p.p)
	15C - Proporção de docentes dos anos finais do ensino fundamental com professores cuja formação superior está adequada à área de conhecimento que lecionam.	100,0%	100,0%	72,5%	Censo Educação Básica/ INEP (2014-2024)	2024	11,2%	72,50%	-27,5%
	15D - Proporção de docentes do Ensino Médio com professores cuja formação superior está adequada à área de conhecimento que lecionam.	100,0%	100,0%	80,6%	Censo Educação Básica/ INEP (2014-2024)	2024	4,4%	80,60%	-19,4%
16	16A -Percentual de Professores da Educação Básica com Pós-Graduação Lato Sensu ou Stricto Sensu.	50,0%	50,0%	56,2%	Censo Educação Básica/ INEP (2014-2024)	2024	29,90%	112,40%	6,2%
	16B -Percentual de Professores da Educação Básica que realizaram cursos de Formação Continuada.	100,0%	100,0%	55,8%	Censo Educação Básica/ INEP (2014-2024)		25,80%	55,80%	-44,2%
19	19A - Percentual de escolas públicas que selecionam diretores por meio de processo seletivo qualificado e eleição com participação da comunidade escolar.	100,0%	100,0%	67,3%	SEMEC (2013 - 2025)	2025	-26,1%	67,3%	-32,7%
	19B - Percentual de unidades de ensino públicas com conselhos escolares instituídos	100,0%	100,0%	100%	SEMEC (2013 - 2025)	2025	0,33%	100,00%	0,0%

*Evolução calculada considerando 2017 como ano base; **Dados sem evolução, pois não tem disponíveis informações do ano 2022;
Metas 8, 17, 18 e 20 não compõem a tabela por ausência de dados para os cálculos em nível municipal.



ANEXO B

META 1

Tabela 1: Estabelecimentos por localização (rural e urbana), ano 2021.

Unidades de Ensino	Localidade		
	Rural	Urbana	Total
Centros Municipais de Educação Infantil	14	157	171
Escolas Municipais	41	109	150
Total	55	266	321

Fonte: Gerência de Informática – SEMEC.

Tabela 2 - Oferta de curso de formação continuada para professores de Educação Infantil em 2021.

ETAPAS	ANO ESCOLAR DE ATUAÇÃO	QUANT. DE PROF. ATENDIDOS
Educação Infantil	1º Período	198
	2º Período	300
Total		498

Tabela 3: Série histórica do percentual de crianças de 4 e 5 anos matriculadas na pré-escola ou escolas do município de Teresina-PI, no período de 2022 a 2024.



Anos	Matrícula Pré-escola (4 a 5 anos)	População Pré-escola (4 a 5 anos)	Indicador 1A
2022	21549	22798	94,52%
2023	22747	23457,87	96,97%
2024	21960	23754,45	92,45%

Fonte: IBGE, SIDRA,2024. INEP, Censo Escolar, 2022-2024.

Tabela 4: Série histórica do percentual de crianças de 0 a 3 anos matriculadas na creche ou escolas do município de Teresina-PI.

Anos	Matrícula Creche (0 a 3 anos)	População Creche (0 a 3 anos)	Indicador 1B
2022	9685	43999	22,01%
2023	11133	45272,51	24,59%
2024	10902	45844,9	23,78%

Fonte: IBGE, SIDRA,2024. INEP, Censo Escolar, 2022-2024.

META 2

Tabela 5: Série histórica do percentual da população de 6 a 14 anos matriculados nas Unidades de Ensino Municipais de Teresina-PI.

Anos	Matrícula de 6 a 14 anos	População de 6 a 14 anos	Indicador 2A
2022	102999	104340	98,71%
2023	102909	107360,03	95,85%
2024	101707	108717,39	93,55%

Fonte: IBGE, SIDRA,2024. INEP, Censo Escolar, 2022-2024.

META 3

Tabela 6 - Percentual da população de 15 a 17 anos que frequenta a escola (taxa bruta)

Ano base	População residente (população de 15 a 17 anos)	Total de matrículas na Educação Básica	% da população de 15 a 17 anos que frequenta a escola
2015	46.822	185.146	25,28
2016	47.458	185.655	25,56
2017	47.468	181.529	26,14
2018	46.788	181.593	25,76
2019	45.340	181.833	24,93
2020	44.889	174.117	25,78
2021	45.119	188.033	23,99

Fonte: Censo Escolar 2020 /2021 – INEP / Tabnet – DATAS



Tabela 7 - Percentual de matrículas 2015 a 2021.

Ano base	Matrícula	População residente	% Matrículas
2015	108.820	122.982	88,48%
2016	108.301	119.906	90,32%
2017	106,343	117.676	90,36%
2018	107,364	116.283	92,32%
2019	107.994	114.737	93,57%
2020	106.404	112.903	94,24%
2021	107.509	110.214	97,54%

Fonte: Censo Escolar 2020 /2021 – INEP / Tabnet – DATASUS

Tabela 8: Percentual da população de 15 a 17 anos que frequenta a escola de Educação Básica no município de Teresina- PI

Ano	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
População de 15 a 17 anos que frequenta a escola	40273	40604	38491	38532	36814	35430	35587	35699	37607	36908
População geral de 15 a 17 anos	42000	45000	40000	45862	45340	40000	40000	36610	37669	38146
Indicador 3A	95,9%	90,2%	96,2%	84,0%	81,2%	88,6%	89,0%	97,5%	99,8%	96,8%

Fonte: INEP, Censo Escolar, 2015-2024.

Tabela 9: Percentual da população de 15 a 17 anos que frequenta o ensino médio no município de Teresina- PI.

Ano	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
População de 15 a 17 anos que frequenta o ensino médio	29418	29364	28045	28401	28275	27583	28690	28681	29596	30017
População geral de 15 a 17 anos	42000	45000	40000	45862	45340	40000	40000	36610	37669	38146
Indicador 3B	70,0%	65,3%	70,1%	61,9%	62,4%	69,0%	71,7%	78,3%	78,6%	78,7%

Fonte: INEP, Censo Escolar, 2015-2024.

META 4

Tabela 10: Série histórica do Percentual de matrículas em classes comuns do Ensino Regular e/ou EJA da Educação Básica de alunos de 4 a 17 anos de idade com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, no município de Teresina-PI.

Ano	Tipo de classes	Até 14 anos	15 a 17 anos	Total	Indicador 4B
-----	-----------------	-------------	--------------	-------	--------------



2022	Classes Comuns	5338	1268	6606	99,82%
	Classes Especiais	11	1	12	
	Total	5349	1269	6618	
2023	Classes Comuns	5930	1265	7195	99,78%
	Classes Especiais	16	0	16	
	Total	5946	1265	7211	
2024	Classes Comuns	7293	1470	8763	99,82%
	Classes Especiais	15	1	16	
	Total	7308	1471	8779	

Fonte: INEP, Censo Escolar, 2022-2024.

META 6

Tabela 11: Série histórica do Percentual de **escolas** públicas da educação básica que possuem, pelo menos, 25% dos alunos do público-alvo da ETI em jornada de tempo integral.

Ano	Nº de escolas com pelo menos uma matrícula de aluno ETI	Nº de escolas com pelo menos 25% de matrículas de alunos ETI	INDICADOR 6B
2022	324	80	24,69%
2023	350	137	39,14%
2024	377	112	29,71%

Fonte: INEP, Censo Escolar, 2022-2024.

META 10

Tabela 12: Série histórica do percentual de matrículas da Educação de Jovens e Adultos, nos Ensinos Fundamental e Médio, na forma integrada à Educação Profissional das unidades de ensino no município de Teresina-PI.

	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
EJA integrado médio	137	1656	1496	2296	2318	2320	2347	1842	2432	3224	5764
Curso FIC integrado EJA	0	484	561	0	0	90	0	0	1944	3390	51
Matrículas integrada EJA	137	2140	2057	2296	2318	2410	2347	1842	4376	6614	5815
Federal	82	48	72	59	71	78	71	45	30	117	147
Estadual - EJA médio	5899	5412	9775	10931	11058	10893	9405	9291	8953	6745	6093
Estadual - EJA fundamental	5523	4294	6743	7870	8153	5725	4629	4235	5311	2053	2066
Municipal	4442	4030	3902	3878	3593	3027	2278	1525	1117	1233	1257
Privada - EJA médio	826	679	452	541	330	350	159	142	77	86	86
Privada - EJA fundamental	496	341	341	271	132	159	68	36	26	38	44
População	17268	14804	21285	23550	23337	20232	16610	15274	15514	10272	9693
Indicador 10A	0,8%	14,5%	9,7%	9,7%	9,9%	11,9%	14,1%	12,1%	28,2%	64,4%	60,0%

Fonte: INEP, Censo Escolar, 2014-2024.

META 11

Tabela 13: Série histórica do número absoluto de matrículas em Educação Profissional Técnica (EPT) de nível médio no município de Teresina-PI.

Ano	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
-----	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------



EPT de nível médio	15466	17085	14017	14171	14312	13735	13278	14047	16751	21870	26560
Federal	3249	4236	3280	3383	3874	3899	4071	3558	4171	4609	4781
Estadual	9754	9214	8229	7702	7598	7194	7539	7062	8243	11216	16053
Municipal	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Privada	2463	3635	2508	3086	2840	2642	1668	3427	4337	6045	5726

Fonte: INEP, Censo Escolar, 2014-2024.

META 12

Tabela 14: Série histórica da taxa bruta de matrículas na graduação das universidades/Faculdades públicas e privadas do município de Teresina-PI.

Ano	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023
Total população que frequenta curso superior	71510	72627	75614	77582	78283	77797	73200	71140	73210	73365
Total da população de 18 a 24 anos de idade	102000	95000	97000	101000	112000	104000	104000	105000	97899	100732,6
Indicador 12A	70,1%	76,4%	78,0%	76,8%	69,9%	74,8%	70,4%	67,8%	74,8%	72,8%

Fonte: Sinopse Estatística da Educação Superior 2014-2023: INEP, 2024. PNAD-c, Tabela 6407 e 9514, SIDRA, IBGE.

Tabela 15: Série histórica da taxa líquida de escolarização na educação superior das universidades/Faculdades públicas e privadas do município de Teresina-PI.

Ano	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023
População de 18 a 24 anos que frequenta ou já concluiu cursos de graduação	41848	44602	46369	48913	50388	49252	45551	42799	38473	43216
Total da população de 18 a 24 anos de idade	102000	95000	97000	101000	112000	104000	104000	105000	97899	100732,6
Indicador 12B	41,0%	46,9%	47,8%	48,4%	45,0%	47,4%	43,8%	40,8%	39,3%	42,9%

Fonte: Sinopse Estatística da Educação Superior 2014-2023: INEP, 2024. PNAD-c, Tabela 6407 e 9514, SIDRA, IBGE, 2024.

META 13

Tabela 16: Série histórica do percentual de docentes da educação superior com mestrado ou doutorado no município de Teresina-PI.

Ano	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023
Nº de docentes mestrado ou d	2660	3210	2754	3450	3706	3966	3761	3854	3849	4086
Nº total de docentes da ES	4052	4879	3761	4586	4821	4918	4532	4570	4436	4791
Indicador 13A	65,6%	65,8%	73,2%	75,2%	76,9%	80,6%	83,0%	84,3%	86,8%	85,3%

Fonte: Sinopse Estatística da Educação Superior 2014-2023: INEP, 2015-2024.



Tabela 17: Série histórica do percentual de docentes da educação superior com doutorado no município de Teresina-PI.

Ano	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023
Nº de docentes da ES com Doutorado	1004	1284	1169	1687	1814	2004	2071	2151	2193	2346
Nº total de docentes da ES	4052	4879	3761	4586	4821	4918	4532	4570	4436	4791
Indicador 13B	24,8%	26,3%	31,1%	36,8%	37,6%	40,7%	45,7%	47,1%	49,4%	49,0%

Fonte: Sinopse Estatística da Educação Superior 2014-2023: INEP, 2015-2024.

META 15

Tabela 18: Série histórica da proporção de docentes da Educação Infantil com professores cuja formação superior está adequada à área de conhecimento que lecionam na escola do município de Teresina-PI.

Ano	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
Nº docentes alvo	839	845	986	1043	1018	1169	1004	884	1080	1371	1414
Total docentes Educação Infantil	1556	1501	1896	2132	2098	1874	1543	1294	1482	1760	1750
Indicador 15^a	53,9	56,3	52	48,9	48,5	62,4	65,1	68,3	72,9	77,9	80,8

Fonte: INEP, Censo Escolar, 2014-2024

Tabela 19: Série histórica da proporção de docentes dos anos iniciais do ensino fundamental com professores cuja formação superior está adequada à área de conhecimento que lecionam na escola do município de Teresina-PI.

Ano	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
Nº docentes alvo	1708	1707	1894	1982	1935	2147	2073	2101	2214	2318	2275
Total docentes ano iniciais do EF	2800	2821	2879	2788	2792	2886	2775	2700	2710	2810	2757
Indicador 15B	61	60,5	65,8	71,1	69,3	74,4	74,7	77,8	81,7	82,5	82,5

Fonte: INEP, Censo Escolar, 2014-2024

Tabela 20: Série histórica da proporção de docentes dos anos finais do ensino fundamental com professores cuja formação superior está adequada à área de conhecimento que lecionam na escola do município de Teresina-PI.

Ano	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
Nº docentes alvo	1991	1969	1990	1855	1835	2001	1892	2008	1988	2024	2074
Total docentes anos finais do EF	3318	3212	3300	3301	3259	3249	2985	2975	2865	2888	2860
Indicador 15C	60	61,3	60,3	56,2	56,3	61,6	63,4	67,5	69,4	70,1	72,5

Fonte: INEP, Censo Escolar, 2014-2024

Tabela 21: Série histórica da proporção de docentes do Ensino Médio com professores cuja formação superior está adequada à área de conhecimento que lecionam na escola do município de Teresina-PI.

Ano	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
Nº docentes alvo	2138	2297	2418	2254	2263	2207	2048	2163	2284	2325	2329
Total docentes Ensino Médio	2799	3015	3246	3059	3092	2958	2745	2907	2844	2921	2890



Indicador 15D	76,4	76,2	74,5	73,7	73,2	74,6	74,6	74,4	80,3	79,6	80,6
----------------------	-------------	-------------	-------------	-------------	-------------	-------------	-------------	-------------	-------------	-------------	-------------

Fonte: INEP, Censo Escolar, 2014-2024

META 16

Tabela 22: Série histórica do percentual de Professores da Educação Básica com Pós-Graduação Lato Sensu ou Stricto Sensu do município de Teresina-PI.

Ano	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
Prof. Com Pós-graduação na EB	2194	2390	3027	3934	4088	4197	4103	4158	4777	5168	5211
Total de prof. Na EB	9076	9097	9888	9876	9836	9716	8978	8642	8952	9372	9275
Indicador 16A	24,2 %	26,3 %	30,6 %	39,8 %	41,6 %	43,2 %	45,7 %	48,1 %	53,4 %	55,1 %	56,2 %

Fonte: INEP, Censo Escolar, 2014-2024.

Tabela 23: Série histórica do percentual de professores da Educação Básica que realizaram cursos de Formação Continuada do município de Teresina-PI.

Ano	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
Professores Com Formação Continuada na Educação Básica	2722	2729	3267	4327	4505	4386	4418	4412	4478	5165	5173
Total de professores Na Educação Básica	9076	9097	9888	9876	9836	9716	8978	8642	8952	9372	9275
Indicador 16B	30,0 %	30,0 %	33,0 %	43,8 %	45,8 %	45,1 %	49,2 %	51,1 %	50,0 %	55,1 %	55,8 %

Fonte: INEP, Censo Escolar, 2014-2024.



ANEXO C

1 EDUCAÇÃO INFANTIL

Meta 1: Universalizar, até 2016, a Educação Infantil na pré-escola para as crianças de 4 (quatro) a 5(cinco) anos de idade e ampliar a oferta de Educação Infantil em creches, de forma a atender, no mínimo, 35% (trinta e cinco por cento) das crianças de 0(zero) a 3 (três) anos até o quinto ano de vigência do PME e garantir o mínimo de 80% (oitenta por cento) até o final do decênio.

CONSIDERAÇÕES APRESENTADAS A PARTIR DA V CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE TERESINA

No que se refere ao cumprimento do indicador 1A: praticamente foi atingido em 2023, quando se trata da demanda manifesta;

No que se refere ao indicador 1B: que tem como meta 35% até o 5º ano de vigência, em 2021, alcançou 24%. Já no ano de 2023, até o momento, alcançou o percentual de 30%;

Atenção aos padrões legais do direito da criança em relação aos espaços escolares, em especial ao contexto de parquinhos, brinquedos, mobiliários, bibliotecas, refeitórios, sala de leituras e de profissionais qualificados.

É preciso fazer uma análise do direito das crianças nesses espaços, numa retrospectiva ao atendimento da educação infantil, pois onde houve a municipalização desse atendimento, ocorreu somente uma adaptação de prédios.



1.3 Estratégias

Estratégias	Prazo	Observações/ execução da estratégia
1.1) Realizar diagnóstico da rede pública de educação infantil com vistas a identificar as demandas prioritárias, em termos de condições infra estruturais e de recursos humanos.	2025	Proposições da V Conferência Municipal de Educação: Compreender a 1ª Infância e suas possibilidades; Escola de Tempo Integral: avançar no acesso, permanência e assistência às famílias, pois, a empregabilidade e renda de mães depende de um lugar seguro e de qualidade para auxiliar na educação dos filhos. É obrigação do poder público atender à demanda manifesta e à demanda reprimida. É preciso, também, alinhar política de saúde e educação para mapear e desenvolver políticas públicas para a Infância.
1.4) Estabelecer em parceria com órgãos de assistência social, saúde, proteção à infância existentes no Município, no primeiro ano de vigência do PME, normas, procedimentos e prazos para definição de mecanismos de consulta pública da demanda das famílias por creches.	2025	Proposições da V Conferência Municipal de Educação: 1.4 - Demanda e Consulta Pública Estabelecer parceria com o SUS; “as crianças não são invisíveis ao sistema, precisam ser mapeadas e os dados divulgados às instituições que atendem as crianças”. Benefício Bolsa Família/Matrículas para facilitar a relação saúde/educação. O sistema SIGMA, responsável pelo gerenciamento das matrículas <i>online</i> , precisa ser melhorado, pois houve erros na matrícula em relação à idade da criança.
1.5) Manter e ampliar, em regime de colaboração e respeitadas as normas de acessibilidade e as diretrizes do programa nacional, programa municipal de construção e reestruturação de escolas do campo e da cidade, bem como de aquisição de equipamentos, visando à expansão e à melhoria da rede física de escolas públicas e privadas de educação infantil, observando	2025	Proposições da V Conferência Municipal de Educação: 1.5 - Rede Física Assegurar transporte escolar voltado à Educação Infantil seguindo requisitos de segurança e qualidade. Os CMEI's que atendem creches devem ter mobiliário associado à rotina em sala de aula: colchonete, brinquedos, espaços adequados para uma aprendizagem significativa. Ressaltar a garantia aos espaços físicos de qualidade.



Estratégias	Prazo	Observações/ execução da estratégia
os padrões iniciais de qualidade da funcionalidade das escolas das redes pública e privada, de acordo com o CAQi e, posteriormente, o CAQ.		Promover autonomia financeira dos CMEI's, quando se trata do fundo rotativo, a fim de que este não seja usado para sanar problemas estruturais do CMEI e sim auxiliar a manutenção, mas não pode ser o único recurso que dê autonomia à gestão financeira. Neste sentido, a prefeitura deve contribuir para atender às necessidades da escola.
1.6) Implantar, até o segundo ano de vigência deste PME, avaliação da Educação Infantil, a ser realizada a cada 2(dois) anos, com base em parâmetros nacionais de qualidade, a fim de aferir a infraestrutura física, o quadro de pessoal, as condições de gestão, os recursos pedagógicos e a situação de acessibilidade.	2025	Proposições da V Conferência Municipal de Educação: 1.6 – Avaliação No âmbito federal, não há avaliação da Educação Infantil, o que é realizado é avaliação na Educação Infantil. Não há instrumental que auxilie a avaliação da Educação Infantil. Somente resultados e desempenhos. A avaliação precisa ser qualitativa. Criar um instrumental da Avaliação que avalie o desempenho da criança e a estrutura da educação. É preciso avaliar como as crianças estão aprendendo, os processos, as práticas, e as posturas. O gestor da escola, ao assumir o Contrato de Gestão, não responde à estratégia, uma vez que não é só o gestor que garante a avaliação da Educação.
1.7) Articular a oferta de matrículas gratuitas em creches certificadas como entidades beneficentes de assistência social na área de educação com a expansão da oferta na rede escolar pública, garantindo os padrões iniciais de qualidade.	2025	Proposições da V Conferência Municipal de Educação: 1.7 – Expansão Rever o texto na estratégia onde se lê padrões legais de qualidade. O documento oficial trata de padrões iniciais.
1.9) Implantar programa de formação		



Estratégias	Prazo	Observações/ execução da estratégia
continuada dos profissionais da Educação Infantil, com foco nos direitos da criança; no enfrentamento da violência contra as crianças; nas questões étnicas raciais e geracionais; e nas demais demandas da realidade escolar.	2025	Proposições da V Conferência Municipal de Educação: 1.9 Formação de professores A formação de professores também acontece <i>in loco</i> , pois o pedagogo tem um papel importante nessa formação. Necessidade de formação inclusiva para os professores; Em 2023, foi ofertado, pela Gerência de Formação (GEFOR), formação para o segmento creche (Maternal I e Maternal II).
1.10) Assegurar o atendimento das populações do campo e da cidade na Educação Infantil, por meio do redimensionamento da distribuição territorial da oferta, limitando a nucleação de escolas e o deslocamento de crianças, de forma a atender às especificidades dessas comunidades, garantido consulta prévia e informada.	2025	Proposições da V Conferência Municipal de Educação: 1.10 – Atendimento em Comunidades Indígenas, Quilombolas e do Campo: Na Rede não há modalidade de Educação do Campo. Há escolas que ofertam ensino na zona rural (no campo). Não há modalidade de Educação Indígena: há atendimento de alunos da comunidade WARAO (20 crianças indígenas venezuelanas na Educação Infantil).
1.12) Articular a implementação de programas de orientação e apoio às famílias, entre as áreas de educação, saúde e assistência social, com foco no desenvolvimento integral das crianças de 0(zero) a 5(cinco) anos de idade.	2025	Proposições da V Conferência Municipal de Educação: 1.12 – Apoio às Famílias: Intensificar parceria com SEMCASPI; Intensificar a política de intersetorialidade; Importância da PMPI (Plano Municipal pela Primeira Infância).
1.15) Promover a busca ativa de crianças em idade correspondente à Educação Infantil, em parceria com os órgãos públicos de assistência social, de saúde e de proteção à		Proposições da V Conferência Municipal de Educação: 1.15 – Busca Ativa



Estratégias	Prazo	Observações/ execução da estratégia
infância, preservando o direito de opção da família em relação às crianças de até 3(três) anos. O Município realizará, publicará e divulgará a cada ano, levantamento da demanda manifesta por Educação Infantil em creches e pré-escolas, como forma de planejar e verificar o atendimento.	2025	Não há dados da Busca ativa nacional para demanda de creche e pré-escola.
1.20) Garantir alimentação escolar adequada para as crianças da Educação Infantil da cidade e do campo, baseada em cardápio que respeite a cultura e produção local, conforme previsto na Lei Federal nº 11.947, de 16 de junho de 2009 e Resolução CD/FNDE nº 26, de 17 de junho de 2013, que dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar.	2025	Proposições da V Conferência Municipal de Educação: 1.20 – ALIMENTAÇÃO ESCOLAR Necessidade de concurso para profissionais da nutrição. Fiscalização na qualidade da merenda.
1.21) Reelaborar e implantar, no prazo de três anos de vigência deste PME, as Diretrizes Curriculares e Propostas Pedagógicas/ Curriculares da Secretaria Municipal de Educação e das Escolas de Educação Infantil do Município de Teresina.	2025	Observações extras: Regulamentar a redução de alunos por turma de educação infantil Maternal I – 10 Maternal II – 15 1º e 2º período – 20 Assegurar o professor auxiliar quando exceder a quantidade estabelecida nas normativas.



2 ENSINO FUNDAMENTAL

META 2: Universalizar o Ensino Fundamental de 9 (nove) anos para toda a população de 6(seis) a 14(quatorze) anos e garantir que, em cinco anos, pelo menos 50%(cinquenta por cento) dos alunos concluam essa etapa, na idade recomendada, e que, até o último ano de vigência deste PME, esse percentual atinja 95%.



Estratégias	Prazo	Observações/ execução da estratégia
2.4) Fortalecer o acompanhamento e monitoramento do acesso da permanência e do aproveitamento escolar dos beneficiários de programas de transferência de renda, bem como das situações de discriminação, preconceitos e violências na escola, visando o estabelecimento de condições adequadas para o sucesso escolar dos alunos, em colaboração com as famílias e com órgãos públicos de assistência social, saúde e proteção à infância, adolescência e juventude.	2025	Proposições da V Conferência Municipal de Educação: Criação de núcleos de estudo em mediação de conflitos para serem multiplicadores nas Unidades de Ensino.
2.5) Adotar medidas que promovam a busca ativa de crianças e adolescentes fora da escola, em parceria com órgãos públicos de assistência social, saúde e proteção à infância, adolescência e juventude, tais como a criação de um núcleo multidisciplinar com assistente social, pedagogo e psicólogo.	2025	Proposições da V Conferência Municipal de Educação: Acompanhamento por um núcleo específico na Busca ativa, associado com a rede de proteção à permanência do aluno.
2.6) Desenvolver tecnologias pedagógicas que combinem, de maneira articulada, a organização do tempo e das atividades didáticas entre a escola e o ambiente comunitário, considerando as especificidades da educação especial, da educação de jovens e adultos, das escolas do campo e das comunidades indígenas e quilombolas.	2025	Proposições da V Conferência Municipal de Educação: Ampliação do Pré-técnico IFPI com videoaulas a serem disponibilizadas aos alunos que não estão nas Unidades de Ensino contempladas pelo Projeto. Ampliação da quantidade de Girotecas.
2.7) Disciplinar, no âmbito dos sistemas de ensino, a organização flexível do trabalho pedagógico, incluindo adequação do calendário escolar de acordo com a realidade local, a identidade cultural e as condições climáticas da região.	2025	Proposições da V Conferência Municipal de Educação Flexibilização Curricular: Reorganização dos Planos Referenciais com efetivação da inserção dos Objetos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Reflexões da efetivação do currículo na prática.
2.8) Promover a relação das escolas com instituições e movimentos culturais, a fim de garantir a oferta regular de atividades culturais para a livre fruição dos alunos dentro e fora dos espaços escolares, assegurando ainda que as escolas se tornem polos de criação e difusão cultural.	2025	Proposições da V Conferência Municipal de Educação: Promoção de ações pedagógicas (próprias da Rede) para a resolução de problemas sociais



Estratégias	Prazo	Observações/ execução da estratégia
		Ex: eventos, concursos, feiras, semana cultural, campeonatos, dentre outros.
2.14) Garantir o respeito aos limites do número de alunos por série/turma, estabelecidos nas normas vigentes.	2025	Proposições da V Conferência Municipal de Educação: 2.15 Matrículas e monitoramento Elaboração de Lei que regulamente quantidade de alunos por turma Gerência de Assistência ao Educando (GAE) - aumento do efetivo profissional a fim de atender as demandas solicitadas pela comunidade educacional; Centro Municipal de atendimento multidisciplinar – nucleação das equipes para aumento do número de alunos atendidos.



4 EDUCAÇÃO INCLUSIVA

META 4 Universalizar o acesso à Educação Básica em sistemas educacionais inclusivos para a população de 4(quatro) a 17(dezessete) anos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, e a oferta do Atendimento Educacional Especializado(AEE), na rede regular de ensino, em salas de recursos multifuncionais, classes, escolas ou serviços especializados, públicos ou conveniados, garantindo na Educação de Jovens e Adultos(EJA) a elevação dos índices de matrícula para a população público alvo da Educação Especial.



4.3 Estratégias

Estratégias	Prazo	Observações/ execução da estratégia
4.2) Realizar levantamento para identificação das crianças de 0(zero) a 03(três) anos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, com vistas à universalização do atendimento escolar da demanda manifesta pelas famílias dessas crianças.	2025	Proposições da V Conferência Municipal de Educação: Ampliação das SRM's nos CMEIS mediante a disponibilização dos recursos para o funcionamento do AEE.
4.5) Estabelecer e formalizar parcerias com os serviços das áreas da saúde e assistência social visando a criação de centros multidisciplinares de apoio, pesquisa e assessoria, articulados com instituições acadêmicas e integrados por profissionais destas áreas com o objetivo de apoiar o trabalho dos professores da Educação Básica com os alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação.	2025	Proposições da V Conferência Municipal de Educação: Mobilização para a articulação com projetos de instituições acadêmicas para o apoio aos professores da educação básica.
4.6) Implementar e acompanhar, em regime de colaboração, programas complementares e suplementares que promovam a acessibilidade nas instituições públicas, para garantir o acesso e a permanência dos alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento, por meio da adequação arquitetônica, da oferta de transporte acessível e da disponibilização de material didático próprio e de recursos de tecnologia assistiva, assegurando, ainda, no contexto escolar, em todas as etapas, níveis e modalidades de ensino, a identificação dos alunos com altas habilidades ou superdotação.	2025	Proposições da V Conferência Municipal de Educação: Estruturação física de algumas escolas.



Estratégias	Prazo	Observações/ execução da estratégia
4.7) Identificar a demanda manifesta e garantir a oferta da educação bilíngue, em Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS), como primeira língua, aos alunos surdos e com deficiência auditiva de 0(zero) a 17(dezessete) anos, em escolas e classes bilíngues e em escolas inclusivas, nos termos do art. 22, do decreto federal nº 5. 626, de 22 de dezembro de 2005, e dos arts. 24 e 30, da convenção sobre os direitos das pessoas com deficiência, bem como a adoção do sistema de braille da leitura para os cegos e surdos-cegos.	2025	Proposições da V Conferência Municipal de Educação: O projeto segue em reestruturação para ser implementado em modelo presencial.
4.8) Regulamentar as profissões de profissionais de apoio ou auxiliares, tradutores e intérpretes de Libras, guias-intérpretes, nos sistemas de ensino público, privado ou conveniado visando um melhor acompanhamento dos alunos com deficiência ou transtorno global do desenvolvimento, garantindo a inclusão desses profissionais nos planos de carreira e concurso público, no caso das redes públicas.	2025	Proposições da V Conferência Municipal de Educação: Criação da comissão para análise do perfil profissional dos auxiliares.
4.9) Identificar a demanda manifesta e garantir a oferta de Educação Inclusiva, vedada a exclusão do Ensino Regular sob alegação de deficiência e promovida a articulação pedagógica entre o Ensino Regular e o Atendimento Educacional Especializado.	2052	Proposições da V Conferência Municipal de Educação: Conscientizar e intensificar as gestões escolares sobre a garantia de matrícula dos alunos público-alvo da Educação Especial e a oferta do AEE, tanto em escolas núcleo que possuem a sala de recursos para tal atendimento, quanto nas escolas adjacentes, que devem ser atendidos nas escolas núcleo.
4.11) Colaborar com o fomento de pesquisas voltadas para o desenvolvimento de metodologias, materiais didáticos, equipamentos e recursos de tecnologia assistiva, com vistas à promoção do ensino e da aprendizagem, bem como das condições de acessibilidade dos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades	2025	Proposições da V Conferência Municipal de Educação: Parcerias com os centros especializados.



Estratégias	Prazo	Observações/ execução da estratégia
ou superdotação.		
4.12) Colaborar com o desenvolvimento de pesquisas interdisciplinares para subsidiar a formulação de políticas públicas intersetoriais que atendam às especificidades educacionais de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação que requeiram medidas de atendimento especializado.	2025	Proposições da V Conferência Municipal de Educação: Ampliar as formações na perspectiva inclusiva; a criação do cargo de intérprete em nível municipal para contratação de profissionais mais qualificados; criação do cargo de professor de atendimento educacional especializado, que tenham a formação básica para investidura no cargo.
4.13) Promover a articulação intersetorial entre órgãos e políticas públicas de saúde, assistência social e direitos humanos, em parceria com as famílias, com o fim de desenvolver modelos de atendimento voltados à continuidade do atendimento escolar, na Educação de Jovens e Adultos, das pessoas com deficiência e transtornos globais do desenvolvimento com idade superior à faixa etária de escolarização obrigatória, de forma a assegurar a atenção integral ao longo da vida.	2025	Proposições da V Conferência Municipal de Educação: Facilitar a implementação de propostas que viabilizem o acesso e a permanência de jovens e adultos com deficiência na escola.
4.14) Fazer levantamento anual da necessidade de professores do Atendimento Educacional Especializado e profissionais de apoio ou auxiliares, tradutores e intérpretes de Libras, guia-intérpretes para surdos-cegos, professores de Libras, prioritariamente surdos, e professores bilíngues, para atender à demanda do processo de escolarização dos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, nas escolas urbanas e do campo.	2025	Proposições da V Conferência Municipal de Educação: Acompanhamento com um sistema <i>online</i> para que os dados se mantenham atualizados, com um trabalho colaborativo entre a DEI, gestão escolar, professores da sala regular e professores de AEE.



5 ALFABETIZAÇÃO

META 5. Alfabetizar todas as crianças, no máximo, até o final do 3º (terceiro) ano do Ensino Fundamental.



5.3 Estratégias

Estratégias	Prazo	Observações/ execução da estratégia
5.2) Estruturar os processos pedagógicos de alfabetização nos anos iniciais do Ensino Fundamental, articulados com estratégias desenvolvidas na pré-escola, com qualificação e valorização dos professores alfabetizadores e com formação continuada, monitoramento e apoio pedagógico específico com foco nos resultados, a fim de garantir a alfabetização plena de todas as crianças. .	2025	Proposições da V Conferência Municipal de Educação: Retorno de avaliações externas periódicas, como forma de diagnóstico e acompanhamento da aprendizagem dos alunos a fim de buscar intervenções e melhorias eficazes.



6 EDUCAÇÃO INTEGRAL

META 6: Oferecer educação em Tempo Integral em, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das escolas públicas municipais, de forma a atender, pelo menos, 25% (vinte e cinco por cento) dos alunos da Educação Básica até o ano de 2025.

Proposições da V Conferência Municipal de Educação:

A partir da construção do próximo PME, discutir os indicadores

- 25% de matrículas;
- 50% de Escola de Tempo Integral.

Dedicação exclusiva para professores das Unidades de Ensino de Tempo Integral;

Reajustar o valor da bolsa-estágio, conforme o salário mínimo vigente;

Criação de equipe técnica para estudo e acompanhamento de custos da Escola de Tempo Integral – planejamento e implantação.



6.3 Estratégias

Estratégias	Prazo	Observações/ execução da estratégia
6.2) Instituir, em regime de colaboração, programa de construção de escolas com padrão arquitetônico e de mobiliário adequado para atendimento em Tempo Integral.	2025	Proposições da V Conferência Municipal de Educação: Criação de uma política de financiamento pelo município para as Unidades de Ensino de Tempo Integral.
6.3) Institucionalizar e manter, em regime de colaboração, programa nacional de ampliação e reestruturação das escolas públicas, por meio da instalação de quadras poliesportivas, laboratórios, inclusive de informática, espaços para atividades culturais, bibliotecas, auditórios, cozinhas, refeitórios, banheiros e outros equipamentos, bem como de produção de material didático e de formação de recursos humanos para a educação em Tempo Integral.	2025	Proposições da V Conferência Municipal de Educação: Reformulação da matriz curricular e construção do currículo para Tempo Integral-núcleo diversificado (inserção disciplina de Computação e Informática) Formação para professores sensível às questões envolvendo diversidades e diferenças.



7 QUALIDADE NA EDUCAÇÃO BÁSICA

META 7: Fomentar a qualidade da Educação Básica em todas as etapas e modalidades, com melhoria do fluxo escolar e da aprendizagem, de modo a atingir as seguintes médias nacionais para o Ideb.

Proposições da V Conferência Municipal de Educação:

Para realizar o processo de autoavaliação, as escolas dispõem dos seguintes instrumentos:

- Provas de Rede;
- Formação de professores;
- Redirecionamento das práticas pedagógicas;
- Execução do PPP e PMA.

O Protocolo de Prevenção e Atendimento às Crianças e aos Adolescentes em situações de risco e vulnerabilidade social denominado “Quem Ama Cuida” prevê percursos formativos para o acompanhamento da comunidade escolar (professores, gestores, colaboradores e técnicos da Secretaria) que contemplem os aspectos relacionados à saúde e à integridade física, mental e emocional dos profissionais da educação.



7.3 Estratégias

Estratégias	Prazo	Observações/ execução da estratégia
7.4) Realizar processo contínuo de autoavaliação das escolas de Educação Básica, por meio da constituição de instrumentos de avaliação que orientem as dimensões a serem fortalecidas, destacando-se a elaboração de planejamento estratégico, a melhoria contínua da qualidade educacional, a formação continuada dos profissionais da educação e o aprimoramento da gestão democrática.	2025	Proposições da V Conferência Municipal de Educação: Avaliação institucional: gestão e todo o contexto que contribui para a aprendizagem dos alunos. Nessa avaliação, não desconsiderar as variadas complexidades do trabalho gestor. Modificar a nomenclatura “Formação de Professores” para “Formação continuada para profissionais de Educação”.



9 ALFABETIZAÇÃO E ALFABETISMO FUNCIONAL DE JOVENS E ADULTOS

META 9: Elevar a taxa de alfabetização da população de 15 (quinze) anos ou mais para 93,5% (noventa e três inteiros e cinco décimos por cento) até 2015 e, até o final da vigência deste PME, erradicar o analfabetismo absoluto e reduzir em 50% (cinquenta por cento) a taxa de analfabetismo funcional.

9.1 Ficha metodológica dos indicadores do município



9.3 Estratégias

Estratégias	Prazo	Observações/ execução da estratégia
9.1) Assegurar e garantir a oferta gratuita da Educação de Jovens e Adultos na modalidade de EJA, fortalecendo o compromisso com a universalização da alfabetização como política de Estado, que implica em viabilizar a continuidade dos estudos a todos os estudantes que não tiveram acesso à Educação Básica na idade própria.	2025	Proposições da V Conferência Municipal de Educação: Matrículas contínua e extemporânea. Garantir o acesso, a permanência e a qualidade na oferta da EJA assegurando as condições do CAQi(Custo Aluno Qualidade inicial /CAQ(Custo Aluno Qualidade); Assegurar o direito à matrícula do aluno trabalhador ao longo do ano, tendo os órgãos de controle e acompanhamento desse direito constitucional a responsabilidade de exigir dos entes ofertantes relatórios trimestrais de ingresso e permanência.
9.2) Realizar diagnóstico, sob coordenação das secretarias municipal e estadual de educação, dos jovens e adultos com ensino fundamental e médio incompletos, identificando os números e as necessidades dos estudantes, para que se tenha o conhecimento da demanda ativa por vagas e se assegure o adequado planejamento da oferta, considerando a faixa etária, turno adequado e a variabilidade didático-metodológica.	2025	Proposições da V Conferência Municipal de Educação: Ação institucional em parceria com a UNDIME; Demanda potencial para gerar identificação de vagas: parceria com empresas, associações e demais entidades sociais para identificar esse público; Disponibilização de alunos alfabetizados oriundos do programa PROAJA pela Seduc.
9.3) Implementar ações de alfabetização de jovens e adultos com garantia de continuidade da escolarização básica, inclusive estabelecendo mecanismos e incentivos que integrem os segmentos empregadores, públicos e privados, e os sistemas de ensino, para promover a	2025	Proposições da V Conferência Municipal de Educação: Ações de alfabetização com garantia de continuidade; Parceria com a Seduc para receber alunos PROAJA.



Estratégias	Prazo	Observações/ execução da estratégia
compatibilização da jornada de trabalho dos empregados com a oferta das ações de alfabetização e de educação de jovens e adultos.		
9.4) Realizar chamadas públicas semestrais através de meios midiáticos para a educação de jovens e adultos, promovendo-se busca ativa em regime de colaboração entre entes federados e em parceria com organizações da sociedade civil	2025	Proposições da V Conferência Municipal de Educação: Apoio ao estudante; intensificar a mobilização da escola para busca ativa.
9.6) Executar ações de atendimento ao estudante da educação de jovens e adultos por meio de programas suplementares de transporte, alimentação e saúde, inclusive atendimento oftalmológico e fornecimento gratuito de óculos, em articulação com a área da saúde.	2025	Proposições da V Conferência Municipal de Educação: Elaborar projeto para aquisição de óculos com qualidade e entrega ágil com prazo máximo de 2 meses, em parceria intersetorial com secretarias de assistência social, de saúde, Instituição de Ensino Superior- IES pública e privada e empresas.
9.8) Apoiar técnica e financeiramente e estimular em parceria com IES projetos inovadores na Educação de Jovens e Adultos que visem ao desenvolvimento de modelos adequados às necessidades específicas desses estudantes.	2025	Proposições da V Conferência Municipal de Educação: Buscar sistema “S”, sindicatos, sociedade civil organizada, IES pública e privada para novas parcerias.
9.9) Implementar programas de capacitação tecnológica da população jovem e adulta, direcionados para os segmentos com baixos níveis de escolarização formal e alunos com deficiência, articulando os sistemas de ensino, a rede federal de educação profissional e tecnológica, as universidades, as cooperativas e as associações, por meio de ações de extensão desenvolvidas em centros vocacionais tecnológicos, com tecnologias	2025	Proposições da V Conferência Municipal de Educação: Buscar cursos de extensão de informática ofertados por IES públicas e privadas e possibilidade de oferta para EJA. Utilizar plataformas digitais com formação para usuários e fornecer aparelhos que os auxiliem.



Estratégias	Prazo	Observações/ execução da estratégia
assistivas que favoreçam a efetiva inclusão social e produtiva dessa população.		
9.13) Garantir que as produções textuais e literárias, criadas pelos professores e alunos da Educação de Jovens e Adultos, sejam publicadas anualmente em revista eletrônica criada para esse fim.	2025	Proposições da V Conferência Municipal de Educação: Parceria Semec e Seduc: Criar revista eletrônica e articular rede de ensino para publicações, e possibilitar incentivos.
9.14) Realizar anualmente o levantamento e a avaliação das experiências em alfabetização de jovens e adultos, que constituam referências para os esforços nacional, estadual e municipal contra o analfabetismo.	2025	Proposições da V Conferência Municipal de Educação: Seminário Municipal de práticas exitosas na Educação, incluindo alfabetização na EJA nos eixos do Seminário, em parceria com UFPI, UESPI e demais instituições interessadas.
9.15) Promover formação específica de professores sobre inclusão e Atendimento Educacional Especializado para os educandos da EJA com deficiências, transtorno global do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação.	2025	Proposições da V Conferência Municipal de Educação: Propor e executar cursos de formação continuada para profissionais que atendem esse público, em parceria com IES.
9.16) Criar mecanismos junto às escolas públicas para garantir o atendimento das populações itinerantes: ciganos, trabalhadores temporários e circenses.	2025	Proposições da V Conferência Municipal de Educação: Elaborar matriz curricular para atender o referido público indígena e incentivar esse atendimento com critérios específicos, de modo que a escola possa fazer identificação de demanda e oferta.
9.17) Implantar o regime de alternância nas escolas que ofertam a alfabetização e a Educação de Jovens e Adultos, considerando a especificidade do público atendido.	2025	Proposições da V Conferência Municipal de Educação: Mapear, com o auxílio de sindicatos e cooperativas, a demanda do regime de alternância nas escolas que ofertam a alfabetização e a Educação de Jovens e Adultos, considerando a especificidade do público atendido.



Estratégias	Prazo	Observações/ execução da estratégia
9.19) Subsidiar e garantir material de expediente e material didático contextualizado ao público da Educação de Jovens e Adultos.	2025	Proposições da V Conferência Municipal de Educação: Destinar e identificar os recursos específicos para EJA de forma proporcional para alunos no fundo rotativo para EJA.
9.20) Garantir em regime de colaboração intersetorial projetos inovadores na Educação de Jovens e Adultos, que visem modelos adequados às necessidades específicas dos grupos étnicos e sociais historicamente excluídos do direito à educação.	2025	Proposições da V Conferência Municipal de Educação: Articular com os conselhos de direitos, movimentos sociais, órgãos de saúde e da educação, a busca ativa da população LGBTQIAP+ com baixa escolarização para seu ingresso na EJA.



19 GESTÃO DEMOCRÁTICA

META 19: Assegurar condições, no prazo de 2 (dois) anos, para a efetivação da gestão democrática da educação, associada a critérios técnicos de mérito e desempenho e à consulta pública à comunidade escolar, no âmbito das escolas públicas, prevendo recursos e apoio técnico da União para tanto.

Proposições da V Conferência Municipal de Educação:

2013 a 2015: De um total de 301 unidades de ensino, 281 diretores foram eleitos;

2016 a 2018: De um total de 298 unidades de ensino, 254 diretores foram eleitos;

2019 a 2021: De um total de 307 unidades de ensino, 191 diretores foram eleitos (Em 2018 a Lei 5.301/18 altera o art. 11 da lei 4.274/2012, impõe algumas restrições para que a Unidade de Ensino realizasse eleição para provimento do cargo de diretor escolar);

2022 a 2025: De um total de 321 unidades de ensino, 216 diretores foram eleitos.

Proposições da V Conferência Municipal de Educação:

Alteração da lei 5.301/2018, para que em todas as unidades de ensino aconteça o processo de eleição (unidade de ensino de tempo parcial e tempo integral).

Criar critérios (mérito e desempenho, conforme lei 14.113/2020, art. 14), por meio de edital, para indicação de gestores, em unidades de ensino onde não houve eleição.



19.3 Estratégias

Estratégias	Prazo	Observações/ execução da estratégia
19.5) Estimular, em todas as redes de educação básica, a constituição e o fortalecimento de grêmios estudantis e associações de pais, assegurando-se, inclusive, espaços adequados e condições de funcionamento nas escolas e fomentando a sua articulação orgânica com os conselhos escolares, por meio das respectivas representações.	2025	Proposições da V Conferência Municipal de Educação: Verificar o quantitativo de escolas municipais (anos finais) e ensino médio (escolas estaduais) que possuem grêmios estudantis e, definir um percentual da criação e fortalecimento dos grêmios nas unidades de ensino.
19.6) Contribuir para o fortalecimento de conselhos escolares e demais conselhos do sistema educacional, como instrumentos de participação e fiscalização na gestão escolar e educacional, inclusive por meio de programas de formação de conselheiros, assegurando-se condições de funcionamento autônomo.	2025	Proposições da V Conferência Municipal de Educação: ...inclusive por meio de programas de formação de conselheiros trimestralmente , assegurando-se condições de funcionamento autônomo.
19.9) Aperfeiçoar a gestão democrática da educação, ampliando os critérios de seleção para gestores escolares, associando a eleição na comunidade escolar com critérios técnicos de mérito e desempenho, a serem aferidos por seleção pública, prevendo recursos e apoio técnico da União.	2025	Proposições da V Conferência Municipal de Educação: Resguardar, nos calendários escolares, os encontros dos conselhos de classes e que, de fato, sejam efetivados, e que nesses encontros, além das avaliações da situação dos estudantes, também seja realizada avaliação mais ampla, incluindo a da ação docente. A Rede Pública Municipal de Ensino de Teresina tem 321 Unidades de Ensino, sendo 67,28% com gestores escolares eleitos e 32,71% não eleitos. Que haja tanto o processo de eleição para gestores escolares estaduais, como também a constituição do banco de gestores escolares, por meio de processo seletivo, avaliando qualificação e mérito, para os casos de não existir candidatos (as) em alguma escola, podendo assim ser indicado o gestor escolar a partir do banco.



ISBN: 978-65-84033-00-9



CBL

9 786584 033009